

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Gabriella Nunes de Gouvêa

IMAGINÁRIO SOCIAL, MITO E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS
As representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção
discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Gabriella Nunes de Gouvêa

IMAGINÁRIO SOCIAL, MITO E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS
As representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção
discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Comunicação.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta.

Brasília
2014

Gabriella Nunes de Gouvêa

IMAGINÁRIO SOCIAL, MITO E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS
As representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção
discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff

Brasília, 30 de maio de 2014

Banca examinadora

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta (Presidente da banca)
Universidade de Brasília/Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Liziane Soares Guazina (Suplente)
Universidade de Brasília

Aos meus pais e aos meus irmãos. Pois não há tempo, nem saudade ou distância que persista, impenetrável, diante do amor que nos une.

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

O esforço, a dedicação e a coragem que me fizeram seguir adiante durante a realização desta pesquisa não são, sem dúvidas, méritos apenas meus. Na verdade, foi graças ao apoio de pessoas especialmente importantes para mim que eu tive a certeza de que nossas escolhas não só mostram muito de nós mesmos, mas também de quem está lado a lado conosco, no caminho diário que trilhamos. Por isso, aqui faço alguns de meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, por me ensinarem que a caridade e a generosidade são também formas de oração.

Aos meus irmãos: o respeito mútuo nos faz admirar as conquistas e lutar juntos pelas escolhas de cada um.

Ao meu grande amigo, Guga, que consegue transmitir no olhar tudo aquilo que as palavras jamais seriam capazes de dizer.

Ao meu orientador, professor Luiz Gonzaga Motta, que sempre esteve ao meu lado, nas escolhas ou na dificuldade de tomá-las, e que mesmo à distância se manteve firme nessa nossa caminhada.

Aos meus companheiros de sala de aula, de “recreio” e de uma parceria goiano-mineira-gaúcha-mato grossense concretizada em Brasília e que, sem dúvidas, vai se manter por muito tempo: Hadassa Ester David, Cláudio Marcos, Luciana Kwiatkoski e Gustavo Chaves.

Às professoras Célia Ladeira Mota, da FAC, e Lia Zanotta Machado, do Departamento de Antropologia da UnB, que estiveram comigo na qualificação da pesquisa e me fizeram retomar em diversos momentos, no meu caderninho de anotações, as contribuições preciosas que me deram, em um constante incentivo ao questionamento.

Aos membros desta banca agradeço desde já por aceitarem participar deste momento tão importante da pesquisa e gentilmente se dispor a contribuir com o engrandecimento do estudo.

Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.

(A palavra mágica, Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo tem como ponto de partida as relações que se estabelecem entre as narrativas jornalísticas, as representações e o imaginário social, de tal forma que tomamos aqui as notícias como estruturadoras da realidade: elas atuam como um sistema simbólico duradouro garantidor da coesão social na medida em que estabelecem, reproduzem e recriam modelos e normas de comportamento, modos de ordenamento social, valores, ideologias e crenças. Nesse sentido, o objetivo do estudo consiste em analisar as narrativas jornalísticas construídas por diferentes veículos nos dias que se seguiram à eleição presidencial de 2010 com base nas representações sociais recorrentes, e seus elementos estruturantes, relacionadas a dois aspectos da trajetória da presidente do Brasil, Dilma Rousseff: 1) sua condição de mulher; e 2) sua atuação no movimento de resistência à ditadura militar. Nosso intuito é analisar as relações que se estabelecem e de que forma emergem, nas narrativas jornalísticas, os sistemas simbólicos recorrentes sobre os dois aspectos centrais em questão, ou seja, como se dá a instauração dos discursos jornalísticos e quais são os sentidos que eles divulgam acerca das mulheres políticas e dos integrantes dos grupos de resistência à ditadura? Desta forma, embora tenha como ponto de partida um caso específico - a eleição de uma mulher para a Presidência do país -, o estudo não se reduz a ele, na medida em que analisa as representações vinculadas não a um indivíduo, mas a todo um grupo de sujeitos que comunga de experiências semelhantes. Para tanto, o estudo utiliza especialmente as bases metodológicas preconizadas pela análise crítica da narrativa jornalística.

Palavras-chave: Imaginário social; Representações sociais; Narrativas jornalísticas; Notícias; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The present study has as starting point the relationships established between the journalistic narratives, representations and social imaginary, so here we take the news as structuring of reality: they act as a guarantor enduring symbolic system of social cohesion as that establish, reproduce and recreate models and norms of behavior, modes of social organization , values, ideologies and beliefs. In this sense, the objective of the study is to analyze the journalistic narratives constructed by different vehicles in the days that followed the presidential election of 2010 based on recurrent social representations, and their structural elements , related to two aspects of the trajectory of the President of Brazil, Dilma Rousseff: 1) womanhood ; and 2) its performance in the resistance movement against the military dictatorship. Our aim is to analyze the relationships that are established and how emerge, in journalistic narratives, the applicants symbolic systems on the two central issues in question, in other words, how does the introduction of journalistic discourse and what are the meanings that they disclose about women politicians and members of the resistance groups to dictatorship? Thus, although as a starting point a specific event - the election of a woman to the presidency of the country - the study can not be reduced to it, in that it analyzes not linked to an individual representations, but to a whole group of subjects which shares similar experiences. For this purpose, the study uses the methodological bases especially advocated by critical analysis of journalistic narratives.

Keywords: social imaginary; social representations; journalistic narratives; news; Dilma Rousseff .

LISTA DE SIGLAS

Aerp - Assessoria Especial de Relações Públicas

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

Arena - Aliança Renovadora Nacional

Cenimar - Centro de Informações da Marinha

Codi - Centro de Operações de Defesa Interna

Colina - Comandos de Libertação Nacional

DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

Dops - Departamento de Ordem Política e Social

Ibope - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPM - Inquérito Policial Militar

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POC - Partido Operário Comunista

Polop - Política Operária

PORT - Partido Operário Revolucionário-Trotskista

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SNI - Serviço Nacional de Informação

UNE - União Nacional dos Estudantes

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - SOBRE O SIMBÓLICO NAS NOTÍCIAS: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	14
1.1 - Notícias e mito: considerações para uma aproximação entre narrativas mitológicas e narrativas jornalísticas	19
CAPÍTULO II - UMA MULHER CHEGA AO PODER: SOBRE A PESQUISA	26
2.1 - <i>Corpus</i> da pesquisa	36
2.2 - Narratologia e tematologia: procedimentos metodológicos	42
2.3 - Ditadura, regime e governo militar: considerações sobre as opções terminológicas	48
2.4 - Sobre as representações recorrentes e seus elementos estruturantes: breves explicações	54
CAPÍTULO III - UMA MULHER QUE VALE POR 10 HOMENS: SOBRE O FEMININO NA POLÍTICA	57
3.1 - Mulheres, política e os elementos estruturantes das representações sociais	68
CAPÍTULO IV - mi.li.tan.te adj. 1. que(m) defende ativamente uma causa 2. que(m) adere a um partido, instituição. etc. ~ militância	77
4.1 - A política na militância.....	87
4.2 - “Salto alto não combina com assalto”: o gênero na militância	102
CAPÍTULO V - O JORNALISMO E SEU HORIZONTE DE SENTIDOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES	124
5.1 - A recomposição do acontecimento jornalístico e a análise tematólogica: perfazendo o diálogo entre os aspectos materiais e simbólicos das notícias e as representações recorrentes	127
CONCLUSÕES	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

Cremes – [...] *O orador na tribuna falava cada vez mais alto, dizendo maravilhas das mulheres e barbaridades de você.*

Blêpiro – *E que dizia ele?*

Cremes – *Que você é velhaco...*

Blêpiro – *E você que disse?*

Cremes – *Deixe as perguntas para depois. Que você é larápio...*

Blêpiro – *Só eu?*

Cremes – *Você sim! (mostrando os espectadores) Todos os homens! Você não é homem?*

Blêpiro – *(olhando para a roupa de mulher que vestia) Apesar dessa roupa, sou homem e ninguém pode dizer nada em contrário!*

Cremes – *Mas as mulheres, continuava o orador branco, são um prodígio de bom senso; sabem guardar segredos, são leais e honestas. Elas não denunciam ninguém, não processam ninguém, não falam mal da vida alheia, não entram em golpes contra a democracia, enfim, atribuía mil qualidades às mulheres e não esgotava a fonte de elogios às virtudes delas.*

Blêpiro – *E o que decidiram?*

Cremes – *Ouçã: decidiram entregar o governo às mulheres. Era só o que faltava fazer entre nós para salvar a pátria.*

Blêpiro – *Já foi decretado?*

Cremes – *E sancionado!*

Blêpiro – *Quer dizer que as mulheres agora estão encarregadas de fazer tudo que os homens faziam?*

Cremes – *Exatamente.*

Blêpiro – *Então eu agora não irei mais ao batente?*

Cremes – *E você não terá mais de sustentar a família; será dever de sua mulher.*

Blêpiro – *Não terei mais de levantar cedo?*

Cremes – *Não. De agora em diante isso caberá à sua mulher. Você ficará de papo para o ar, como ela ficava.*

Blêpiro – *Uma coisa que devemos rezear, nós, homens de certa idade, é que, tendo tomado conta do governo, elas queiram nos forçar...*

Cremes – *A fazer o que?*

Blêpiro – *A ser mais... assíduos... Se nós não pudermos elas talvez não queiram sustentar-nos...*

Cremes – *Ora bolas! Afinal a boa vida vale um sacrifício. Dá-se um jeito!*

Blêpiro – *Mas tudo que se faz forçado perde o gosto.*

Cremes – *Não adianta discutir. A maioria resolveu, temos de concordar. Aliás há um provérbio nosso segundo o qual as decisões mais insensatas e mais absurdas acabam favorecendo-nos. Em outras palavras: deus é grego. Que assim seja! Bem, vou andando; e você, cuide de dar conta de seus afazeres domésticos...*

Blêpiro – *Você também.*

O diálogo entre os personagens Blêpiro e Cremes integra a obra “A Revolução das Mulheres”, uma comédia escrita pelo dramaturgo grego Aristófanes e que retrata a sociedade ateniense do século V a.C. Em toda a peça teatral, convergem assuntos diversos

relacionados à situação da mulher naquele período: a luta pela igualdade, as restrições enfrentadas, a dedicação exclusiva à família. A narrativa se constrói em torno de um grupo de mulheres que, vestidas de homem, vai à Assembleia e garante a aprovação de um projeto que determina que o poder seria exercido por elas dali em diante.

Assim como na comédia grega de Aristófanes é a ascensão feminina a um espaço de poder político até então desconhecido por elas o ponto inicial, o “marco zero” digamos, da presente pesquisa: a eleição de Dilma Rousseff como presidente da República em 2010 forneceu os primeiros indicativos do quão produtivo poderia ser um estudo dedicado ao assunto. E, aliás, a atuação política feminina não foi só o ponto inicial, como continuou presente e permeia toda a pesquisa, estabelecendo um dos seus eixos centrais.

Especialmente o trecho por nós citado, da peça teatral de Aristófanes, evidencia a opinião de dois homens sobre o que lhes reserva o futuro em uma sociedade governada por mulheres, mas também as ideias que marcavam a diferença entre o feminino e o masculino. Assim, as mulheres são apresentadas como aquelas que “ficam de papo pro ar” enquanto os maridos trabalham; que cuidam dos “afazeres domésticos”, ao mesmo tempo em que, diferente dos homens, são elas muito mais “leais” e “honestas”. É interessante, a partir dos elementos trazidos pelo diálogo entre os personagens, observar que apesar do lapso de tempo entre os dois momentos históricos - o período em que aquela peça foi escrita e a atualidade - a diferenciação não só comportamental, mas também de papéis e responsabilidades sociais entre homens e mulheres continua a se perpetuar. Mais interessante ainda é constatar que a obra do dramaturgo grego se aplica ao espaço político e aos dilemas que a presença feminina ali suscitam e, da mesma forma como naquele momento, persiste hoje o estranhamento com relação à ocupação pelas mulheres desse espaço.

Foram muitos os trajetos percorridos por nós até que pudéssemos definir que à historicidade da eleição presidencial de 2010 se juntaria o nosso interesse pelos aspectos simbólicos das notícias: para além de narrativas factuais, são elas a expressão dos sentidos que permeiam as relações sociais e definem o comportamento, as crenças e os valores dos sujeitos na sociedade. Assim, de um lado, concentrando o nosso *corpus* empírico, a vitória de uma mulher nas urnas; de outro, fornecendo os principais pontos para a estruturação do referencial teórico da pesquisa, o entendimento sobre o imaginário social, as representações, os mitos e as relações de todos eles com as narrativas jornalísticas. E entre

esses dois extremos nossa discussão se amplia para alcançar os elementos essenciais ao estudo do *corpus* da pesquisa: as representações sociais que definem a percepção dos sujeitos em relação uns aos outros.

Como comentamos há pouco, as representações sobre a presença feminina na política não tem se alterado muito com o passar dos anos. Mas, além das mulheres políticas, há outro ator social que se destaca na nossa análise e que também ganhou espaço na pesquisa a partir da eleição de Dilma: são os militantes de esquerda. Ao mesmo tempo em que se tornou histórica porque alçou uma mulher ao mais alto cargo político da República, a eleição presidencial de 2010 garantiu o poder a uma integrante, durante os anos do regime militar brasileiro, de movimentos de resistência.

Em uma época de intensa e crescente restrição das liberdades políticas, individuais e de expressão, como aconteceu nos anos de 1964 até início da década de 1980, os grupos que se mostraram contrários ao caminho político, mas também econômico e social, seguido pelo país foram proclamados pelo governo militar como verdadeiros inimigos da pátria. Para os próprios militantes, no entanto, aquela resistência era um ato digno e, em certa medida, até mesmo heroico. Essa oposição entre o entendimento social acerca da militância política nos anos da ditadura constitui, portanto, o outro eixo central do nosso estudo.

Desta forma, a presente pesquisa se dedica à análise das representações recorrentes sobre a mulher como ator político e sobre a militância política, dois aspectos marcantes da trajetória de vida da presidente Dilma Rousseff, e de como elas se fazem presentes nas notícias veiculadas nos dias seguintes à eleição de 2010. Verificar se tais representações emergem nas notícias estudadas e de que forma isso se dá, discursivamente e narrativamente, constitui o cerne do nosso estudo. São analisados, para isso, veículos impressos - jornais e revista -, mas também televisivo, a partir das bases metodológicas preconizadas pela análise crítica da narrativa jornalística.

A pesquisa, desta forma, não teria como prescindir de um estudo, primeiro, que se detivesse exatamente nas representações recorrentes sobre esses dois atores sociais que dão sustentação à nossa análise empírica: as mulheres políticas e os militantes. Há que se considerar, ainda, que toda a estruturação da pesquisa se deu a partir de uma premissa teórica que toma as notícias como lócus de expressão do imaginário e das representações sociais. Assim, no primeiro capítulo trataremos os elementos centrais desta nossa premissa,

explicitando as relações que se estabelecem entre as notícias, as representações, o imaginário e os mitos. Vale ressaltar que optamos por trazer, logo de início, o referencial teórico que orienta a pesquisa uma vez que é dele que vem a base definidora do contexto e da parte empírica do estudo.

No capítulo II discutiremos as questões metodológicas, detalharemos o *corpus* da pesquisa, explicitaremos com mais propriedade o cenário de realização do estudo, bem como trataremos de alguns aspectos conceituais que, ao longo da pesquisa, se mostraram necessários. É nos capítulos III e IV que os dois aspectos centrais da vida da presidente eleita enfocados neste estudo serão discutidos: ali, será desenvolvida uma compreensão ampla dos elementos que, estruturalmente, definem as representações sociais sobre uma mulher política e sobre um militante.

No capítulo V, por fim, nos deteremos no estudo propriamente do *corpus* da pesquisa, quando analisaremos as notícias à luz das representações recorrentes e de seus elementos estruturantes acerca dos dois atores sociais acima mencionados, bem como a construção discursiva por meio da qual se dá a apropriação das representações pelas narrativas.

Por fim, trazemos aqui uma citação de um provérbio chinês feita por Gilbert Durand (1996), em um de seus muitos escritos importantes para o desenvolvimento de nossos estudos, e que ajuda a definir a essência do esforço realizado por nós nesta pesquisa - ao lançar mão de conceitos como representação, imaginário e mito - com o intuito de ir além do plano visível das notícias: “se apontares a lua com o dedo, o imbecil olhará para o dedo”. Queremos aqui, portanto, alcançar não o dedo, mas caminhar e, se possível, chegar o mais perto possível da lua.

CAPÍTULO I

Sobre o simbólico nas notícias: imaginário e representações sociais

Outrora os grandes sistemas religiosos desempenhavam o papel de conservatório dos regimes simbólicos e das correntes míticas. Hoje, para uma elite cultivada, as belas-artes, e, para as massas, a imprensa, os folhetins ilustrados e o cinema veiculam o inalienável repertório de toda a fantástica (DURAND, 1997, p. 431).

As palavras de Gilbert Durand em "As estruturas antropológicas do imaginário" (1997) integram à imprensa um aspecto da vida social muito caro à nossa pesquisa: o imaginário. Da frase original do autor, podemos dizer que a distinção entre os veículos de difusão dos regimes simbólicos para a "elite cultivada" e para "as massas" foi hoje substituída por uma espécie de amálgama - considerando que os avanços tecnológicos comunicacionais expandiram o alcance das "belas-artes" e também da própria imprensa¹ -, mas, de toda forma, o trecho revela um aspecto fundamental dos meios de comunicação, especialmente do jornalismo, onde reside nosso interesse: para além das notícias centradas na atualidade, eles "fabricam e emitem [...] os imaginários sociais", como afirma o filósofo polonês Bronislaw Baczko (1985, p. 314).

Na verdade, no jornalismo essas duas "tarefas" - uma construção centrada na atualidade e, outra, no imaginário - não se diferenciam, mas permanecem completamente imbricadas no trabalho cotidiano de estruturação do real: na medida em que necessita apresentar um determinado fato ao público, os veículos jornalísticos selecionam, contextualizam, recontextualizam, estruturam e definem as ocorrências sociais segundo códigos intra e extra organizacionais. Daí que, para além da mediação entre os sujeitos e a realidade, as notícias atuam como instância de estruturação do real.

Em "Discurso das Mídias", Charaudeau (2009) lembra que os meios de comunicação funcionam sob uma dupla lógica: econômica – na medida em que atuam como empresas, fabricantes de um determinado produto – e simbólica, considerando a importância que exercem na construção da opinião pública. Nesse sentido, o autor afirma

¹ Inserem-se aqui as ponderações de Walter Benjamin (1935) que, ao mesmo tempo em que critica a perda da "aura" da obra de arte, traz a questão da emancipação que a reprodutibilidade técnica dá a esta mesma obra de arte, sem desconsiderar, obviamente, as discussões que daí se instauram a respeito da dicotomia entre o valor de culto e o valor de exposição.

que um estudo da “máquina midiática” não pode prescindir de uma análise que leve em conta seus três lugares de construção de sentido: produção, produto e recepção. Especificamente em relação ao primeiro deles, Charaudeau destaca que além das condições socioeconômicas da empresa jornalística (modos de funcionamento e hierarquização do trabalho, por exemplo), há que se pensar ainda nas condições semiológicas de produção da notícia, ou seja, para apresentar um determinado fato ao seu leitor, o jornalista lança mão não só dos valores-notícia, como também do conjunto de significações, da rede simbólica de interpretações das quais dispõe a fim de tornar aquele fato inteligível (MOTTA, L., 2000).

Como sujeito social imerso em uma realidade, o jornalista traz para as notícias elementos que fornecem pistas sobre o “mapa de mundo” que ele constrói constantemente a partir justamente dessa sua imersão na realidade social. Neste caso, estamos considerando que o ato do jornalista de trazer elementos que escapam à objetividade característica da profissão é um ato inconsciente, ou seja, ao projetar ali as suas próprias referências de compreensão do mundo ele está recorrendo a um recurso não intencional no intuito de dar ao fato um sentido com o qual o interlocutor se identifique, permitindo assim que a notícia cumpra seu papel comunicativo. Porém, havemos de considerar que há situações em que esse recurso se torna intencional, situações essas que se vinculam diretamente às condições socioeconômicas da empresa jornalística de que fala Charaudeau.

O fato é que, como destaca Sodré (2010, p. 29), a articulação entre as instituições, as práticas sociais e culturais e os meios de comunicação fazem com que a mídia se apresente como “o lugar por excelência da produção social do sentido”. Nesse cenário, “como uma prática discursiva de construção de significados sobre os acontecimentos” (MOTA, 2012, p. 207), o jornalismo amplia o nosso conhecimento sobre a realidade: ou seja, na medida em que informam e explicam, as notícias também fornecem referências à vida social, difundem valores, crenças, normas de comportamento, pontos de vista (BIRD; DARDENNE, 1999). E é justamente por isso que tomamos as notícias aqui como sistemas simbólicos, pois - como destaca Motta (L., 2002a, p. 14) - “o conteúdo explícito das notícias importa. Mas importa menos pela absorção de seus significados imediatos e muito mais pelos sentidos culturais que disseminam”.

São também as referências à vida social fornecidas pelo jornalismo que justificam a nossa concepção das notícias como narrativas jornalísticas, concepção esta que ficará ainda

mais evidente quando discutirmos, adiante, as questões metodológicas que orientam o presente estudo: o discurso construído pelos meios de comunicação, na medida em que dissemina valores culturais, são sim estórias, e sem que isso signifique abandonar a noção de realidade social sob a qual se apoia o jornalismo e adotar uma posição puramente ficcional.

São nos sistemas simbólicos, por sua vez, que, segundo Baczko (1985, p. 311), o imaginário social se assenta e por meio dos quais ele atua, ou seja, é o imaginário que fornece aos sistemas simbólicos - no nosso caso, o jornalismo - as “orientações” que guiam os indivíduos nas relações que eles estabelecem com os demais.

Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1985, p. 311).

Sendo assim, ao se constituírem como sistemas simbólicos as notícias comportam expressões do imaginário social compartilhado pelos sujeitos. Dênis de Moraes (1994, p. 28) define o imaginário social como “um substrato ideológico mantido pela comunidade”, pois é nele que está depositada a memória que os grupos sociais recolhem do seu cotidiano. “Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores sobre si mesmos e de uns sobre os outros, ou seja, como eles se visualizam enquanto partes de uma coletividade”, afirma o autor.

Para Juremir Machado da Silva (2003, p. 2), o imaginário é uma “rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente”. Segundo ele, ao mesmo tempo em que é reservatório – das imagens e leituras de mundo que permeiam o social –, o imaginário também é motor, que impulsiona os indivíduos à ação: “o homem age (concretiza) porque está mergulhado em correntes imaginárias que o empurram contra ou a favor dos ventos”. Aliás, acerca desta última “função” do imaginário, como motor, vale retomar aqui as palavras de Durkheim em “Sociologia e filosofia” (1970):

Aquilo que nos dirige não são as poucas ideias que ocupam presentemente nossa atenção; são, isto sim, os resíduos deixados por nossa vida anterior, são os hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que disso nos apercebamos, são, em uma palavra, tudo aquilo que constitui nossa característica moral (DURKHEIM, 1970, p. 20).

Gilbert Durand (1998, p. 92), ao apresentar um esquema do funcionamento do imaginário - ao qual ele chamou de “tópica” (lugar) sociocultural do imaginário - com base no esquema desenvolvido por Freud para explicar o funcionamento da psique humana (*id*, *ego* e *superego*), destacou que ao longo das “estruturas” do imaginário os papéis desempenhados no ‘jogo social’ passam a ser valorizados positiva e negativamente até que, aqueles que são valorizados positivamente, se institucionalizam. Esta fase, digamos, “final” seria o *superego* da sociedade, com base na comparação de Durand.

Ao falar em institucionalização de papéis, portanto, o autor remete à função definidora do imaginário quanto a valores, crenças e normas de comportamento - como comentamos acima -, já que a valorização positiva ou negativa pressupõe a definição do “adequado” e “inadequado”, ou do “correto” e “incorreto”, mas remete ainda a um produto do imaginário social que se vincula diretamente à sua função definidora, ou seja, é por meio desse sistema de conteúdos representativo de uma sociedade em que consiste o imaginário que se formam as representações humanas. Como destaca Maffesoli (2001, p. 76), “a existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado”.

Assim, segundo o francês Serge Moscovici (2003, p. 32), as representações sociais “são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados”. Denise Jodelet (1989, p. 1) explica que nós construímos representações para nos ajustar, conduzir e localizar no mundo em que vivemos: elas “nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatui-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la”.

Baczko (1985) fala em “ordenar” e regular a vida em sociedade na medida em que, por meio das representações, a coletividade

designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns;

constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985, p. 309).

O termo *social* que acompanha a *representação* evidencia, por sua vez, o seu caráter coletivo e consensual: elas não são criadas por um, mas sim por vários indivíduos e compartilhadas por eles, além de se darem por meio de um processo dialógico, conversacional. Como destaca Jodelet,

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm (JODELET, 1989, p. 8).

A referência ao processo dialógico que justifica o *social* das representações traz oportunamente à nossa discussão o papel da linguagem, mais especificamente do discurso, no processo de construção e difusão simbólica. Baczko (1985, p. 311), inclusive, destaca que o imaginário social “torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”.

Assim, é o discurso uma “estratégia interlocutória do sujeito social” (SODRÉ, 2010, p. 12) que permite organizar a linguagem com vistas a estabelecer a interação e a compreensão entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que difunde subjetividades. Em se tratando de notícias, a estruturação do discurso se apresenta como um ponto central: o uso e disposição das estratégias narrativas determinarão o poder persuasivo do discurso em questão. Afinal, a persuasão se coloca como importante fundamento das concepções teóricas apresentadas inicialmente, acerca do papel estruturador da realidade operado pela mídia e do papel comunicativo das notícias.

Para Adilson Citelli (2004, p. 6), “é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo”. Persuadir significa buscar a adesão de outros indivíduos a uma determinada ideia, perspectiva e, para isso, nem sempre o interlocutor

necessita trabalhar com a verdade: muitas vezes a verossimilhança² é suficiente. No caso das notícias, é a “validade interna” de que fala Gaye Tuchman (1999, p. 262).

Para se ter ideia da importância exercida pela estruturação do discurso no âmbito midiático, Citelli (2004) destaca uma fala do dramaturgo alemão Bertolt Brecht segundo o qual “uma das funções de quem trabalhava com comunicação de massa seria nomear corretamente as coisas”. Acerca disso, Citelli (2004, p. 35) complementa: “como se vê, a linguagem não é ingênua, e os recentes modos de dizer podem estar escondendo novas formas de organizar a sociedade”. Na verdade, a estruturação do discurso é que torna possível a convivência, nos produtos jornalísticos, entre seus elementos objetivos, factuais, e aqueles subjetivos. Dênis de Moraes (1994, p. 27) afirma que “os fios da teia midial encobrem os códigos ideológicos que regem os procedimentos discursivos”, destacando assim que as notícias não são desprovidas de intencionalidade.

Considerando, portanto, que a veiculação de expressões do imaginário social, assim como das representações que são produto deste imaginário, dá às notícias o status de sistemas simbólicos, veiculação esta que se torna possível a partir da estruturação discursiva e narrativa das notícias, avançamos aqui um pouco mais para acrescentar uma nova perspectiva, complementar: as notícias se constituem como mitos, já que ambos atuam como modelo de e para uma cultura (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 266). Assim como o imaginário se expressa por meio das notícias, também ele se expressa por meio dos mitos, os quais também são sistemas simbólicos e, portanto, “plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida” (MORAES, D., 1994, p. 38).

E é nesta aproximação, entre notícias e mito, que nos deteremos a partir do tópico seguinte.

1.1 Notícias e mito: considerações para uma aproximação entre narrativas mitológicas e narrativas jornalísticas

“As narrativas midiáticas não dão conta da realidade, mas dão conto à realidade”. O jogo de palavras utilizado pelo espanhol Albert Chillón (2000, p. 122) traz à tona a articulação simbólica por meio da qual as notícias tecem o cotidiano, ao mesmo tempo em

² Verossímil é “aquilo que se constitui em verdade a partir de sua própria lógica” (CITELLI, 2004).

que as toma como verdadeiras estórias. É, nesse sentido, que consideramos aqui as notícias como mitos: da mesma forma que estes últimos, as narrativas jornalísticas dão sentido à vida individual de forma “mitopoética”, articulando sentidos e representações (CHILLÓN, 2000).

As considerações que aqui apresentamos acerca desta aproximação, entre as narrativas jornalísticas e as narrativas mitológicas, se deram a partir de um extenso estudo que reuniu contribuições desenvolvidas por autores diversos sobre o conceito de mito, entre os quais destacamos Mircea Eliade, Roland Barthes, Gilbert Durand, Ernst Cassirer, Luis Felipe Miguel e Raphael Patai. Vale lembrar que os estudos desenvolvidos por esses autores partem de âmbitos distintos: seja das religiões, da política, do Estado, e até mesmo dos próprios meios de comunicação como é o caso de Durand (1998), que realiza um estudo acerca do imaginário a partir do que ele intitula “explosão do vídeo”, ou seja, o crescente progresso das técnicas de reprodução por imagens e dos meios de comunicação especialmente a partir do século XX quando, segundo ele, surge a civilização da imagem. Especialmente Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1999) nos forneceram contribuições bastante específicas, uma vez que eles próprios sugerem uma aproximação do tipo.

Na verdade, o estudo desenvolvido por nós relativo ao conceito de mito tinha, *a priori*, uma intenção muito mais exploratória, de entendimento de fato, do que propriamente uma aplicação específica na pesquisa. Ao longo do estudo, no entanto, verificamos que havia, nos materiais dos diversos autores consultados, uma convergência entre aspectos que estavam inscritos nos conceitos apresentados por eles, de tal forma que se estabelecia uma base estruturante para o *mito* que independia da área do conhecimento ao qual ele se vinculava.

Ao mesmo tempo, portanto, esta base estruturante vinha ao encontro das nossas pesquisas sobre as notícias e seus sentidos, sobre seu caráter simbólico, de forma que vimos a possibilidade de estabelecer um entendimento de mito aplicado ao âmbito das notícias, ou seja, dos produtos jornalísticos. A nossa aproximação se justifica na medida em que temos definida a similitude entre as duas narrativas.

Concluimos, então, que tomar a narrativa jornalística como uma narrativa mitológica implica em considerar que o mito é um discurso que, como uma realidade instaurativa, visa persuadir e convencer por meio da fixação de modelos, valores, ideologias e crenças. Na medida em que sintetiza, cria e recria conteúdos sociais de

significativa carga simbólica e valorativa, o mito funciona como elemento de coesão social dentro de um determinado grupo.

Tendo definido, assim, o entendimento de mito utilizado na presente pesquisa apresentaremos, a seguir, a análise pormenorizada de cada uma de suas características estruturantes a fim de permitir a compreensão das raízes teóricas que o integram.

a) O mito é mediado pela linguagem: como discutimos na primeira parte deste capítulo, a linguagem exerce um papel fundamental nas construções simbólicas, uma vez que é por meio dela – e aqui nos referimos não só à linguagem escrita, mas também à linguagem visual, por exemplo – que é possível objetivar conteúdos essencialmente subjetivos e, ao mesmo tempo, no caso das notícias, permitir que eles se integrem. É, aliás, a subjetividade que caracteriza o imaginário, no sentido de que ele consiste em construções mentais ou, como afirma Moraes (D., 1994, p. 47), uma vivência subjetiva de um pensamento não verificável. Assim, é por meio da análise cuidadosa dos modelos, valores e comportamentos expressos a partir da utilização de recursos da linguagem que é possível acessar os conteúdos mitológicos.

Em “Linguagem e mito”, Cassirer (1972) traz estudos desenvolvidos por um outro autor, Max Muller, segundo o qual “a mitologia é a obscura sombra que a linguagem projeta sobre o pensamento”. Assim, para ele o mito é condicionado e mediado pela linguagem. Roland Barthes (1993, p. 131), por sua vez, desenvolve seus estudos a partir da semiologia, fazendo um paralelo entre a estrutura semiológica definida por Saussure e outra estrutura, definida por ele próprio e específica para o mito, e afirma: “já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso”. Em “As estruturas antropológicas do imaginário”, Durand (1997) apresenta as razões de sua discordância com relação ao pensamento de Barthes: pensar o mito como um sistema semiológico segundo representa uma desvalorização do mito em relação à linguagem.

Ora, é esta secundaridade que a antropologia contesta: nem a psicologia da criança, nem a psicologia do primitivo, nem a análise do processo formador de imagem no adulto civilizado permitem afirmar que o símbolo seja segundo em relação à linguagem conceitual. Nada, absolutamente nada, permite dizer que o sentido próprio prima cronologicamente, e com mais razão ontologicamente, o sentido figurado (DURAND, 1997, p. 394).

Julgamos pertinente apresentar aqui as visões distintas no que concerne a esta primeira característica do mito, embora não seja nosso intuito aprofundar-nos nelas. Ressaltamos, de toda forma, que não pretendemos reduzir o mito à linguagem, afinal, de fato Durand (1997) tem razão quando afirma que o simbolismo é anterior à significância: mesmo antes de conhecer as estruturas semiológicas, as crianças, por exemplo, já conseguem se comunicar e se fazer entender. De todo modo, tratamos aqui das notícias e, por isso, a linguagem se apresenta como elemento fundamental, considerando que ela permite que as narrativas jornalísticas conjuguem aos aspectos materiais do texto, explícitos, aqueles que primam pela imaterialidade, tornando-as assim um espaço de expressão do imaginário e das representações sociais;

b) O mito se constitui a partir de e como uma realidade: ao discutir a função do mito na vida social do homem, Cassirer (1976, p. 63) - em “O mito do Estado” – afirma que o mito é uma objetivação da experiência do homem, não da sua experiência individual, e completa: “o mito genuíno não possui essa liberdade filosófica; porque as imagens sobre as quais ele vive não são conhecidas como imagens. Não são consideradas como símbolos, mas como realidades”. Acerca disto, Maffesoli (2001, p.76) acrescenta: “o imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual”. Aqui pretendemos mostrar que os mitos tanto se constroem a partir de uma estruturação simbólica social pré-existente enquanto, ao mesmo tempo, se apresentam como uma realidade. Vamos às explicações.

O imaginário social está repleto de valores, modelos e percepções sociais. Os mitos são, assim, formas de expressão deste imaginário, ao mesmo tempo em que também fixam padrões, reatualizam, recriam e resignificam o imaginário que os precede em um processo contínuo. Maffesoli (2001, p. 81), inclusive, ao comentar sobre as tecnologias do imaginário – como o cinema e a televisão -, sintetiza dizendo que “as tecnologias do imaginário bebem em fontes imaginárias para alimentar imaginários”. Segundo ele, a técnica é um fator de estimulação imaginal.

É nesse sentido que desenvolvemos a segunda característica do mito: considerando tanto o sistema simbólico anterior à estruturação das notícias, quanto aquele que se instaura por meio delas, sem deixar de lado a validade, a realidade que deles emerge.

Em “O mito e o homem moderno”, Patai (1974, p. 14) faz uma comparação semelhante ao falar sobre o papel ativo que o mito possui na “modelagem da vida social”: ele fala em “uma recíproca fecundação cruzada” entre o mito e aspectos da vida cultural, como costumes, crenças e instituições, já que ao mesmo tempo em que valida ou autoriza esses aspectos, o mito é diretamente responsável pela criação deles. “Novos mitos criam novos padrões socioculturais e, inversamente, novos costumes e novas situações sociais criam novos mitos”.

A citação a seguir é um interessante exemplo de como se dá a formação dos mitos, a interferência social a que estão sujeitos e sua transformação em modelos sociais legítimos ou institucionalizados e, portanto, reais:

Portanto, os conteúdos imaginários (os sonhos, desejos, mitos etc.) de uma sociedade nascem durante um percurso temporal e um fluxo confuso, porém importante, para finalmente se racionalizarem numa “teatralização” de usos “legalizados”, positivos ou negativos, os quais recebem suas estruturas e seus valores das várias “confluências” sociais (apoios políticos, econômicos, militares etc.), perdendo assim sua espontaneidade mitogênica em construções filosóficas, ideologias e codificações (DURAND, 1998, p. 96).

c) O mito como um discurso persuasivo: ao comentar sobre os modernos mitos políticos, Cassirer (1976, p. 301) afirma que a palavra possui tanto uma função semântica, descritiva, quanto uma função mágica, onde a persuasão é o ponto central: assim, o mito é o exemplo do predomínio da palavra mágica sobre a semântica, já que ao invés de estabelecer proibições, por exemplo, ele garante o controle dos atores sociais por meio do convencimento. Retornamos, portanto, às questões que apontamos inicialmente acerca do discurso persuasivo acrescentando-lhe a noção de que, aqui, o discursivo jornalístico é um discurso mitológico.

Mas e como se estabelece a persuasão neste caso? Segundo Durand (1998, p. 60), “o mito não é nem um discurso para demonstrar nem uma narrativa para mostrar”: ele se serve das instâncias de persuasão. E é aí que o autor discute o que chama de qualidade essencial do mito: a redundância. Para Durand, a construção de um mito necessita contar com a repetição, ou sincronicidade, das ligações simbólicas que o compõem. “O mito não raciocina nem descreve: ele tenta convencer pela repetição de uma relação ao longo de

todas as nuances possíveis”, afirma o autor (ibidem, p. 86). Também Raphael Patai (1974, p. 15), ao comentar sobre por que o mito influencia nossas vidas, fala que é preciso haver repetição: “a verdade do mito requer repetição para poder produzir impacto sobre o seu público”, afirmou ele.

Podemos relacionar essa terceira característica com a sensação que temos, ao ler uma revista ou assistir o telejornal, de que aquela notícia não é nova para nós. A essa sensação Motta (L., 2000) chama ressonância: acontecimentos diferentes são codificados da mesma forma, a partir das mesmas estruturas, dando-nos a ideia de que já lemos a mesma notícia várias vezes. Esse exemplo evidencia que os sentidos culturais, as construções simbólicas das notícias permanecem invariáveis, de forma que cada vez que o leitor acessa diferentes narrativas, em diferentes veículos, mas que trazem consigo as mesmas estruturas simbólicas, há um reforço do imaginário recorrente e uma repetição dos valores e crenças estabelecidas, de forma que aquele discurso persuade seu interlocutor. Vale, portanto, para o jornalismo as palavras de Durand (1997, p. 356): “Mais do que contar, como faz a história, o papel do mito parece ser o de repetir, como faz a música”;

d) O mito possui uma carga simbólica e valorativa: inicialmente, discutimos sobre o esforço de interpretação feito pelos jornalistas durante o trabalho de estruturação das notícias, tendo em vista obter a compreensibilidade de seu público. Nesse processo o jornalista lança mão de recursos mentais conscientes, racionais, e de “impulsos inconscientes, as suas imagens mentais mais profundas” (MOTTA, L., 2000, p. 2). E é justamente aí que as notícias adquirem sua carga valorativa: elas dizem o que é bom ou mal, ético ou não. “O mito delinea as fronteiras do comportamento aceitável ao contar histórias”, afirmam Bird e Dardenne (1999, p. 266). Já Mircea Eliade (1990, p. 10) destaca que “a função mestra do mito é a de fixar os modelos exemplares”. Assim, as percepções culturais contidas nas notícias vão sendo reforçadas no inconsciente coletivo sempre e a cada vez que o público tem acesso a elas (aqui lembremo-nos da redundância de que fala Durand e sobre a qual acabamos de comentar).

Por isso que, para os antropólogos, o estudo das narrativas é tido como um ponto de acesso à determinada cultura: por meio dos textos a sociedade codifica valores e guias de comportamento. São as notícias um modelo, um sistema simbólico que vai regular a atuação dos indivíduos;

e) O mito como meio de acesso ao imaginário social: uma vez que os mitos comportam tamanha carga valorativa e simbólica, eles trazem consigo uma atmosfera (para utilizar um termo de Maffesoli) maior, que é o imaginário. Como destaca Baczkó (1985, p. 312), o imaginário social integra sistemas complexos, dentre os quais se incluem os mitos. Ou seja: o mito é uma forma de veicular o imaginário de uma sociedade.

É nesse sentido que falamos em buscar nas notícias os valores, as normas de comportamento e crenças que constituem a vida social dos indivíduos, pois consideramos que as narrativas jornalísticas, como narrativas mitológicas, trazem consigo expressões do sistema de conteúdos representativo da sociedade;

f) O mito como elemento de coesão social: ao tratar do mito no âmbito da política, Luis Felipe Miguel (2000, p. 38) afirma que esse é um recurso capaz de “garantir a submissão das massas” e, assim, garantir também o funcionamento da sociedade. Nesse sentido, o discurso mitológico funcionaria como elemento de coesão social. Raphael Patai (1974, p. 284) utiliza a expressão “força unificadora” ao comentar sobre o papel do mito nos governos democráticos. No caso em questão, tendo as notícias como mitos, não é diferente. Ao mesmo tempo em que fixa normas, padrões e modelos de comportamento, a mídia estabelece formas de condutas que, quando transgredidas, são condenadas. Ou seja: a sociedade como um todo passa a agir segundo regras pré-estabelecidas, formando um todo social homogêneo e coeso.

As seis características apresentadas acima detalham e definem, portanto, o conceito de mito aplicado às notícias que desenvolvemos no presente estudo. Além do conceito em si, todas as noções expressas neste capítulo serão fundamentais para o desenvolvimento das ideias seguintes, uma vez que o presente estudo se centra justamente nas relações que as notícias estabelecem com o imaginário e as representações sociais que dele emergem.

CAPÍTULO II

Uma mulher chega ao Poder: sobre a pesquisa

A eleição presidencial de 2010 no Brasil atualizou a presença feminina na cena política nacional: depois de chegar ao segundo turno da disputa nas urnas e derrotar o candidato José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) alcançou a Presidência da República. O ineditismo da conquista fez com que as questões de gênero marcassem, então, grande parte do noticiário veiculado antes, durante e depois das eleições, no Brasil e fora dele.

No sul do país, o *Jornal de Santa Catarina* colocou na capa do dia 1º de novembro uma referência à história da luta feminina por direitos políticos: “No dia 31 de outubro de 2010, mais de 55 milhões de brasileiros colocaram na Presidência da República uma mulher nascida somente um ano depois da eliminação de todas as restrições ao voto feminino no Brasil. Esta mulher se chama Dilma Rousseff”, e a assinatura com o nome da presidente fazia alusão à escrita com batom. No Ceará, o jornal *O Povo* trouxe na manchete de capa: “Senhora presidente - Dilma Vana Rousseff, 62 anos, 34ª presidente do Brasil, primeira mulher eleita na história da República”. O carioca *Extra* afirmou “Acabou o clube do bolinha”.

Fora do Brasil, a manchete do espanhol *El País* anunciava: “Rousseff, primera mujer que logra la presidencia de Brasil”. No inglês *The Guardian*: “Dilma Rousseff set to be Brazil’s first female president”. A manchete do *Clarín*, na Argentina, em 1º de novembro, dizia “También em Brasil una mujer llegó a la Presidencia”. E no Equador, o jornal *Hoy* estampou a foto da presidente eleita com o seguinte título “Dilma, la 12ª presidenta de América”³. De fato, era impossível ignorar que, pela primeira vez, uma mulher alcançava o mais alto posto da República.

Mas, além das questões de gênero, falar sobre a presidente Dilma também suscitava outro momento importante de sua trajetória política e de vida: há 50 anos, ela se juntava a outros brasileiros que, descontentes com o governo instaurado a partir de 1964, empreendiam lutas contra o regime militar. No Brasil, a revista *Época* trouxe uma edição durante a campanha eleitoral, em agosto de 2010, cuja capa anunciava: “O passado de Dilma - Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel

³ Capas dos jornais disponíveis em: <www.noticias.uol.com.br/album>. Acesso em: 26/5/2013.

na luta armada contra o regime militar”. Já o jornal britânico *The Guardian*, em uma matéria online que acompanhava os primeiros resultados da votação no Brasil naquele ano, divulgou: “First exit polls predict that Dilma Rousseff, a former Marxist Rebel, had won after taking 58 percent of the vote”⁴. O *The New York Times*, em um texto assinado por jornalistas da agência de notícias Reuters e publicado no site, falou em “ex-líder de guerrilha”⁵. Dois anos depois do início do governo, a presidente Dilma estampou a capa da revista americana *Forbes* como a terceira colocada no ranking das mulheres mais poderosas do mundo. Ao lado da foto de capa da presidente estava escrito “A former marxist stokes an entrepreneurial engine”⁶.

Como se vê, a condição feminina de Dilma e sua atuação nos grupos de resistência durante o período da ditadura militar pautaram fortemente a cobertura jornalística sobre a eleição presidencial brasileira de 2010 e, assim, despertaram especialmente o nosso interesse. Guerrilheira, rebelde, marxista, militante, insurgente, revolucionária, mulher de fibra, durona, mãe, divorciada, avó: a mídia encontrava suas próprias formas de nomear a então presidente, seu passado, sua personalidade, sua atuação. As construções simbólicas presentes ali, no entanto, não surgiam ao acaso: o imaginário social está aí, enquanto um modo de ser partilhado por todos. “Todo imaginário é uma narrativa. Uma trama. Um ponto de vista. Vista de um ponto”, afirmou Juremir Machado da Silva (2003).

Há tempos, os baixos índices de participação das mulheres em espaços de poder político e de tomada de decisão têm integrado a agenda de investigações de pesquisadores em todo o mundo. Sabe-se que, no caso brasileiro, a presença mais expressiva de mulheres no âmbito parlamentar só começou a se efetivar no final dos anos 80 - com o fim do regime militar e iniciativas mundiais como o Ano Internacional da Mulher em 1975 (TABAK, 2002) -, mais de meio século depois da eleição da primeira mulher para o Congresso Nacional, a paulista Carlota Pereira de Queiroz, em 1934.

Os anos 80 foram muito ricos de experiências para as mulheres brasileiras no campo da participação política e da luta pela democracia. Primeiro, porque o povo brasileiro reconquistou vários direitos suprimidos pelos militares após o golpe: votar para governadores de Estado e para prefeitos das capitais [...]. Ao mesmo tempo, haviam-se criado por todo o país, a partir de 1975, grupos de mulheres que aderiam às ideias do feminismo e incluíam em suas campanhas e plataformas algumas demandas que não

⁴ Primeiras pesquisas indicam que Dilma Rousseff, uma ex-marxista rebelde, irá vencer com 58% dos votos (tradução nossa).

⁵ Cobertura das eleições 2010 - UOL.

⁶ Uma ex-marxista alimenta um motor empresarial (tradução nossa).

estavam presentes nos movimentos e nas organizações anteriores aos anos 60. Entre elas estava a denúncia do sexismo na educação, do machismo, da opressão da sociedade patriarcal, da discriminação por motivo de sexo, do não reconhecimento do direito da mulher a decidir sobre seu próprio corpo, da despenalização do aborto, da violência sexual (TABAK, 2002, p. 70-71).

De acordo com Clara Araújo (1998, p. 3), foi a partir dos anos 90 que a relação das mulheres com o poder de Estado, do ponto de vista das estratégias de participação nas instâncias decisórias, ganhou atenção das lutas feministas que, até então, denunciavam e contestavam a natureza do Estado e seus mecanismos geradores de exclusão. Assim também - como veremos mais adiante, quando tratarmos especialmente da militância política durante os anos do regime militar -, as discussões propriamente relacionadas a questões de gênero não integravam desde o início, em sua grande maioria, a pauta de reivindicações das mulheres que fizeram parte dos grupos e organizações de esquerda naquele período: a justiça social e o fim das desigualdades eram o que as motivava a lutar contra a realidade política que se instaurou a partir do golpe de 64.

No entanto, o fato é que “o recrudescimento da repressão por parte dos regimes autoritários, os golpes militares que derrubaram do poder governos constitucionais livremente eleitos” contribuíram para elevar o nível de conscientização política da mulher latino-americana e sua presença se fez sentir com muito mais força (TABAK, 2002, p. 25). A luta feminina em prol da anistia, e não somente a atuação daquelas que eram militantes de esquerda, é exemplo disso.

À conscientização política, no entanto, não se seguiu um incremento significativo da participação e presença efetivas das mulheres no espaço público decisório: como destaca Fanny Tabak, são poucos os países da América Latina que possuem um número considerável de mulheres filiadas a partidos políticos ou nos quais existe uma tradição de militância partidária. No Brasil, a sub-representação feminina em posições de comando e poder político é uma realidade: na Câmara dos Deputados são hoje 44 mulheres titulares em exercício e 454 homens enquanto, no Senado Federal, são 10 senadoras e 71 senadores⁷. Em cada uma das casas legislativas a porcentagem de mulheres não chega a 15% do número total de parlamentares. Feitosa (2012, p. 139) ressalta que o Brasil é a

⁷ Os números foram obtidos por meio das informações relativas aos parlamentares disponibilizadas nos sites institucionais da Câmara e Senado e atualizados em abril/2014.

oitava economia do mundo, mas ocupa o 110º lugar em participação política feminina no Parlamento.

Retrato da desproporcionalidade na ocupação dos cargos políticos a nível federal pelas mulheres, o Congresso Nacional, no entanto, não é o único. Os números registrados no poder Executivo das cidades brasileiras também seguem na mesma direção: em 88% dos municípios, os prefeitos que assumiram seus cargos em 2013 eram homens, enquanto as mulheres foram eleitas prefeitas em 654 cidades - sendo uma delas a capital do Estado (Boa Vista/RR)⁸. É interessante observar ainda que o percentual de prefeitas governando as cidades do país atualmente - cerca de 11% - é o mais alto de todos os tempos: em 2008 elas responderam por pouco mais de 9% do número total de prefeitos eleitos⁹ e, nos últimos 16 anos, o percentual de aumento da quantidade de prefeitas foi de 8%.

É fato que, como afirma Anne Phillips (2001, p. 11), “o monopólio masculino sobre o emprego pago tem sido severamente abalado”, seja pela busca de satisfação, realização pessoal e autonomia, ou ainda pela necessidade de complementação da renda familiar. No entanto, o acesso de mulheres a posições de liderança e poder nas mais diversas instituições – políticas ou não – ainda é minoritário, sendo que “o número de mulheres decresce progressivamente conforme se ascende aos mais altos níveis da hierarquia” (NOGUEIRA, 2006, p. 58).

Em “A dominação masculina”, Bourdieu (2012) destaca que a divisão entre homens e mulheres se estabelece não só com relação às atividades produtivas, como também no trabalho de manutenção do capital social: os homens detêm “o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de *representação*, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 60, grifo do autor). O espaço político é, assim, tido como um dos mais “sérios” para a vida social: é de lá que surgem deliberações, leis, decretos, normas que orientam a existência de toda uma comunidade. E é justamente nesse espaço que se conserva ainda um dos mais significativos estranhamentos com relação à atuação feminina. Segundo Tabak (2002, p. 103), “o fato de que existam algumas mulheres Primeiro Ministro ou chefes de Estado apenas confirmam a regra (de poucas mulheres ocupando posição de destaque na política), em virtude de sua excepcionalidade”.

⁸ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/5-565-prefeitos-tomam-posse-hoje-em-todo-brasil>>; Acesso em 10/6/2013.

⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1165829-numero-de-prefeitas-eleitas-e-recorde-no-brasil.shtml>>; Acesso em 10/6/2013.

Para Luís Felipe Miguel (2010), “as mulheres dispõem de menos tempo livre, que é o recurso crucial para a ação política”, já que são elas as principais responsáveis por gerir o lar e cuidar dos filhos, e este seria um dos motivos para a significativa desigualdade de participação entre homens e mulheres no espaço político. Além disso, a parcela menor de recursos econômicos que elas controlam – dadas as desigualdades de salário quando comparados aos dos seus cônjuges, por exemplo – também se coloca como um empecilho ao crescimento do número de mulheres presentes no universo decisório.

Já Tabak (2002, p. 23) aponta razões menos pragmáticas para a baixa participação política da mulher na América Latina, e que se vinculam mais diretamente às construções simbólicas que permeiam o social, tais como: o condicionamento cultural, que reforça a aceitação de ideias, valores e explicações ‘científicas’ sobre o comportamento, a sexualidade, a capacidade intelectual e a personalidade das mulheres; o sistema educacional deformado que define papéis sexuais e reproduz estereótipos, a exemplo de carreiras profissionais ditas femininas ou masculinas; a influência da religiosidade e particularmente da Igreja Católica, que “induz milhares de mulheres a assumir determinadas posições em face de questões cruciais tais como casamento, planejamento familiar, aborto, divórcio, virgindade, etc.”; e os meios de comunicação de massa, os quais continuam a difundir preconceitos, mitos, estereótipos e tabus e “seguem usando a mulher como objeto sexual [...]. A isso se acrescenta a intenção deliberada de reforçar os papéis femininos ‘tradicionais’: a mãe dedicada, a esposa virtuosa e cristã” (TABAK, 2002, p. 45).

É, assim, indiscutível que a participação política feminina está intimamente ligada à representação sobre as mulheres que permeia os mais variados discursos sociais (CARVALHO; FINAMORE, 2006). Como destaca Miguel (2010), uma vez que “o universo da política é construído socialmente como algo masculino”, há uma inibição da ambição política entre as mulheres, fazendo com que elas não desejem disputar eleições e conquistar cargos. Desta forma, “há, aqui, uma excelente ilustração daquilo que Pierre Bourdieu chamava de *efeito de doxa*, isto é, nossa visão do mundo social constringe nosso comportamento, comprovando (e naturalizando) aquilo que pensamos” (MIGUEL, 2010, grifo do autor).

Ana Maria Colling (1999, p. 104-105) destaca que a construção da identidade feminina está enraizada na interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas por

discursos masculinos, de tal forma que elas consentem com as representações dominantes sobre as diferenças entre homens e mulheres. Durante o período do regime militar no Brasil, quando mulheres integraram grupos e organizações de esquerda, a resistência não se limitava à oposição ao poder político instituído: na verdade, as militantes precisaram resistir aos discursos da repressão, da própria esquerda e da sociedade em geral que atribuíam a elas algum tipo de desvio. “Mulher normal, certamente não é” diziam, dado o estranhamento em ver aquelas mulheres ocupando um lugar que era tido como reservado aos homens. Muitas militantes, inclusive, também reforçavam a ideia de que política não era um bom lugar para mulheres, atribuindo a si próprias a noção de papel desviante.

As sociólogas Clara Araújo e Celi Scalon (2005), em um estudo que mapeou as relações entre gênero, família e trabalho no país, destacam que a dimensão cultural das construções simbólicas exerce influência fundamental sobre as atribuições e lugares sociais de homens e mulheres na divisão do trabalho. Segundo as autoras, a significativa aceitação do trabalho feminino fora do ambiente doméstico não significa necessariamente uma alteração das representações simbólicas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres, pois ao mesmo tempo em que se defende a participação de ambos na renda familiar, permanece a defesa dos papéis dicotômicos: homem deve ganhar dinheiro e as mulheres devem cuidar da casa. Assim,

do ponto de vista cultural e econômico, as mudanças ocorridas que tornaram imperativo o trabalho das mulheres fora de casa não parecem suficientes para reduzir a adesão à representação de que o trabalho da mulher significa perda, ainda que muitos considerem intocável a esfera afetiva da relação mãe-filho (PICANÇO, 2005, p. 169).

Uma vez que as representações sociais - esse conjunto de ideias, imagens e paradigmas produzidos e compartilhados por indivíduos de um grupo¹⁰ - “se configuram em discursos sociais” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 433) e é a partir deles que os indivíduos apreendem, compreendem e comunicam a realidade, as representações são, portanto, uma forma de conhecimento sobre o mundo e é o discurso que as materializa, pois, como destaca Fiorin (2007, p. 19), “o conjunto de elementos

¹⁰ MOSCOVICI, 2003.

semânticos habitualmente usado nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social”.

E no processo de materialização das representações e construções simbólicas, por sua vez, não há como ignorarmos o papel do discurso midiático, afinal, como afirma Gilbert Durand (1998, p. 33), “as difusoras de imagens - digamos a ‘mídia’ - encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psique do homem ocidental ou ocidentalizado”. Embora as representações que norteiam o mundo social advêm de todos os espaços onde se dá a interação e o diálogo entre os indivíduos, a mídia - e aí talvez seja esse o seu grande diferencial - amplifica os discursos que circulam entre os grupos sociais, as representações e as construções simbólicas já existentes. E é, por isso, que tomamos aqui a mídia como sistema simbólico e esfera de representação: dado o espectro amplo de pessoas que ela alcança, a mídia torna esses discursos mais (re)conhecidos, difundindo-os para um grande número de indivíduos, ou mesmo fazendo o inverso, tornando-os inaudíveis.

Segundo Biroli e Miguel (2011, p. 11), a representação do mundo social feita pela mídia contribui para perpetuar a desigualdade vivida pelas mulheres nos espaços de tomada de decisão. A isso, somam-se a posição das mulheres na família, sua situação no mercado e a parcela dos recursos econômicos que controlam. “A manutenção da oposição entre o político e o doméstico, que confirma a relação ‘natural’ entre a mulher e a vida familiar, é um dos aspectos que fazem partes desses constrangimentos” (à participação política feminina) no discurso midiático e fora dele (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 15).

Nossa opção por nos determos, já de antemão, mais especificamente no que diz respeito à realidade vivida pelas mulheres no âmbito da ocupação do espaço político, e trazer logo de início elementos importantes para o debate sobre o assunto, se justifica não só em razão de nosso estudo ter como fato gerador, ou seja, se desenvolver tendo como contexto a eleição de uma mulher para a Presidência da República, mas também em razão de ser este um caso emblemático de como as representações, que são produto do imaginário que integra toda uma sociedade, constroem e modelam a realidade. E aí o papel das notícias se evidencia, considerando a sua relação com as construções simbólicas, como discutimos mais detidamente no capítulo anterior. De toda forma, também no caso da militância política de esquerda durante os anos do regime militar no país as representações sociais tiveram papel fundamental na definição da realidade vivida pela sociedade.

Tendo, portanto, especificamente o discurso jornalístico como instrumento de materialização das representações simbólicas que circulam por meio de discursos outros, construídos pelos mais variados grupos sociais, nosso objetivo no presente estudo é verificar de que forma emergem nas narrativas jornalísticas as representações recorrentes, e seus elementos estruturantes, sobre duas questões centrais da trajetória política e pessoal da presidente eleita: 1) sua condição de mulher; e 2) sua atuação no movimento de resistência à ditadura militar. Como as representações sobre estas duas temáticas centrais se instauram nas notícias e quais os sentidos que elas divulgam?

Parafraseando Juremir Machado, o presente estudo toma, portanto, o jornalismo ao mesmo tempo como reservatório, das imagens e representações que permeiam o imaginário social, e como motor, uma vez que ao construir uma narrativa a notícia traz à tona fragmentos do reservatório, colocando-os em circulação, ressignificando-os e fornecendo referências à compreensão do mundo social pelos indivíduos. Aqui há, portanto, uma retroalimentação permanente: ao mesmo tempo em que é abastecido, o jornalismo também abastece o imaginário social e a construção de representações.

A análise do *corpus* da nossa pesquisa foi precedida, desta forma, por um estudo que nos permitisse compreender quais são e em torno de quais elementos se constituem as representações recorrentes que circulam sobre as mulheres como atores políticos e sobre a militância durante o regime militar, ou seja, aquelas representações que dominam e centralizam o entendimento social sobre os atores em questão. Assim, realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica e histórica capaz de contribuir com a compreensão e com a definição de um cenário contendo os elementos estruturantes das representações recorrentes sobre esses dois sujeitos específicos. No caso da participação política feminina o estudo de tais representações foi facilitado especialmente pela significativa produção acadêmica que, direta ou indiretamente, discute este tema. Já com relação à militância, foi preciso realizar um processo ainda mais amplo de busca por documentos e arquivos históricos capazes de contribuir com a elaboração, por nós mesmos, desse cenário de representações, já que a bibliografia neste caso é mais restrita. Nos dois capítulos seguintes apresentaremos os pontos centrais deste nosso estudo sobre as representações recorrentes.

É importante destacar, de toda forma, que partimos sim de um caso específico, ou seja, o que nos motivou a desenvolver esta pesquisa foi a eleição de Dilma para a Presidência e, assim, o *corpus* da pesquisa se centra em material jornalístico que tem como

personagem central a própria presidente. No entanto, o horizonte do nosso estudo se amplia considerando que as representações sobre as quais nos debruçamos não dizem respeito a uma única pessoa, mas a todo um grupo de sujeitos, quais sejam as mulheres que atuam como atores políticos e os militantes. Desta forma, nosso objetivo não é buscar as representações específicas sobre a presidente Dilma Rousseff, mas sim sobre todos aqueles que, por uma ou outra razão, comungam de experiências semelhantes. Queremos observar de que forma a eleição para a Presidência do país de uma mulher que, além da condição feminina, atuou como militante no movimento de resistência à ditadura militar trouxe à tona construções discursivas que refletem os sentidos e as representações que recobrem o entendimento social sobre tais grupos de indivíduos.

A personagem

Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 em Belo Horizonte¹¹. Filha de Pedro Rousseff e Dilma Jane, ela tem outros dois irmãos: Zana Livia e Igor, este ainda vivo. O pai de Dilma, nome original Pétrar Russév, saiu da Bulgária aos 29 anos e passou os 15 anos seguintes na França. Em 1945 chegou ao Brasil e, em Minas Gerais, onde conheceu a mãe da presidente. Em Belo Horizonte, Dilma estudou nos colégios Nossa Senhora de Sion e Estadual Central.

Ingressou na década de 1960 na Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM - Polop), organização que naquela época tinha como principal atividade “imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e ‘educar o proletariado’” (AMARAL, 2011, p. 39). Cabia a Dilma, naquele período, cuidar da impressão clandestina do jornal *O Piquete*, que circulava entre operários de fábricas como a Belgo-Mineira. Dilma foi também responsável pelo recebimento das mensalidades pagas pelos membros da organização e vendeu cartões de Natal no centro de Belo Horizonte para arrecadar dinheiro para o grupo (ibidem, p. 40-41). Segundo Amaral (2011, p. 52), Dilma estava entre os militantes que “não se envolviam nas ações armadas”. Em 1967 ela ingressou na faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mesmo ano em que se casou com o

¹¹ Os dados biográficos de Dilma foram obtidos por meio do livro sobre a trajetória da presidente eleita, “A vida quer é coragem” (AMARAL, 2011), e no seu site oficial (www.dilma.com.br).

jornalista Cláudio Galeno. No ano seguinte, passou a fazer parte do grupo Comandos de Libertação Nacional (Colina)¹². No final dos anos 60, o Colina se une à VPR.

Em 1969, Dilma conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo e se separa do primeiro marido. Presa em 1970, em um bar em São Paulo, Dilma foi encaminhada para o pátio da Operação Bandeirantes (Oban), ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu por quase três anos.

A Vanda da VAR-Palmares, aliás, Luíza, aliás, Estela, estava cercada. Eram quatro horas da tarde de 16 de janeiro de 1970, uma sexta-feira. Nos 22 dias seguintes, Dilma Rousseff conheceria o inferno da tortura, aonde se chegava cruzando a cancela do DOI-Codi na rua Tutóia. Ela só voltaria a andar pelas ruas depois de passar dois anos e dez meses num presídio da ditadura (AMARAL, 2011, p. 71).

Em 1973, depois que saíra do Presídio Tiradentes, Dilma se muda para Porto Alegre e retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em março de 1976, aos 28 anos, nasce sua única filha Paula Rousseff de Araújo. Em 1978 Dilma se muda para Campinas, no interior de São Paulo, para cursar uma pós-graduação em Ciências Econômicas na Unicamp e permanece lá até o ano seguinte. Apesar de concluídos os créditos de disciplinas, ela nunca defendeu a dissertação que lhe daria o título de mestre.

Uma das fundadoras do PDT no Rio Grande do Sul, Dilma atuou na assessoria da bancada estadual do partido entre os anos de 1980 e 1985. Em 1986 foi nomeada chefe da Secretaria da Fazenda de Porto Alegre. No início dos anos 90, torna-se presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, onde havia iniciado a vida profissional como estagiária. Em 1993, assume a Secretaria Estadual de Minas, Energia e Comunicação daquele mesmo estado, cargo que exerceu por duas vezes.

No âmbito federal, Dilma atuou como ministra de Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil durante os governos do então presidente Lula nos anos de 2003 a 2005 e 2005 a 2010, respectivamente.

¹² Depois de desentendimentos entre membros da Polop sobre aderir ou não à luta armada, o grupo se divide. Surgem então o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (Colina) (AMARAL, 2011).

2.1. *Corpus da pesquisa*

O conjunto das notícias veiculadas pelos mais diferentes meios e acessadas pelo público seja na TV, jornal ou revista, formam uma sequência narrativa dotada de significação que constrói o conhecimento do público sobre determinado assunto: é com base neste entendimento que se deu a construção do nosso *corpus* de análise, evidenciando mais uma vez a posição central que a narratividade possui nesta pesquisa. Como afirma Henry Jenkins (2008, p. 28), “cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana”.

Entendemos, portanto, que as notícias por si só são dotadas de significação parcial. No momento em que elas se juntam a outras narrativas, construídas por meios de comunicação distintos, o conjunto das informações vai se articulando, assim como o conjunto dos valores, ideias e experiências, para formar um todo ainda mais amplo e com uma significação mais abrangente.

A recepção de conteúdos difusos, fragmentados e pontuais provenientes de um jornal, de uma revista e um telejornal estimula no imaginário coletivo a construção de uma estória, uma narrativa coerente, pois os sujeitos buscam incessantemente construir estruturas temporais e cronológicas: precisam encontrar causas e consequências, antecedentes e consequentes. Um mesmo acontecimento é noticiado no rádio, que escuto enquanto dirijo ou vou de ônibus até o trabalho; na TV, que assisto à noite, ao chegar em casa; na internet, pelo portal de notícias que acesso diariamente. Ao final do dia, tive então acesso a relatos diferentes a partir dos quais construo uma rede de informações e sentidos. E é a esta rede que meu sistema cognitivo se ajusta.

Podemos pensar, então, que o termo convergência tem nas sociedades modernas um caráter antropológico, muito mais do que tecnológico (JENKINS, 2008). É justamente essa busca por estórias coerentes, por parte dos receptores-multimídia, que dá a essas mesmas estórias a estrutura de uma intriga, de uma rede cronológica que suscita enredos e traz consigo, ao mesmo tempo em que estimula, os componentes simbólicos.

Assim, selecionamos quatro veículos de comunicação de suportes diferentes - impresso e eletrônico - para integrarem a nossa análise. São eles: telejornal *Jornal*

Nacional, revista *Istoé* e jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. A seguir, faremos um detalhamento do material jornalístico a ser analisado em cada um desses veículos.

Cabe destacar que a opção por analisar dois jornais, e não apenas um, se deu após constatarmos que, dos três jornais de maior destaque nacional, um deles – *O Globo* – era o que possuía a maior quantidade de conteúdos, na edição de 1º de novembro de 2010, úteis à nossa análise; enquanto outro jornal (*O Estado de São Paulo*) não dispunha de nenhum material e o terceiro deles, a *Folha de São Paulo*, dispunha de poucos conteúdos – entenda-se notícias e reportagens - que servissem à nossa análise. Nesse sentido, considerando que o presente estudo já incluía no seu *corpus* de pesquisa um veículo do grupo Organizações Globo - o telejornal *Jornal Nacional* -, optamos por incluir, além do jornal *O Globo*, a *Folha de São Paulo*, para garantir a multiplicidade de pontos de vista.

Importante comentar ainda que, embora os jornais guardem diferenças com relação à revista analisada, uma vez que o enfoque mais factual, diário, da produção jornalística dos primeiros contrasta com o espaço dedicado à análise e ao debate das revistas semanais, no caso do presente estudo podemos considerar que tais diferenças foram significativamente reduzidas em razão de os materiais que compõem o *corpus* da pesquisa integrarem edições e cadernos especiais sobre os resultados das eleições em 2010, dentre as quais se destaca a presidencial¹³. Desta forma, a factualidade tradicional dos jornais diários deu lugar, em geral, a reportagens e matérias amplas sobre os mais diferentes aspectos da vitória de Dilma Rousseff.

Especificamente no caso do telejornal analisado, também podemos observar que houve significativa ampliação do tempo de duração das notícias: as três reportagens que serão por nós analisadas possuem, no mínimo, 3 minutos e 30 segundos de duração cada, quando, em geral, as notícias de TV duram em média 1 minuto e 30 segundos (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 158).

a) Veículo televisivo

Exibido pela TV Globo, o *Jornal Nacional* (JN) recebeu a presidente eleita para um bloco ao vivo de Brasília, na edição de 1º de novembro de 2010, comandado pelo âncora do telejornal William Bonner. Ao todo, este bloco específico teve duração de 30 minutos e foi

¹³ Em 2010, a eleição presidencial realizou-se juntamente com a eleição para governador de Estado, senador, deputados federal e estadual/distrital.

composto por quatro matérias - as quais totalizaram 11 minutos e 10 segundos - intercaladas com diálogos entre o apresentador e a presidente eleita (também Fátima Bernardes, que apresenta o telejornal ao lado de Bonner e estava no estúdio central do telejornal, participou fazendo perguntas à presidente). A nossa análise reside, assim, em três matérias. São elas¹⁴:

- Matéria 1: com 3 minutos e 35 segundos de duração, a reportagem é apresentada por Delis Ortiz e tem como tema a infância de Dilma até os seus dias de militante durante a ditadura;

- Matéria 2: apresentada por Cláudia Bomtempo, a reportagem tem duração de 3 minutos e 30 segundos e trata sobre a trajetória política de Dilma desde os cargos ocupados no Rio Grande do Sul até o Ministério da Casa Civil;

- Matéria 3: a reportagem, com duração de 3 minutos e 32 segundos, fala sobre a historicidade da eleição de uma mulher para a Presidência do país e foi feita pela jornalista Cristina Serra.

b) Veículos Impressos

- Revista *Istoé*: a edição 0001, de 3 de novembro de 2010, foi veiculada na semana que se seguiu ao resultado da eleição presidencial naquele ano. Com uma foto da presidente na capa e a manchete “Dilma Rousseff - A mulher no poder”, a *Istoé* intitulou essa publicação de “edição histórica”. Ao todo foram veiculadas, além do editorial, outras 21 reportagens - nem todas especificamente sobre a presidente eleita, mas também sobre questões amplas de governo, a exemplo da composição ministerial - e outros três materiais que não serão aqui considerados exatamente como reportagens, uma vez que se compõem de uma série de imagens intercaladas com pequenas legendas.

Assim, definimos oito reportagens que irão integrar nosso *corpus* de pesquisa. São elas¹⁵:

“O jeito de comandar”

Perfeccionista, exigente e obcecada por resultados, ex-ministra adotou estilo de chefia mais próximo ao de executivos do setor privado do que de burocratas do poder público

¹⁴ A decupagem, ou seja, a transcrição completa das três reportagens do *JN* a serem analisadas está disponível no Anexo I e foi realizada com base no padrão de script utilizado nas rotinas jornalísticas de TV (o lado esquerdo da página é dedicado às imagens e, o direito, ao áudio).

¹⁵ A íntegra das reportagens da *Istoé* que integram o nosso *corpus* está disponível no Anexo II.

“De Isabel a Dilma”

Uma trajetória de lutas garantiu mais espaço para que as mulheres conseguissem chegar à Presidência da República

“1968, o ano que enfim terminou”

A geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura militar brasileira chega ao poder

“Laços de família”

Com fama de durona na política, Dilma é muito diferente na vida privada: mantém laços afetivos com os dois ex-maridos e faz de tudo para que a mãe, o irmão, a filha e o neto fiquem longe dos holofotes

“A descoberta da política no Colégio Central”

Como o ambiente escolar e a conjuntura nacional influenciaram a jovem a ser tornar, aos 16 anos, militante de esquerda

“A construção da vitória”

Em oito anos, ela deixou de ser uma técnica do serviço público para transformar-se em uma figura política que se mostrou capaz de vencer nas urnas

“O lado gaúcho da mineira”

Nas quase três décadas em que viveu em Porto Alegre, ela construiu sua carreira na economia e na política

“O homem que fez a cabeça de Dilma”

A presidente eleita chamava Apolo Heringer Lisboa, seu antigo professor de marxismo, de guru. Ele manteve por ela um amor platônico. Depois de quase 50 anos, ambos revisaram seus conceitos

- *Jornal Folha de São Paulo: a edição do dia 1º de novembro de 2010 trouxe um caderno especial sobre as eleições intitulado *Eleições 2010*. Ao todo, este caderno teve*

20 páginas e 17 matérias. Tomando as reportagens principais da publicação, ou seja, aquelas cujas manchetes são centrais na página, temos que 15 reportagens tiveram como tema central a eleição presidencial e outras duas trataram sobre os resultados das eleições para os demais cargos que também concorreram naquele ano - especialmente o de governador.

A nossa análise contempla, desta forma, quatro matérias, além da capa do jornal do dia, sendo que deste total de quatro reportagens uma delas integra a capa do caderno especial e, outra, é uma matéria correlata¹⁶.

Capa

“Dilma é a eleita”

Primeira mulher a ocupar o cargo, petista teve 56% dos votos e será o 40º presidente

Reportagens – caderno especial *Eleições 2010*

*** “Primeira mulher eleita tem 56% dos votos”**

*** “Eleita terá de mudar perfil de técnico a político”**

*** “Dilma não bate recorde de votos de Lula”**

Eleição da primeira mulher será também a primeira sucessão de 3 presidentes eleitos diretamente em 84 anos

*** “Projeto Dilma decolou com pré-sal e PAC”**

Marco zero da candidatura foi no dia 8 de novembro de 2007, quando Lula delegou a ela anúncio sobre petróleo

- *Jornal O Globo*: a edição do dia 1º de novembro de 2010 trouxe um caderno especial de reportagens intitulado *De Silva para Rousseff*. Com 12 páginas e dez reportagens, o caderno é todo dedicado à presidente eleita, como o próprio título evidencia, diferente do que aconteceu com a *Folha de São Paulo*, como mostramos acima, em que o

¹⁶ As reportagens do jornal *Folha de São Paulo* que serão analisadas na presente pesquisa estão disponíveis no Anexo III.

caderno especial incluiu informações referentes aos demais candidatos ao pleito presidencial de 2010, ou mesmo sobre os eleitos para os outros cargos que estiveram em disputa naquele ano.

Das dez reportagens do caderno especial, seis delas integram a nossa análise na presente pesquisa, além da capa da edição principal do jornal daquele dia¹⁷.

Capa

“Lula elege Dilma e aliados já articulam sua volta em 2014” - *Com 55 milhões de votos, petista se torna a primeira mulher eleita presidente do Brasil*

Reportagens – caderno especial *De Silva para Rousseff*

*** “A escola que despertou o espírito de rebeldia”**

Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente

*** “O legado da Dilma militante”**

Nas organizações de esquerda, ela já mostrava perfil dirigente. Ali, discutiu teorias econômicas revolucionárias e o dilema entre guerrilha e mobilização de massas

*** “A vida no Sul foi um recomeço entre aulas e gestão pública”**

Em quase três décadas em terras gaúchas, onde o marido esteve preso, Dilma lecionou, teve sua única filha, ajudou Brizola a fundar o PDT e ocupou cargos municipais e estaduais

*** “Sobre como Lula fabricou sua candidata”**

Dilma se aproximou do presidente ainda na transição, ocupou um ministério importante e ganhou mais força após a queda de José Dirceu da Casa Civil

*** “A trajetória de Dilma”**

¹⁷ A íntegra das reportagens do jornal *O Globo* a serem analisadas estão disponíveis no Anexo IV.

* “Filmes, família e feijão nas horas vagas”

Cinéfila, fã de ópera e batata frita, ela não troca a costureira e adorou a China

2.2. Narratologia e tematologia: procedimentos metodológicos

“A narrativa constituiu um fenômeno humano que atravessa todas as culturas em todos os tempos”
(REIS, 2006).

O nosso dia a dia está repleto de narrativas: quando divido com meu colega de trabalho os acontecimentos do final de semana, ou quando me contam o que aconteceu na faculdade naquele dia em que faltei à aula, e mesmo quando ouço a entrevista do prefeito da cidade pelo rádio dizendo as medidas que serão tomadas para solucionar o caos no transporte público, estou construindo e participando da construção de narrativas. Afinal, quando não sou eu mesmo o narrador, me coloco como interlocutor de uma narrativa que só se efetiva quando a compreendo, ou seja, quando ela adquire sentido de fato. Desta forma, as narrativas atuam na constituição da própria realidade em que vivemos, “tecem nossas vidas” (MOTTA, L., 2013, p. 18) na medida em que dão a elas significação.

A enunciação¹⁸, por sua vez, é um ato que está, sempre e inevitavelmente, revestido de intenções próprias do narrador: nenhum sujeito constrói um discurso querendo que ele seja desacreditado pelos demais, de tal forma que o discurso se reveste de estratégias capazes de convencer o interlocutor de que o que ele veicula deve ser aceito como verdade. Como afirma Eni Orlandi (1994), ao significar, o sujeito se significa. O falante, portanto, quer agir sobre o mundo (FIORIN, 2007, p. 11). Sendo assim, a relação que se configura junto ao destinatário do discurso é sempre uma relação de poder, sem que necessariamente haja uma situação de desigualdade e dominação política ou discursiva. Afinal, “cada situação de comunicação implica uma correlação social e comunicativa própria, local, específica, empírica” (MOTTA, L., 2013, p. 19).

Ao enunciar, por sua vez, o sujeito reúne uma multiplicidade de discursos que tem acesso por meio dos diversos espaços sociais nos quais atua, refletindo assim as formações

¹⁸ Segundo Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 11), enunciação é “o ato produtor da narrativa, a atividade linguageira exercida por aquele que fala no momento em que fala: o ato pelo qual os sujeitos interlocutores criam o sentido através de performances linguísticas”.

discursivas de que nos fala Pêcheux (1988, p. 162). Desta forma, o falante não é um agente do discurso, mas sim um suporte do discurso: segundo Fiorin, o enunciador é produto das relações sociais que estabelece e, portanto, não é uma individualidade livre das coerções sociais. Por isso é que se fala na inexistência de individualidade discursiva absoluta.

E dentro dessa multiplicidade discursiva a qual os sujeitos recorrem para enunciar algo que de certa forma lhe seja “próprio”, as narrativas jornalísticas emergem como um espaço central, seja porque é por meio delas que se dá o acesso dos indivíduos a uma boa parte dos acontecimentos sociais, considerando a impossibilidade de presenciarmos tudo e a todo instante; seja porque é a própria multiplicidade discursiva utilizada como argumento para conferir ao jornalismo legitimidade de noticiar os acontecimentos, ou seja, tem-se que no jornalismo as mais diversas vozes dissonantes se farão presentes. Por uma ou outra razão, é fato que as narrativas jornalísticas exercem importância fundamental no processo de constituição dos discursos que circulam na sociedade.

Por outro lado, como destaca Albert Chillón (2000, p. 121), as mensagens e os meios de comunicação mantêm um permanente diálogo com os enunciados e modos de enunciação compartilhados socialmente de tal forma que as narrativas jornalísticas são devedoras das representações cristalizadas socialmente. É aqui que se funda essencialmente a nossa pesquisa: tendo em vista as construções simbólicas, as representações sociais que circulam por meio das notícias.

E como toda narrativa, também as notícias não são eventuais, mas elaboradas segundo intenções específicas; não são aleatórias, mas se realizam em determinados contextos, visam determinados efeitos e lançam mão de estratégias que primam pelo convencimento. Por isso que, neste estudo, a análise crítica da narrativa como procedimento metodológico fornece as bases para o estudo empírico que será realizado, afinal, objetivamos analisar as estratégias discursivas das narrativas jornalísticas a fim de encontrar os sentidos que elas difundem, como discutimos no capítulo anterior.

De acordo com Motta (L., 2007), narratividade significa descrever algo enunciando sucessivos estados de transformação. Na medida em que organiza os fatos em uma sequência lógica e compreensiva, entendemos assim que as notícias estão sim impregnadas pela narratividade. A narratologia¹⁹, por sua vez, enquanto uma teoria da narrativa, estuda

¹⁹ De acordo com Carlos Reis (2006, p. 29), a expressão *estudos narrativos* tem se mostrado mais adequada em razão de uma renovação interdisciplinar que, desde os anos 90, têm acontecido à narratologia de tal forma

as relações humanas que produzem sentido por meio de expressões narrativas da realidade. Como se dá a articulação de sentidos por meio da comunicação narrativa é, por sua vez, o objetivo central da técnica interpretativa em que consiste a análise crítica da narrativa.

É importante ressaltar que o ponto de vista crítico de que falamos aqui, como destaca Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 19), diz respeito a uma atitude analítica e compreensiva que se centra nas relações de poder que permeiam o ato enunciativo. Estudar o discurso midiático como narrativa implica em analisar justamente as estratégias utilizadas para construir sentidos, bem como os próprios sentidos construídos.

Importante esclarecermos um ponto fundamental da pesquisa: a análise da narrativa jornalística tem o conflito como seu elemento estruturador, uma vez que as notícias lidam com descontinuidades, rupturas (a notícia traz sempre aquele fato que rompe a normalidade cotidiana, do nosso dia a dia). Segundo Gancho (1998), conflito é qualquer componente da história – seja um personagem ou mesmo uma ideia - que organiza os fatos e mantém a atenção do leitor. Nesse sentido, iremos considerar aqui como conflitos centrais das narrativas a serem analisadas justamente os dois pontos centrais da trajetória política e pessoal de Dilma Rousseff: a mulher como ator político e a militância. Uma vez que somente serão objeto do nosso estudo as narrativas – dentre os veículos de comunicação a serem pesquisados - que trouxeram consigo um desses ou mesmo ambos os temas, como é possível constatar no *corpus* descrito no tópico anterior, julgamos pertinente já definir de antemão que são eles os dois conflitos estruturantes das narrativas pesquisadas.

Em “Análise Crítica da Narrativa”, Motta (L., 2013, p. 136-139) afirma que há três instâncias expressivas para o estudo dos discursos narrativos: o plano da expressão, o plano da estória e o plano da metanarrativa. O primeiro deles refere-se ao plano da linguagem, da superfície do texto, ou seja, da construção discursiva feita pelo narrador a fim de produzir determinados efeitos no seu interlocutor. Aqui é possível identificar, por exemplo, o uso de figuras de linguagem que visam despertar algum tipo de sensação no ouvinte, como surpresa, alegria, raiva.

Já o plano da estória é também conhecido como plano da diegese, termo este que “recobre, para além dos universos ficcionais, a *história contada* como conteúdo e mais amplamente o mundo que propõe e constrói cada narrativa: o espaço e o tempo, os eventos,

que ela não se trata mais somente de uma teoria literária, mas também se aplica ao estudo de narrativas históricas e fílmicas por exemplo.

os atos, as palavras e os pensamentos das personagens” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 343, grifo do autor). É este, portanto, o plano da significação onde emergem os sentidos da narrativa e no qual podemos observar de que forma as estratégias discursivas manifestam as intenções do narrador. Por fim, no plano da metanarrativa, aquele “que evoca imaginários culturais”, é possível ao analista encontrar os modelos de mundo que se revelam por meio da narrativa (MOTTA, L. 2013, p. 138). É neste plano que se detém especialmente as mitoanálises, análises arquetípicas, psicanalíticas e temáticas.

A partir das três instâncias apresentadas, pusemo-nos então a pensar sobre quais seriam as etapas necessárias à consecução do nosso objetivo na presente pesquisa. Também em “Para uma antropologia da notícia”, Motta (L., 2002a) apresenta etapas do que ele considera uma opção metodológica para verificar até onde as notícias estão “impregnadas” pelas sensibilidades e imaginários sociais. Tais etapas não serão exatamente reproduzidas na análise do *corpus* da presente pesquisa, mas foram a partir delas que pudemos propor nossas próprias etapas e pensar os procedimentos que nos seriam mais adequados.

Assim, definimos duas instâncias de análise do material jornalístico que integra a nossa pesquisa: a primeira delas se constitui de uma análise narratológica e textual-narrativa do *corpus*²⁰ que abrange:

1. Um estudo das estratégias comunicativas utilizadas pelo narrador, uma vez que o jornalista atua no sentido de de-subjetivar o real (MOTTA, L, 2007), ou seja, dissimular as intenções e os sentidos inconscientes que ele lança mão durante a construção narrativa justamente para dar a impressão de que as notícias e os fatos falam por si mesmos. Assim, é imprescindível verificarmos quais dispositivos retóricos foram usados na construção das notícias, bem como os efeitos de sentido pretendidos. As estratégias comunicativas dividem-se em: estratégias de objetivação e estratégias de subjetivação. Com relação à primeira delas, nos referimos aqui aos efeitos de real, ou seja, aqueles que dão a ideia de que não há mediação nas notícias. Aí se incluem, por exemplo, advérbios e expressões de tempo e lugar, citações – o uso das aspas, por exemplo, permitem à fonte “falar” por si mesma, dando a impressão de que não há intervenção do jornalista – e os números e estatísticas, que conferem à narrativa rigor e precisão.

²⁰ Fazendo uma correlação, este primeiro âmbito se constrói a partir da análise dos elementos que formam as duas primeiras instâncias - da expressão e da estória - sugeridas por Motta (2013).

Já as estratégias de subjetivação, ou efeitos poéticos, compreendem os recursos linguísticos que remetem o leitor à subjetividade. Uso de adjetivos, metáforas, advérbios – como só, ainda – e ironias são alguns exemplos. Ao mesmo tempo em que compreendem uma etapa importante da análise narratológica, as estratégias comunicativas se enquadram também em uma análise textual-narrativa, uma vez que neste caso nosso foco reside especificamente na sintaxe narrativa.

É importante ressaltar que o estudo de elementos sintáticos utilizados pelo narrador na enunciação é fundamental para darmos nossos primeiros passos em direção à análise propriamente das representações. Como destaca Bardin (2011, p. 20), “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”. Assim, as intenções do narrador se manifestam no plano material, das palavras, que é o que temos de mais concreto para realizar um estudo que se propõe simbólico. No nosso caso, o estudo das estratégias comunicativas abrange a análise de citações utilizadas pelo narrador a partir das entrevistas dos personagens e fontes ouvidos nas reportagens; de expressões do próprio narrador; expressões de tempo e lugar; de adjetivos, verbos e substantivos;

2. O nosso foco se centrará também nas personagens das narrativas: como destaca Cândida Vilares Gancho (1998), os personagens são os responsáveis pelo desenvolvimento do enredo. Logo, eles assumem importância fundamental na construção da história pelo narrador. No caso do *corpus* desta pesquisa, Dilma Rousseff é sempre a personagem central que norteia a elaboração dos discursos, ou seja, as notícias têm sempre como fim último fazer uma construção de sentidos sobre a presidente eleita. Mas para isso é preciso lançar mão de outras vozes, de personagens secundários que junto com o narrador atuam na elaboração discursiva. Assim, verificar quais são os sujeitos que a narrativa coloca em destaque é importante para nossa análise futura, sobre as representações que permeiam essas narrativas, pensando por exemplo na predominância de fontes masculinas quando se fala de uma mulher ocupante de cargos políticos, ou de um militar quando se fala sobre os militantes do movimento de resistência à ditadura;

3. A recomposição do acontecimento jornalístico encerra a nossa análise narratológica e textual-narrativa: tendo em vista que as notícias são fragmentos dispersos e descontínuos dotados de significações parciais (MOTTA, L., 2007), necessitamos conectá-las. Assim, não há como partir das notícias em sua individualidade: é preciso fazer uma

justaposição. Reuniremos, portanto, o conjunto das notícias que tratem sobre cada um dos conflitos centrais apontados inicialmente a fim de dar-lhes uma sequência, uma temporalidade, construir um fio narrativo. O objetivo é reunir as diversas informações que são trazidas nas diferentes reportagens sobre o mesmo conflito para verificar quais questões ganharam relevo na construção discursiva sobre a presidente eleita, tomando o *corpus* em sua totalidade. Desta forma, evidenciaremos os pontos específicos integradores de cada conflito que ganharam o foco das narrativas jornalísticas sobre a presidente eleita.

A segunda instância de análise do material jornalístico que integra a nossa pesquisa compreende a análise tematólogica. O foco neste momento será a interpretação, ou seja, buscar os padrões, as percepções culturais e simbólicas, temas morais, os mitos que permeiam as narrativas fáticas pesquisadas. Uma vez que o presente estudo se propõe buscar as representações recorrentes acerca de dois sujeitos sociais, cujo relevo se ampliou quando da eleição de Dilma Rousseff, não poderíamos prescindir desta análise, que faz referência à instância da metanarrativa citada anteriormente. Aqui, iremos recorrer essencialmente ao cenário simbólico que construímos por meio da pesquisa bibliográfica e histórica realizada, na qual buscamos as representações recorrentes sobre os dois conflitos centrais da pesquisa. Tais representações serão discutidas e analisadas nos dois próximos capítulos.

Cabe explicitar, de toda forma, que as conclusões as quais chegamos - na definição das representações recorrentes e os elementos que as estruturam - perfazem em certa medida uma espécie de valência (representação negativa X representação positiva), embora nosso intuito aqui não seja nos ater exatamente nestas questões valorativas. É claro que, obviamente, a valorização ou a desvalorização são elementos importantes para pensarmos as representações, mas nos importa aqui muito mais os sentidos específicos sobre os sujeitos sociais que tais representações veiculam. Ou seja: dizer que o militante é um *rebelde* pode nos remeter imediatamente à noção pejorativa que o termo adquire de acordo com o contexto em que está inserido, invocando a noção de teimosia sem causa aparente, mas o que nos importa pensar é nos sentidos que a palavra *rebeldia* adquire em um contexto de ditadura militar, ou seja, na despolitização dos movimentos de esquerda a que a palavra remete.

Por fim é importante lembrar que, assim como os elementos textuais, também as imagens são importantes elementos a serem analisados por nós na construção discursiva do jornalismo, afinal temos reportagens de um telejornal e, como destaca Rocco (1991, p. 242), “a imagem é o centro definidor da TV. No entanto, a TV não existe sem o verbal”. Logo, os sons, as expressões faciais dos entrevistados e do próprio jornalista são todos elementos que se juntam para construir as narrativas a que temos acesso. Por isso, também ficaremos atentos aos elementos visuais em todas as notícias analisadas, na TV e fora dela, e os comentaremos quando for necessário.

2.3. Ditadura, regime e governo militar: considerações sobre as opções terminológicas

Em um estudo que tem como ponto de partida as narrativas jornalísticas; que se centra na construção discursiva por meio de suas estratégias comunicativas; que toma a escolha das palavras não como aleatória, mas intencional; e que tem como objetivo analisar a difusão e a reprodução discursiva de representações sociais, não há como desconsiderar que também aqui, ao estudar o nosso *corpus* de pesquisa, fazemos uma construção discursiva. Por isso, não podemos prescindir de uma reflexão anterior, acerca de como os acontecimentos serão referidos, que permita nos distanciar da mera casualidade. Isso se aplica especialmente quando tratamos da série de acontecimentos que marcaram a cena política e social do Brasil dos anos 1964 até início dos anos 80.

Em um artigo publicado na revista *Carta Maior*²¹, o jornalista Flávio Aguiar discute o que ele intitula “semântica do golpe”. Segundo ele,

o efeito mais danoso do golpe de 64 e da ditadura [...] deu-se num plano mais íntimo do pensamento nacional, criando uma praga de que não nos livramos. Refiro-me a um certo torneio semântico a que nos acostumamos coletivamente, a uma certa liberalidade com as palavras diante da falta de liberdade.

Em seguida, ele cita um exemplo: a expressão “regime autoritário” ou “período autoritário” consagrou-se como adequada para designar o que ele intitula “lapso de vida

²¹ Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Especial-1964-2004-br-A-semantica-do-golpe/20391>>. Acesso em 15/1/2014.

republicana de 64 a 85” e para diferenciar o regime brasileiro do nazista. Além disso, é uma maneira de evitar a palavra “ditadura”, que remete à censura. Assim, Aguiar defende: “restauremos a semântica nacional: golpe é golpe, ditadura é ditadura, movimento é movimento, revolução é revolução. Movimento foi o tenentismo dos anos 20; golpe foi o de 64; ditadura foi o regime decorrente; revolução foi a de 17, ou a de 1789 na França”.

A discussão do autor é, pois, bastante pertinente a esta, que nos propomos neste momento. É fato que, durante nossas pesquisas bibliográficas sobre a realidade brasileira a partir dos anos 1960, assistimos a uma profusão de palavras, termos e expressões. Também Marcelo Ridenti (2004, p. 117) faz uma interessante discussão acerca do uso de alguns termos específicos, como resistência, e alerta sobre possíveis armadilhas para os pesquisadores.

Nesse sentido, resolvemos buscar alguns dos significados de terminologias utilizadas para fazer referência ao regime político vigente no país no pós-1964, a fim de optarmos por aquele que nos parecesse mais adequado. Não se trata de uma discussão teórica aprofundada, mas sim de algumas breves considerações.

Em “Dicionário de Política”, Bobbio lembra que “a linguagem política é notoriamente ambígua” considerando que o uso corriqueiro dos termos acaba por alterá-los: “na linguagem da luta política cotidiana, palavras que são técnicas desde a origem ou desde tempos imemoriais, como ‘oligarquia’, ‘tirania’, ‘ditadura’ e ‘democracia’, são usadas como termos da linguagem comum e por isso de modo não unívoco” (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 6).

A palavra ditadura, por exemplo, tem - de acordo com Bobbio (1998, p. 368) - suas origens em uma palavra romana com significado completamente diferente do que possui na atualidade. “A Ditadura romana era um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência”, como para conduzir uma guerra ou mesmo solucionar uma crise interna. A nomeação do ditador era feita por cônsules, mas a partir de uma proposta do Senado. Embora com amplos poderes (decretos com valor de lei e comando militar, por exemplo), o ditador não os possuía ilimitadamente - a Constituição não poderia ser alterada e nem revogada - e nem por tempo indeterminado, pois a ditadura não duraria mais do que seis meses.

No entanto, de um órgão excepcional, o termo *ditadura* passou a significar uma forma de governo normal e durável de tal forma que, com relação à noção original da palavra, restou em comum apenas a concentração e o caráter absoluto do poder (ibidem, p. 378). Hoje, a tendência é “reunir sob a etiqueta de Ditadura, muitas vezes com intuito polêmico-prático, todos os regimes antidemocráticos ou não democráticos modernos” garantindo à palavra uma conotação negativa.

Neste sentido, a democracia liberal, como termo positivo da dicotomia, caracteriza-se pela divisão de fato e de direito do poder e pela transmissão da autoridade política de baixo para cima; como termo negativo, a Ditadura se distingue, em contraposição, por uma acentuada concentração do poder e pela transmissão da autoridade política de cima para baixo. É de notar, no entanto, que as características antidemocráticas apontadas podem ser encontradas também em regimes políticos habitualmente designados por nomes diversos do de Ditadura (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 370).

Da mesma forma que a palavra ditadura, o termo autoritarismo - sobre o qual voltaremos a falar mais adiante - também é usado para designar os regimes que se opõem àqueles que são democráticos. Justamente por isso é que se fala, a partir de 1985, em redemocratização. A concentração e o caráter ilimitado do poder se apresentam, portanto, como características fundamentais da ditadura apontadas pelo autor. Segundo ele, “o Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade. Este absolutismo do poder ditatorial torna caracteristicamente imprevisível e irregular a conduta do ditador ou da elite ditatorial” (ibidem, p. 373).

Ao apresentar as diversas tipologias de ditadura, que se organizam com base em diferentes critérios - como, por exemplo, em relação à natureza do poder, ao fim desejado ou à sua base social -, Bobbio afirma que a expressão *ditadura militar* diz respeito a uma classificação que leva em conta o tipo de origem ou de recrutamento do pessoal político de cúpula, com referência ao que ele chama de caracteres da elite dominante. Assim,

distingue-se entre ‘Ditaduras militares’ (especialmente típicas do continente latinoamericano, mas, atualmente, cada vez mais difundidas também noutros lugares) e ‘Ditaduras políticas’, conforme o pessoal de cúpula provenha ou seja recrutado nas fileiras do exército, ou ainda pertença a uma facção da classe política, geralmente um

partido político que se transforma em partido único após a conquista do poder (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 376).

Aqui se faz necessária uma observação importante: diversos são os estudos que destacam que, no caso brasileiro, o golpe de 1964 resultou da junção de interesses de setores militares e de amplos setores da sociedade civil (mais à frente voltaremos a nos deter neste ponto). Logo, o termo ditadura civil-militar também é utilizado com frequência. No entanto, dada a definição exposta acima que toma como ponto definidor da tipologia em questão os grupos que assumem o governo propriamente, falaremos em ditadura militar.

Além de ditadura militar, também ouvimos falar muito em regime²² militar. Segundo Bobbio (*ibidem*, p. 753), há cerca de vinte anos atrás “a intervenção dos militares na política era de caráter essencialmente cirúrgico”: eles colocavam fora da esfera política alguns dos seus participantes, líderes, grupos e partidos malquistos, e depois entregavam o poder “a civis de confiança”. No entanto, a criação de escolas de especialização militar garantiu profissionalização e formou oficiais com preparação política, econômica e sociológica, a exemplo do que aconteceu nos anos 50 no Brasil, Peru, Argentina e Chile, aumentando assim a confiança dos próprios militares de que eles poderiam exercer diretamente o poder.

[...] adquirida a consciência e segurança da própria capacidade e aptidão e obtida a legitimidade de amplos setores da classe média, disposta a delegar nos militares “tecnocratas” a honra e o ônus do Governo, a intervenção dos militares na política, nas décadas de 60 e 70, máxime na América Latina, perdeu seu caráter temporâneo e contraditório entre facções contrapostas. O novo pretorianismo — foi assim que foi definido — levou à intervenção institucional, ou seja, das forças armadas como um todo (embora não faltassem manifestações minoritárias de discrepância) e à criação de Governos militares, que logo procuraram transformar-se em regimes. Os casos de maior sucesso se registram no Brasil (desde 1964) e no Peru (desde 1968) (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 753-754).

De um caráter temporário passou-se, assim, a outro, permanente e sem data para terminar. É aí que a utilização do termo *regime militar* se justifica. Interessa destacar que,

²² “Por regime político se entende o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições” (BOBBIO *et al.*, 1998, p.1081).

segundo o autor, a experiência de quase todos os regimes militares demonstra que neles não há resolução de conflitos: ao invés disso, a tentativa de abafar esses conflitos faz com que permaneça a instabilidade política que justificou a assunção do poder pelos próprios militares.

Por fim, vale comentarmos sobre o uso dos termos *autoritarismo* e *regimes autoritários*. No uso mais comum, segundo Bobbio (*et al.*, 1998, p. 100-103), fala-se de autoritarismo em oposição a totalitarismo para designar apenas uma subclasse dos regimes não-democráticos modernos: os que possuem um grau relativamente moderado de mobilização política das massas e de penetração política da sociedade. Por sua vez, a ausência de eleições populares e do Parlamento, ou uma existência “meramente cerimonial”, e a ausência de liberdade dos subsistemas - a oposição política é suprimida, o pluripartidarismo é proibido - exemplificam a oposição entre autoritarismo e democracia.

Com relação ao totalitarismo,

a penetração-mobilização da sociedade, ao contrário, é muito alta: o Estado, ou melhor, o aparelho do poder, tende a absorver a sociedade inteira. Neles, é suprimido não apenas o pluralismo partidário, mas a própria autonomia dos grupos de pressão que são absorvidos na estrutura totalitária do poder e a ela subordinados. O poder político governa diretamente as atividades econômicas ou as dirige para seus próprios fins, monopoliza os meios de comunicação de massa e as instituições escolares, suprime até manifestações críticas de pequeno porte ou de oposição, procura aniquilar ou subordinar a si as instituições religiosas, penetra em todos os grupos sociais e até na vida familiar. Este grande esforço de penetração e de mobilização da sociedade comporta uma intensificação muito destacada da propaganda e de arregimentação. Daqui nasce a importância central do partido único de massa, portador de uma ideologia fortemente dinâmica; e, em certos casos extremos, comporta também uma intensificação muito forte da violência; e daí nasce a importância, em casos extremos, da polícia secreta e dos outros instrumentos de terror (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 100-103).

Diante do exposto por Bobbio, observamos que características apresentadas por ele como próprias de regimes totalitários também estiveram presentes durante os anos em que os militares governaram o país, a exemplo das técnicas de propaganda e dos instrumentos de terror, de forma que o uso do termo *Estados autoritários* para se referir à realidade política brasileira a partir de 1964 pode trazer consigo contradições.

No entanto, há autores que defendem o uso da terminologia Estado autoritário para se referir ao regime político instaurado a partir de 1964: em seu estudo sobre a atuação da censura nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Movimento* durante os anos de 1968 a 1978, Maria Aparecida Aquino (1999, p. 211) explica que optou por utilizar o termo porque ele

“amplia a concepção e melhor se adapta ao uso extrapolado da autoridade durante os governos posteriores ao golpe”.

Segundo ela, a acepção grega da palavra autoridade refere-se a uma relação hierárquica, não igualitária ou de força, entre quem manda e quem obedece e que tem sua legitimidade reconhecida por todos os envolvidos. No entanto, Aquino cita os estudos de Hannah Arendt, segundo a qual o sentido de autoridade foi deturpado, de tal forma que “a atual concepção de autoridade, sem o reconhecimento da legitimidade e do direito hierárquico, navega na direção da exacerbação de seu uso, portanto, do autoritarismo” de tal forma que o Estado autoritário não tem autoridade, mas usa a força externa de coerção dos dominadores sobre os dominados.

Bobbio apresenta ainda uma tipologia dos regimes autoritários contemporâneos proposta por um outro autor, Juan Linz, segundo o qual os regimes autoritários *burocrático-militares*

são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe frequentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre. É o tipo de Autoritarismo mais difundido no século XX: são disso exemplo o Brasil e a Argentina em alguns períodos da sua história, a Espanha de Primo de Rivera e os primeiros anos de Salazar em Portugal (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 100-103).

Diante do exposto, dadas as especificidades e diferenciações que muitas palavras possuem entre si, optamos por utilizar neste estudo os termos *regime militar* e *ditadura militar* a fim de caracterizar o sistema político que se instituiu no Brasil a partir do golpe de 1964²³ até os primeiros anos de 1980. Acreditamos assim que contemplamos não só uma referência àqueles que de fato exerceram o poder, mas também características típicas do governo da época - como a concentração do poder -, as quais se não corresponderem à totalidade, correspondem à grande parte do que a teoria política define como ditadura.

²³ “O Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física” (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 546).

2.4. Sobre as representações recorrentes e seus elementos estruturantes: breves explicações

No primeiro capítulo, discutimos questões relativas à concepção das notícias como sistemas simbólicos e apresentamos ainda as noções que orientam o nosso entendimento sobre o que são as representações sociais. Tendo, portanto, como pano de fundo as ideias já apresentadas e considerando que, como destaca Jodelet (1989, p. 4), “as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica”, optamos por desenvolver nossas pesquisas objetivando compreender quais são os aspectos e elementos centrais que direcionam a construção de representações, em geral recorrentes, sobre a atuação política de mulheres e sobre a atuação militante dos grupos de resistência à ditadura.

Afinal, uma vez que se vinculam aos grupos nos quais emergem, as representações construídas por distintos grupos sociais podem apresentar visões diferentes, não consensuais, acerca de uma mesma realidade, justamente porque na construção desta visão incidem fatores diversos - sociais, cognitivos, afetivos -, os quais não são idênticos para todos.

Assim, para o estudo do *corpus* de nossa análise, consideramos ser mais proveitoso pensarmos em elementos definidores das representações do que propriamente definir uma representação específica, tendo em vista as múltiplas nuances que cada grupo social pode dar a um mesmo elemento, resultando em representações que por mais similares que sejam, guardam diferenças entre si. Com base nesse entendimento apresentaremos nos dois próximos capítulos os elementos constituintes das representações recorrentes a partir de grandes temas - aos quais chamamos de questões, enfoques e padrões.

Tomemos, como exemplo, o caso das mulheres que ocupam a esfera política: como veremos, há questões afetivas e familiares que podem se evidenciar sob a forma de representações que associam o fato de ser boa mãe a ser boa profissional, ou ainda que associam o fato de não ter um marido, portanto, não ser “bem-sucedida” afetivamente, à incapacidade para ocupar um cargo político ou, além disso, como forma de negar a feminilidade daquela mulher, aproximando-a de características pretensamente masculinas. Desta forma, a definição de questões - ou padrões, ou enfoques - mais amplas sobre as quais se estruturam as representações sociais nos dá um alcance maior de análise, já que

podemos nos deparar no estudo do material jornalístico com representações não mapeadas, mas que se associam às grandes questões apresentadas por nós.

Portanto, a análise do *corpus* que integra a presente pesquisa se dará tendo em vista os elementos estruturantes definidos por nós acerca das representações recorrentes a fim de que, ao final, possamos compreender quais deles emergem nas notícias e quais as representações e os sentidos que recobrem os conflitos centrais analisados.

No caso das representações sobre a militância durante o período da ditadura militar, há ainda outro aspecto importante a ser mencionado por nós: ao longo desses cinquenta anos que se passaram desde o golpe militar, uma espécie de “surto memorialístico” (CARDOSO, 1994, p. 179) constituiu um amplo conjunto de documentos no qual os livros de memórias “são representativos de grupos que constroem diferentes representações sobre o passado”.

Assim, militantes e militares trouxeram à tona as lembranças e experiências vividas no país durante a ditadura, cada qual buscando legitimar a sua versão do passado. Há ainda, além das rememorações individuais, estudos que se propuseram a reunir informações e dados especialmente sobre as violações aos direitos humanos cometidas durante o regime militar, a exemplo do projeto *Brasil Nunca Mais*.

João Roberto Martins Filho (2003) destaca que, enquanto a denúncia da tortura é o elemento central na construção das memórias dos militantes sobre a ditadura, os depoimentos castrenses enfatizam que os membros da esquerda contrariam o real significado da palavra anistia, ou seja, o esquecimento não se consolida uma vez que os acontecimentos são rememorados e ganha força a luta para que os crimes cometidos contra os direitos humanos sejam investigados. As memórias dos militares enfatizam ainda que, com relação à repressão, as ações do governo foram uma reação aos “excessos” da própria esquerda, ou seja, a subversão explica a tortura.

Em um estudo que analisou onze livros de memórias sobre a ditadura, tanto a partir do que a autora chamou de memória do poder - ou seja, daqueles que participaram do governo ditatorial -, quanto da memória dos anos de repressão, representada por membros da esquerda, Lucileide Cardoso (1994) observou que, no caso dos militares, os relatos mantiveram o foco especificamente em duas questões: os significados do golpe de 1964 (se a “revolução” alcançou ou não os objetivos que propunha) e a tortura. No caso dos relatos que compõe a memória dos anos de repressão, os autores se dedicam tanto a avaliar

criticamente os anos de militância e as ideias que defendiam, quanto relatar como atuou a ditadura contra os presos políticos.

Desta forma, veremos que pouco mudou no cenário das representações que foram construídas por ocasião do regime militar, uma vez que se mantém o contraponto entre os que condenam “os agentes internos” do comunismo no país (CARDOSO, 1994, p. 184), considerados os maiores inimigos da democracia; e entre aqueles que “ênfatizam a resistência heroica” (ibidem, p. 193) daqueles que lutaram por justiça social e pelo fim da ditadura.

Obviamente as representações sobre a realidade política vivida pelo país a partir de 1964 não podem ser tomadas como estanques, em razão da própria dinâmica social e em razão do surgimento de novos relatos que foram acrescentando informações, visões e opiniões desde aquela época até os dias de hoje. Afinal, como destaca Juremir Machado da Silva (2003), é preciso considerar o caráter “movediço” da rede de valores na qual se constitui as representações sociais.

As explicações expressas no presente tópico ficarão mais claras a partir do estudo das representações em si. Portanto, vamos a elas.

CAPÍTULO III

Uma mulher que vale por 10 homens: sobre o feminino na política

Mesmo dentro dos partidos, as candidaturas de mulheres são vistas com paternalismo. Nós, do PMDB, teremos uma trinca de candidatas aqui em São Paulo que ainda não foi totalmente assimilada por muitos. Você percebe como eles nos dão a palavra, como se dirigem a nós, a própria relação afetiva é paternalista. Isso é revelado no tratamento, na linguagem. Alguns se dirigem a mim dizendo: “*Ruth Escobar, uma mulher que vale por 10 homens*”. Por que 10 homens? Quer dizer que as qualidades que eu tenho são típicas de homens? Não, talvez eu tenha um acúmulo de qualidades que são típicas de mulheres também. E eles acham que me fazem um elogio...

O trecho acima integra uma entrevista concedida na década de 1980 ao jornal *Mulherio*²⁴ pela então candidata à deputada estadual pelo PMDB de São Paulo, Ruth Escobar. Naquela edição, o jornal trouxe uma matéria exclusiva sobre eleições na qual diferentes candidatas falavam sobre as relações entre política e questões de gênero. A declaração citada acima evidencia especialmente um ponto importante, com o qual damos início a esta nossa discussão: o predomínio da ótica masculina na construção das relações em espaços de poder, dentre os quais se destaca o espaço político. Ao enfatizar uma suposta equivalência entre o valor da mulher e aquele atribuído aos homens, os membros do partido evidenciam que a presença feminina em um espaço tradicionalmente masculino requer minimamente que elas sejam comparáveis a eles, ou ainda, que sejam tão boas quanto dez deles juntos.

Em uma pesquisa sobre o acesso minoritário de mulheres em cargos de comando nas organizações empresariais, Andréa Puppim (1994, p. 25) afirma que a preocupação feminina quanto ao desempenho exemplar se deve à sensação de estar sempre ‘em exibição’, de tal forma que os atos dessas mulheres são sempre considerados uma expressão da sua própria condição de gênero. Uma das entrevistadas pela autora, por exemplo, evidencia sua concordância com essa necessidade de as mulheres demonstrarem “um diferencial de desempenho com relação aos homens”:

²⁴ Reportagem “As candidatas”, veiculada em 1982 - edição nº 7. O jornal *Mulherio* circulou entre os anos de 1981 a 1988, era produzido em São Paulo e se declarava comprometido com as questões relacionadas às mulheres. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/II_8_1982menor.pdf>; Acesso em 6/6/2013.

Eu acho que as mulheres têm de manter um padrão de desempenho mais elevado do que os homens de forma geral, eu acho que elas têm de investir mais, porque elas começam de uma avaliação mais negativa. Para os homens a coisa está mais ou menos feita, a mulher ainda tem de provar²⁵ (PUPPIM, 1994, p. 25).

No mesmo estudo, Puppim cita ainda um trecho do depoimento de outra entrevistada que conta que foi desclassificada em uma das fases do processo de formação de *trainees* em uma multinacional mesmo tendo obtido nota superior a um colega, homem, que foi aprovado para a etapa seguinte. Quando questionado sobre o motivo da desclassificação, o então chefe da entrevistada afirmou: “ele é homem e você é mulher, e para você ser respeitada como qualquer homem, você precisa ser melhor que eles pelo menos em dobro” (PUPPIM, 1994, p. 28).

Ao tratar sobre os obstáculos que as mulheres necessitam superar para alcançar postos mais altos na política, Fanny Tabak (2002, p. 110) destaca que a expectativa de que a mulher deve ser sempre melhor do que o homem, em qualquer profissão ou carreira, é justamente um dos fatores pessoais que desmotivam o ingresso feminino na política. Secretária Executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, Cláudia Costin conta que o preconceito se manifesta contra as mulheres no espaço político por meio da pressão para que elas ‘sejam melhores em tudo’ (AVELAR, 2001, p. 143-144).

De acordo com Michelle Perrot (1993, p. 132), “a antropologia e a história nos informam que jamais houve sociedades que não fossem dominadas pelos homens”. Segundo ela, a história foi sempre concebida como uma história de homens justamente porque os instrumentos de conhecimento tiveram eles próprios como autores, já que a partir da Idade Média é que começam a surgir os primeiros documentos escritos por mulheres. Nesse sentido, há que se pensar que as distinções entre feminino e masculino foram historicamente e culturalmente construídas: as diferenças biológicas entre os sexos não pressupõem *a priori* nenhuma divisão de tarefas sociais, por exemplo. Assim, não há trabalhos naturalmente femininos e nem naturalmente masculinos, como se concebe - respectivamente - sobre os trabalhos domésticos e a esfera política. O que há, portanto, é um condicionamento cultural, condicionamento este para o qual em geral as próprias

²⁵ Em sua pesquisa, Puppim (1994) reuniu depoimentos de homens e mulheres membros da equipe de uma multinacional do setor distribuidor de petróleo, cuja unidade brasileira está sediada no Rio de Janeiro.

mulheres concorrem dada a imersão delas nesta cultura que lhes ensina sobre as divisões sociais, de trabalho, de comportamento com relação aos homens e que, por sua vez, acabam reproduzidas na passagem de uma geração para a outra²⁶. O trecho citado a pouco, de uma das entrevistas realizadas por Puppim, é exemplo disso, pois a própria entrevistada, mulher, reflete a interiorização de uma concepção que vê a necessidade de as mulheres provarem que são melhores do que seus colegas, homens.

Antropóloga e pesquisadora das relações de gênero, Lia Zanotta Machado (2010, p. 75) considera que a construção cultural do feminino na nossa sociedade se articula à ideia de ‘poder compartilhado’, e não de ‘poder à frente’: diferente dos homens, não se associam às mulheres as noções de autonomia, de soberania. Justamente a partir daí podemos pensar a recusa constante em admitir mulheres atuando em posições de comando, já que ali elas próprias adquirem o poder soberano.

Em seu estudo, Andréa Puppim (1994, p. 18) observou uma diferença na distribuição de homens e mulheres entre os postos de trabalho da empresa multinacional estudada: as mulheres eram frequentemente dirigidas ao que a autora chamou de *funções de staff*, ou seja, aquelas ligadas ao planejamento, assessoria e consultoria, de tal forma que havia uma tendência refratária à presença feminina nas *funções de linha*, aquelas relacionadas diretamente aos objetivos da empresa, a exemplo da função de assessor de vendas. Assim, Puppim sugere a existência de uma relação entre os cargos e funções ocupadas pelas mulheres nas organizações empresariais contemporâneas e aquelas funções que são tradicionalmente atribuídas às mulheres: funções de ligação, de apoio, versus funções operacionais e “de exercício direto do poder”.

É fato que ao longo de muitos anos as mulheres foram alcançando avanços nos mais diversos setores da atividade social - mercado de trabalho, atividades culturais, artísticas e científicas -, de tal forma que ganharam cada vez mais força as discussões sobre a divisão de tarefas tidas como “naturais” entre homens e mulheres. Há, no entanto, ainda muitos avanços a serem conquistados. Como destaca Tabak,

²⁶ Embora não seja nosso intuito discutir mais amplamente este ponto, é importante mencionar aqui o debate travado por pesquisadoras sobre os conceitos de gênero e sexo: Simone de Beauvoir, com a célebre frase “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, enfatiza a construção cultural e social que se dá em torno da noção de gênero. Já Judith Butler problematiza a própria “naturalidade” atribuída ao conceito de sexo: para ela, também este não é natural, mas construído discursivamente e culturalmente, como o gênero. Nesse sentido, é a própria identidade de gênero a responsável pela construção das diferenças entre os sexos (YOUNG, 1997, p. 15).

O nível de escolaridade das mulheres vem aumentando de maneira significativa, bem como sua qualificação profissional, o que ainda não contribuiu para superar sua situação de desvantagem no mercado de trabalho, não só em termos salariais, mas também na possibilidade de usufruir de oportunidades de capacitação e de ocupação de postos de decisão nas empresas (TABAK, 2002, p. 226).

Toscano (1982, p. 64) ressaltou, certa vez, que a atuação feminina em postos de direção era essencialmente baixa mesmo no caso de sindicatos e associações vinculadas a categorias profissionais em que o contingente feminino era majoritário, a exemplo do magistério. E no que diz respeito à ocupação de postos de decisão, o espaço político merece especialmente nossa atenção, como destacam diversas pesquisadoras da área: de acordo com Moema Toscano (1982, p. 74), “em nenhum terreno da vida social institucionalizada a mulher tem se mantido tão na retaguarda da marcha da História quanto na política, em todos os níveis em que se considere esta atividade”. Ana Maria Colling (1999, p. 101) afirma que o âmbito da política é “tido como o último bastião de resistência à inclusão das questões sobre mulheres e gênero”. Já Fanny Tabak (2002, p. 103) destaca que “em quase todos os países, independentemente de seus sistemas político e do nível de desenvolvimento econômico, são poucas as mulheres que ocupam posições de destaque no processo de decisão política”.

Vale destacar aqui que, embora o nosso estudo se centre na presença feminina na esfera política decisória, ou seja, aquela mulher que ocupa cargos eletivos e desempenha mandatos políticos, é importante lembrar que a atuação política feminina não se restringe a esta esfera, embora a análise do comportamento da mulher nas eleições seja utilizada amplamente para aferir a representatividade feminina no sistema político como um todo. Como destaca Toscano (1982, p. 59), pensar sobre a participação da mulher inclui todas as atividades que estejam ligadas à ‘coisa pública’ e que influenciem na condução do processo social e político, de tal forma que não necessitam necessariamente estar ligadas à esfera de governo.

Por isso, tudo aquilo que garanta mais conscientização e capacidade de influenciar na condução da opinião pública, politizando as mulheres, a exemplo de uma assembleia de condomínio ou mesmo a participação na associação de moradores do bairro, são ações que as inserem na atuação política.

O poder político deriva não só da atuação em organizações ligadas ao sistema eleitoral e partidário, mas também da presença em várias outras instâncias do trabalho público, como, por exemplo, as executivas, burocráticas e judiciais, assim como nas entidades de representação profissional, associativa etc. Tais instâncias também são, na prática, negociadoras, implementadoras de políticas, e têm influência discreta na política pública (AVELAR, 2001, p. 95).

Aliás, estudos comentam que a presença feminina em associações e movimentos sociais é a que efetivamente mais contribui para a construção de um capital político capaz de repercutir na instituição de candidatura de mulheres (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 322). Ou seja: o engajamento em espaços políticos não governamentais é o que fornece, em geral, às mulheres reconhecimento capaz de garantir sucesso eleitoral nos espaços institucionalizados de governo.

Retomando a nossa discussão e centrando-a especialmente no âmbito da presença feminina e das relações de poder que se dão na esfera política, desde a veiculação da entrevista da candidata Ruth Escobar, em 1982, trinta e dois anos se passaram, mas o predomínio masculino na esfera política ainda persiste: um estudo, intitulado *Mais Mulheres na Política*, realizado pelo Ibope e Instituto Patrícia Galvão e divulgado em julho de 2013 mostrou que o Brasil ocupa o 121º lugar com relação à participação das mulheres na política, em um ranking de 189 países, posição inferior a de países como Iraque e Afeganistão. Na realidade atual, a perspectiva é de que a paridade entre homens e mulheres na ocupação do poder político se dará daqui a 150 anos.

Na esfera federal, como vimos no capítulo anterior, a porcentagem de mulheres senadoras e deputadas federais não chega a 15% do número total de parlamentares em cada uma das casas legislativas. Nas últimas eleições municipais realizadas no Brasil, em 2012, as mulheres representaram 32,6% do número total de candidatos a vereadores e 12,6% do total de candidatos a um mandato de prefeito. No final da disputa, as mulheres eleitas vereadoras e prefeitas corresponderam, respectivamente, a 13,35% e 10,95% do total de eleitos²⁷.

Acerca das diferenças registradas entre a proporção de candidaturas femininas e de mulheres eleitas, Feitosa (2012, p. 146) fala na ausência de estratégias de empoderamento das mulheres em seus próprios partidos. Em 2010, por exemplo, nas eleições para os cargos proporcionais, a relação entre a quantidade de candidatas e a de eleitas alcançou

²⁷ Dados do CFEMEA.

4,6%, enquanto nas últimas duas eleições nacionais a proporção era de 8%. Quando questionados sobre o baixo número de mulheres que conseguem se eleger em comparação com o número de candidatas, dirigentes de agremiações políticas atribuíram os obstáculos partidários enfrentados pelas mulheres, como o pouco incentivo e a desigualdade na distribuição dos recursos de campanha, à ‘cultura política’ e à disponibilidade de tempo exigida na carreira política²⁸ (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 328).

Há que se considerar ainda, analisando os pleitos ao longo dos anos, que não há uma constância ascendente na inclusão de mulheres na esfera política brasileira: em uma análise comparativa dos anos de 1945 a 1974, Moema Toscano (1982, p. 66) mostrou que a presença feminina nas diversas esferas de poder varia bastante. Em 1965, por exemplo, das 13 candidatas à Câmara Federal seis foram eleitas, número recorde na história eleitoral do país até aquele ano. Já na eleição seguinte, também na esfera federal, em 1970, das quatro candidatas uma foi eleita.

Um comparativo feito entre os anos de 2004, 2008 e 2012 com relação ao número de mulheres eleitas para as Câmaras de Vereadores no país²⁹ também mostra ligeira queda e crescimento na porcentagem de eleitas: 12,65%; 12,52% e 13,35%, respectivamente. Já com relação à eleição de 2002 para a Câmara dos Deputados, é possível verificar que a situação se configura tal qual a atual: as mulheres eleitas não representaram nem um décimo do total de homens (8,19%).

Os números, portanto, não deixam dúvidas quanto à presença minoritária feminina nos espaços de tomada de decisão e poder político no Brasil, assim como às oscilações e aumento inexpressivo desta presença. Para isto, no entanto, convergem fatores diversos e que se vinculam aos mais variados atores sociais. Tabak (2002, p. 108) afirma que os obstáculos femininos à ocupação de posições políticas de maior destaque são de dois tipos: institucional e pessoal³⁰.

No primeiro caso, estão entre os fatores listados pela autora a falta de instituições sociais, a exemplo de creches e jardins de infância gratuitos, que ajudem aquelas mulheres

²⁸ O estudo desenvolvido por Barreira e Gonçalves (2012, p. 315-336) analisou, com base no conceito de *representação*, as concepções de dirigentes partidários dos estados do Ceará e Rio de Janeiro sobre a participação política das mulheres, por ocasião das eleições de 2010.

²⁹ Dados do CFEMEA.

³⁰ Também Avelar (2001, p. 151) aponta razões para a baixa participação feminina na elite política, entre as quais se incluem: diferenças na socialização de homens e mulheres, quando se dá o aprendizado de papéis ligados ao sexo; os ciclos de vida da mulher (casamento, maternidade); diferenças no acesso a recursos econômicos e sociais; as estruturas do Estado, e valores religiosos.

que possuem responsabilidades familiares a conciliá-las com o trabalho fora de casa; problemas estruturais, como déficit habitacional e analfabetismo, que exigem que as mulheres se preocupem em garantir a sobrevivência de suas famílias, assoberbando-as de tarefas cotidianas e afastando-as da política; e os próprios partidos políticos, que de maneira geral mostram uma significativa resistência em apoiar candidaturas femininas, como explica Tabak (2002, p. 106):

Mesmo quando são indicadas candidatas, as mulheres ainda têm que enfrentar mais dificuldades do que os homens, em suas campanhas eleitorais. Existem diferentes maneiras de como os partidos podem fazer uma discriminação quase invisível. A mais óbvia tem a ver com o apoio financeiro, crucialmente necessário para imprimir material de propaganda e para atender a uma série de despesas com a campanha.

Em um estudo sobre as candidaturas femininas na eleição de 1986 para a Assembleia Constituinte, Fanny Tabak (1987, p. 139) já mostrava que a falta de apoio efetivo do partido estava entre as principais dificuldades apontadas pelas mulheres candidatas, sendo que foram muito poucas aquelas que tiveram um tempo reservado para participar na TV da propaganda eleitoral gratuita. Além disso, a autora destaca que muitas delas estiveram sujeitas a certa instrumentalização pelos partidos: depois de ouvir determinadas comunidades de interesse, os partidos listavam as mulheres que esses grupos valorizavam - normalmente em razão do trabalho que elas desenvolviam ali, a exemplo de assistentes sociais (nos lembremos aqui da nossa discussão, anterior, sobre os espaços de poder não governamentais como espaços de construção de capital político), e as procuravam para convidá-las a se candidatar, e elas nem filiadas aos partidos eram. O intuito, no entanto, não era de fato eleger essas candidatas, mas ampliar o número de votos para a legenda ou mesmo ampliar a campanha de outros candidatos, homens, no que a autora chama de 'dobradinha' (junção de dois candidatos a mandatos de níveis diferentes).

Neste mesmo estudo, a autora também destacou que a maioria das candidatas à Constituinte ingressou na vida política partidária por influência de homens de sua família ou mesmo de dirigentes ou líderes políticos. Segundo ela, as três candidatas do PCB naquela ocasião concorreram pela legenda não por opção própria, mas porque os maridos já militavam no Partido. "Uma delas, inclusive, pretendia candidatar-se a deputada estadual

e foi praticamente forçada a ‘queimar’ sua candidatura, porque o partido insistiu em incluir seu marido na chapa para a Assembleia Legislativa Estadual” (TABAK, 1987, p. 137).

Mais de vinte anos depois, a instrumentalização de que falou Tabak volta a ser tema de discussões, desta vez a partir do caso das candidatas “laranjas” nas eleições de 2010, quando se estabeleceu a obrigatoriedade das cotas eleitorais por meio da Lei nº 12.034/2009. A partir daquele ano, ficou estabelecido que os partidos e coligações, ao registrarem candidatos às eleições proporcionais, devem preencher as vagas de acordo com o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% dos candidatos de cada sexo, tendo por base o número de candidatos lançados pelos partidos e coligações (FEITOSA, 2012, p. 145).

Devido à obrigatoriedade das cotas, os partidos desvirtuaram os padrões de ingresso, recrutando esposas de candidatos, funcionárias dos partidos e parentes, numa tentativa esvaziada de suprir a demanda de mulheres sem a contrapartida de qualquer apoio [...]. Não que o fenômeno de candidatos “laranjas” seja exclusividade das mulheres, pois os partidos utilizam essa prática habitualmente, mas, no pleito de 2010, com a inovação jurídica trazida pela minirreforma eleitoral³¹, ficou patente o emprego da prática (FEITOSA, 2012, p. 156).

Os partidos políticos, no entanto, não consideram que o déficit de candidatas e que os baixos índices de sucesso eleitoral delas, quando comparados aos dos homens, se deem em razão das condições oferecidas, internamente, pelas próprias agremiações partidárias. A maioria dos dirigentes ouvidos por Barreira e Gonçalves (2012, p. 323) fala em uma espécie de ‘autodenegação’, ou seja, para eles são as próprias mulheres que se mantêm afastadas da participação política, seja por não estarem conscientes do papel que podem desempenhar, seja por não conseguirem compatibilizar o desempenho de atividades políticas com as “funções historicamente construídas, concernentes à reprodução familiar”. No fim, o tradicionalismo cultural, ou seja, os obstáculos extrapartidários são apresentados como os responsáveis por impedir o protagonismo político feminino, de tal forma que os dirigentes eximem as instituições partidárias de qualquer responsabilidade.

O desconhecimento ou o alheamento dos membros dos partidos políticos, assim como a ausência de discussões, sobre as questões que de fato afetam as mulheres e

³¹ Uma referência à Lei nº 12.034/2009.

dificultam o acesso delas às posições de poder no espaço político também já eram evidenciadas desde a década de 80, como mostra o jornal *Mulherio*, o mesmo que apresentou a entrevista com a candidata Ruth Escobar citada no início do capítulo. Naquela edição, a matéria sobre eleições trouxe uma charge³² na qual havia a imagem de dois burros, engravatados, conversando: “E sobre a questão da mulher, não vamos fazer nada?” um deles perguntou ao outro, que disse “Está bem, você lava e eu enxugo”. A charge deixa claro - e aí, pelo contexto em que ela se insere, podemos sugerir que os personagens são uma referência aos homens dos partidos - que a concepção masculina sobre o papel das mulheres é marcada pela domesticidade das relações, ou seja, com a integração feminina nos partidos, os cuidados com a casa, as tarefas do lar, o lavar e o enxugar restariam também aos homens. Para eles, portanto, “a questão da mulher” se resumia a isso.

Assim, as agremiações partidárias que, em razão de seu ofício, deveriam estar completamente envolvidas com discussões e projetos que garantissem a representatividade dos mais diversos segmentos sociais, mostram, em geral, desconhecimento - intencional ou não - sobre o que realmente interfere na participação política feminina. No estudo desenvolvido por Barreira e Gonçalves, em 2010, uma secretária do coletivo de mulheres do PCdoB disse, em seu depoimento, que “as mulheres na política reproduzem obstáculos que se dão fora do partido, organizam as tarefas e não têm rodízio de horários”, exemplificando assim, mais uma vez, a domesticidade de que falamos há pouco (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 333).

Quanto aos fatores pessoais mencionados por Tabak, como um segundo tipo de obstáculo ao ingresso feminino na política, incluem-se: o fato de que “a mulher não está segura ou convencida de sua capacidade de desempenhar bem o papel de representante”, já que, como discutimos anteriormente, prevalece a ideia de que elas precisam ser sempre melhores do que os homens, assim como a noção de que a política não é uma carreira adequada para aquelas que desejam se casar e constituir uma família, em razão da dedicação exigida por ambas as atividades; e a visão de que a política é algo ‘sujo’, marcada pela corrupção, egoísmo (TABAK, 2002, p. 110). Sobre este último ponto, Moema Toscano (1982, p. 57) fala em uma “ojeriza, mais ou menos intuitiva, da mulher pela política”, uma vez que a atividade é vista como fonte de infortúnios, da qual a mulher ‘naturalmente pura e inocente’ deve se manter afastada.

³² Disponível no Anexo V.

A necessidade de manter as tarefas domésticas em ordem juntamente com o exercício do mandato é, inclusive, uma das explicações para que a presença das mulheres em órgãos políticos locais tenda a ser sempre mais significativa do que aquela registrada nos âmbitos estadual e federal, afinal, “as tarefas de socialização dos filhos continuam sendo feitas pelas mulheres” (AVELAR, 2001, p. 30). Tabak (2002, p. 107), constatou que as próprias eleitas afirmam que isso ocorre devido à facilidade de permanecer na cidade onde moram e poder unir o mandato às responsabilidades do lar. Um cargo de senadora, por exemplo, exigiria mudar-se para a capital do país e, na grande maioria dos casos, manter-se longe da família. “Na política local é mais fácil *conciliar*, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E, no caso, trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas”, afirma Avelar (2001, p. 69-70).

Já a falta de credibilidade que as próprias mulheres atribuem à política se vincula à ideia de que para ocupar um cargo político as mulheres necessitam de habilidade, jogo de cintura, desenvoltura para lidar com as adversidades que surgem a todo momento, mas tamanha habilidade não faz parte de uma certa “natureza” feminina que é marcada pela ausência de malícia, pelo senso de justiça. Nesse sentido, pretensas características da personalidade masculina - vigor, firmeza, rigidez, capacidade de decisão - são muito mais adequadas para a realidade política do que aquelas, femininas.

Em uma pesquisa que analisou dados quantitativos a fim de verificar em que medida os brasileiros são favoráveis à participação equitativa da mulher na arena política, Bohn (2008, p. 365-366) observou que entre os entrevistados que declararam que não votariam em uma mulher para presidente do país - 12% do total, portanto, a minoria - 73,2% deles apontou como motivo que “a política não é o melhor lugar para as mulheres”.

Ao observar o conjunto dos fatores apresentados e explicitados por diferentes autores e que, somados, resultam nesse cenário permanente de presença não significativa das mulheres no espaço político, podemos verificar que todos eles remetem na sua essência à permanência da concepção masculina como formadora das relações que se estabelecem na sociedade. Assim, todas as possíveis causas que discutimos acima refletem a tradicional concepção da divisão social das atividades de que falamos anteriormente: em razão da sua natureza ingênua, sensível e delicada, o espaço político não se mostra adequado para a mulher já que ali haveria a necessidade de “preparação” ou “habilidades” específicas.

Para Felícia Picanço (2005, p. 171), vivemos hoje um processo de deslocamento dos valores mais tradicionais sobre o que de fato é ser homem e ser mulher, de tal forma que as representações do feminino/masculino a partir de imagens estanques e excludentes - lugar de homem é no mundo público e de mulher, no mundo doméstico - são rejeitadas. Assim, para ela, as desigualdades entre homens e mulheres estão se tornando menos agudas. No entanto, na pesquisa que desenvolveu, Picanço observou que as representações construídas por mulheres que exercem algum tipo de trabalho remunerado, ou seja, que não se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos, não rejeitam de todo os tradicionais valores androcêntricos: mais do que os homens, são elas que associam a figura feminina à concepção de mulher-mãe dedicada aos filhos.

Outra conclusão da autora é interessante: a participação das mulheres na renda do casal é defendida pelos homens, ou seja, eles não querem cumprir o ideal de homem provedor, mas a valorização do trabalho como lugar do feminino não acontece. Ou seja: esse incentivo masculino à ocupação feminina do mercado de trabalho se dá muito mais em razão de necessidades econômicas - complementar a renda da família - do que propriamente em razão de um deslocamento da visão masculina sobre o tradicional papel das mulheres. Aliás, o mercado de trabalho foi um dos primeiros temas destacados na pauta de estudos sobre questões de gênero, pois a exclusão feminina do âmbito do trabalho remunerado era vista como uma das possíveis explicações para a subordinação feminina (PICANÇO, 2005).

O que se observa, portanto, é que as referências culturais e normativas da sociedade não acompanham as mudanças e os avanços femininos na educação, no mercado de trabalho, assim como a própria política também não acompanha: “os padrões e papéis culturais mais íntimos de gênero continuam intocados” (MATOS, 2005, p. 112). Exemplo disso é a permanência do trabalho no lar como sendo tipicamente e exclusivamente feminino, sendo ainda pouco significativos os casos de mulheres que negociam com seus parceiros a divisão das tarefas domésticas.

Ainda que tenhamos conquistado “um teto todo nosso”, sob esse teto continuamos a exercer as funções de donas-de-casa e de “maternagem” da forma tradicional que conhecemos, demonstrando ser bem menos hábeis em negociar essas tarefas do que nossa identidade profissional no mercado de trabalho, por exemplo (ibidem, p. 113).

E ao ocupar o mercado de trabalho, mas mantendo as mesmas atividades que desenvolvem em casa, no âmbito familiar, é notável que incide sobre as mulheres uma sobrecarga emocional que contrasta, ao mesmo tempo, com a autonomia resultante do trabalho remunerado, a exemplo da independência financeira (ARAÚJO; SCALON, 2005). A família é, cada vez mais, um espaço de compensação afetiva perante o individualismo exacerbado que caracteriza a esfera pública: e é aí que cabe às mulheres o papel de mediadora de conflitos, naturalizado como tipicamente feminino.

Desta forma, as relações de gênero são perpassadas por formas sutis, e não necessariamente autoritárias, de exercício do poder, e a incorporação de novas atribuições pelas mulheres é um exemplo disso, afinal a incorporação masculina de atribuições na esfera doméstica tem se mostrado lenta, ao contrário do que se vê com relação às mulheres. Sucintamente, portanto, “as dimensões culturais e subjetivas que estruturam as relações de gênero constituem uma base sólida e bastante resistente às transformações dos padrões tradicionais” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 70).

3.1. Mulheres, política e os elementos estruturantes das representações sociais

As ideias desenvolvidas até então nos ajudaram na construção de um panorama da realidade vivida pelas mulheres na política, de como esse panorama segue inflexível ao longo dos anos, das dificuldades enfrentadas por elas, assim como das causas atribuídas à ausência de significativo protagonismo feminino nas esferas de decisão e poder. A partir de agora partiremos, portanto, para a análise específica das representações sobre a presença feminina no espaço político: quais os sentidos e as imagens que, em geral, se fazem recorrentes quando o assunto é uma mulher que desempenha um mandato eletivo nas diversas esferas de governo? Recorremos, essencialmente, no estudo sobre tais representações a uma revisão bibliográfica que reuniu artigos, livros, entrevistas, pesquisas quantitativas, pois, como destacamos no capítulo anterior, a interface entre política e gênero tem se mostrado um campo fértil de estudos e trabalhos em diversas áreas do conhecimento, de tal forma que esta etapa da nossa pesquisa deve em muito a essa ampla produção acadêmica.

É interessante comentar também que existem estudos específicos sobre a representação midiática da mulher na política, a exemplo daquele desenvolvido por Biroli e Miguel (2011), e que também forneceram referências importantes para a nossa pesquisa, embora, no nosso caso, a representação jornalística sobre os conflitos em questão tenha por base representações anteriores, cristalizadas no imaginário social.

Observamos, portanto, que as representações que circulam sobre a atuação política de mulheres se constroem em torno de elementos que fazem referência a ao menos uma das seguintes questões:

a) Questões afetivas e familiares: o estado civil das mulheres que ocupam cargos políticos e os detalhes sobre a vida íntima delas, no que se refere a relacionamentos amorosos, é uma das constantes quando trata de referir-se a deputadas, senadoras, prefeitas, governadoras, enfim, todas aquelas que integram esferas de poder político. De acordo com Biroli e Miguel (2011), “há muito mais atenção ao estado civil e às relações afetivas das mulheres na política que dos homens”.

É importante à nossa análise observar, por exemplo, que as mulheres casadas não são a maioria entre aquelas que se interessam e ocupam de fato os espaços políticos: segundo Feitosa (2012, p. 154), 64,5% dos candidatos à Câmara dos Deputados em 2010 eram casados, enquanto a maioria das mulheres (58,3% delas) era composta por solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. Com relação às deputadas eleitas, os índices permaneceram semelhantes: 53,3% daquelas que conquistaram a vaga na Câmara eram separadas, solteiras ou divorciadas. Tais dados reforçam a relação entre cuidado com a família e envolvimento na política, de tal forma que dadas as dificuldades de compatibilização entre as duas atividades, muitas mulheres optam por não se envolver nas disputas eleitorais e, automaticamente, renunciam às oportunidades de protagonismo político. Ou podemos sugerir mesmo o inverso: aquelas que se envolvem com política, podem ter suas vidas pessoais prejudicadas.

Ao falar sobre sua atuação como assessora do ministro da Justiça na década de 1990, a advogada Sandra Valle afirmou: ‘só pude fazer isto porque meus filhos já eram crescidos’ (AVELAR, 2001, p. 144-145), sugerindo que aquele cargo não poderia ser ocupado por ela em outra fase de sua vida em razão de suas responsabilidades como mãe.

Em um estudo que avaliou as diferenças e semelhanças de percepções de homens e mulheres em relação à participação feminina, em geral, na política e especificamente com relação às duas candidatas à Presidência em 2010³³, Pinto (2012, p. 225) registrou, entre os atributos negativos associados à candidata Dilma Rousseff e apontados pelos entrevistados, afirmações do tipo “foi mal amada, não tem marido e nem filho” ou “ela não tem marido”. Um detalhe importante a ser evidenciado: tais opiniões foram expressas por mulheres, sendo que no caso dos homens que integraram a pesquisa não houve referências ao estado civil da candidata, ressaltando a importância que as próprias mulheres atribuem ao fato de ter um marido e constituir família. É como se, de certa forma, o fato de não ser casada, ou ser divorciada, desqualificasse aquelas mulheres que se propõe a ocupar o espaço político.

E aqui precisamos considerar ainda as relações familiares, diretamente vinculadas às relações afetivas, que dizem respeito à atuação da mulher como mãe, esposa, avó, filha, enfim, a todos os diversos papéis sociais que ela pode assumir de acordo com as especificidades de seu núcleo familiar e que também se destacam na construção de representações sobre mulheres que integram o espaço político. No estudo que desenvolveu sobre a presença feminina em cargos de comando, Puppim (1994, p. 23) conta que uma das executivas da empresa era vista por alguns colegas como “agressiva” e “megera” em razão de um comportamento que sugeria que ela concedia privilégio ao espaço profissional, em detrimento do familiar. “Ouvi dizer que uma vez ela gritou no telefone com o filhinho de 9 anos porque ele interrompeu uma tarefa qualquer do trabalho dela”, contou uma estagiária da empresa.

Da mesma forma, no espaço político, no qual as mulheres também assumem posições de comando, tem-se que a atuação feminina será legítima e reconhecida na medida em que a sua atuação no espaço doméstico, com os filhos, como esposa, também se mostrar legítima. Se aquela mulher, por exemplo, não é boa mãe, ou talvez nem ao menos seja mãe, ela não tem “competência” para se candidatar e se eleger a um cargo nas diversas esferas de governo.

Dada a importância atribuída às mulheres no espaço familiar, o exercício de um mandato político e a competição eleitoral em si são encarados especialmente como um

³³ Os grupos focais que forneceram os dados para análise na pesquisa foram realizados em Salvador e em São Paulo antes do 1º turno e entre o 1º e o 2º turnos das eleições de 2010. Para mais detalhes ver PINTO, 2012, p. 216.

desafio ainda mais “sobrenatural” na medida em que implicam “uma terceira jornada de trabalho” para elas (FEITOSA, 2012, p. 154). O fato de ocupar a esfera política sempre surge como algo ainda mais complexo do que qualquer outro posto de trabalho remunerado: as especificidades de trabalhar como uma representante do povo são sempre vistas como algo mais trabalhoso e que exige muito da mulher.

Ao mesmo tempo, no entanto, em que tais dificuldades são (re)conhecidas, também há uma espécie de exigência para que as mulheres que ocupam cargos políticos superem-nas. É como se dissessem: se não dava conta, por que foi se envolver com a política?

b) Questões comportamentais e atitudinais: a grande questão que se coloca aqui diz respeito à forma como a mulher ocupante de um mandato político se posiciona nas relações que estabelece em razão do cargo que ocupa. O modo de agir, o temperamento, a postura, a conduta adotada por elas estão sempre em evidência e sugerem, por sua vez, qualidades ou defeitos dessas mulheres.

No estudo desenvolvido por Céli Regina Jardim Pinto (2012, p. 220) ficou evidente que tanto a “bondade” tida como característica de uma das candidatas presidenciais de 2010, Marina Silva, quanto a “rigidez” demonstrada por Dilma Rousseff foram apontadas pelos entrevistados como pontos negativos das respectivas candidatas, de tal forma que os eleitores não julgam adequados à esfera política nenhum dos dois tipos de comportamento por parte das mulheres. Ou seja: quando a mulher se mostra boazinha, ela é “bobinha” demais; quando é severa, é “carrasca, durona”, em uma constante dicotomia que não define como deve ser uma mulher política (se é que isso seria possível).

Os ideais de sensibilidade e de emotividade que são tidos como tradicionais na caracterização da personalidade feminina e que, por sua vez, estão diretamente relacionados aos atributos maternos da mulher, também podem ser observados nas representações sobre a presença feminina nas esferas de poder político. Entre os atributos positivos da mulher na política apontados por eleitores, homens e mulheres, por ocasião do pleito de 2010 podemos encontrar afirmações como “é mais sentimental”, “é mais mãe”, “tem um monte de saída a oferecer”, “mais emocional”, “raciocina com o cérebro e com o coração”, “mais capacidade de ouvir”, “é mais coração”, “instinto maternal”, “mais compreensiva”, “mãe - mais protetora”, “a mulher é muito mais sensível”, “tem mais

coração”, “se põe no lugar do outro”, “tem carinho pelo ser humano”, “lado materno, aquela coisa de cuidar” (PINTO, 2012, p. 216-217).

Nesse sentido, a sensibilidade feminina é tida como um atributo altamente valorizado, de tal forma que a ocupação do espaço político pelas mulheres se apresenta como uma forma de humanizar as decisões que de lá emergem. Como destacam Biroli e Miguel (2011, p. 77), as pretensas características maternais transbordariam para a arena política “fazendo com que as mulheres fossem mais preocupadas com os mais frágeis, menos competitivas e mais abnegadas”.

Uma pesquisa realizada em 2009 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 19 países das Américas e Espanha, mostrou que a maioria dos entrevistados acredita que a presença de mulheres no poder tem contribuído para melhorar o sistema democrático, pois a presença delas nas esferas de poder amplia a percepção dos problemas que afligem a população feminina³⁴. Também Avelar (2001, p. 72) mostra estudos nos quais a maioria dos eleitores acredita que as mulheres são mais honestas e eficientes do que os homens para conduzir medidas de combate à pobreza, corrupção, melhorias na educação, além de promover os direitos das mulheres³⁵.

Há, no entanto, que considerarmos que também a sensibilidade feminina pode ser vista como empecilho à presença de mulheres em cargos políticos: entre os atributos negativos acerca da participação política feminina, há opiniões do tipo: “tem o risco da emoção que as mulheres carregam”, ou “é mais frágil” (PINTO, 2012, p. 218-219). Assim, fica evidente que, ao contrário do que vimos a pouco, aqui a compaixão e a solidariedade expressas pelas mulheres poderiam lhes atrapalhar no exercício de um cargo político, uma vez que tais atitudes contrastam com a frieza e distanciamento característicos dos espaços de poder.

De acordo com Lúcia Avelar (2001, p. 153), a divisão moral de trabalho que identifica, por um lado, masculinidade com razão e, por outro, feminilidade com

³⁴ Disponível em Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

³⁵ No entanto, a autora destaca que, muitas vezes, é preciso considerar os dados com cautela: ao dizer que confia mais nas mulheres do que nos homens, a população pode estar refletindo a realidade política do país, marcada por crescentes denúncias de corrupção, e apostando suas esperanças em um ator que, em geral, está mais distante destas práticas em razão de sua menor presença política: as mulheres. Além disso, é preciso considerar também que as mulheres apresentam reivindicações de natureza social “pois seus temas na agenda política são mais próximos às necessidades imediatas da população - melhores escolas, atendimento digno na saúde etc. -, ou seja, *prioridades sociais*”. Nesse sentido, mais do que uma preferência real, dar mais espaço às mulheres seria uma espécie de “teste” (AVELAR, 2001, p. 74, 76).

sentimento “é a base da socialização que se manifesta na justificativa de que a política é o lugar privilegiado dos homens, um lugar desapaixonado, enquanto na família, no mundo do privado é que os sentimentos e emoções podem se manifestar”. No entanto, a autora considera que essa é uma divisão completamente artificial, uma vez que também a política “é carregada de emoções de toda natureza, mesmo que sob uma aparência de formalidades intrínsecas”.

Há ainda outro ponto importante a considerarmos: acerca da caracterização atribuída a homens e mulheres quanto ao comportamento que apresentam, Puppim fala na utilização de adjetivos mais sexistas em relação às mulheres: o homem quando é agressivo ele é rotulado de assertivo, enquanto as mulheres são nervosinhas, emocionais (PUPPIM, 1994, p. 23). Nesse sentido, os adjetivos mencionados pelos entrevistados, e que citamos anteriormente, caracterizando Marina Silva como “bobinha” e Dilma Rousseff como “carrasca” de fato exemplificam um posicionamento sexista com relação ao comportamento das candidatas.

c) Questões de feminilidade: em um estudo sobre as representações de gênero no noticiário político brasileiro, Biroli e Miguel (2011) verificaram que nas ocasiões em que as notícias trazem, como personagens, mulheres ocupantes de cargos políticos a associação entre o gênero feminino e assuntos relacionados ao corpo, beleza e vaidade tornam-se muito claras.

Mulheres como Benedita da Silva, Marina Silva e Marta Suplicy, para ficar apenas naquelas que ocuparam o cargo de ministras no governo Lula, têm sua visibilidade na mídia muito marcada pelas roupas que usam, pela maquiagem ou ausência dela e por eventuais cirurgias plásticas. (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 171)

Nesse sentido, a aparência física e indumentária, bem como aspectos relacionados à vaidade e tidos como exemplificativos da feminilidade das mulheres políticas, se apresentam como elementos marcantes na construção de representações sobre elas. Em março de 2011, quando Dilma Rousseff recebeu a apresentadora de TV Hebe Camargo para uma entrevista no Palácio da Alvorada, em Brasília, uma das perguntas feitas à presidente foi: “Você se preocupa com a roupa quando vai sair? O que você acha que é

indispensável como presidente?”, ao passo que Dilma respondeu: “Eu gosto do preto”. Em seguida, o tamanho da bolsa das mulheres foi assunto do bate-papo entre Hebe e a presidente, quando a apresentadora perguntou “O que você acha indispensável na bolsa?”. “Eu tenho de ter óculos, batom e um pó” respondeu Dilma.

Já em outro programa de entretenimento, desta vez no *Mais Você* apresentado por Ana Maria Braga na TV Globo, a forma física da presidente foi tema de um dos diálogos durante a sua participação:

Ana Maria – “A senhora faz regime?”

Dilma – “Faço”

Ana Maria – “Inclusive a senhora emagreceu”

Dilma – “Emagreci bastante. Eu emagreci quase seis quilos”

Tendo em vista a importância que as questões de feminilidade adquirem na construção das representações, precisamos destacar um ponto especialmente importante e que está diretamente vinculado às questões comportamentais e atitudinais, das quais falamos anteriormente: dadas as adjetivações atribuídas às mulheres políticas em razão do seu comportamento, é possível observar que no caso daquelas tidas - ao contrário das “boazinhas” - como “carrascas” demais, há uma vinculação direta entre suas atitudes e a ausência de características femininas. Ou seja: por meio do comportamento adotado em razão do cargo que ocupa, a mulher pode ter sua feminilidade questionada.

Por exemplo: entre os atributos negativos associados à Dilma Rousseff e apontados por homens e mulheres na pesquisa desenvolvida por Pinto (2012, p. 225), encontramos expressões como “muito masculina”, “tem característica mais do homem”, “tem jeito de homem”, “não passa a característica feminina nela”, “ela é homossexual”, “meio assexuada”. Tais expressões, por sua vez, dividem espaço com outras, que fazem referência especificamente à forma como a personalidade de Dilma é vista pelos eleitores, referendando nosso argumento anterior, sobre a vinculação de tais características à condição de mulher da candidata: “agressiva”, “a Dilma não tem coração”, “ela é dura e fechada”, “muito autoritária”, “cruel”.

É interessante pensar, também, que as representações que vinculam a atuação política de mulheres a uma suposta masculinização não é algo recente: já na década de 1920, as mulheres que integravam movimentos pelo direito de voto - conhecidas como

suffragettes - eram acusadas “de pertencerem ao *terceiro sexo*, carentes de charme feminino, histéricas” (AVELAR, 2001, p. 19, grifo do autor). Mais à frente, quando tratarmos especificamente dos elementos centrais na estruturação de representações relacionadas à militância política de mulheres, veremos que também naquele período as integrantes de grupos de resistência à ditadura eram consideradas “masculinas” em razão de sua presença em tais organizações.

d) Questões profissionais: a competência que uma mulher possui para ocupar um mandato eletivo é, muitas vezes, tema de discussões e questionamentos. Aqui retomamos a concepção de que para atuar no espaço político é preciso dispor de habilidades e conhecimentos específicos, com os quais as mulheres não estariam familiarizadas, e aí também se insere o argumento de que as mulheres são indivíduos completamente alheios e desinteressados pela política.

Na pesquisa que realizou, Pinto (2012, p. 218-219) observou que no discurso dos entrevistados, de ambos os sexos, a falta de preparo das mulheres para cargos políticos se coloca como um aspecto negativo. Expressões como “pouca experiência”, “chega na política por nepotismo”, “a maioria é filha ou tia (de político)”, “política é coisa acirrada e a mulher é acostumada a estudar”, “eu acho que ela ainda não tem capacidade”, “a mulher não está preparada” ou “não tem históricos para ser votada” evidenciam o descrédito atribuído àquelas que se candidatam a um cargo eletivo e a concepção de incompetência completa, a exemplo das referências ao nepotismo.

A inabilidade e o despreparo das mulheres por um lado e, por outro, o reforço das transformações que podem se concretizar pelas mãos das mulheres políticas. Para Avelar (2001, p. 133), por exemplo, as mulheres ‘fazem diferença’ na política ao trazer para a vida pública experiências e perspectivas diferentes das dos homens, diferenças estas que se dão “pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades”.

Em um estudo sobre as áreas temáticas mais priorizadas por mulheres da Câmara dos Deputados entre os anos de 1998 e 2002, Avelar (2001, p. 139-141) mostra que trabalho e previdência; saúde, e direitos civis são, respectivamente, os três temas que ocupam o ranking da lista. No caso da primeira área temática, as questões relacionadas à licença gestante, paternidade e adoção são as que registraram o maior número de projetos.

Já na área temática da saúde, a saúde materna e o aborto foram as duas sub-áreas com mais projetos registrados.

Por fim, é imprescindível comentarmos sobre outro ponto relacionado às questões profissionais que estruturam a construção de representações: dada a concepção de inadequação e inaptidão completa das mulheres para atuar no espaço político, surgem, em alguns momentos, vinculação entre o *status* profissional da mulher e o seu estatuto sexual: ou seja, a legitimidade de suas conquistas é frequentemente associada a uma “suspeita” que relaciona o uso do sexo como arma para galgar posições de destaque no mercado de trabalho (PUPPIM, 1994, p. 23). Pinto (2012, p. 219), por exemplo, observou por meio da pesquisa que realizou que são as mulheres quem apontam qualificações negativas de ordem moral acerca da participação feminina na política, dizendo coisas como “a mulher vai para se vulgarizar” ou “a mulher está muito fácil”.

A partir, portanto, das questões afetivas e familiares; comportamentais e atitudinais; de feminilidade, e profissionais é que consideramos a construção das representações acerca da atuação política de mulheres. É importante destacar que, embora tais questões não esgotem obviamente a multiplicidade de representações que são construídas e reconstruídas continuamente, são elas fundamentais para pensarmos, em um alcance mais amplo, de que forma a presença feminina em espaços políticos é simbolicamente compreendida. Aqui se tornam mais claras as explicações que demos no capítulo anterior, sobre a opção por apresentar as representações recorrentes com base nos seus elementos estruturantes, justamente em razão de existirem situações que, embora não estejam aqui descritas, possam ser contempladas, por exemplo, nas questões profissionais.

Ao final destas nossas considerações, a afirmação de Grossi e Miguel (2001) é, pois, muito pertinente:

[...] hoje, as mulheres sabem que, para serem notadas, precisam não só de competência intelectual e profissional, mas ainda que sejam mais arrumadas e mais bonitas que o homem. As mulheres precisam estar sempre bem vestidas, têm de ser boas mães e boas esposas, enfim, cumprirem coisas que contam para ser consideradas dignas.

CAPÍTULO IV

mi.li.tan.te adj. 1. que(m) defende ativamente uma causa 2. que(m) adere a um partido, instituição. etc. ~ militância

“Em 1968 morria-se de tudo, menos de tédio”. As palavras de Zuenir Ventura traduzem a efervescência social, cultural e política que se vivia naquele final de década: o ano de 68 foi emblemático, ficou marcado por grandes mobilizações e intensos conflitos com o governo militar, a exemplo da Passeata dos Cem Mil e do Congresso da UNE em Ibiúna. Os grandes festivais de música e as produções cinematográficas, que ganhavam fôlego cada vez maior, contribuíam para deixar o país em completa agitação. Mas “o 1968 brasileiro não foi um raio em dia de céu azul” (FILHO, J., 2007, p. 185).

Os acontecimentos do final da década começaram mesmo a borbulhar anos antes, ainda no governo de João Goulart, mas tiveram seu ponto alto quando o então Presidente deixa o poder depois de um golpe de Estado que colocou o governo, durante décadas, nas mãos dos militares. Naquela época, a realidade do país era marcada por reivindicações dos trabalhadores urbanos, que lutavam por mais participação na distribuição das riquezas nacionais; dos trabalhadores rurais, que queriam ter suas próprias terras para cultivar (FILHO, D., 2002, p. 435); e dos próprios estudantes que, desde o início da década, promoviam mobilizações com um caráter cada vez menos elitista (FILHO, J., 2007, p. 186) e já estavam inseridos nas campanhas reformistas do início da década, as chamadas reformas de base, que se estendiam pelos planos educacional, agrário, urbano e econômico.

As organizações políticas e movimentos sociais ganharam, então, projeção com a luta por mudanças das bases econômicas do país e pela democratização das instituições políticas que mobilizou a sociedade. Aqueles que se opunham às reformas e ao governo de João Goulart compunham a “direita”, enquanto aqueles que propunham a promoção da justiça social e distribuição de renda eram considerados de “esquerda”³⁶ (AZEVEDO, 2011, p. 370). É fato que no interior de cada um desses grupos não havia homogeneidade absoluta com relação às opiniões e práticas, mas a dicotomia servia para indicar, de toda forma, paradigmas políticos em linhas gerais. O governo de João Goulart, já no final de seu

³⁶ Para Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho (2007a, p. 11), a esquerda deve ser entendida como o conjunto de forças e lideranças políticas que se inspiram por: perspectiva da igualdade; pela mudança, reformista ou revolucionária, no sentido da igualdade; e pela crítica quanto aos valores e propostas do liberalismo, visto como fonte de desigualdades. Tomaremos aqui neste estudo, portanto, tal entendimento.

mandato, era apoiado pelo Partido Comunista (PCB), que defendia uma revolução nacional com a participação da burguesia como forma de garantir a emancipação da classe trabalhadora (PALMEIRA, 1976, p. 21; RIDENTI, 1993, p. 25).

Mas, em uma sociedade majoritariamente conservadora e que realmente acreditava no “perigo comunista”, as possibilidades de incorporar os setores populares na vida política do país se mostravam assustadoras. Como conta o ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, os integrantes das Forças Armadas insatisfeitos com a realidade política do país “não escondiam o que pensavam e declaravam abertamente que iam derrubar o governo. Diziam que Jango Goulart era comunista” (CASO, 1976, p. 93). Aos militares se juntaram então outros setores da sociedade - empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média (CASTRO, 2008, p. 138) - para a consolidação do golpe em 31 de março de 1964. “O receio das elites, multiplicado pela mídia hysterizada, instalou o pânico na classe média e a energia do medo conferiu ímpeto”, afirma Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 436-437).

O apoio social à tomada de poder pelos militares é destaque em obras de diversos autores que se dedicam ao estudo e reconstrução histórica daqueles acontecimentos que marcaram a vida política do país. Segundo De Decca³⁷, “os militares foram partícipes de um golpe cuja liderança civil articulou de ponta a ponta”, liderança esta que permaneceu ao lado dos militares mesmo depois do golpe. Priscila Antunes (2008, p. 215) enfatiza que “grande parcela dos setores políticos, econômicos [...] não apenas acolheram os militares enquanto governo, como viabilizaram o golpe”. Ridenti (2004, p. 124) também fala na cumplicidade ativa ou passiva de amplos setores da sociedade com a ditadura - jornais e jornalistas, políticos e empresários. Havia ainda apoio externo: no cenário da Guerra Fria, os Estados Unidos eram considerados um dos principais articuladores de medidas que garantiriam a manutenção da ordem “democrática” diante dos temidos comunistas.

Assim, o que os militares queriam era se livrar do populismo, impedir as reformas de base e a redução das desigualdades sociais que elas poderiam promover. O populismo getulista era o alvo da ditadura militar, como afirma Jacob Gorender (1987, p. 74), mas não o desenvolvimentismo que marcara o governo Vargas. Segundo Sebastião Velasco e Cruz³⁸, o regime militar aprofundou um modelo, nos planos econômico e social, cujo perfil já estava definido desde o período anterior. Não há então que se falar em destruição do

³⁷ Quatro visões do golpe. Jornal da Unicamp, edição 246, março/abril 2004.

³⁸ Idem.

modelo capitalista vigente no país, porque não era essa a intenção castrense. Anos depois do golpe, já nos anos finais do regime militar, Ernesto Geisel diria:

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção [...]. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo e isso não é revolução (GASPARI, 2002, p. 138).

De fato, “a ditadura impulsionou o desenvolvimento nacional, sem que as ‘classes perigosas’ tivessem acesso a ele”³⁹. A modernização e o desenvolvimentismo propagados pelo Estado se evidenciam em slogans da propaganda política da época: “ninguém segura este país”, “revolução em marcha”. Ao mesmo tempo em que, por um lado, garantiram às classes dominantes crescimento econômico e concentração de riquezas, as políticas econômicas promovidas pelo governo militar também criaram condições para a contestação do próprio regime: aos trabalhadores e à maioria da sociedade restaram o aumento das desigualdades sociais e o arrocho salarial. Segundo Ridenti (1993, p. 22), “as massas despossuídas, a criminalidade, o subemprego, a exploração do trabalho, as carências de alimentação, saúde, moradia e educação tenderiam a crescer na mesma razão em que a ‘nação’ se desenvolvia e modernizava”. De acordo com Geraldo Cavagnari⁴⁰, ficou evidente que os militares não tinham um projeto de desenvolvimento político para o país, mas apenas um projeto focado no desenvolvimento econômico e tecnológico.

Às disparidades econômicas e sociais se juntaram medidas cada vez mais restritivas quanto às liberdades individuais, de expressão, aos direitos políticos e de organização política, a exemplo do Ato Institucional nº 1, que definiu imediatamente após o golpe que as eleições para Presidente seriam realizadas indiretamente, e o AI-2, que em 1965 contribuiu para estabelecer o bipartidarismo no país.

Diante de um crescente descontentamento, diversos segmentos sociais se uniam, cada qual reivindicando aquilo que lhe apetecia. E é aí que os movimentos estudantis, especialmente os universitários, se destacam: ao mesmo tempo em que investia no ensino superior para garantir a qualificação do trabalho dos pesquisadores nas universidades, em

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

prol do avanço tecnológico almejado, a ditadura militar também contribuía com a qualificação dos debates humanísticos, sociais entre os estudantes. Segundo João Roberto Martins Filho (2007), a abertura das universidades aos setores médios da sociedade, com o conseqüente aumento do número de estudantes, somada ao incentivo da Igreja Católica em prol da atuação dos jovens junto a movimentos sociais são dois fatores importantes para a consolidação do movimento estudantil no país.

Há que se considerar ainda que, diante do cerco montado pelos militares contra a participação política da sociedade, as esferas intelectuais, artísticas e culturais se tornaram espaços importantes de resistência política (MORAES, M., 2004, p. 299). Além disso, a universidade pública brasileira era considerada o berço das correntes políticas de direita e de esquerda, com destaque para as faculdades de Direito, de onde saíam grande parte daqueles que ocupavam a esfera política do país (ibidem, p. 299).

De acordo com Marcelo Ridenti (1993, p. 115-117), em comparação com períodos anteriores, a importância e a presença dos estudantes na composição das esquerdas se tornou muito mais significativa a partir de 1964. Os dados apresentados pelo autor mostram que os estudantes representaram 24,5% do total de 3.698 processados por ligação com grupos de esquerda durante o regime militar, e por 30,7% do número de denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas, ou seja, com a luta armada. Algumas organizações apresentaram ainda índices superiores à média geral dos partidos no que se refere à participação estudantil: era o caso do grupo Colina, uma “organização tipicamente estudantil de Minas Gerais [...] que surgiu de uma dissidência da Polop, no seu Congresso de 1967”.

Para De Decca⁴¹, “a universidade brasileira virou um foco de resistência mais forte e mais articulado ao regime militar instalado em 1964”. E, justamente por isso, “um dos alvos preferenciais da repressão ditatorial” (GORENDER, 1987, p. 145). No mesmo ano do golpe, durante o governo Castello Branco, a Lei Suplicy - uma referência ao então ministro da Educação, Flávio Suplicy - estabeleceu quais seriam os órgãos de representação estudantil de ensino superior no país, decretando assim a ilegalidade da UNE, e que eles não poderiam realizar “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário”⁴². Também em 1964, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

⁴¹ Quatro visões do golpe. Jornal da Unicamp, edição 246, março/abril 2004.

⁴² Trecho da Lei nº 4.464, de novembro de 1964.

foi invadida e os estudantes receberam o apoio de setores do Exército favoráveis a João Goulart, que evitaram a repressão (PALMEIRA, 1976, p. 22-23).

Em 1965, a Universidade de Brasília (UnB) foi fechada pela ditadura e mais de cem professores destituídos (ibidem, p. 24). No ano seguinte, uma invasão dos militares no prédio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro reprimiu com violência os estudantes que se reuniam ali para fazer reivindicações à reitoria, no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha⁴³. Em 1968 acontece, então, um dos mais lembrados episódios de repressão ao movimento estudantil: a 30ª edição do Congresso da UNE em Ibiúna, nas proximidades da capital paulista, quando a Polícia Militar cercou o sítio onde os estudantes estavam reunidos e prendeu 920 jovens, que foram levados para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus (GASPARI, 2002, p. 325). A prisão dos estudantes durante o Congresso é considerada “um golpe decisivo” contra o movimento estudantil que já vinha contando com cada vez menos apoio nas passeatas e mobilizações, sempre com a repressão policial presente. Segundo Gaspari, aquele 12 de outubro de 1968 jogou na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. “Nos seis anos seguintes, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna” (ibidem, p. 325).

Ao mesmo tempo em que reivindicavam melhorias no ensino superior brasileiro, “defasado diante do veloz avanço ocorrido na estrutura produtiva, no processo de urbanização, na expansão de novos setores da classe média”, as lutas estudantis eram potencializadas por um fenômeno mundial que ficou conhecido como ‘cultura da juventude’ (GORENDER, 1987, p. 146). Foi nos anos 1960 que o movimento hippie atingiu seu auge, os Beatles embalavam multidões, a minissaia e, no caso dos homens, os cabelos compridos faziam corpo e cabeça, literalmente, dos jovens que queriam cada vez mais se afirmar como tal.

O fato é que, ao ingressar nas universidades e se engajar nas lutas estudantis, muitos jovens também se integravam aos quadros de organizações partidárias:

O movimento estudantil se constituiu e ainda se constitui numa formidável *agência de socialização política* de homens e mulheres. Durante os anos de autoritarismo, aqueles que conseguiram alcançar a Universidade tiveram melhores oportunidades de conhecer

⁴³ Para um relato mais amplo e completo sobre os desdobramentos e acontecimentos que marcaram o movimento estudantil, ver GORENDER, 1987, p. 145-152.

e estudar novas teorias políticas e econômicas, encontraram espaço para debates e contestações e já não aceitavam passivamente a mistificação de progresso e de moralidade patriótica fomentada pelo regime (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2007, p. 364, grifo nosso).

Em um contexto ditatorial, no entanto, a sobrevivência dessas organizações partidárias não foi uma tarefa simples: com o golpe de 1964 e a deposição de João Goulart muitos políticos e sindicalistas foram cassados, mas os partidos continuaram atuantes. No ano seguinte, depois que candidatos do PSD venceram as eleições para governador nos estados da Guanabara e Minas Gerais, o governo decidiu por novas medidas: o AI-2 extinguiu todos os partidos políticos e o AI-4 estabeleceu, um mês depois, as condições para constituição de partidos no Brasil. Assim, apenas duas legendas foram criadas e o bipartidarismo se instalou: as disputas se davam entre a Arena, governista, e o MDB, de oposição⁴⁴. Todos os outros partidos e organizações, portanto, passaram a existir clandestinamente.

Vale destacar que na cena política do pré-1964 a esquerda não se resumia ao PCB. Em 1961, por exemplo, surgiu a Polop que, em contraposição ao posicionamento considerado reformista e pacifista do Partido Comunista, defendia a instauração do socialismo por meio da luta armada. Já em 1962, a AP surge “como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil” (RIDENTI, 1993, p. 26). O golpe, no entanto, traria à cena política uma significativa quantidade de novas organizações, muitas delas formadas em razão do descontentamento com a linha de atuação adotada por partidos de grande projeção, como o próprio PCB. Foi o caso das dissidências estudantis - conhecidas como DIs -, da ALN e do PCBR.

A mobilização pelas reformas de base no governo de Goulart já havia representado um passo importante em direção ao protagonismo dos movimentos populares, “que não se deixariam tão facilmente afastar do palco” (FILHO, D., 2005, p. 22). Por sua vez, o fechamento político e o cerceamento das liberdades individuais a partir do golpe de 1964 no país impulsionaram e deram visibilidade, então, aos grupos e organizações de oposição ao regime, especialmente em razão das formas de desarticulação e punição desses grupos que a própria ditadura desenvolveu. Foi assim que, em ampla medida, a militância política

⁴⁴ *Arena de Fantasmas? - Correspondências mostram que o partido do regime militar nem sempre foi popular.* Por Lucia Grinberg, em junho de 2008. Revista de História da Biblioteca Nacional.

de esquerda no país ficou essencialmente vinculada aos governos militares, embora não tenha se restringido a eles.

De acordo com Nelson Rosário de Souza (1999, p. 132), o termo *militante* deriva do latim *militare* e registra os seus primeiros usos na Idade Média: naquela época, ele era empregado na linguagem teológica para enfatizar junto aos fieis a necessidade de se dedicar integralmente à conquista da salvação. No século XVII,

o termo militante passa a ser utilizado para definir o soldado de milícia que guerreia para alcançar o objetivo final preestabelecido. Pode-se dizer a título especulativo que o “exército” investiu na prática militante religiosa, organizando-a no sentido moderno do termo “militar”, treinando o soldado para ser um combatente disciplinado, ciente do seu dever, voluntarioso, persistente, tenaz, e formando-o para ter um comportamento de obediência e respeito à hierarquia, para estar *totalmente* entregue à organização e subordinado a um objetivo final (ibidem, p.132, grifo do autor).

É no século XIX que, segundo Souza, a palavra militante ultrapassa o sentido propriamente religioso e emerge no vocabulário político. Assim, o termo passa a ser utilizado para nomear aquele que milita em uma organização partidária ou sindical e que abraça as tarefas políticas (materiais e intelectuais) necessárias à conquista do Estado e à transformação da sociedade. Com a chegada da burguesia ao poder, quando ela se tornou responsável “pela atividade de ordenar a nova sociedade, agora capitalista” (SOUZA, 1999, p. 135-136), a prática militante se transfere quase que exclusivamente para o universo dos grupos menos favorecidos economicamente, a exemplo dos operários. Assim, “as agremiações socialistas começam a se constituir em espaço de intensa participação popular, fomentadoras de práticas e técnicas de arregimentação e formação do militante, suas potencialidades e suas ações efetivas”. É por isso que, embora a noção de militância se aplique a qualquer dos paradigmas políticos existentes - há que se falar, por exemplo, em militância de direita -, o termo se vinculou mais fortemente às atividades desenvolvidas pela esquerda.

Durante a Revolução Russa, as discussões sobre o papel e formação do militante na luta política adquirem importância nos pensamentos de Lênin e Rosa Luxemburgo⁴⁵. Já na

⁴⁵ Segundo Souza (1999), a grande questão que se coloca no debate entre Lênin e Rosa Luxemburgo diz respeito à organização revolucionária, pois, para esta última, o processo de luta não pode implicar em uma reprodução da dominação, das relações de poder da sociedade contra as quais os militantes lutam. Não

Revolução Cubana, que exerceu importância significativa no contexto dos movimentos de luta brasileiros contra o regime militar, Che Guevara atualiza as reflexões de Lênin ao defender a existência de um partido de vanguarda que, com a ação exemplar de seus militantes, pode catalisar o processo de desenvolvimento histórico de uma sociedade. “A vanguarda deve despertar a massa, mobilizá-la, impulsionar o movimento, gerar o entusiasmo para a luta. A tarefa fundamental seria a educação ‘revolucionária’ para que a ação heroica se reproduza no dia-a-dia dos trabalhadores” (ibidem, p. 137). Guevara defende a militância como um dever consciente, não como uma obrigação: a dedicação pela causa, o sacrifício em nome de uma nova sociedade, a responsabilidade e o altruísmo radical são, assim, as marcas do militante.

É interessante observar que os usos políticos do termo trazem consigo heranças do período em que esteve ligado às questões religiosas: a dedicação total, a completa abnegação em prol de uma causa que considera justa, de um bem maior, permanecem sendo características essenciais àqueles que integram a militância. Trazendo as nossas discussões para o âmbito político brasileiro do pós-1964, encontramos em um Inquérito Policial Militar (IPM)⁴⁶ de maio de 1971, referente ao PCBR, documentos apreendidos pertencentes ao Comitê Central do partido e no qual consta a sua Política de Organização. O documento, organizado pela Comissão Nacional de Agitação e Propaganda do PCBR, traz um capítulo intitulado “O conceito de militante” que o define como

um combatente de guerra revolucionária identificado com a linha política e com os princípios de organização que garantam, com a *subordinação do interesse particular ao interesse coletivo*, a unidade de pensamento e ação que caracterizam o partido marxista-leninista.

Subordinada ao interesse coletivo e ao bem-estar da sociedade, a atuação dos grupos e organizações de esquerda na luta contra a ditadura militar, contra as desigualdades sociais e a exploração de classes se caracterizou como um movimento de resistência que integrou o conjunto da oposição ao regime então instituído. Ridenti (2004,

haveria assim, para Rosa Luxemburgo, a submissão do militante a um comitê dirigente, afinal, era preciso investir na educação dos trabalhadores para que o movimento de luta não incorporasse a burocracia e hierarquização que organizam o proletariado nas instituições burguesas, capitalistas.

⁴⁶ Memórias Reveladas/Arquivo Nacional; grifo nosso. O IPM é originário do Ministério do Exército - 2ª seção.

p. 118-120) explica que a luta das esquerdas contra a ditadura no Brasil importou mais pelo seu sentido defensivo do que pelo ofensivo, mesmo no caso das esquerdas armadas, as quais tinham de fato um projeto de ofensiva revolucionária que primava mais pela ação do que pela mera oposição. Aliás, a luta armada é, também, um importante elemento nesse processo de (re)conhecimento da militância de esquerda pela sociedade especialmente a partir da ditadura militar. Mesmo por que foi o próprio governo quem atuou diretamente na construção da visibilidade das ações armadas dos militantes: o “terror” que aquelas organizações promoviam na sociedade era amplamente divulgado nos jornais, na TV, nos pronunciamentos oficiais do regime.

De acordo com Gorender (1987, p. 153), a partir do ano de 1969 “o capítulo das lutas de massas estava encerrado. [...] As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com braços armados, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada”. Já no ano anterior, assaltos a agências bancárias, confisco de dinamite e expropriação de máquinas gráficas fizeram parte das atividades iniciadas por organizações de esquerda que optaram por ir além da mobilização social. Com exceção do PCB, PORT, PC do B e AP, “deu-se a imersão geral na luta armada” (ibidem, p. 153).

A “esquerda radical”, como eram chamados os grupos e organizações que realizavam ações armadas, se caracterizava pelo pragmatismo: esse foi um dos motivos para a saída de líderes do Partido Comunista, considerado reformista, muito burocrático. Carlos Marighella, por exemplo, funda em 1967 a ALN depois de romper com o PCB. Já no ano seguinte, Jacob Gorender, Mario Alves e Apolônio de Carvalho, também egressos do Partido Comunista, fundam o PCBR (ARAÚJO, M., 2008).

Muito se discute sobre se as ações armadas de parte da esquerda se deveram às medidas cerceadoras adotadas pelo governo especialmente a partir do AI-5, quando as liberdades individuais foram suspensas e o Congresso Nacional fechado, ou se seria o contrário, com o governo adotando medidas que considerava necessárias para “frear” os grupos de esquerda. De acordo com Maria Paula Araújo (2008), a luta armada já vinha sendo discutida no Brasil desde o início dos anos 1960 e a opção política pela luta armada não era exclusividade dos contextos ditatoriais latino-americanos - a exemplo das Brigadas Vermelhas, na Itália, e do Exército Republicano Irlandês. As ditaduras, no entanto, fizeram recrudescer esta opção. Denise Rollemberg (2009) destaca que

“embora consideremos que o golpe e a implantação da ditadura redefiniram o quadro político, é importante perceber que esta possibilidade (da adesão à luta armada) fazia parte das opções de esquerda e que esta buscava realizá-las antes de 1964”.

Marcelo Ridenti (2004, p. 121) alerta para a inadequação da análise a partir do que ele chama de “ângulo institucional”, ou seja, aquele que considera que a opção feita por parte da esquerda pelas armas se deu em razão da inexistência de canais institucionais de atuação política e social a partir do golpe de 1964. Segundo ele, “de fato ocorreu ‘fechamento’ significativo de canais de expressão política institucional, o que favoreceu a opção de alguns pelas ações armadas. Mas organizações clandestinas de peso, como a AP e o PCB, mantiveram-se críticas da alternativa armada”. Assim, observar os acontecimentos do período sob este ângulo institucional leva-nos a acreditar que não haveria ações armadas se as instituições democráticas estivessem funcionando adequadamente, de tal forma a permitir que a oposição se manifestasse.

Foi assim, portanto, que a militância ganhou relevo nos anos de 1960 até início de 1980 no contexto político-social brasileiro. E diante desse breve relato sobre a cena política e social do país durante o regime militar, a grande questão que se coloca para nós agora é: quais eram as representações simbólicas que circulavam na sociedade da época sobre a atuação militante das organizações de esquerda? Em quais espaços sociais se dava a construção dessas imagens? O foco do presente estudo é justamente partir das representações recorrentes, construídas sobre a militância durante o regime militar brasileiro, a fim de verificar quais estão presentes, e de que forma, no imaginário que circula hoje entre nós por meio do jornalismo.

Agora, portanto, partiremos para o estudo específico destas representações e sem nos esquecermos de que esta pesquisa se estrutura a partir da eleição de uma mulher, que atuou como militante nos anos da ditadura militar, para a Presidência da República. Logo, em se tratando de mulheres que integraram partidos e organizações de esquerda nos anos 60 e 70, não há como falar sobre os aspectos políticos envolvidos na militância sem trazer, concomitantemente, os aspectos comportamentais ali presentes, integrando-os: no espaço político, masculino por excelência, as relações de gênero é que davam significado às relações de poder. Assim, a presença feminina em organizações de esquerda representava mudanças nas relações de poder, de gênero e no próprio espaço político. E é justamente a partir desta integração, da junção das vertentes política e de gênero que recobrem a

participação de mulheres na militância, que faremos o estudo acerca das representações recorrentes. Mais à frente, quando tratarmos especificamente da vertente de gênero contida na militância, as razões para esta divisão se esclarecerá ainda mais.

4.1. A política na militância

Durante as pesquisas e leitura de todo o material bibliográfico e histórico que nos remontou os acontecimentos e a realidade política e social brasileira a partir do golpe de 1964, pudemos estabelecer que a construção das representações sobre a militância se deu a partir de três espaços principais: por meio do próprio governo, que desejava inculcar na população a ideia do “perigo vermelho” a fim de garantir legitimidade para exercer o poder, de tal forma que muitas vezes esse perigo era apresentado à sociedade em proporções muito maiores do que as que de fato ele poderia significar (MOTTA, R., 2010, p. 20); pela imprensa, pois não há como desconsiderarmos a construção dos sentidos sociais que se dava pelos mais diversos veículos de comunicação acerca dos acontecimentos do período; e pelos próprios militantes, afinal, os grupos e organizações de esquerda também buscavam o apoio e a adesão popular na luta de resistência contra a ditadura.

Quando falamos, primeiramente, sobre as construções simbólicas difundidas pelo governo nos lembramos de imediato de como a coleta de informações sobre a sociedade, bem como a divulgação de informações sobre a realidade política do país, marcaram o regime militar. Como destaca Flávio Aguiar (2002, p. 404), “o controle, a limitação e a manipulação potenciados da informação e do debate público de ideias foram inerentes ao regime de 1964 desde a sua implantação”. A criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) no mesmo ano do golpe, bem como dos centros de informação do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (Cenimar) no final da década de 1960, evidenciam que “no período de 1964 a 1985, os militares tiveram ampla preocupação com o chamado setor de informações” (AQUINO, 1999, p. 15). A autonomia institucional de muitos desses órgãos reforça a importância que possuíam no âmbito da organização administrativa do Estado.

De acordo com Elio Gaspari (2002, p. 156), o SNI, criado pelo general Golbery do Couto e Silva, “nasceu invulnerável” já que, diferente do que acontecia em países como Estados Unidos, França e Inglaterra, o Serviço não prestava contas para nenhuma instituição, como o Congresso Nacional, mas unicamente ao Presidente. O chefe do SNI, desta forma, tinha status de superministro.

A Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), criada em 1968 durante o governo de Arthur da Costa e Silva, também é outro importante exemplo do foco governamental em produzir campanhas e propagandas que promovessem o fortalecimento da nação. Em entrevista a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC)⁴⁷, o embaixador João Clemente Baena Soares - que em 1970, durante o governo Médici, se afastou temporariamente do Itamaraty para trabalhar na Aerp - contou que coordenou a produção de dez filmes documentários sobre o país divulgados aqui e no exterior. Segundo ele, “os filmes tinham o objetivo de apresentar o Brasil com o menor viés possível de propaganda”, a exemplo das produções que mostravam as belezas naturais das praias do país, em um esforço para criar um clima de normalidade e paz entre o povo brasileiro.

Baena disse ainda que “a sigla Aerp era equivocada, porque não se tratava de relações públicas. Era um esforço mais na linha da comunicação social, que estava difícil nas condições do momento”. Em outro trecho da entrevista, quando perguntando se era preciso submeter os filmes à aprovação de alguém, o embaixador afirmou:

Não. Octavio⁴⁸ tinha autoridade, ele decidia. Embora não fosse preciso ter autorização prévia, depois de prontos exibíamos alguns filmes para as autoridades do Planalto. [...] Algumas vezes recebemos reclamações corporativas, dos militares, porque eles achavam que [...] pairávamos sobre muitos interesses (D'ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 43).

Além de evidenciar a autonomia institucional de que falamos a pouco, a entrevista do embaixador revela ainda que tal autonomia por vezes gerava desgosto e era questionada por outros membros do Estado.

Em um estudo sobre a propaganda política do regime militar, Carlos Fico (1997, p. 126) observou a predominância de uma visão otimista sobre os rumos do país. O objetivo

⁴⁷ Ver D'ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 40-43.

⁴⁸ Uma referência a Octavio Pereira da Costa, coronel que chefiou a Aerp durante os anos do governo Médici (1969-1974).

do governo era “levar uma palavra de concórdia” à sociedade, incentivando o amor, a solidariedade e a união - valores que, pela própria existência da ditadura, eram incompatíveis com a realidade vivida. Assim, todos aqueles que fossem críticos ao governo instituído estariam a serviço da discórdia, do desamor e, por isso, “espalhavam tristeza” (ibidem, p. 124).

Além de convencer sobre as potencialidades do país rumo ao progresso econômico e tecnológico e reforçar os laços de patriotismo entre os brasileiros, a ditadura se preocupou “em conformar um novo padrão de comportamento social” compatível com os novos rumos do Brasil e, para isso, tratou de difundir regras de conduta e civilidade. “Nesse sentido, muitos filmes foram feitos para ensinar a todos sobre a necessidade de vacinar as crianças; de evitar o desperdício de combustível, de papel, de água potável e energia elétrica; e mesmo de utilizar com eficácia o alimento disponível” (FICO, 1997, p. 134).

Ao mesmo tempo em que procurou ressaltar os benefícios, especialmente econômicos, que trariam ao povo brasileiro, os governos militares também se esmeraram em desqualificar todos aqueles que não compartilhavam dos mesmos ideais políticos e se opunham ao regime instituído. Afinal, eram necessárias motivações que justificassem as ações realizadas e que garantissem, senão apoio, ao menos que o povo não se opusesse. “As narrativas da ditadura, mobilizadas por todo um aparato de Estado, empurraram aqueles que, em outra situação, poderiam ser tomados como adversários políticos para a (não) posição social de ‘inimigos da pátria’” (AZEVEDO, 2011, p. 378), primando assim pela estigmatização e exclusão destes “inimigos”. De acordo com Novisky (2002, p. 25),

a uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constitui a base para a centralização e o fortalecimento do poder totalitário [...]. Para fundamentar a verdade oficial inculca-se uma ideologia nos cidadãos que muitas vezes requer o terror, visando afastar da mente das pessoas a possibilidade de alternativas e opções.

E é importante destacar que as narrativas da ditadura, como conceituou Desirée Azevedo (2011), eram divulgadas não apenas por meio das propagandas oficiais do governo: consideramos que os discursos presidenciais, as publicações oficiais - a exemplo da própria Lei de Segurança Nacional e dos diários oficiais -, ou mesmo os cartazes

espalhados pela cidade anunciando “Procura-se terroristas”, também foram importantes instrumentos de veiculação das ideias propagadas pelo regime militar.

Até mesmo os próprios militantes chegaram a servir de propaganda para o governo: em entrevista veiculada em rede nacional nos anos 70 pela TV Tupi, cinco jovens, então presos políticos, se diziam arrependidos, decepcionados com a militância e negavam que havia tortura por parte da polícia do governo. De acordo com Jacob Gorender (1987, p. 221), aqueles jovens, ao proclamar o patriotismo do governo Médici, “inauguraram a promoção da ditadura militar pelos ‘terroristas arrependidos’”. A repercussão da entrevista e a revolta foram tão grande entre os presos políticos do Presídio Tiradentes que, ao retornar da entrevista, os cinco jovens precisaram ser transferidos⁴⁹.

Além do progresso e do “destino glorioso”, como anunciou certa vez o presidente Costa e Silva, os militares faziam questão de destacar que o golpe de 1964 foi realizado em prol da democracia, contra “desvios” que ameaçavam a segurança e os interesses nacionais, e aí a ideia de “salvação” é recorrente. Aqui é importante observar que ao enfatizar o espírito democrático do qual o golpe estava imbuído, o governo militar faz abertamente uma oposição ao comunismo, então simbolizado pela esquerda, este sim antidemocrático. Em 31 de março de 1967, durante entrevista coletiva⁵⁰ concedida à imprensa no Palácio do Planalto, Arthur da Costa e Silva afirmou:

Hoje, 31 de março, completam-se 3 anos da vitória do movimento que, em 1964, irmanou a opinião pública brasileira ao pensamento e à ação das Forças Armadas na tentativa bem-sucedida de *salvar a democracia* de um naufrágio que parecia àquela altura irremediável. [...]

Anos antes, em 1965, durante pronunciamento⁵¹ no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, por ocasião do que chamara de “aniversário” de um ano da Revolução, o marechal Castello Branco destacou que “somente a Revolução *salvaria* as instituições”. “É que a 31 de março não assistimos a um golpe militar, e sim à comungação de todas as forças da nacionalidade, irmanadas na aspiração de *salvar* o Brasil da *subversão*”.

⁴⁹ Para mais detalhes, ver relato em GORENDER, 1987, p. 221-222.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em 20/10/2013, grifo nosso.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em 20/10/2013, grifo nosso.

A ideia de subversividade é, também, outro aspecto importante da construção simbólica veiculada pelos militares no período. No Diário Oficial do DOPS, no dia 22 de outubro de 1968, uma carta do então secretário da Segurança Pública de São Paulo, Hely Lopes Meirelles, dirigida ao delegado da 5ª Divisão Policial parabeniza todos aqueles que atuaram na “Operação Ibiúna”⁵² (uma referência ao 30º Congresso da UNE) dizendo: “Os dirigentes dos trabalhos [...] demonstraram aos *agentes da subversão* que a polícia paulista continua, coesa, em condições de investigar e reprimir qualquer *movimento subversivo* no nosso Estado”.

Se observarmos a definição dicionarizada da palavra subversão⁵³, veremos que dois significados nos são apresentados: 1. revolta contra a ordem ou o poder estabelecido; 2. perturbação, tumulto. De fato as organizações de esquerda queriam pôr fim à ditadura, logo, elas iam de encontro ao poder estabelecido e eram sim subversivas. No entanto, é preciso observar a conotação essencialmente negativa que o segundo significado apresentado possui, vinculando a subversão à desordem, à instabilidade social. Como destaca Antunes (2008, p. 201), a palavra subversão “possui um caráter pejorativo para militares e conservadores com relação a todos que expressassem críticas ao regime, fosse de forma pacífica ou revolucionária” e foi com esse caráter pejorativo que o termo foi utilizado pelo governo militar.

Aliás, ao empenho do regime em situar a luta armada especialmente no âmbito da marginalidade, soma-se o uso de verbos como “aniquilar”, “eliminar”; expressões como “redutos da subversão” e “trilha do terrorismo”, presentes nos materiais em que os órgãos de segurança do governo militar fazem alusão aos militantes (ABREU, 2000). Um exemplo pode ser encontrado no IPM de maio de 1971, referente ao PCBR, no qual consta:

O presente Inquérito Policial Militar se originou [...] tendo em vista as investigações levadas a efeito em diversos “aparelhos”, com a apreensão de fardo material subversivo em poder de determinados elementos do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) [...].

⁵² Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Boletins/BR_SP_APESP_DEOPS_SS50Z130RHP26A.pdf> p. 30. Acesso em 14/9/1013, grifo nosso.

⁵³ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Em outro documento, intitulado “calendário dos eventos comunistas”⁵⁴, elaborado pela Divisão Central de Informações de Santa Catarina e enviado em dezembro de 1969 ao SNI, fala-se em “facção comunista”, “atividades subversivas ou terroristas” e “elementos suspeitos”:

[...] as comemorações de determinadas datas, pelos *comunistas*, repercutem no Ocidente obedecendo à estratégia do Movimento Comunista Internacional e segundo os objetivos ou posição de cada *facção comunista* sob a forma de movimento de massas, campanhas diversas ou incremento de *atividades subversivas ou terroristas*. [...] Assim, é importantíssimo ter em vista as datas em que os comunistas comemoram determinados eventos [...] para efeito de previsão de alterações de ordem, [...] observação mais atenta das atividades de *elementos suspeitos*, etc, etc.

Abreu (2000) observou ainda que os órgãos de segurança usavam - no material que divulgavam sobre ações da polícia contra os militantes - o verbo “morrer” ao invés de “matar”, já que este último necessita de um “sintagma nominal responsável pela ação: o sujeito na voz ativa, ou o agente da passiva” (ibidem, p. 150). Ou seja: se eles dissessem que fulano foi morto, teriam que acrescentar informações sobre quem o matou, mas isso não lhes interessava. Acerca disto, inclusive, o autor ainda comenta: “Dizer é diferente de afirmar. Argumentar não é o mesmo que alegar, assim como prender e capturar têm aplicações específicas. Matar nem sempre é assassinar” (ibidem, p. 149-150).

O Decreto-Lei nº 898 de setembro de 1969 - a segunda versão da Lei de Segurança Nacional, que se seguiu ao Decreto de 1967 - definiu os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelecendo que:

Art. 3º - A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da *guerra revolucionária ou subversiva*.

§ 3º *A guerra revolucionária* é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que *visa à conquista subversiva do poder* pelo controle progressivo da Nação.

As versões divulgadas pelo governo faziam ainda, muitas vezes, coro àquelas que figuravam nas páginas dos jornais da época, de tal forma que a imprensa compõe o

⁵⁴ Memórias Reveladas - Arquivo Nacional. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/1969_1190.pdf>. Acesso em 2/10/2013, grifo nosso.

segundo espaço importante de construção das representações sobre a militância e no qual iremos nos deter a partir de agora. Ainda que de forma não deliberada, a grande mídia servira como aparelho ideológico do Estado quando, por exemplo, divulgava discursos produzidos pelo governo sem o uso de aspas, não fazendo assim a diferenciação entre informação e opinião, em uma crescente despolitização da sociedade (ABREU, 2000, p. 140).

No entanto, é preciso considerarmos que também houve casos de veículos que, deliberadamente, apoiaram o regime militar: de acordo com Flávio Aguiar (2002, p. 404), que trabalhou como editor de cultura do jornal *Movimento* no período, “parte importante da imprensa tomou parte ativa, ou pelo menos procurou tomar, na campanha contra o governo de Goulart, e depois no apoio aos novos governantes”. Tamanha aproximação entre governo e imprensa era, inclusive, alvo das críticas da esquerda: no banco de imagens do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos uma foto de uma sala de aula na qual constam escritos no quadro negro os seguintes dizeres: “Imprensa Burguesa! Fique sentadinha nas cadeiras, sem tirá-las do lugar”⁵⁵.

Falar sobre as representações simbólicas que circulavam por meio da imprensa no período da ditadura militar remete, inevitavelmente, à censura que muitos veículos viveram. Segundo Maurício Maia (2002, p. 498), o governo via os meios de comunicação de massa como um dos principais “teatros de operação do inimigo interno” e, por isso, se dedicou tanto a vigiá-los. Maria Aparecida de Aquino (2002, p. 518) destaca que a atuação da censura se deu de duas formas: inicialmente, bilhetes e telefonemas eram feitos à redação informando proibições quanto a noticiar algum acontecimento específico. A partir daí, a responsabilidade pela não divulgação cabia ao próprio veículo, por meio especialmente de sua direção. Desta forma, muitos consideram que esta primeira forma de censura constitui-se em uma espécie de autocensura.

Já em um segundo momento, o da censura prévia (o controle dos meios de comunicação se intensifica a partir de 1968, com a decretação do AI-5), havia censores presentes nas redações e eles eram os responsáveis por decidir o que seria ou não publicado. Em alguns casos, como o do jornal *Movimento*, não havia um censor presente na redação, então era preciso enviar uma cópia do jornal para Brasília, onde a Polícia

⁵⁵ Ver Anexo VI.

Federal fazia a análise do material jornalístico⁵⁶. Com relação aos órgãos censores, o trabalho coube inicialmente às Forças Armadas, depois ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal.

De acordo com Flávio Aguiar (2002, p. 411), o trabalho dos censores era feito tanto a partir de uma aproximação semântica - “determinadas palavras estavam sempre na mira, como *exílio, censura, ditadura, golpe, revolução, tortura*, e podiam ser vetadas à menor suspeita de que aquilo fosse uma alusão ao Brasil, mesmo que remota” -, quanto a partir de uma aproximação temática:

Temas de natureza social, como assembleias, debates, ou ainda que envolvessem reivindicações, lutas sindicais, sempre ficavam na mira do censor [...] Combinando essas duas vertentes, a semântica e a temática, os censores caíam sempre com redobrada fúria sobre o que se assemelhasse a um jargão marxista [...]. Estavam sempre passíveis de desaparecimento palavras ou parágrafos que contivessem palavras como *classe, burguesia, proletariado, luta de classes*, sobretudo se o contexto em que estivessem sugerisse algum conflito ou confronto (AGUIAR, 2002, p. 412-413, grifo do autor).

Acerca do trabalho de aproximação semântica que realizavam, Aguiar conta um episódio curioso que lhe aconteceu quando no jornal *Movimento*:

Lembro-me, por exemplo, de que o livro clássico sobre as missões jesuíticas no Paraguai, Argentina e Brasil, de Clóvis Lugon, *A República Comunista-Cristã dos Guaranis*, ficou reduzido a *A República Cristã dos Guaranis* depois de passar sua resenha (cujo texto foi cortado) pelo censor. Ou seja, ele simplesmente mudou o nome do livro (ibidem, p. 413).

Em um trabalho que analisou a atuação da censura nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Movimento* durante os anos de 1972 a 1975 e de 1975 a 1978, respectivamente, Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 62) observou que, no caso do primeiro jornal, mais de 52% do total de matérias censuradas tratavam sobre questões políticas - tais como: referências à repressão, críticas da oposição e ao regime. Em seguida, as matérias sobre censura e sobre questões sociais foram as que registraram os maiores índices de vetos dos censores. Já no caso do jornal *Movimento*, foram as matérias sobre questões sociais as mais

⁵⁶ Para mais detalhes sobre a censura no jornal *Movimento*, ver AGUIAR, 2002.

censuradas (condições de vida e trabalho da população, críticas à política de saúde pública), seguidas daquelas que tratavam sobre questões políticas e sobre questões educacionais e culturais.

Antes mesmo da instituição da censura, no entanto, João Batista de Abreu (2000) afirma que a caracterização negativa da luta armada no Brasil já era predominante entre os veículos de comunicação, de tal forma que tal caracterização foi definida pela própria mídia. Segundo o autor, no período do governo Castello Branco, ainda na década de 1960, quando “a imprensa não vivia sob censura” (ibidem, p. 168) já podiam ser encontrados nos jornais notícias que qualificavam os militantes como “bando”, “baderneiros” ou “bandidos” - termo utilizado ao noticiar assaltos, por exemplo -, desqualificando assim o caráter político das ações e evidenciando uma pretensa desorganização do movimento.

O caráter político da militância, aliás, é um ponto importante na obra de Abreu: segundo ele, as notícias sobre as organizações de esquerda privilegiaram essencialmente o aspecto policial - o assalto, o sequestro -, de tal forma que as ações ficaram esvaziadas de sentido político e social. A espetacularização dada pelos meios de comunicação nas notícias era tal que “a ação em si se sobrepõe às causas” (ABREU, 2000, p. 33). O termo “elementos”, ao ser usado para se referir aos militantes, também exemplifica a vinculação feita pela mídia entre o movimento de resistência e a noção de crime comum, da mesma forma como vimos anteriormente, no documento encaminhado ao SNI por um órgão de informação de Santa Catarina.

Outro exemplo do caráter policial que as ações da ditadura contra os militantes adquiria nas notícias pode ser encontrada no jornal *Folha de São Paulo* que publicou em 13 de outubro de 1968⁵⁷, na matéria de capa, uma notícia sobre a morte do capitão americano Charles Chandler intitulada “SP: terroristas matam militar dos EUA”. Na notícia, diz-se que “o crime, *cometido a sangue frio*” aconteceu quando o militar saía de sua casa e que “todos os órgãos policiais do Estado e o DPF foram mobilizados para a *caça* aos criminosos”. O verbo caçar e a referência à insensibilidade dos “terroristas” evidenciam, pois, uma caracterização animalesca feita a respeito dos militantes. No caso da morte deste capitão especificamente, muito se especulou na época sobre o fato de ele ter sido morto na frente do filho, uma criança de nove anos, tornando assim a aversão social à atitude dos militantes ainda maior, afinal o caso era considerado uma forma de justicamento dos

⁵⁷ Disponível no Anexo VII; grifo nosso.

grupos de esquerda. No entanto, o ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira negou em certa ocasião a versão, dizendo que ela havia sido difundida para difamar os militantes (GORENDER, 1987, p. 237).

Naquele mesmo dia, o jornal também publicou na capa outra matéria tratando da prisão de diversos estudantes durante o 30º Congresso da UNE em Ibiúna e, mais uma vez, pode-se perceber, pela escolha dos verbos, que as referências aos militantes os desumanizavam. A manchete diz “Congresso da UNE: todos presos”. De acordo com o jornal, “na porta de ferro do presídio Tiradentes, soldados da FP (Força Pública) formam um corredor até o meio-fio da rua, onde param os caminhões e ônibus para *despejar* os presos”. Podemos, inclusive, sugerir também que o verbo utilizado na notícia ressalta o tratamento degradante que a polícia do governo dava aos militantes.

Além obviamente da censura, algumas outras condições do regime militar facilitavam a reprodução pelos jornais da versão encampada pelos militares (naqueles casos em que o apoio ao governo não era uma opção deliberada dos veículos): a dificuldade de acesso dos jornalistas aos acusados era uma delas, pois a imprensa tinha acesso somente à versão policial, do Estado. Muitas vezes a notícia não trazia sequer quem era a fonte da informação: DOPS, delegado... O uso de depoimentos, nas notícias, dados pelos presos políticos às autoridades policiais também representava um problema: as informações prestadas pelos militantes eram apresentadas como se fossem resultado de uma tradicional entrevista jornalística, desconsiderando assim o contexto e as condições em que as tais “confissões” eram obtidas.

Há que se ressaltar, no entanto, que da mesma forma como havia notícias que reproduziam a versão oficial, ditatorial, também encontramos materiais da imprensa da época que desconstruíam a versão castrense sobre a militância. É o caso, por exemplo, de um editorial da edição de 20 de julho de 1966 do jornal *Última Hora*⁵⁸, em que o jornal se coloca a favor dos padres dominicanos de Minas Gerais que apoiaram a realização do 28º Congresso da UNE, evento que sofreu boicotes do poder político local. O jornal diz que os estudantes que agora o governo chama de “extremistas” são os mesmos que “há menos de um ano, não eram, todavia, extremistas para cooperar na campanha pró-eleição do atual Governador, cuja vitória eleitoral deve, em parte, a esses perigosos elementos de *perturbação social*”. Interessante observar, ainda, que os grifos em

⁵⁸ Anexo VIII. Arquivo do Estado de São Paulo - Acervo *Última Hora*. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdfs/UH_660720.pdf>, p. 4.

expressões e palavras tradicionalmente governistas, como “perturbação social” no trecho citado e “ameaça”, foram feitos pelo próprio jornal.

Outro exemplo: o *Jornal do Brasil* noticiou em 5 de abril de 1968⁵⁹ os acontecimentos que marcaram a missa realizada na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em lembrança da morte do estudante Edson Luís. Intitulada “Governos nega estado de sítio e PM impede manifestação com violência”, a notícia deu ênfase aos “espancamentos” e “prisões” que marcaram a atuação policial. Uma das fotos que ilustraram a matéria trouxe como título “Polícia que espanca” e a legenda dizia: “Espadas e cassetetes agridem o fotógrafo Alberto Jacob”. Uma matéria correlata afirma: “Rádio JB é silenciada por divulgar agressão”.

Assim, cabe destacarmos então alguns dos termos recorrentes naquela época - e que eram usados por muitos veículos de comunicação, assim como pelo governo - para se referir àqueles que se opunham ao regime militar (ABREU, 2000):

- Subversivo: o uso do termo foi, ao longo do tempo, se alterando. Inicialmente, ele era usado para se referir aos membros do governo que tivessem sido cassados ou estivessem sendo indiciados. Depois, passou a representar “todo aquele que, de uma maneira ou de outra, se opunha ao regime de exceção recém-instalado”, desqualificando-os perante a sociedade (ibidem, p. 23). O autor comenta ainda sobre uma possível aproximação entre os termos *subversivo* e *revolucionário*, da mesma forma como a Lei de Segurança Nacional de 1969 evidenciou no trecho que mostramos anteriormente: ambos se referem àquele que quer transformar a ordem política, social e econômica estabelecida. No entanto, Abreu ressalta que a semelhança de significação entre os termos só pode ser pensada a partir de uma perspectiva temporal, evolutiva: revolucionário é aquele subversivo que derruba o regime.

Importante destacar ainda que o conceito de revolução, até então patentado pela esquerda, “mudou” de lado e foi explorado amplamente pelo governo militar. No trecho do pronunciamento do presidente Castello Branco, citado no início deste tópico, encontramos um exemplo disto. Segundo Abreu, o termo servia aos militares para refutar a noção de transitoriedade e ainda fazia coro com outras expressões e conceitos - utilizados como uma

⁵⁹ Anexo IX. Acervo JB.

espécie de slogan pelos militares - que remetiam à ideia de movimento e transformação, a exemplo de “país em desenvolvimento”;

- **Guerrilheiro:** o sentido pejorativo do termo - em suas associações à noção de selvageria, desorganização - deu espaço à figura mítica representada por Che Guevara, especialmente a partir de sua morte, que trouxe “à imagem de guerrilheiro um tom romântico até então inexistente” (ibidem, p. 24). A luta obstinada por ideais passou então a dar o sentido predominante do termo. Usado especialmente por grupos e organizações que aderiram à luta armada, a ALN mantinha no ano de 1968 um jornal chamado *O guerrilheiro*. As referências à guerrilha também eram comuns nos documentos do grupo: em “O papel da ação revolucionária na organização”, de 1969, há uma descrição do que se intitula “síntese dos resultados das primeiras ações revolucionárias” que diz: “diversificamos as ações da guerra revolucionária, começando pela guerrilha urbana e a guerra psicológica, em vez de iniciar a luta através da guerrilha rural, o que teria atraído sobre ela a concentração das forças inimigas” (FILHO, D.; SÁ, 1985, p. 210);

- **Terrorista:** de acordo com Abreu (2000, p. 25), esse era o “indivíduo responsável pela criação de um clima de insegurança com o objetivo de fazer com que a sociedade entrasse em crise”. Para evitar a repetição de palavras, era comum ver nos jornais termos como “assaltante”, “ladrão” e “subversivo” sendo usados indistintamente como sinônimo de terrorista para se referir não só a ações militantes de luta armada, mas também àqueles pacíficos (ibidem, p. 179). Este argumento encontra respaldo em uma edição de 1970 do Jornal do Brasil⁶⁰, na notícia sobre as mortes de Antônio Raimundo Lucena, membro da VAR-Palmares, e de um sargento durante um tiroteio em Atibaia, quando a polícia procurava por um ladrão de carros:

Políciais continuam vasculhando toda a região rural de Atibaia na tentativa de localizar *terroristas* que estejam escondidos na mata ou em casebres de lavradores, pois suspeita-se que na casa de Antônio Raimundo Lucena, morto num tiroteio com soldados da Força Pública, na sexta-feira, havia *outros subversivos*.

⁶⁰ “Caça a terroristas é intensa”. Memórias Reveladas - Arquivo Nacional, grifo nosso.

É importante observar, no entanto, que o termo *terrorista* também fazia parte do vocabulário dos próprios militantes, que assim se definiam em muitos casos. Por isso, passemos agora para uma análise das representações simbólicas que os membros das organizações de esquerda construíam sobre sua própria atuação, militante. Em um documento divulgado pelo grupo Colina em maio de 1968, intitulado “Estrutura de uma organização político-militar”⁶¹, podemos verificar o uso de termos como *revolucionários*, *combatentes*, bem como referências às atividades guerrilheiras:

O objetivo estratégico – enquanto organização – é nos capacitarmos a estabelecer no Brasil a primeira *frente guerrilheira* que – se constitua – como força móvel estratégica e embrião do exército *revolucionário* – na vanguarda política de todo o povo na luta que trava para sua libertação nacional e social. A visão que temos desta primeira *frente guerrilheira* é a do foco politicamente implantado [...]

Quadros militarmente preparados são os revolucionários que tenham condições físicas e militares para a luta armada. Além dos quadros preparados para a frente guerrilheira, é preciso ter quadros preparados para a *guerrilha urbana*, a *sabotagem*, o *terrorismo*, a informação a e a contra-informação, as finanças legal e ilegal (*expropriação*), a segurança e as comunicações e o apoio logístico à guerrilha rural.

Elio Gaspari (2002, p. 241-242) também comenta sobre os usos que os militantes faziam do termo *terrorismo* - a exemplo de Carlos Marighella que afirmou “hoje, ser terrorista é uma situação que enobrece qualquer homem de honra porque isto significa exatamente a atitude digna do revolucionário que luta, com as armas na mão, contra a vergonhosa ditadura militar e suas monstruosidades” - e afirma que “o terrorismo político entrou na política brasileira na década de 60 pelas mãos da direita” (ibidem, p. 250) quando militantes da extrema direita e oficiais do Exército atacaram a tiros o Congresso da UNE que se realizava em um hotel em Petrópolis, em 1962.

As organizações de esquerda ainda abusavam nos seus pronunciamentos de verbos como “justiçar” - quando se referiam à morte de militares durante ações da esquerda - ou “expropriar”, em substituição ao termo roubar, por exemplo, como forma de garantir um sentido social ao roubo (ABREU, 2000). Segundo Gorender (1987, p. 237), a esquerda chamava de justicamento “a execução capital como ato de justiça revolucionária” e um

⁶¹ Memórias Reveladas - Arquivo Nacional. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/62483_5389.pdf>. Acesso em 18/10/2013, grifo nosso.

exemplo é a morte do capitão norte-americano que havia atuado na Guerra do Vietnã, Charles Chandler, o mesmo do qual falamos quando comentamos sobre a matéria publicada na *Folha de São Paulo* em 1968.

O fato é que o conjunto das palavras e discursos pronunciados por militares, militantes e imprensa “representava uma batalha surda pelo domínio de corações e mentes” (ABREU, 2000, p. 238). E dentro da própria esquerda, os militantes se dividiam já que, em diversas ocasiões, eles não chegaram a um consenso sobre como prosseguir lutando: havia aqueles que defendiam uma ruptura de fato, no sentido mais literal do termo “revolução” - mudança brusca, agitação - e por isso apostavam suas energias na luta armada como única forma de romper com a dominação dos militares e com as desigualdades sociais; e havia aqueles que viam a revolução como um lento processo no qual era essencial agregar à luta a sociedade civil. Optar por um ou outro caminho significou, muitas vezes, romper os laços partidários e se reunir, em outra organização, com aqueles que compartilhavam das mesmas ideias. Foi o caso da ALN, que surge a partir de lutas internas no PCB, lutas essas que tiveram o “desencadeamento de ações revolucionárias” entre suas motivações (FILHO; SÁ, 1985, p. 206).

Em um folheto⁶² do grupo Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, intitulado “Marchar à frente ou ir a reboque? Duas táticas no movimento comunista na luta contra a ditadura militar”, o texto de introdução diz:

Duas táticas de luta contra a ditadura militar dividem hoje o nosso movimento comunista. De um lado, uma que descrê a possibilidade de uma alternativa popular e revolucionária ao regime militar, acredita numa transição pacífica encabeçada pelos liberais e julga uma aventura qualquer pretensão do proletariado de disputar o centro e a cabeça da oposição. Essa tática, que vem sendo defendida por certos dirigentes que tentam falar em nome do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atribue (sic) ao movimento popular o papel de mero ponto de apoio – ponto de apoio importante, mas nem por isso algo mais do que um ponto de apoio – para a oposição liberal.

De outro lado, há a tática revolucionária de luta pela derrubada da ditadura militar, que vem sendo praticada por amplos setores do nosso movimento comunista, notadamente pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e inúmeras organizações e dirigentes do PCB. É a tática da ampla e sólida unidade de todos os setores que lutam pela derrubada do regime atual, que chama a classe operária e o povo a passarem à ação enérgica contra a ditadura, disputando a direção de todo o movimento oposicionista.

⁶² Banco de dados Memórias Reveladas – Arquivo Nacional, sem data definida. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=4650>. Acesso em 16/10/2013.

Assim, como explica Zuenir Ventura,

Classificavam-se as pessoas como se classificam os torcedores: “fulano é revolucionário, fulano é reformista”, ou melhor: “fulano é esquerdista, porraloca”; ou, ao contrário, “partidão, conciliador” (VENTURA, 2008, p. 61, grifo do autor).

A partir, portanto, da análise das representações veiculadas nos três espaços mencionados - governo, imprensa e organizações militantes - com relação à vertente política da atuação dos grupos de esquerda, podemos observar que elas transitam entre dois polos: um enfoque patriótico, que ressalta a valentia e a nobreza da luta daqueles que buscavam o caminho que acreditavam ser melhor para o povo brasileiro, com foco na libertação, no fim das desigualdades sociais e da opressão; e outro enfoque, opositor, ressaltando o caráter rebelde, insurgente, por vezes descabido daqueles que se opunham à atuação do regime instituído.

No primeiro caso predomina a valorização dos militantes, valorização não necessariamente da atuação, das ações realizadas, mas propriamente da coragem de lutar por ideais próprios, pela capacidade de agir e se posicionar; enquanto, no segundo, fica evidente que a militância tendia para a uma rebeldia juvenil desmotivada, desordem, despolitização, para a violência e insubordinação dos seus membros.

São estes dois enfoques especialmente significativos para a nossa análise, seguinte, que se centrará no diálogo que as notícias, hoje, estabelecem com as representações recorrentes sobre a atuação política dos militantes de esquerda na luta de resistência contra a ditadura. Afinal, por meio de tais enfoques podemos fazer a convergência entre a diversidade de termos, expressões e noções difundidas por cada um dos espaços de construção simbólica analisados. Ou seja: vimos, por exemplo, que a caracterização - por parte do governo - dos militantes como *terroristas* ou *subversivos* guarda entre si uma relação que prima pela exclusão e estigmatização dos integrantes dos grupos de esquerda, opondo os “contra” e os “a favor” do país. Nesse sentido, embora cada um dos termos guardem suas especificidades e suas definições próprias, eles se unem pelo sentido que divulgam. E é esse sentido que nos interessa aqui.

4.2. “Salto alto não combina com assalto”: o gênero na militância

Entre os anos de 1964 e 1979, estima-se que 600 mulheres estiveram distribuídas entre quase todas as organizações de esquerda no Brasil (LIMA, 2000, p. 206), sendo que, nos grupos armados, elas representaram cerca de 18% do número total de militantes (RIDENTI, 1990, p.1). Em geral jovens, solteiras e integrantes das camadas mais intelectualizadas do país (LIMA, 2000, p. 209) - “quase 90 das acusadas de São Paulo tinham entre 20-29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, quase todas, da USP”⁶³ -, essas mulheres foram, sem dúvidas, sujeitos importantes no cenário de reivindicação política durante a realidade instaurada a partir de 1964, assim como peças-chave para chacoalhar os estranhamentos e limitações que se impunham à atuação feminina na sociedade.

Uma notícia publicada no jornal *Folha de São Paulo* em 13 de outubro de 1968 sobre o desfecho do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, destaca a presença de mulheres no grupo: “os presos são estudantes de várias regiões do país. Todos jovens. Um terço, pelo menos, é constituído de moças”.

A transgressão política que se cometia - opor-se ao regime - era acompanhada, no caso das mulheres militantes, de uma transgressão comportamental: integrar as organizações de esquerda significava romper com a construção social e cultural que atribuía papéis específicos para homens e mulheres na sociedade. Ao mesmo tempo em que se impunham como atores políticos, as militantes também questionavam o determinismo entre gênero e códigos de conduta no sistema sociocultural. Para Ana Maria Colling (1999), aos olhos da repressão a mulher militante cometia dois pecados: insurgir-se contra a política golpista e desconsiderar o lugar destinado à mulher, ou seja, o espaço privado.

Em “Mulheres e militância”, as autoras (2012) destacam, inclusive, que a própria repressão garantia desprezo maior às militantes, quando comparados os tratamentos dados a elas e aqueles dados aos homens (mais à frente nos deteremos na questão da tortura), justamente por considerarem que cabia às mulheres a reprodução de valores tradicionais, conservadores, e eram elas as responsáveis pelo comportamento familiar. “Dessa forma, fica evidente que as mulheres militantes comprometiam não só a estabilidade do regime,

⁶³ MORAES, M., 2004.

mas também a socialização de seus filhos” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 315-316). Como destaca Fanny Tabak (2002, p. 43), “interessa aos regimes autoritários manter e reforçar esse modelo de mãe dedicada ao lar, ao marido e aos filhos, desligada da política, que é ‘coisa de homem’”.

Um exemplo interessante, que explicita justamente a visão dos militares sobre as mulheres durante o regime militar, é narrado por Zuenir Ventura (2008). Em “1968: o ano que não terminou”, o autor descreve o episódio em que a atriz Beth Gasper, quando então se apresentava com a peça *Roda viva* em Porto Alegre, foi detida pela polícia, em uma tentativa de amendrontar o elenco e impedir que o espetáculo continuasse em cartaz. Ao descer a atriz do carro e começar a ofensiva contra ela - durante a temporada gaúcha da peça teatral, Beth substituíra a atriz principal Marília Pêra -, um dos policiais disse logo de início: “Esse espetáculo é ofensivo para as nossas esposas” (VENTURA, 2008, p. 204).

A frase é representativa da construção social que se tinha na época sobre o espaço e o papel destinado às mulheres e o que era, ou não, adequado a elas. Maurício Paiva (1996, p. 17) também dá exemplo semelhante, ao comentar sobre as obrigações matrimoniais da época: “nessa sociedade de homens era, pois, muito natural que no âmbito das relações conjugais se admitisse tacitamente que a fidelidade era uma obrigação indeclinável da mulher, e apenas dela”.

Como afirma Mirian Goldenberg (1997, p. 2), em um estudo que analisou se a discriminação sofrida pelas mulheres se refletia nos partidos e organizações de esquerda, “aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das ideias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico), para que estes homens possam continuar realizando suas ‘nobres’ atividades políticas”. “A guerra é para os homens; a mulher é o repouso do guerreiro”, resumiu uma militante identificada como Maria do Carmo em “Revolução e Democracia” (FERREIRA; FILHO, 2007b, p. 363). Assim, justificamos aqui a necessidade de pensar a militância no âmbito deste estudo sem dissociar a vertente política da vertente de gênero, a fim de abranger com mais propriedade as questões que emergiam na vida das mulheres que integraram organizações de resistência ao regime militar.

Grande parte das militantes, inclusive, tinha a certeza de que ingressar naquelas organizações era algo completamente incomum e, muitas vezes, elas próprias - mesmo que de forma inconsciente - atribuíam a si um papel “desviante”. Em “Memórias das mulheres

do exílio”, Zuleika Alambert conta sobre um comício que ela realizou no litoral sul de São Paulo, junto com outros dois companheiros de partido, e afirma: “Eles foram os guardacostas e os protetores dos meus vinte e dois anos. *Afinal, eu era jovem e bonita, e política não era um bom papel para uma mulher*” (COSTA *et al.*, 1980, p. 52, grifo nosso).

Apesar de não haver dúvidas quanto às transformações comportamentais que aos poucos foram se realizando a partir do ingresso de mulheres em organizações de esquerda durante o regime militar no Brasil, muito se discute sobre a intencionalidade dessas mudanças: há autores que destacam que só a partir dos anos 70 é que as discussões de conteúdo propriamente feminista vão começar a fazer parte da agenda de mobilização, se não das organizações como um todo, ao menos das mulheres que as integravam. Assim, as motivações políticas, o desejo de romper com as estruturas de poder e promover a igualdade e justiça sociais eram, inicialmente, em geral soberanos para homens e mulheres que se opunham ao governo militar, sem que houvesse preocupações propriamente com questões de gênero.

O fato é que, nos anos do golpe de 1964, “o reflorescimento feminista” (ESTEVEZ; SOIHET, 2007, p. 360) enfrentava não só a oposição do próprio governo, já que qualquer grupo organizado era motivo de desconfiança para os militares, quanto da própria esquerda, uma vez que os militantes - especialmente militantes homens - consideravam que era preciso fortalecer o movimento contra o governo autoritário e contra a desigualdade de classes. “A desigualdade entre homens e mulheres no interior do partido não era percebida como um problema visto que, ao lutar por uma sociedade futura mais justa, todos saíam ganhando” (GOLDENBERG, 1997, p. 7). Assim, as mulheres que lutavam por mais igualdade com relação aos homens dentro das próprias organizações eram, frequentemente, chamadas por seus colegas de “pequeno-burguesas” (*ibidem*, p.7).

Em depoimento concedido em 2011 ao projeto “Resistir é Preciso...”, desenvolvido pelo Instituto Vladimir Herzog, Adélia Borges conta que aquelas que lutavam por mais igualdade com relação aos colegas, homens, nas organizações de esquerda eram acusadas de estarem se desviando do assunto principal, que era a luta de classes. Os militantes então lhes diziam: “quando a gente conseguir o socialismo, aí vocês vêm com essa conversinha de vocês, mas primeiro vamos garantir isso”.

Para Zuenir Ventura (2008), as mudanças políticas eram vistas como solução para todos os problemas e, por isso, os grupos de esquerda não discutiam temas como

homossexualismo e liberação feminina. Em artigo publicado na revista *Carta Capital* em agosto de 2011, Maria Rita Kehl afirmou que Dilma Rousseff “desde os anos de militância no grupo VAR-Palmares, na década de 1970, nunca foi uma típica militante feminista”. De acordo com a psicanalista, “como outras raras mulheres independentes de sua geração, as opções políticas da jovem Dilma Rousseff pautaram-se antes por causas universais - liberdade, igualdade, socialismo - do que pelas lutas de gênero que, no Brasil, só se impuseram com mais força depois da derrota das organizações armadas”⁶⁴.

De toda forma, o fato é que participar de grupos de esquerda, tradicionalmente masculinos e, portanto, considerados inapropriados para mulheres, significava de alguma forma rompimento com os padrões, valores e costumes da época, questionando assim a tradicional hierarquia de gênero e estabelecendo um contínuo processo de emancipação das mulheres a partir de então. “A participação feminina nas organizações de militância política pode ser tomada como um indicador das ‘rupturas iniciais’ no que era designado, à época, como próprio das mulheres” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 45).

1968, de acordo com Zuenir Ventura (2008), foi o ano da revolução sexual:

A moda - ou a vida que “pregava” essa geração de jovens mulheres entre vinte e trinta anos - consistia em questionar os valores institucionais que davam sustentação ao que chamavam com desdém de “casamento burguês”: a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade (VENTURA, 2008, p. 33).

Entre os exemplos do fortalecimento que o debate sobre questões de gênero vai ganhando a partir da década de 1970 está a entrevista publicada pelo jornal *O Pasquim* em 1969 com a atriz Leila Diniz, em que a liberdade sexual feminina ganha destaque⁶⁵ - entre as declarações publicadas, Leila afirmou "casos, mil; casadinha, nenhuma. Na minha caminha, dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade" -, e a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) em 1975, considerado o primeiro grupo feminista

⁶⁴ *Mulher ou militante*, por Maria Rita Kehl. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/mulher-ou-militante>. Acesso em: 20/1/2014.

⁶⁵ Segundo Soihet (2008), embora a atriz expressasse atitudes libertárias em termos individuais, “suas ações não expressavam um questionamento direto das relações de poder entre os gêneros”. De toda forma, consideramos que ao garantir divulgação e destaque a padrões comportamentais considerados fora do tradicional para a época, como não possuir um parceiro sexual fixo por exemplo, há sim questionamento da hierarquia, da dominação masculina, do predomínio do homem sobre os desejos e vontades da mulher, de tal forma que esse questionamento poderia se estender para outros espaços sociais, como o político.

institucionalizado no Brasil. O CMB se formou a partir de dois grupos informais - liderados por Branca Moreira Alves e Maria Luiza Heilborn - que se reuniam no Rio de Janeiro para discutir problemas relacionados à posição feminina na sociedade⁶⁶.

É importante lembrar ainda que o avanço das discussões feministas que foram se dando aos poucos no país, assim como na América Latina, também possuem relação direta com as experiências das brasileiras exiladas, especialmente na França. Como afirma Moraes (M., 2004, p. 311), a experiência europeia “foi sobretudo importante entre as exiladas, que entraram em contato com o movimento de mulheres e feministas franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político”. Ridenti (1990, p 3) também ressalta a importância da vivência no exterior para a aquisição de uma consciência acerca da especificidade da condição da mulher na luta política ou fora dela.

Em “Mulheres e Militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012), as autoras reconstituem a trajetória de vida de nove mulheres que participaram de movimentos de oposição ao regime militar no estado do Espírito Santo entre 1964 e 1973. As militantes foram, então, distribuídas em dois grupos: o primeiro deles formado por quatro mulheres que militaram de 1964 a 1968 e que ingressaram na militância política por meio de movimentos religiosos e estudantis secundaristas; e o segundo, formado por cinco mulheres que iniciaram a militância no ano de 1971, entre o primeiro e o segundo ano de faculdade. Tendo esta divisão temporal estabelecida, é interessante observarmos como as entrevistadas constroem suas narrativas sobre a perspectiva de luta feminista e o ingresso nas organizações de esquerda.

Silvia⁶⁷ - que integra o primeiro grupo de militantes - se filiou ao Partido Comunista aos 16 anos e conta que, na época, discutir a problemática de gênero no âmbito da militância não estava nos seus planos, pois sua ênfase era o regime político:

[...] talvez a marca maior da minha figura tenha se associado a uma questão de ruptura comportamental de cânones sociais fortemente associados a uma ideologia política, mas que, na minha prática, ela tinha muito mais a ver com um questionamento muito mais profundo da sociedade em que eu vivia, que é muito além de formas políticas. Mas isso não era claro para mim antes (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 88).

⁶⁶ Para saber mais sobre o CMB, ver ESTEVES; SOIHET, 2007 e TABAK, 2002, p. 52.

⁶⁷ Os nomes das militantes utilizados no livro em questão e aqui citados são todos fictícios.

Já Solange, que também militou até o ano de 1968, nasceu na zona rural do Espírito Santo e conta que sempre teve uma educação muito tradicional: “em casa, durante as férias, eram mantidas as aulas de prendas domésticas (bordar, casear e outras atividades manuais” (ibidem, p. 96). Aos 17 anos se mudou para Vitória e ingressou na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quando começou a fazer parte das atividades da Juventude Universitária Católica (JUC). Para ela, que se casou aos 27 anos, virgem e na igreja, tradições familiares como o matrimônio deveriam ser mantidas - “aquilo, pra mim, era muito importante” -, ao mesmo tempo em que julgava necessário propor novos conceitos: “em me casei de vestido curto, do auge da minissaia [...]. No lugar da grinalda, um chapéu. Do buquê, uma rosa natural”. Ela ainda complementa: “a gente não entrava numa questão comportamental mais seriamente com relação *a algumas tradições*” (ibidem, p. 108-109, grifo nosso).

Nesse caso, é importante observar as ambivalências que se apresentavam, para muitas mulheres militantes, com relação às tradicionais representações de gênero: elas viviam um conflito entre questionar os padrões morais, considerados estigmatizantes e preconceituosos, e mantê-los. Assim, muitas delas negociavam ideias conservadoras com outras, consideradas de vanguarda, para atender, ao menos em parte, o desejo expresso principalmente pelas famílias. Casar-se na igreja, mas com vestido curto, como foi o caso de Solange, exemplifica justamente essa tentativa de “conjugação o não rompimento com as suas famílias ao investimento em projetos individuais” (ibidem, p. 330).

Já Renata, integrante do segundo grupo de mulheres entrevistadas, afirma: “sempre fui uma feminista desde este momento em que eu encontrei a política”. Aos 18 anos ela se mudou de Minas Gerais para Vitória depois de passar no vestibular. Sua militância começou no PC do B e, em 1972, ela passou a integrar um grupo só de mulheres. Para Renata, as limitações de gênero impostas, a rigidez em relação à educação e aos princípios religiosos sempre foram motivos de contestação: “eu fiz uma guerra tripla, minha guerra era contra o governo, era contra a religião, os princípios e todo o tradicionalismo... e uma guerra contra o papel da mulher” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 209).

Os depoimentos das três militantes citados acima endossam o argumento de que, na década de 1960, as motivações políticas estavam claramente identificadas para as militantes, mas as motivações de gênero só vão se definir de fato a partir dos anos 70. Importante observar ainda que, de acordo com a divisão temporal estabelecida pelas

autoras, aquelas mulheres que militaram até 1968 ingressaram nas organizações de esquerda antes de ter acesso à universidade. Ou seja: podemos daí inferir que o ensino superior teve, sim, relevância na tarefa de agregar novas motivações - como as questões feministas - na luta que já vinha sendo empreendida pelas organizações de esquerda.

Partimos aqui, portanto, para outro ponto importante da discussão sobre a participação feminina nos grupos que atuaram contra o regime militar: a influência da realidade política, social e especialmente econômica vivida pelo país nas motivações para o engajamento de mulheres na militância. A partir dos anos 1950, quando a realidade brasileira esteve marcada pela valorização do mercado interno, crescimento industrial e pela urbanização - destaques do governo Getúlio Vargas -, as oportunidades econômicas e sociais começaram a se expandir, especialmente para as famílias de classe média, garantindo assim uma maior valorização da escolarização: ter os filhos na escola significava para muitas famílias uma forma de ascensão econômica e social. Mesmo que quase sempre incentivadas a seguir carreira no magistério - o chamado curso “Normal” -, diferente dos homens, por exemplo, que seguiam carreira em áreas como direito, medicina e engenharia, para muitas mulheres a escola significou um importante espaço de socialização.

O avanço em direção à escolarização e ao mercado de trabalho se mantém também, segundo Flávia Esteves e Rachel Soihet (2007, p. 362), nos primeiros anos do regime militar, quando o modelo de desenvolvimento conhecido como “milagre econômico” contribuiu para o aumento do número de empregos no setor estatal, bem como o acesso à educação técnica e profissionalizante. Assim, muitas mulheres - especialmente da classe média - puderam não só adquirir novas condições de vida, como também ter acesso ao movimento estudantil e às organizações de esquerda.

Foi esse o caso de Rita, que ingressou na universidade em 1970 e no seu segundo ano passou a integrar o Diretório Acadêmico. “Eu fiquei deslumbrada com a escola [...] porque era um formigamento essa coisa da política [...] Foi a oportunidade que eu tive de me engajar mesmo nesse movimento” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 168).

O acesso a espaços fortemente intelectualizados permitiu, assim, que os jovens comesçassem a ter mais capacidade de reflexão crítica e o projeto desenvolvimentista do governo comesçasse a ser questionado. Em depoimento ao livro “Memórias das mulheres

do exílio”, a militante identificada como Alice comenta sobre a realidade econômica durante o final dos anos 60, sobre o clima de satisfação que reinava entre muitos e afirma: “éramos fruto do milagre”.

Era a época do AI-5, da morte do Costa e Silva, da Junta Militar, do início do Governo Médici... O Brasil começava a se desenvolver, a classe média via crescer muito o seu poder aquisitivo e você sentia que todas as pessoas à sua volta, que eram ou ainda se diziam de esquerda, estavam sendo totalmente cooptadas pela euforia econômica da sociedade, sem fazer nenhuma crítica ao tipo de desenvolvimento que estava sendo implantado. Pra essas pessoas, o importante é que o país estava se desenvolvendo, todo mundo estava podendo comprar carro, ter sua casa de campo, altos salários. A argumentação tecnocrática, tão bem sintetizada naquela frase do Delfim, calava muito nesse pessoal - primeiro precisa crescer o bolo, pra depois dividir (COSTA *et al.*, 1980, p. 81)

Há autores que consideram que a educação superior, inclusive, teve um papel muito mais “revolucionário” para as mulheres do que para os homens, já que ingressar na universidade e ter uma carreira eram passos considerados naturais na vida dos rapazes da época (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 238).

A importância das universidades para a formação dos jovens militantes - homens e mulheres - se evidencia no papel que o movimento estudantil e suas mobilizações tiveram durante todo o regime militar. Se inicialmente a reforma educacional esteve no cerne das discussões e ações realizadas pelos estudantes, aos poucos os interesses do movimento foram se expandindo.

Nos anos de 1964 e 1966, por exemplo, quando - respectivamente - o governo anunciou que desejava extinguir a UNE e a repressão invadiu a Faculdade de Medicina da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os acontecimentos da época fortaleceram ainda mais a esquerda e fizeram da luta contra a violência ditatorial uma das principais motivações dos estudantes. Todos os fatos culminaram então em 1968, ano de intensas mobilizações por parte dos grupos e organizações de resistência contra a ditadura, bem como de medidas drásticas por parte do governo militar, a exemplo do AI-5.

Se o acesso ao ensino técnico e superior representou importante incentivo para a consolidação das mulheres como ativos agentes políticos no país, também foi a partir dali

que surgiram, ou pelo menos ganharam força, as reivindicações relacionadas a transformações dos padrões de comportamento, especialmente os sociais e afetivos.

A progressiva integração das mulheres em cursos cujos currículos não se traduziam apenas em investimentos necessários ao bom desempenho doméstico contribuiu para a construção de uma nova visão de mundo, possibilitando práticas que colocavam em xeque as concepções predominantes sobre o lugar social das mulheres até aquele momento (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 252).

Como comentamos anteriormente, muitas militantes consideravam que integrar uma organização de esquerda representava “fugir à regra”, desviar-se da lógica de funcionamento normal da sociedade, uma vez que viam com naturalidade os papéis distintos atribuídos a homens e mulheres. E essa naturalidade, por sua vez, alcançava os próprios partidos e organizações de esquerda que, ao contrário do que se poderia supor, também mantinham e reforçavam a desigualdade entre gêneros. Em entrevista a Miriam Goldenberg (1997, p. 7), Clara Charf e Maria Augusta Capistrano afirmam, quando questionadas sobre como as mulheres militantes aceitaram posições subalternas no interior de partidos que pregavam a igualdade e a justiça social, que “era uma questão de ‘natureza’ feminina ser mais preocupada com as tarefas práticas e o cuidado com a casa e as crianças”.

Na grande maioria, a realidade dos partidos e organizações consistia em deixar aos homens os “grandes trabalhos da revolução”, como disse a militante Vânia (COSTA *et al.*, 1980, p.111), ou seja, o planejamento e as análises políticas do grupo, enquanto às mulheres cabiam as tarefas domésticas. Ao comentar sobre como vivia a colega de militância Regina, Rosane afirma:

Eu não admitia isso! Ela trabalhava, cuidava da casa, fazia comida, lavava roupa, e *ele fazia só a parte mais leve que era a parte intelectual*. [...] Então, tinha uma divisão que era: os homens faziam a parte mais intelectual, mais nobre, e as mulheres ficavam com as ações...é...mais comuns, *mais de mulher* (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 293, grifo nosso).

Vânia também comenta sobre as atividades que lhe cabiam como militante:

[...] na minha organização a mulher funcionava como o homem da casa, ou seja, éramos nós que, por questões de segurança, mantínhamos nossos companheiros. [...] As mulheres sustentavam os homens [...] Mas nós também militávamos, tínhamos responsabilidades, assistíamos bases, *quer dizer fazíamos tudo* (COSTA *et al.*, 1980, p.111-112, grifo nosso)

Segundo Goldenberg (1997, p.5), as funções femininas ficavam restritas a atividades consideradas “menores”: “as militantes deixavam de ser as ‘esposas-mães’ tradicionais para cumprirem, dentro do partido, as funções domésticas (de limpeza, cozinha, proteção, secretaria, etc.)”. A autora diz ainda que aquelas mulheres que tinham como companheiro ou namorado algum colega de militância eram consideradas “úteis” porque ajudavam a dar uma aparência mais “normal” especialmente para os líderes de esquerda, desviando a atenção dos militares. Em sua grande maioria, a própria ideia do bom militante pregada pelos partidos e organizações de esquerda estava intimamente ligada à militância masculina, em razão da valorização de atributos como força física, fala impessoal, agressividade.

Com relação às atribuições da luta propriamente dita das organizações, os trabalhos e atividades destinados às mulheres variavam. Silvia, por exemplo, conta que atuava na organização das passeatas, na redação de discursos e manifestos, na observação do movimento de agentes das Forças Armadas e no transporte de armas para a guerrilha, quando ela se deslocava entre os “aparelhos”, como eram chamados os locais em que os militantes, principalmente clandestinos, permaneciam (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p.78,81).

Já Solange fazia tradução de textos considerados importantes para a esquerda, a exemplo dos escritos de Mao Tsé-Tung, preparava as cópias de manifestos para serem distribuídos durante as manifestações e ajudava a conseguir doações financeiras para o movimento (ibidem, p.100-101). Rachel conta que ajudou a realizar pichações em bairros da cidade e a entregar os jornais do partido (ibidem, p.156), enquanto Regina era responsável pelo Secretariado de Base: “minha função era dar assistência às bases, no caso [...] dar assistência às pessoas que estudavam perto de mim” (ibidem, p. 182).

Embora a maioria das mulheres militantes atuasse nas tarefas de suporte e apoio ao movimento, havia aquelas que participavam das ações práticas propriamente ditas.

Renata e Dulce formaram a primeira dupla de guerrilheiras da VPR - e carregam no currículo a participação direta em duas das ações armadas mais espetaculares do período: o roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, a 22 de junho de 1968, e a explosão de um carro-bomba no Quartel General do II Exército, no Ibirapuera, a 26 de junho, quatro dias depois (CARVALHO, 1998, p.31).

Depois do roubo de armas e da explosão do carro-bomba, Renata Guerra de Andrade, conhecida na militância como Cecília, também teve papel de destaque no assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, em 1º de agosto daquele mesmo ano. De acordo com Luiz Maklouf Carvalho (1998), durante o planejamento da ação Cecília foi logo reivindicando: “tá na hora de colocar uma mulher numa ação qualquer. Direto nela, armada e tudo. Por que só homens? Isso é machismo puro!”. Foi aí que ficou determinado que, durante o assalto, Cecília ajudaria a prender o gerente do banco e recolher o dinheiro dos caixas. Em seguida, ela mesma narra como o trabalho foi realizado, explicitando o dilema entre o desejo de atuar nas frentes de luta do movimento e manter os bons modos femininos: “Eu fui pros caixas e comecei a procurar uma chave. *Era uma moça bem-educada e não ia fica dando chute, quebrando as coisas.* Demorou um pouco e aí um dos homens ficou bravo, deu chute, gritou. Queria mais agilidade. No final deu tudo certo” (CARVALHO, 1998, p. 37-39, grifo nosso).

Militante que atuou na Guerrilha do Araguaia, Criméia Alice conta sobre a resistência do partido em permitir que mulheres fossem a campo, lutar; diz que não havia nenhum colega de militância que as apoiassem e que, no dia em que finalmente decidiram dar-lhe a permissão tão esperada, apresentaram uma condição: o sucesso dela seria determinante para a inclusão de outras mulheres naquelas atividades.

Quando veio a AI-5, a minha vida legal tornou-se impraticável e eu totalmente disponível para a luta. Falei para o Partido: “Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo. [...] Não dá para esperar mais”. Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descubro o seguinte: a protelação encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? *Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém.* [...] Quem me levou foi o João Amazonas. *No caminho, ele me disse — e eu fique puta da vida — que ia depender do meu desempenho a ida ou não de mulheres para o campo.* Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo ... *Respondi-lhe no ato: “Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente, de cada indivíduo, independente de seu sexo.* Agora, é necessário fazer a revolução, é necessário ir para o campo, está certo? A guerra é popular, todo mundo vai participar desta guerra ou só os homens? Por que você está colocando isso para mim? Não dá. É querer muito de mim!” Mas, no fundo, era essa a

responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade! (LIMA, 2000, p. 212, grifo nosso).

Em 2011, em depoimento ao projeto “Resistir é Preciso...”⁶⁸, Maria Lygia Quartim de Moraes afirma: “quando você está na esquerda você precisa provar, antes de mais nada, sua seriedade pros seus próprios companheiros. E isso é muito desgastante”. Em seguida ela completa: “como tudo relacionado à mulher, é sempre uma dupla jornada: a gente enfrentava a ditadura e tinha de enfrentar ou a oposição ou uma certa complacência da esquerda”.

Outro relato interessante é feito pela militante Vera Sílvia Magalhães, e citado por Ridenti (1990, p. 4): ela conta que muitas mulheres eram afastadas das atividades de direção dos partidos porque eram consideradas pelos colegas como uma “pessoa instável emocionalmente” e explica: “só que as pessoas que me diziam isso eram os homens que eu namorava, e que estavam na direção (a gente teorizava e praticava: a monogamia não existe, seria uma proposta burguesa)”.

Vera também conta sobre as tarefas que lhe cabiam quando ingressou no grupo armado do partido e o quanto essas tarefas eram revestidas de certo “papel feminino”:

*Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía. Por exemplo, eu seduzia o gerente do banco para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia de pagamento, etc. [...] Uma vez eu saí, em plena Cinelândia com um coronel, que era dono de uma fábrica de arma. Passa meu pai e me vê vestida de prostituta, porque essa era a *mise en scène*⁶⁹ naquela ação. [...] Eu fui sozinha fazer o levantamento do sequestro do americano. *Fui de minissaia, vestida de empregada doméstica*, conquistei o Chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações (RIDENTI, 1990, p. 4, grifo nosso).*

Em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho (2009), Leslie Beloque contou que participou de uma única ação armada durante a militância: o roubo de um salão de cabeleireiro chique, com um revólver 38 na mão. E acrescenta: “nós também levamos as joias e os relógios dos clientes, mas, moralistas, preservamos as alianças”, evidenciando

⁶⁸ Desenvolvido pelo Instituto Vladimir Herzog.

⁶⁹ Expressão francesa que significa encenação teatral.

mais uma vez que em diversos momentos as militantes conviviam com uma multiplicidade de sentimentos e valores, muitos deles conflitantes entre si.

Houve, portanto, mulheres que estiveram na linha de frente das lutas armadas, outras que ocuparam papel de destaque no comando das organizações, mas a maioria atuou em atividades de apoio e suporte às ações desenvolvidas pelos grupos militantes. A respeito disso, inclusive, é válido comentar sobre a relação apontada por muitos autores entre a posição secundária, coadjuvante ocupada por mulheres militantes, e sua ligação com algum homem integrante da organização, seja ele irmão ou companheiro, namorado. Como afirmou Maricota da Silva, “imagina-se sempre que ela [a mulher] seja uma marionete guiada por um homem” (COSTA *et al.*, 1980, p. 41).

Segundo Goldenberg (1997, p. 3), a trajetória de diversas militantes confirma a hipótese de que o ingresso feminino nos partidos e organizações de esquerda no Brasil, das décadas de 1940 a 1970, se deu por meio de uma figura masculina e é essa relação que determinou a posição ocupada pelas mulheres dentro das organizações: uma posição secundária, marcada pela invisibilidade, “mais de mulher” como disse a militante Rosane em citação anterior. Diferente, por exemplo, da situação daquelas que não tivessem nenhum tipo de ligação com homens da organização: nesse caso, as mulheres eram tidas como detentoras de significativo capital político, social e cultural, de tal forma que suas relações com os colegas de partido tendiam a ser mais igualitárias.

Regina, por exemplo, diz que a militância se apresentou para ela “quando conheceu seu namorado, que além de bancário, era militante ativo do movimento estudantil” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 180). Ela contou que recebeu a missão de abrigar em sua casa uma gráfica clandestina do partido no Espírito Santo: “a gente casou, assim, mais para ajudar o PC do B também, pra poder montar o aparelho na minha casa, pra ninguém desconfiar. Rodava o mimeógrafo lá em casa dia e noite” (*ibidem*, p. 182).

Já Maricota da Silva conta que bastava ser casada com um militante para que a repressão desconsiderasse o que a esposa fazia e pensava: “a mulher que casa com homem de esquerda, ela é de esquerda também e pagará por todos os atos desse homem [...] Essa mulher passará a ser condenada no momento em que se casa” (COSTA *et al.*, 1980, p. 35).

De acordo com Maria Cecília de Oliveira Adão, independente de a mulher ter tido ou não influência masculina na sua integração aos movimentos de esquerda, a repressão se empenhou em denegrir a imagem da militante política perante a sociedade como forma de

deixá-la ainda mais envergonhada. Assim, eram duas as possíveis “classificações” para a mulher que atuava como militante: se participasse da luta política por influência de alguma figura masculina, como marido ou namorado, ela era uma mulher submissa, incapaz, sem vontade e opinião próprias; mas se a decisão de participar dos grupos de esquerda fosse atribuída a si mesma, ou seja, aquela que ingressou por vontade própria, nesse caso ela era tida como “anormal” porque era uma mulher promíscua, devassa, ou porque era homossexual, ‘sapatão’ (ADÃO, 2004, p.2).

Tendo feito esse panorama geral sobre a realidade vivida pelas mulheres que integraram grupos e organizações de resistência à ditadura militar, avançaremos aqui um pouco mais no nosso estudo sobre o retrato construído acerca das militantes. Da mesma forma como destacamos no caso da vertente política, as construções simbólicas na vertente de gênero se deram, sem dúvidas, também a partir dos três espaços de construção simbólica mencionados: governo, imprensa e grupos militantes, como observaremos ao longo da análise. No entanto, os depoimentos das próprias mulheres que fizeram parte dos grupos de resistência à ditadura foram para nós os mais valiosos meios de reconstrução da realidade que elas vivenciaram.

Assim, pudemos observar que, em geral, as representações simbólicas sobre as mulheres militantes estavam diretamente relacionadas ao menos a um dos seguintes padrões: afetivo-sexuais; físicos/de beleza; e de personalidade.

Com relação ao primeiro deles, a afirmação de Colling (1999) exemplifica claramente a associação difundida pelo regime entre as mulheres que integravam partidos de esquerda e a libertinagem: “a repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista”. Ou seja, tais mulheres representavam um contraponto à virgindade e ao recato que marcava os padrões afetivo-sexuais femininos tradicionais. Uma “possível associação com a prostituição” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 19) era, assim, muito comum quando tratava de referir-se às militantes.

Zuenir Ventura traz importante relato de como, em determinado momento do ano de 1968, o governo “comprovou” a vida desregrada das militantes:

Contra a pílula havia resistências que iam do terror natural dos seus efeitos, não de todo conhecidos, até o preconceito que via nela um instrumento de promoção da promiscuidade. Em outubro, ao dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna, as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas

apreendidas. Como se a pílula fosse um preservativo de uso imediato como a camisinha, a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis (VENTURA, 2008, p. 38).

João Batista de Abreu (2000, p. 133) afirma que confundir a censura política com a censura de costumes - definindo comportamentos comprometedores do modelo conservador - era uma estratégia do governo para enfraquecer os valores da sociedade. Assim, seria muito maior o número de “opositores” ao regime e muito menores as explicações a serem dadas em razão das prisões feitas pela repressão, já que as ameaças ao bem-estar social estariam sempre onipresentes.

E a construção que se fazia em torno de uma alegada falta de moral de mulheres militantes era tão intensa que, muitas vezes, elas próprias tinham problemas em se reconhecer como tal em razão justamente do medo da exclusão moral e social que lhes poderia ser imposta por fazerem parte de um grupo de esquerda. Era esse o caso de Rosane, que conta como era a opinião que tinha a respeito das mulheres militantes antes de ingressar no movimento: “outra coisa também que eu não gostava [...] era que as mulheres eram muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas” (GIANORDOLINASCIMENTO *et al.*, 2007, p. 368).

Já Suzana faz questão de ressaltar que a militância não se vinculava necessariamente à recusa de determinados padrões tradicionais de comportamento, tidos como adequados às mulheres: “nós éramos meninas direitas. A gente passava a noite, por exemplo, fora de casa, mas trabalhando, ali. Mas ninguém saía dali pra fazer um programa, pra dormir com um cara, pra isso e aquilo” (*idem*, 2012, p. 287).

Exemplo das restrições a que estavam sujeitas muitas mulheres, Sônia conta que quando ingressou na universidade não ia a nenhum bar - considerado um “reduto masculino” - porque as colegas, por proibição familiar, não podiam frequentá-los. Até que um dia ela resolveu deixar aquela restrição de lado: “Eu falei: ‘Suzana, isso não tem cabimento não. Nós vamos lá’” (*ibidem*, p. 131).

Além das dificuldades enfrentadas no âmbito da família e da sociedade como um todo, as militantes viviam ainda muitas disputas internas com os colegas de militância, dentro das organizações. Zuenir Ventura (2008, p. 40) narra um exemplo de discriminação de homens, militantes, contra suas colegas de partido em razão dos padrões afetivo e

sexual: “Em 63, a hoje economista Liana Aureliano foi eleita delegada a um congresso do PC e em seguida vetada por duas bases do Recife porque não era virgem”.

Mas, dentro da militância, não era só entre os homens que predominavam o preconceito e os estereótipos: é interessante pensar ainda que, na luta para se mostrar como uma militante “direita”, muitas mulheres desvalorizavam suas próprias colegas. Ou seja: para se afirmar, elas utilizavam os mesmos argumentos a partir dos quais eram desvalorizadas e, portanto, desejavam se manter afastadas. Suzana explica que havia um grupo “tradicional” - “havia um certo preconceito em relação a nós, era...o grupo, por exemplo, de mulheres que seguiam o modelo tradicional. Elas percebiam que nós éramos diferentes” - e outro, das “radicais” - “esse outro grupo já era um grupo muito mais avançado, mais livre. Então, eram outros valores do ponto de vista, é... da sexualidade” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 287). O exemplo evidencia como os processos identitários são complexos e se constituem a partir da oposição inclusão *versus* exclusão, ou seja, o desejo de pertencer a determinado grupo faz com que os indivíduos busquem se diferenciar, excluir os demais grupos, transformá-los naquilo que lhe é exterior⁷⁰.

Além da associação entre mulher militante e padrões comportamentais afetivos, os padrões físicos, ou seja, estereótipos quanto à beleza e feminilidade também faziam parte das representações sobre as militantes. Maria do Carmo Brito, que à época do depoimento vivia exilada na Argélia, afirmou: “eu já tinha trinta anos quando fui aceitar que a gente podia ser militante e não precisava ser necessariamente feia, horrorosa” (COSTA *et al.*, 1980, p. 75). Nas próprias organizações de esquerda essas ideias eram compartilhadas por muitos colegas de militância, como mostra trecho citado por Marcelo Ridenti do romance *A fuga*, de Reinaldo Guarany:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. [...] elas em geral se dividiam da seguinte maneira: *quanto mais barra-pesada fosse uma organização, mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram.* [...] Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo (GUARANY, 1984 apud RIDENTI, 1990, grifo nosso).

⁷⁰ Sobre este assunto, para mais detalhes ver HALL, 2000, p. 103-133.

Outro exemplo é dado por Zuenir Ventura, mas pode ser facilmente encontrado em diversos trabalhos e estudos que trazem referências sobre a militância feminina durante o regime militar no Brasil: a personagem é a militante Iara Iavelberg. Segundo o autor, “Iara não tinha muito a ver com suas colegas de militância” e, em seguida, completa: “além de bonita, loura, alta, olhos claros e um sorriso aberto, era muito vaidosa. Cuidava do corpo talvez com o mesmo zelo com que cuidava do fuzil” (VENTURA, 2008, p. 40). Iara é apresentada, assim, como uma exceção diante das demais mulheres militantes: “Bonita, charmosa, atrevida, prestes a completar 25 anos, Iara Iavelberg era uma lenda na esquerda. [...] estava desquitada de um casamento precoce quando entrou na Faculdade de Psicologia da USP, despertando fantasias e preconceitos” (AMARAL, 2011, p. 59).

Sinônimo da falta de vaidade, da ausência de feminilidade, desprovida de beleza: o trabalho de ridicularizar as militantes passava ainda por um jornal da época, *O Pasquim*, que “ao mesmo tempo que se opunha ao regime por meio da ridicularização, voltava sua mordacidade igualmente para as mulheres que haviam se decidido pela luta por seus direitos, ou àquelas que assumiam atitudes consideradas inadequadas à feminilidade” (SOIHET, 2008, p. 3). Em uma charge de autoria de Ziraldo⁷¹, publicada pelo jornal no final de década de 1970, um homem repassa informações, provavelmente à polícia, sobre os responsáveis por uma pichação dizendo: “Eram três, doutor... num fusca branco, de madrugada, sorrateiros... *Dois mulheres feias* e uma pessoa do sexo masculino ao volante [...]”.

Para José Luiz Braga (1991), as críticas do *Pasquim* expunham as contradições do movimento feminista, mas não invalidava as questões colocadas pelo movimento. Exemplo disso, segundo ele, era a presença de artigos escritos por mulheres integrantes do movimento feminista, sobre o tema, nas páginas do jornal. “Ao invés de oferecer às teses feministas um acordo ou uma recusa, o jornal oferece uma antítese. O feminismo encontra no *Pasquim* um interlocutor - desrespeitoso - e ao mesmo tempo um espaço de debate” (BRAGA, 1991, p. 195). No entanto, o depoimento da jornalista Marta Alencar ao documentário “O Pasquim: a subversão do humor”, produzido pela TV Câmara, mostra que ela vivia no interior do próprio jornal uma relação machista, de forma que o preconceito expresso nos materiais publicados pelo veículo não eram tão somente um elemento de piada ou das chacotas feitas por eles:

⁷¹ Disponível no Anexo X.

Eu era secretária de redação. Uma vez eu fiz um artigo pra um almanaque desses do *Pasquim* dizendo que no *Pasquim* lugar de mulher era na cozinha. E na verdade eu fazia cozinha no jornal que, aliás, era uma atividade nada feminina na época. *Eu praticamente tinha que fumar charuto, cuspir no chão, falar palavrão sem parar pra ser respeitada*. Eu não era realmente uma mulher, eu não tinha um comportamento feminino, uma cabeça feminina. Eu tinha uma cabeça muito masculina.

A propósito, a frase que dá início a este subcapítulo pertence à Lúcia Murat Maria Vasconcelos e cabe muito bem nesta nossa discussão. Em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho (1998, p. 196) ela afirmou: “na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade”. E a necessidade de valorização e reconhecimento, especialmente pelos colegas de militância, é um ponto fundamental nessa espécie de descaracterização dos atributos femininos nas mulheres que integravam os grupos de esquerda. Na verdade, elas viviam com base em uma forte contradição: ao mesmo tempo em que cobravam das militantes um comportamento de igual para igual, caso contrário diriam que elas estavam desviando a atenção do foco principal do movimento, os homens militantes muitas vezes as criticavam porque julgavam suas atitudes e comportamento muito masculinizados, ou seja, já não queriam mais que elas fossem tão iguais assim. Por isso Lúcia Murat está com a razão quando diz: “salto alto não combina com assalto”.

Pensar em atributos femininos, por sua vez, nos remete a outro ponto importante e que vale ser destacado aqui: a maternidade. E, para começar, citemos o documentário “Que bom te ver viva” (1989), protagonizado por Irene Ravache e com roteiro e direção de Lúcia Murat - a mesma citada acima -, onde o assunto é recorrente nos depoimentos das entrevistadas. O que vemos é que se o fato de ser mulher em diversos momentos foi o que mais trouxe adversidades para a vida das militantes, foi ao mesmo tempo o que as fez sobreviver e continuar lutando em várias ocasiões.

Em um depoimento emocionante, Maria do Carmo Brito, ao se referir à sua primeira gravidez, diz: “descobri que a melhor coisa do mundo era ser mulher”. Também Rosalinda Santa Cruz afirmou: “durante a cadeia toda o que realmente me segurou era a vontade de ter um filho, a certeza que eu ia ter um filho [...] Ter um filho simboliza que a coisa continua, que a vida tá aí”. No caso de Criméia de Almeida, embora a experiência não tenha se mostrado fácil, foi também uma forma de sobrevivência: “a gravidez marcou muito [...]. Foi uma situação difícil ter um filho na prisão, mas foi uma sensação gostosa. [...] Uma segunda gravidez jamais”.

Ter um filho representou ainda, para algumas militantes, um afastamento, de certa forma, da série de atividades que desenvolvia. Raquel, por exemplo, conta que quando teve seu segundo filho não conseguiu mais conciliar a vida doméstica com as atividades de militante; começou a se sentir culpada - “me sentia a última das mães, porque eu achava que os filhos precisavam... eu tinha que estar mais junto” - e fez uma escolha: “não abandonei de vez a militância [...], tanto que acompanhei a reunião do sindicato, mas não com o mesmo envolvimento”. É aí que, segundo ela, ficou evidente como a sua situação era diferente da do marido: “Aí veio o que é a diferença para homem e para mulher. Ele (o marido) não se sentiu culpado, nunca se cobrou nada [...] mas não precisava, então ele conseguiu levar a trajetória dele. Só que eu cobrava de mim mesma” (GIANORDOLLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 165).

Acerca das transformações no cotidiano feminino trazidas pela maternidade, Zuleika Alambert complementa afirmando que “na minha opinião, duas coisas dificultam muito a vida de uma mulher na política, dentro do contexto da sociedade brasileira: um é o problema dos filhos e o outro é o problema do marido, do casamento” (COSTA *et al.*, 1980, p. 57). Aqui, a sobrecarga emocional, afetiva que a maternidade traz para as mulheres, para além da óbvia sobrecarga de trabalho, deve ser destacada, como vimos no capítulo anterior quando discutimos especificamente sobre a participação política feminina. Afinal, a mulher se apresenta como a mediadora de conflitos do lar, de tal forma que há uma naturalização do seu papel afetivo como atributo tipicamente feminino. O que acontece, então, é uma interiorização pelas mulheres dessa responsabilidade maternal, da dependência emocional dos que o cercam no ambiente familiar, causando o surgimento de conflitos e dilemas quanto à manutenção de outras ocupações fora do espaço doméstico.

Durante o período da ditadura militar, especialmente a maternidade era vista pelos militares como, em certa medida, um “agravante” da situação daquelas que integravam grupos de resistência: como já mencionamos anteriormente, elas “comprometeriam” a socialização dos filhos, segundo a visão castrense. Ou seja: se pensarmos nas palavras de Colling (1999), que fala nos dois pecados cometidos pelas mulheres militantes, poderíamos sugerir aqui que a maternidade surge como uma espécie de terceiro pecado: para além de ser militante e ser mulher, o fato de ter filhos era uma situação ainda mais condenável, considerando que as ideias “comunistas” seriam repassadas para as gerações seguintes.

Por fim, passemos os padrões de personalidade aos quais as militantes eram comumente associadas: em depoimento ao livro “Os anos de chumbo” (1994), Adyr Fiúza de Castro - que, entre as atividades desenvolvidas como coronel do Exército, atuou junto ao gabinete do ministro da Guerra de 1965 a 1969, foi um dos criadores do CIE e, em 1972, assumiu a chefia do Codi - comentou que “as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis [...]. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia - pode perguntar a eles -, porque se excediam” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1994, p. 77).

Leônidas Pires Gonçalves, militar oriundo do Rio Grande do Sul e que também atuou em São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, diz que “as mulheres são de uma violência incrível. E outra coisa: elas não perdoam. Os nossos agentes sempre tinham muito cuidado para tratar com as mulheres. Mais cuidado do que com os homens. Eram brabas, sabe?” (ibidem, p. 245).

Assim, as militantes eram caracterizadas pela bravura, pela coragem, mas em uma referência ao perigo que representavam. Na verdade, não havia valorização deste destemor das militantes: ao invés disso o que havia era uma oposição a um ideal de fragilidade e delicadeza feminina, de tal forma que as características da personalidade se associam diretamente aos já comentados padrões físicos - tamanha bravura correspondia à falta de feminilidade, à masculinização das militantes.

Acerca desta visão dos militares vale comentar brevemente sobre como atuou a repressão contra as mulheres que integraram os grupos de resistência, pois, como dissemos anteriormente, a atuação da repressão se vinculou diretamente às representações sobre a militância feminina. E, para começarmos, vamos citar a atuação da polícia militar em junho de 1968 quando cerca de 400 estudantes foram presos no Rio de Janeiro, depois de uma assembleia no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, e levados para o campo do Botafogo. De acordo com o autor, as fotos mostraram “soldados urinando sobre corpos indefesos ou passeando o cassetete entre as pernas das moças” e “fotografias de moças de quatro” (VENTURA, 2008, p. 126, 133). Esse exemplo nos traduz em imagens as palavras de Rosalinda Santa Cruz: “o nosso corpo era um objeto de tortura”⁷².

⁷² Em depoimento ao documentário “Que bom te ver viva” (1989).

No banco de dados do Arquivo do Estado de São Paulo, um boletim⁷³ de reivindicação pela construção de um comitê contra a repressão e a tortura na América Latina (a data de publicação não consta no documento) lista as principais formas de tortura a que eram submetidos os presos políticos. De acordo com o boletim, a lista havia sido publicada pelo jornal francês *Le Monde*:

1- Pau de Arara: o paciente é pendurado nu a uma barra e é submetido a choques elétricos (110 Volts no Rio e em São Paulo, 220 nas cidades do interior de São Paulo). As partes mais visadas são os dedos, a língua, os seios, os órgãos genitais. Algumas vezes, o corpo do torturado é molhado para aumentar a condutividade da corrente elétrica. Os choques produzem com o tempo uma rigidez muscular e, em certos casos, a paralisia do coração;

2- O tripé: o acusado é sentado nu sobre um tripé, as partes genitais amarradas a um dos pés. É submetido a choques elétricos como no pau de arara;

3- A cadeira do dragão: uma verdadeira cadeira elétrica, empregada no Estado de São Paulo;

4- Afogamento: o prisioneiro, amarrado e pendurado de cabeça para baixo, recebe um jato d'água nas narinas. É a versão brasileira da "banheira": a pessoa "interrogada" é mergulhada na água até atingir o limite da sufocação;

5- Latinha: os pacientes devem ficar de pé sobre latas de ferro abertas. Este procedimento seria particularmente utilizado em Belo Horizonte;

6- O telefone: bate-se com as palmas das mãos nas duas orelhas até a ruptura dos tímpanos;

7- Arrancamento das unhas;

8- Castração; segundo o testemunho transmitido por um religioso, conhece-se pelo menos quatro casos de castração em São Paulo. Sem falar das violações das prisioneiras e dos cães policiais treinados na Ilha das Piores na Guanabara para morder as partes genitais dos detidos.

Os depoimentos e entrevistas de ex-militantes evidenciam que a repressão utilizou-se o tempo todo das diferenças biológicas entre homens e mulheres para praticar os atos

⁷³ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Anistia/DEOPS30C001022846.pdf>>. Acesso em 18/9/2013.

mais repugnantes e desumanos como forma de “punição” às militantes. Em “A dominação masculina”, Bourdieu (2012, p. 33) afirma que a construção arbitrária do biológico dá “um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho”. Assim, as diferenças biológicas serviriam como pressuposto para afirmar a distinção entre homens e mulheres com relação ao trabalho doméstico e fora dele, bem como uma pretensa superioridade masculina.

Renata conta que, certa vez, foi levada para um grande anfiteatro, com “plásticos pretos nas janelas”, e ficou sendo observada por quatro oficiais. Um a um, eles foram ordenando, ao pé do ouvido, que ela retirasse a roupa com que estava vestida. Em seguida, acontece “a entrada de um grupo grande de soldados que ficaram parados a observá-la nua. A ameaça e o terror psicológico vieram através de palavras sussurradas em torno dela: ‘a cada momento que a gente pedir pra tirar a roupa vamos chegar mais perto...’” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 202-203). Rita também contou que durante os interrogatórios os militares sempre faziam insinuações que deixaram claro para ela a ameaça de violência sexual: “Porque é tudo um jogo, né? Você, uma menina..., mulher bonitinha” (*ibidem*, p. 171).

A militante Sônia contou que “mulher era espancada muito no peito”, (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 121). Dilma Rousseff, em trechos de entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho e publicados pelo jornal *Folha de São Paulo* em 2005, falou sobre a tortura que viveu na prisão e revelou onde os choques eram dados: “Em tudo quanto é lugar. Nos pés, nas mãos, na parte interna das coxas, na orelha. Na cabeça é um horror. *No bico do seio. Botavam uma coisa assim, no bico do seio, uma coisa que prendia, segurava*” (AMARAL, 2011, p. 73, grifo nosso).

Por fim, vale então destacarmos que a reiteração de todos os padrões por nós analisados - afetivo-sexuais; físicos, e de personalidade -, os quais circulavam não só entre os militares, como também entre as próprias militantes e seus colegas da esquerda, dava a muitas mulheres a ideia de uma atuação “desviante”. O mesmo também se aplicava à aproximação entre a luta por mais igualdade e o feminismo:

A reiteração dessas imagens das feministas como masculinizadas, pesadas como elefantes, perigosas, feias, bruxas, que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente reatualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, não poucas vezes levava mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo (ESTEVES; SOIHET, 2007, p. 362).

CAPÍTULO V

O jornalismo e seu horizonte de sentidos: resultados e discussões

Considerando toda a construção teórica desenvolvida até o momento e, especialmente, nos dois capítulos anteriores, seguimos agora para o estudo propriamente do *corpus* empírico da nossa pesquisa. Para isso, os resultados obtidos serão apresentados a partir de dois movimentos metodológicos: no primeiro deles, realizaremos a recomposição do acontecimento jornalístico de cada um dos conflitos centrais tendo como ponto de partida o estudo das estratégias comunicativas das reportagens, estudo este que foi realizado individualmente, reportagem por reportagem. Como destacamos no capítulo II, a recomposição do acontecimento jornalístico juntamente com o estudo das estratégias comunicativas e dos personagens das matérias compõe o que chamamos de análise narratológica e textual-narrativa.

Neste primeiro movimento, portanto, faremos uma discussão geral incluindo aspectos de todas as notícias analisadas na qual traremos os pontos centrais utilizados para a composição das narrativas jornalísticas, bem como os aspectos textuais que se destacam em cada uma delas. O objetivo é verificar quais questões - fatos, situações,... - ganharam relevo na elaboração discursiva, considerando o fio narrativo que se constrói a partir da integração de todas as notícias, que tem como personagem central a presidente eleita e como se deu essa elaboração discursiva em si.

Especialmente com relação ao estudo das estratégias comunicativas e dos personagens das narrativas, em razão de ele ser exclusivo para cada uma das reportagens, optamos por disponibilizar no Anexo XI exemplares das fichas de análise que desenvolvemos e utilizamos nesta etapa metodológica da pesquisa. Assim, selecionamos aleatoriamente uma ficha de análise de cada um dos veículos que integram o *corpus* da pesquisa para apresentarmos aqui, totalizando quatro fichas.

O nosso segundo e último movimento metodológico é propriamente a análise tematológica: com base nos resultados obtidos a partir do estudo individual de cada uma das narrativas e na recomposição do acontecimento jornalístico, iremos perfazer um diálogo com as representações recorrentes e seus elementos estruturantes a respeito dos dois conflitos centrais em questão. As notícias serão, portanto, tomadas sob a perspectiva

dos sentidos e imagens que elas evocam ao discutir aspectos referentes à eleição de uma mulher para a Presidência da República e que atuou em grupos de resistência à ditadura. Todo o entendimento que desenvolvemos até agora, desde os aspectos simbólicos das notícias, as representações sociais, as imagens recorrentes sobre mulheres políticas e sobre os militantes, serão fundamentais para nos ajudar a construir um entendimento amplo de como as narrativas jornalísticas analisadas lançam mão de recursos textuais - mas também sonoros e visuais - para estruturar a compreensão social sobre a presença feminina em espaços de poder político e sobre a atuação de organizações de resistência ao regime militar.

Estes dois movimentos metodológicos, por sua vez, não serão apresentados por nós separadamente, distanciados um do outro, afinal são os aspectos materiais, concretos do texto que nos dão referências para partir para o estudo do simbólico nas notícias. Assim, nossa proposta é integrar a recomposição do acontecimento jornalístico e a análise temológica, no momento da apresentação dos resultados, permitindo que as discussões possam fluir mais facilmente e as análises ganhem em coerência. Isto não significa, todavia, que por meio da leitura de nossas considerações não será possível identificar, pelo texto, os limites de cada um dos movimentos metodológicos.

Antes, no entanto, de partirmos para os resultados e discuti-los, traremos alguns dados quantitativos quanto ao número de matérias analisadas⁷⁴ e sua distribuição entre os conflitos estudados. Assim, com relação à mulher como ator político, as matérias se distribuem da seguinte forma:

- a) *Istoé*: cinco reportagens (de um total de oito);
- b) *O Globo*: quatro reportagens (do total de seis). Neste caso, precisamos destacar que uma das reportagens analisadas, “A trajetória de Dilma”, foi incluída tanto no número de reportagens relativas às mulheres políticas, quanto naquelas sobre a militância. Afinal, como o próprio título evidencia, a trajetória em geral da presidente eleita foi reconstruída, de forma que ambos os conflitos são abordados significativamente na narrativa. Assim, optamos por incluí-la nas duas quantificações;
- c) *Folha*: quatro reportagens, do total de quatro análises;
- d) *JN*: duas matérias (de um total de três).

⁷⁴ A descrição das manchetes/temas das reportagens foi feita no capítulo II e a íntegra delas está disponível nos anexos.

Desta forma, portanto, a distribuição do material que trata especialmente sobre a militância inclui: três reportagens da *Istoé*, três reportagens do *O Globo* (lembrando, novamente, que uma delas se inclui em ambos os conflitos) e uma reportagem no *JN*. A *Folha de São Paulo* não publicou nenhum material específico sobre a militância política, embora haja em uma das reportagens analisadas referências sobre a atuação de Dilma em grupos de resistência à ditadura. Desta forma, neste jornal especificamente a totalidade das reportagens que integram o *corpus* faz referência ao conflito mulher como ator político.

Embora o nosso foco na presente pesquisa não resida nas quantificações, os números acima descritos nos ajudam a ter uma compreensão geral sobre a divisão estabelecida na análise empírica. Além disso, há um ponto interessante a ser considerado a partir dos dados apresentados: a *Folha* não trouxe, em um caderno especial de cerca de vinte páginas⁷⁵, nenhuma reportagem para discutir especialmente a atuação militante da presidente eleita, sendo que na capa do jornal Dilma é identificada como a “primeira mulher e primeira ex-guerrilheira a ocupar o cargo” de presidente da República. Ou seja: a referência do jornal à atuação militante de Dilma se esgota quase que praticamente em intitulá-la de *ex-guerrilheira*.

A divisão das reportagens entre os conflitos centrais foi realizada tomando o todo narrativo, ou seja, considerando o assunto predominante naquele material jornalístico. Afinal, é evidente que, nas reportagens sobre a militância de Dilma, por exemplo, pode haver referências pontuais sobre a sua atuação, como mulher, em espaços de poder político, ou mesmo o contrário. No entanto, há um assunto que domina e define a construção daquele enredo e isso é que foi levado em conta, por nós, no momento da distribuição das reportagens entre os conflitos centrais.

Especialmente no caso do conflito mulher como ator político, vale destacar que falar sobre a vitória de Dilma sem fazer menção à sua condição de mulher é, em geral, difícil, tendo em vista que a eleição em si atualizou (como destacamos no segundo capítulo) a presença feminina no cenário político. Sendo assim, como critério para seleção das reportagens a serem incluídas no estudo deste conflito específico, estabelecemos que era necessário que a construção narrativa considerasse a personagem em si, ou seja, tomasse a própria presidente eleita como elemento central do enredo. Assim,

⁷⁵ Vale retomar, novamente, que o caderno especial da *Folha*, *Eleições 2010*, não foi exclusivamente dedicado à eleição presidencial, mas incluiu também os resultados das eleições para os demais cargos disputados naquele ano.

desconsideramos aquelas matérias que giravam em torno de questões mais técnicas relativas ao seu mandato, como medidas e prioridades a serem adotadas nos âmbitos econômico e social, por exemplo, ou a composição ministerial de seu governo.

No caso da reportagem “A trajetória de Dilma” do jornal *O Globo*, citada acima, tivemos, porém, uma situação peculiar⁷⁶: o próprio material é estruturado em forma de um infográfico - e não como uma reportagem convencional - que remete a um jogo de tabuleiro, onde o jogador tem um ponto de partida e, outro, de chegada. Ao longo do “percurso”, foram distribuídas informações diversas sobre a vida de Dilma: *infância, militância, vida pública, governo federal, momento família*, entre outros, até chegar ao *ano eleitoral*. Assim, neste caso, os dois conflitos estão muito conectados, de forma que optamos por vinculá-la a ambos.

5.1. A recomposição do acontecimento jornalístico e a análise tematólogica: perfazendo o diálogo entre os aspectos materiais e simbólicos das notícias e as representações recorrentes

Cronologicamente, a militância política de Dilma durante os anos do regime militar no Brasil antecede a sua participação em espaços de poder político ou, melhor, inaugura seu protagonismo político - afinal, como comentamos no terceiro capítulo, a participação política não se restringe à esfera de governo, mas inclui qualquer atividade que influencie na condução do processo social e político. Desta forma, optamos por dar início às nossas discussões tomando aquelas reportagens que têm a militância como conflito central. Também a recomposição em si obedece a uma lógica de sucessão cronológica dos acontecimentos narrados, de forma que tomamos todos eles em conjunto e os reorganizamos a fim de dar sequência ao enredo.

A narrativa jornalística sobre a militância de Dilma começa em 1964, quando ela chega ao Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, e onde permanece até 1966: a escola em que Dilma estudou é destaque em dois, dos três veículos, que tratam sobre a militância da presidente: a *Istoé* fala em “A descoberta da política no Colégio Central” e *O Globo* diz que a escola “despertou o espírito de rebeldia” de Dilma.

⁷⁶ Mais detalhes sobre a reportagem em questão no Anexo IV.

Niemeyer inspirou-se num mata-borrão. O prédio das salas de aula seria uma régua; a caixa d'água, um giz; e a cantina, um caderno. Como não havia muros e as salas eram sustentadas por pilotis, parecendo que o prédio todo flutuava, da área interna dava para ver o Centro da cidade.

A descrição do projeto arquitetônico do Colégio Estadual Central⁷⁷ em Belo Horizonte, feita pelo jornal *O Globo*, revela um ponto estruturante das reportagens construídas sobre a militância política: a liberdade que marcou a geração daqueles jovens alunos na década de 1960. A ausência de muros também é reforçada pela *Istoé* - “projetado pelo arquiteto comunista Oscar Niemeyer com a proposta de ser um espaço público e democrático, não tinha muros”. Foi nesse *espaço público e democrático* que, de acordo com as reportagens, se deu uma “revolução na cabeça da futura presidente” (*Istoé*) que “influenciou” no seu ingresso na militância política. Aqui, pois, fica evidente a vinculação feita entre o ambiente estudantil e o protagonismo político dos jovens, da mesma forma como discutimos no capítulo anterior a respeito das escolas como espaços de socialização política.

A liberdade se faz presente, então, em diversos termos e expressões: *O Globo* fala em “ilha de liberdade”, “centro público que exalava liberdade”, “ambiente que transpirava liberdade”. Já na revista *Istoé* estão presentes expressões como “espaço público e democrático”, “abrigava uma porção de tribos”, “era heterogêneo e plural”. Em outro momento, a revista caracteriza o bar Bucheco - segundo Ricardo Amaral (2011, p. 38) diz-se Butchéco -, “onde o pessoal da Polop se reunia”: “era um ambiente existencialista, na penumbra, com cadeiras despojadas e caixotes no lugar dos bancos tomados pela fumaça que saía dos cigarros”. Aqui, a liberdade assume traços de desprendimento com relação a valores e comportamentos tradicionais, como evidenciam os adjetivos *despojadas* e *existencialista*.

À liberdade se misturava ainda capacidade de debate e de ação: expressões e termos como “mobilizaram”, “escancarar os problemas do mundo”, “belo-horizontinos

⁷⁷ O Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, recebeu esse nome a partir de 1963, mas sua criação data de 1854 quando foi instalado na cidade de Ouro Preto (então capital de Minas Gerais) o Liceu Mineiro. Em 1890 o Liceu é extinto e, no mesmo local, passa a funcionar o Ginásio Mineiro que, oito anos depois, é transferido para Belo Horizonte. É em 1956 que o Colégio começa a funcionar no mesmo local onde está até hoje, já com as obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Com a criação, em 1963, de outros ginásios anexos, ele recebe então a denominação de Colégio Estadual Central. Desde 1972, no entanto, passou a se chamar Escola Estadual Governador Milton Campos. (Disponível em: <www.colegioestadualcentral.com.br>. Acesso em 10 jan. 2014).

engajados”, “inflamada assembleia estudantil” e “todos os alunos se interessavam por política” mostram, nas narrativas de *O Globo*, a disposição dos jovens em discutir e lutar por aquilo que defendiam. A *Istoé* fala em “alunos irreverentes e críticos” e que “o colégio se tornou um dos principais focos da resistência da juventude mineira”.

Devemos ainda observar como é coincidente o uso de palavras e expressões que remetem a uma permanente inquietação: “o Estadual Central era o epicentro da agitação estudantil do período” (*O Globo*), “um caldeirão social, político e cultural em constante ebulição” (*Istoé*). *Epicentro*, *caldeirão* e *ebulição* caracterizam, assim, a realidade da época como uma espécie de terremoto e de algo que estava, literalmente, pegando fogo - em razão da sua dimensão transformadora, questionadora e que propunha mudanças.

No *JN*, são os efeitos visuais e sonoros da reportagem sobre a militância de Dilma que reforçam o clima de agitação da época: em *off*, a jornalista Delis Ortiz pergunta “Quem foi e como atuou a jovem subversiva, como eram chamados na ditadura todos os que se opunham ao regime?” e, em seguida, uma série de imagens de documentos e papéis passam velozmente pela tela acompanhadas de um *background* ritmado, que remete à tensão.

Por outro lado, à liberdade, à agitação e à ação dos jovens se juntava a insubmissão: quando comenta sobre a arquitetura do Colégio, na citação feita anteriormente, *O Globo* diz que “a rebeldia começava pelos traços do arquiteto” e o adjetivo “comunista”, com o qual a *Istoé* identifica Niemeyer, também evidencia os padrões de não conformidade e de desobediência sobre os quais se constroem os sentidos acerca da militância a partir das narrativas jornalísticas em questão. Cabe destacar que, no caso do *O Globo*, a palavra “rebeldia” aparece, em determinado momento, na voz da própria presidente, em uma fala atribuída a ela: ““nós éramos aqui bastante rebeldes”, recordou-se a presidente eleita, ao visitar recentemente o antigo colégio”.

No *JN*, a reportagem de Delis Ortiz utiliza o termo “subversiva”, mas o associando ao próprio regime militar, ou seja, ao afirmar que assim “eram chamados na ditadura todos os que se opunham ao regime” a repórter transfere, de certa forma, a responsabilidade pela forma de nomear os militantes e traz à tona um dos elementos estruturantes das representações sobre a militância política, já que a subversividade - como vimos no capítulo IV - esteve significativamente presente nas imagens difundidas pelo regime militar sobre os grupos de resistência.

É interessante observarmos ainda, já no final da reportagem de *O Globo*, o momento em que é feita uma comparação entre os alunos da década de 1960 e os atuais: inicialmente o texto diz que, de acordo com a diretora, “o aluno atual não tem a ver com o espírito dos anos 60” e, em seguida, um trecho da fala da entrevistada destaca que os alunos se assustam com a falta de muros. Na sequência: de acordo com o texto, “a diretora admite que a rebeldia não desapareceu por completo, mas de forma menos engajada” e a entrevistada, então, afirma: “alguns alunos boicotam, tomam atitudes terroristas. Eles se organizam para soltar bomba, arrebentar o banheiro”. No parágrafo seguinte, duas alunas atuais do colégio são entrevistadas e “devolvem a queixa”, segundo a reportagem, da diretora: “como a diretoria barra muita coisa, somos obrigados a fazer atividades paralelas, como uma gincana clandestina”.

Considerando estes trechos da reportagem, duas questões se destacam: a rebeldia e o engajamento. É interessante considerar que, embora a reportagem destaque que os alunos da década de 1960 eram engajados, o uso de palavras como “boicotam”, “terroristas”, “bomba”, “arrebentar”, “paralelas” e “clandestina” reforçam a imagem de insubmissão, de alguém que se afasta do “bom” caminho (como sugere o adjetivo *transviada* usado para caracterizar a juventude em *O Globo*). Os verbos e demais termos que remetem a ações que provocam medo e temor retomam, por sua vez, a violência que marcou as atividades dos grupos que aderiram à luta armada.

Do ambiente estudantil e da juventude, enfocados por *O Globo* e *Istoé*, as narrativas se desdobram para o período em que Dilma começou de fato a atuar em grupos de resistência - segundo a revista, em 1969 ela se “vinculou a uma célula da VAR” em Minas - e quando ela passou a ser “perseguida” (*Istoé*) pela polícia. Assim, outros dois pontos sobre a militância política se evidenciam nas reportagens, e a tortura está entre eles.

A *Istoé* dedica uma reportagem ao ano de 1968 quando, segundo ela, “o Exército havia aprendido a torturar”. Há ali, de fato, uma denúncia sobre os crimes e a brutalidade com que os militantes de organizações de resistência foram “punidos” pela polícia política da época e, por isso, predominam verbos como “escapar”, “enfrentar”, “capturar”, “cercar”, “safar”, “esconder”, “varejar”. Termos como “combate”, “eliminação”, “extermínio” e expressões como “moída a pancadas” e “porões da repressão” exemplificam justamente o tom de crueldade que a reportagem dá à atuação da polícia do governo. Há ainda números e dados relativos aos mortos, desaparecidos, à idade daqueles

que sofreram com a repressão (as estratégias de objetivação das quais falamos): “em 1971, a repressão matou 50 pessoas, superando os 29 assassinatos no ano anterior. Entre dezembro de 1972 e outubro de 1973, houve 43 mortes”, diz um trecho da matéria.

Interessante observar que os verbos, termos e expressões que reproduzimos acima corroboram com a nossa discussão, anterior, sobre a diferença marcante entre o vocabulário utilizado, por ocasião do regime militar, por governo e grupos militantes: enquanto o primeiro buscava desqualificar a atuação daqueles grupos, e aí atribuía aos seus membros um caráter animalesco, os militantes reivindicavam o direito de lutar e reforçavam o caráter desumano das ações de repressão do governo. O verbo *safar*, por exemplo, indica a dimensão das dificuldades encontradas pelos militantes para não serem encontrados pela polícia.

Da mesma forma, em *O Globo* o uso do verbo “recolhida” para falar sobre a prisão de Dilma se associa tanto a uma forma de animalização daqueles indivíduos, quanto a algo que deve ser afastado do convívio social. No mesmo jornal, a tortura é citada a partir de uma referência à ‘cadeira do dragão’, “onde o preso era amarrado para receber choques elétricos nas orelhas, na língua e nos órgãos genitais”.

No *JN*, o Memorial da Resistência é o local escolhido para gravação de uma passagem da reportagem sobre a militância: enquanto caminha, a repórter Delis Ortiz conta que “parte deste prédio, que hoje é o Memorial da Resistência, guarda um rico pedaço da história sombria do Brasil. Aqui foi o quartel general da repressão, onde funcionava o Dops, o temido Departamento de Ordem Política e Social”. A repórter então abre uma porta: “E Dilma Rousseff passou por aqui. Ocupou uma cela como essa. Neste lugar, ela também foi torturada”. A câmera, em close, mostra o chão, as paredes, um colchão. Mais uma vez, os recursos sonoros são, sem dúvidas, parte essencial da construção narrativa da reportagem: fazendo fundo aos textos em *off*, são eles que criam e mantêm uma atmosfera sombria, de suspense, com batidas fortes e ritmadas.

É interessante observar que os veículos apresentam o tema da tortura como uma espécie de tabu para Dilma, sobre o qual ela não comenta: *O Globo* diz que “poucas vezes Dilma falou sobre a tortura” e no *JN* a repórter destaca que “uma das raras vezes em que Dilma falou sobre a história foi como ministra, no Senado, em resposta a um político da oposição”.

Já com relação à clandestinidade, o outro ponto importante da estória contada pelas reportagens sobre os grupos de esquerda que resistiram à ditadura, os nomes falsos de Dilma mereceram destaque no *JN*, *O Globo* e na *Folha*, a qual não se inclui entre os veículos que dedicaram espaço específico para tratar sobre a militância. No telejornal analisado, a matéria afirma que “o verdadeiro nome nem o segundo marido, companheiro de militância, sabia”. Em seguida, em *off*, a repórter conta que “Dilma caiu na clandestinidade. Peregrinou de Minas para o Rio, do Rio para São Paulo e acabou presa na maior cidade brasileira, na Rua Augusta, em 16 de janeiro de 1970”, momento em que o texto é acompanhado de uma imagem que ilustra um mapa do Brasil - com a foto de Dilma ao fundo - e setas indicam os Estados por onde ela passou. Já a *Folha* fala em “documentos e nomes falsos” e “documentos forjados” e, o jornal *O Globo*, utiliza o termo “codinomes”.

Também sobre o período em que Dilma fez parte de grupos de resistência à ditadura, a sua participação (ou não) em ações armadas é tema de discussão: o *JN* afirma que “sabe-se que Dilma atuou em grupos que pegaram em armas para combater a ditadura e lutar por um Brasil socialista”, mas “Gilberto Vasconcelos, companheiro de militância de Dilma Rousseff, conta que Dilma tinha apenas tarefas de organização nos grupos”. *O Globo* diz que quando ela foi presa, em 1970, não consta porte de arma, mas documentos policiais afirmam que ela ‘chefiou greves e assessorou assaltos a bancos’. Em seguida: “ela nega, e não há acusação dos militares sobre ações armadas”.

A *Folha*, por sua vez, diz que “Dilma nega ter participado de ações armadas” e “admite apenas ter participado de treinamento militar clandestino no Uruguai”. Desta forma, a contraposição entre a versão de Dilma, e de colegas de militância, e aquela divulgada pela polícia da época deixam em aberto o questionamento sobre se, de fato, ela integrou ou não as ações da esquerda armada.

Por fim, é uma espécie de “balanço” da vivência militante o último ponto a ser destacado por nós, quanto à abordagem jornalística dada a este conflito central, uma vez que as narrativas caminham desde o período estudantil de Dilma, passando pelos anos de militância - e aí se inclui a clandestinidade - até chegar a uma espécie de “pós-militância” ou “legado” militante, como explicita uma das reportagens do jornal *O Globo*: “Mas o que teria restado daquela Dilma militante e guerrilheira que, depois da Polop passaria por mais duas organizações perseguidas pelo regime, antes de ser torturada e recolhida ao Presídio Tiradentes, em São Paulo?”. E quando falamos em “balanço” nos

referimos tanto a uma reflexão sobre a importância das ações realizadas naquela época, quanto sobre o que resta da militância nos “ex-militantes” de hoje.

Na reportagem da *Istoé* que tem Apolo Heringer - “líder universitário”, segundo o texto, e que também integrou a Polop no período de Dilma - como personagem, ele afirma que incluiu as questões ambientais na sua pauta de discussões e “pensa diferente” com relação aos “preceitos marxistas” que defendia na década de 1960. Logo no início da reportagem, Apolo relembra um “pesadelo” no qual via imagens de Lenin, Che Guevara, e diz: “precisava me libertar daquela dominação”. Também a reportagem comenta sobre mudanças da própria presidente com relação às ideias que defendia e aquelas, que defende hoje: “não há mais no vocabulário da presidente eleita temas como revolução do proletariado, estatização da terra e dos meios de produção”, diz uma passagem do texto.

Na mesma revista outra reportagem cita trechos de falas dos entrevistados que também evidenciam questionamentos sobre o que significou a militância e sugerem uma espécie de desencantamento e frustração com o movimento de resistência: “a minha geração é a um só tempo gloriosa e angustiada: fomos presos, torturados, mortos exilados e não conseguimos chegar a lugar nenhum”, diz o ex-líder estudantil Vladimir Palmeira. Ele também comenta sobre o apoio dado à campanha de Lula: “veja só, hoje apoio um sujeito da minha idade, mas que em 1968 era um reacionário”. Zuenir Ventura, apresentado como “especialista em 68”, fala que “não foi com um discurso revolucionário que esse pessoal venceu eleição”, referindo-se assim ao subtítulo da matéria que diz que a geração que enfrentou a ditadura chegou ao poder.

Em *O Globo*, argumentos sobre a permanência dos ideais militantes e sobre a mudança deles convivem, pois, entre si: segundo a reportagem, Marcelo Ridenti (“especialista em organizações armadas da esquerda brasileira”) diz que “Dilma faz, no poder, exatamente aquilo que a Polop contestou e combateu no passado”. Theotônio dos Santos (“guru da Polop”), por sua vez, argumenta que “Dilma não rejeitou as lutas que realizou na ditadura” e justifica sua argumentação a partir de referências sobre a atuação da polícia repressiva: “numa situação ditatorial elas (as lutas) se justificavam. [...] Sobreviver à tortura e viver na clandestinidade, isso é uma vitória pessoal muito grande”.

Considerando o caminho percorrido pelas reportagens e os aspectos evidenciados nas narrativas sobre a militância política, observamos que o enfoque patriótico - discutido no capítulo anterior - se instaura por meio das referências à vida estudantil, que se

apresenta como um ambiente marcado pela liberdade e que incentivou os jovens a assumir seu protagonismo político e ir em busca de mudanças na realidade política e social do país; bem como pelas referências à tortura: a *Istoé* fala em uma “geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura” e afirma que “não é exagero falar em sobreviventes”.

É fato que, desde o período do regime militar, a tortura é um assunto tratado com certo pudor: com exceção dos próprios militares que, em geral, tratavam as práticas de repressão e tortura como uma resposta à altura da “extensão e profundidade da subversão comunista” (COUTO, 1999, p. 11), era muito difícil manter uma postura favorável às ações de repressão desenvolvidas pela polícia política, seja porque inúmeras pessoas naquela época tinham um primo, amigo, irmão, vizinho que estava preso, mas também porque - por mais restritas que fossem as liberdades de expressão e de imprensa no período - vinham à tona relatos sobre como a repressão agia, chocando toda a sociedade.

Ao longo desses cinquenta anos desde o golpe de 1964, o repúdio social às formas encontradas pela ditadura para “punir” os opositores do regime só cresceu, considerando a profusão de novos relatos, pesquisas e documentos que também vieram à tona, reforçando a crueldade com que a polícia agia naquela época. Nesse sentido, falar em tortura evoca sempre uma atmosfera dramática, trágica, repugnante, que revolta e também sensibiliza.

Juntos, portanto, os relatos e números relativos à tortura e a reconstrução dos anos escolares dos jovens da época refletem uma imagem de militantes aguerridos, que tinham vitalidade e ânimo para lutar em favor do que defendiam, que estavam entregues a uma causa (assemelhando-se ao uso do termo na linguagem teológica, como vimos no capítulo IV). Claro que as adversidades dão, como destacamos acima, um tom dramático a essa luta, mas esse drama enfatiza ainda mais a valentia e a coragem dos militantes, lhes tornando dignos de admiração. No caso específico dos anos escolares, a liberdade que permeia a construção das narrativas dá a elas um ar contagiante, vibrante, rico de experiências e até mesmo nostálgico. O depoimento de um colega de Dilma, em *O Globo*, evidencia que os jovens viviam intensamente aquela época: “Nosso grupo se encontrava todo santo dia e ainda era pouco. A gente mal dormia, esperando o dia seguinte chegar para se encontrar de novo”.

Ao mesmo tempo, no entanto, que a vida estudantil e a liberdade que a permeava ajudam a construir nas narrativas o enfoque patriótico, também há por meio delas, em certa

medida, um reforço às noções de que a militância muitas vezes se associava a um “capricho” daqueles jovens, de ações promovidas muito mais para causar desordem e alvoroço, revelando a insubmissão deles aos padrões de comportamento impostos na época. O termo *rebeldia*, que evidenciamos anteriormente, é exemplo disso, assim como “tudo era motivo para mobilizações”, como coloca *O Globo*. Há que se considerar ainda as referências às ações violentas praticadas por organizações de esquerda que aderiram à luta armada - seja quando se comenta sobre a atuação dos estudantes ou mesmo quando se coloca em questão a participação direta de Dilma em tais ações -, e que também remetem a um pretense caráter desordeiro e nem tão “político” assim daqueles grupos. No *O Globo*, por exemplo, a reportagem destaca que, segundo uma entrevistada que integrou a VAR, o objetivo daquele grupo era ‘incendiar o país’. Por mais que aquele que pratica a violência alegue estar “fazendo justiça”, como os próprios militantes diziam à época, atentar contra a vida e a segurança de outras pessoas nunca se torna algo justificável. É, nesse sentido, que podemos falar no enfoque oposicionista veiculado pelas narrativas, para o qual concorrem ainda o “balanço” da vivência militante e a clandestinidade.

No caso do “balanço” da vivência militante, predomina um tom pessimista, desiludido, frustrado: na *Istoé*, um entrevistado, que atuou como militante, afirma que tanto Dilma quanto José Serra (que concorreu no segundo turno das eleições de 2010), “embora os dois tenham surgido em movimentos de resistência à ditadura, hoje, eles não representam mais a antiga luta da esquerda”. Desta forma, quem fez parte dos grupos de resistência à ditadura alega que aqueles que estiveram com eles, lado a lado, na luta contra a realidade política daquela época e que, hoje, ocupam o poder já não defendem mais os mesmos ideais. Resta, portanto, uma noção de luta perdida, que não chegou “a lugar nenhum”, como afirmou Vladimir Palmeira.

Com relação aos termos utilizados para nomear os membros dos grupos de resistência à ditadura, observamos que o termo *militante* é predominante entre todas as notícias analisadas, as quais falam em “ex-militante”, “ativa militante”, “militantes da luta armada”, “militante de esquerda”. No jornal *O Globo*, termos como *ex-guerrilheira*, *guerrilheira* e *militante* são usados indistintamente em uma das reportagens analisadas e a Polop aparece como “esquerda marxista fora do PCB”. Também a *Folha* apresenta a presidente como *ex-guerrilheira* e diz que a sua participação na resistência à ditadura é um dos “aspectos ainda nebulosos de sua vida”.

Aliás, na capa das edições principais tanto de *O Globo* quanto da *Folha*, naquele 1º de novembro, está presente o termo *guerrilheira*: no caso do jornal carioca, é interessante observar que a construção do trecho em que o termo se faz presente - “após ser presa e torturada como guerrilheira, começou sua vida pública no Sul” - sugere uma vinculação com o argumento usado por aqueles que a prenderam e torturaram, ou seja, *guerrilheira* era o “título” dado a ela pelos membros da ditadura. A *Istoé* comenta que a ditadura se referia à militância como o “perigo terrorista”.

Já com relação às formas de nomear o regime militar, especialmente a matéria “1968, o ano que enfim terminou”, publicada pela *Istoé*, fala em “torturadores”, “máquina da repressão”, “eliminação total dos adversários”, de tal forma que ganha destaque a prática cruel adotada pelos órgãos de repressão contra os militantes. O *JN* diz que o governo militar instalado no golpe de 64 era o “inimigo” e que aquele foi um período da “história sombria” do país. Em geral, “militares”, “ditadura” e “repressão” são os termos predominantes na caracterização apresentada pelas narrativas sobre o governo da época. A respeito da realidade política, segundo a *Istoé* em 1964 “o país se fechava e as liberdades democráticas saíam de cena”. *O Globo* fala que a partir dos anos de 1970 “as restrições do regime militar invadiam o colégio”.

Esta análise mais detida dos termos e expressões utilizadas para nomear os dois mais importantes atores políticos da época - militares e militantes - mostra que, em geral, predomina a tendência jornalística a utilizar aqueles termos considerados “neutros”, de forma que os sentidos difundidos não se exprimem por meio de uma única palavra, mas sim do contexto, da atmosfera criada pela narrativa como um todo. No caso do *JN* e da *Folha*, o uso dos termos “subversiva” e “subversão” vem acompanhado de uma explicação que remete ao uso de tais palavras pelo governo ditatorial, ou seja, é como se dissessem: não sou eu que estou dizendo que aqueles jovens eram subversivos, mas era assim que eles eram chamados.

Se retomarmos aqui os termos sobre os quais comentamos em nossa discussão a respeito dos elementos estruturantes das representações sobre os militantes - subversivos, guerrilheiros e terroristas -, veremos que nas narrativas analisadas, embora os termos não sejam propriamente utilizados, se fazem presentes os sentidos mais elementares de cada um deles, ou seja, respectivamente, o rompimento com padrões e comportamentos tradicionais, a bravura e a violência. E a construção desses sentidos é possível, por

exemplo, por meio das referências à clandestinidade, à tortura e às ações dos grupos que aderiram à luta armada. Fica evidente, portanto, que a ausência explícita da palavra por si só não significa que o sentido que dela emerge não esteja presente nas narrativas.

Com relação às referências acerca da vertente de gênero da militância, não há, por parte de nenhuma das reportagens analisadas, discussões centradas propriamente nas questões relativas à atuação feminina em grupos de resistência à ditadura. O que há são referências pontuais em algumas reportagens, como é o caso do *O Globo*. Nas duas matérias do jornal relativas à militância, há trechos nos quais podemos observar a presença dos padrões discutidos por nós anteriormente: em uma das reportagens, sobre o Colégio Estadual Central, comenta-se sobre o uniforme usado pelas meninas na escola dizendo “de saia cinza, bem mais curta do que as freiras permitiriam”, em uma referência à escola Nossa Senhora de Sion onde Dilma estudou antes de ir para o Estadual Central. A menção aos padrões cristalizados em uma escola de tradição católica também está presente em outro momento da reportagem, quando se comenta sobre as aulas que Dilma tinha no colégio anterior, das freiras: “Foram apenas dois anos passados ali, mas suficientes para operar uma revolução na cabeça da jovem que, pouco antes, estudava latim, aprendia trabalhos manuais, como bordado e tricô”.

A partir destes dois trechos, podemos observar que as narrativas jornalísticas expressam uma ligação entre o ingresso no colégio que “exalava liberdade” e a adoção de determinados padrões de comportamento, a exemplo das saias mais curtas usadas pelas meninas, em um contraponto aos tradicionais padrões expressos pela Igreja Católica com relação ao que era destinado às mulheres: bordar, tricotar, aprender latim. Novamente, portanto, fazemos aqui uma relação com a nossa discussão sobre as escolas como espaços de socialização, mas, neste caso, uma socialização não só política como também comportamental. Na reportagem veiculada pela *Istoé* sobre o Colégio Estadual Central, uma colega de Dilma daquela época relembra que a presença feminina era minoritária: “quando entramos no Estadual Central, havia apenas quatro mulheres na sala”.

Iara Iavelberg, por sua vez, sobre a qual comentamos quando discutimos a respeito dos padrões físicos que marcaram as representações recorrentes sobre as mulheres militantes, integra duas reportagens analisadas: em *O Globo*, a socióloga Maria do Carmo Brito - que atuou na Polop - faz referência à Iara dizendo: “como Dilma tinha cabelos anelados, era muito esguia e usava óculos pesados, Iara Iavelberg sugeriu cabelos curtos,

para realçar os olhos, e outra armação. E assim ela o fez”. Na revista *Istoé*, Iara é citada como “a guerrilheira loira, linda, namorada de Carlos Lamarca, que em plena clandestinidade ainda tinha espírito para levar Dilma para ‘aparar aquela juba’”. Assim, aqui a figura de Iavelberg surge justamente como a de uma militante que entendia de questões de beleza e que não perdia a feminilidade mesmo atuando nos grupos de resistência.

No *O Globo* um dos entrevistados, o médico Jorge Nahas - que atuou como militante na Colina -, afirma que Dilma atuava com a divulgação, formação e política dentro das organizações de esquerda e que “desde cedo, mostrou perfil dirigente e sofreu com um ranço machista nas organizações de esquerda”. Importante considerar que, no trecho que antecede a citação de Nahas, o texto do jornal apresenta a fala do entrevistado como uma “revelação curiosa sobre a trajetória de Dilma na luta contra a ditadura”. Desta forma, o adjetivo *curiosa* pode remeter tanto a certo “talento” da presidente desde o início da sua atuação política para ações mais estratégicas (e aí a afirmação do entrevistado afasta, de certa forma, a participação dela nas ações da luta armada), bem como à sua capacidade de liderança. Por outro lado, analisando o depoimento de Nahas sob a perspectiva das questões de gênero presentes na militância, fica evidente que os grupos de resistência ofereciam sim obstáculos à participação feminina, dados os preconceitos dos próprios homens militantes.

Neste mesmo jornal, uma matéria correlata - que traz informações de documentos policiais da época da ditadura - comenta sobre os relacionamentos amorosos de Dilma: no texto, diz-se que a polícia encontrou na casa em que a presidente morava quando foi presa “um bilhete amoroso, em que ela é chamada de ‘nega querida’”. Em seguida, comenta-se que Dilma e Carlos Araújo, seu segundo marido, “trocavam bilhetes por ‘teresas’, cordas de lençóis e restos de panos” enquanto estavam presos.

Nesse sentido, a partir do estudo sistemático das reportagens e considerando nossas discussões durante o quarto capítulo, verificamos que nas reportagens analisadas não há referências aos padrões afetivo-sexuais que marcaram as representações que circularam sobre as mulheres militantes por ocasião da ditadura: embora se comente sobre o namorado de Dilma e sobre um colega que a admirava (na reportagem da *Istoé* sobre Apolo Heringer, diz-se que “ele manteve por ela um amor platônico” e que “nutriu uma paixão secreta pela pupila”), essas questões em nada se assemelham àquelas sobre as quais falamos, que

associavam a presença feminina na militância à libertinagem e ao “descumprimento” do comportamento tradicional, recatado, esperado para uma mulher.

Já com relação aos padrões físicos, há especialmente um momento que nos chama a atenção no jornal *O Globo*: o trecho que antecede a fala da entrevistada citando Iara Lavelberg diz “embora pareça paradoxal, foi na clandestinidade que Dilma começou, lentamente, a abandonar a aparência de nerd dos anos 1960”. Ao afirmar “embora pareça paradoxal”, a reportagem evidencia certa tendência em as mulheres militantes parecer “nerds”, o que não é propriamente um elogio. Por outro lado, este trecho da reportagem desconstrói a imagem de que toda militante deve ser necessariamente desleixada com a aparência, não muito feminina, ou “nerd” como o próprio texto as qualifica.

Por fim, quanto aos padrões de personalidade, há um momento expressivo no *O Globo* em que são citados documentos policiais sobre a ditadura e nos quais Dilma é chamada de “Joana D’Arc”, “papisa da subversão”, “uma das molas-mestras e dos cérebros dos esquemas revolucionários” que “jamais esmoreceu”. Aqui, portanto, ela surge como uma espécie de líder, de pessoa forte nos grupos de resistência, de tal forma que a bravura não deixa de ser ressaltada. No entanto, neste caso, assim como no trecho do entrevistado Jorge Nahas apresentado em *O Globo* e sobre o qual comentamos a pouco, surge uma questão que não foi identificada por nós quando discutimos os padrões recorrentes de representação sobre as mulheres militantes: os preconceitos dos membros do regime militar e da repressão, bem como os obstáculos oferecidos pelos próprios grupos de resistência quanto à participação feminina, se davam, em grande parte, em razão de eles constatarem que as mulheres - diferente do que se difundia na época - tinham sim capacidade para atuar politicamente e que eram capazes de liderar e de gerenciar tanto quanto os homens. Assim, reprimi-las com mais veemência, por parte da ditadura, e afastá-las dos cargos mais importantes das organizações de esquerda, por parte dos militantes, eram formas de, veladamente, assegurar o predomínio e a posição de mando masculina. Uma vez “comprovada” a competência feminina em assumir seu protagonismo político, não haveria mais argumentos capazes de afastar a presença delas dali, e era justamente isso que os homens evitavam.

Da militância de Dilma para a sua atuação como mulher política: os anos vividos nas décadas de 1960 e 1970 se apresentam nas narrativas jornalísticas como uma espécie de parte introdutória, um prefácio da vida política da presidente eleita. E este, aliás, é um

aspecto que só pôde ser evidenciado em razão de nossas escolhas metodológicas: a recomposição do acontecimento jornalístico visa justamente dar, ao conjunto das narrativas, uma sequência, uma temporalidade, construindo entre elas o fio narrativo. Ao dar essa sequência ao *corpus* da pesquisa, verificamos que a rede cronológica das notícias tem como antecedente narrativo a atuação de Dilma durante o movimento de resistência à ditadura militar, enquanto a eleição dela como presidente do país corresponde, naquele período, ao momento atual, logo, ao presente narrativo. É como se a atuação militante fosse um divisor de águas.

As referências à militância encerram, portanto, o percurso narrativo inicial e o que se segue a partir do cumprimento da pena no Presídio Tiradentes é a vida política, como é possível verificar no *JN*: “Ao deixar a cadeia, Dilma foi reconstruir a vida no Rio Grande do Sul. Foi onde se formou em economia, onde teve a única filha, Paula, e onde deu início à carreira na Administração Pública”.

Assim, a reconstituição jornalística da trajetória de Dilma como ator político começa no Rio Grande do Sul, para onde ela se mudou para “reconstruir a vida”, como também afirma a *Istoé*, ou “recomeçar” como sugere *O Globo* por meio do verbo utilizado no título da reportagem “A vida no Sul foi um recomeço entre aulas e gestão pública”. No mesmo jornal, em “A trajetória de Dilma”, se fala mais uma vez em *recomeço no Sul*. Os verbos acima mencionados trazem ao período da militância durante a ditadura, ou seja, aquele que antecede a mudança para o Sul, uma conotação negativa na medida em que simboliza uma interrupção, uma descontinuidade, a destruição de alguma coisa, no caso em questão, da vida de Dilma.

Nesta “fase gaúcha de sua trajetória” (*Istoé*), Dilma ingressou na Faculdade de Economia, já que “não conseguiu aproveitar nenhuma matéria feita na Federal de Minas Gerais, de onde fora jubilada por participar de movimentos de esquerda” (*Istoé*). O seu primeiro trabalho foi como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado, onde depois se tornaria presidente. Além da referência aos cargos ocupados no Rio Grande do Sul - segundo a *Folha*, lá ela “construiu sólida carreira como burocrata” e *O Globo* diz que em Porto Alegre ela ocupou “cargos da burocracia partidária ou da máquina pública”-, as reportagens também dão destaque às relações de Dilma com Leonel Brizola e o PDT, partido que ela “ajudou a fundar” (*O Globo*). A *Folha* fala em “seguidora de Leonel Brizola”. Aqui, inclusive, vale destacar que em dois diferentes veículos a atuação

política de Dilma depois da ditadura militar também é apresentada como militância: o *JN*, diz que ela “militou no PDT até 2000” e *O Globo* afirma que no Rio Grande do Sul ela “aderiu à campanha pela Anistia e continuou a militar”, fazendo em seguida referência ao PDT. Nesse sentido, portanto, a militância se desvincula em certa medida da ditadura em si e reflete propriamente a participação em instituições partidárias.

De Porto Alegre para Brasília: Dilma é convidada por Lula para compor a equipe ministerial em 2003, no seu primeiro mandato, depois de “presenciar a participação dela numa reunião temática, na transição” (*O Globo*). O mesmo jornal comenta, em outro momento, que Lula a escolheu como ministra de Minas e Energia “quando notou, em uma reunião, que ela sobressaía com ‘um computadorzinho na mão’ e demonstrava conhecimento do setor”. Neste momento, portanto, são evidenciadas as qualidades de Dilma que despertaram a atenção do ex-presidente, entre elas a *capacidade de gestão, rigor com dados, competência técnica* (*O Globo*) e *estilo direito e eficaz* (*Istoé*). Ainda no primeiro mandato de Lula, em 2005, quando o governo “atravessava uma crise política com a queda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu” (*JN*), Dilma foi escolhida para assumir o novo Ministério. Aquele era um “momento muito ruim para o governo” (*O Globo*) e foi quando Lula “decidiu que, no andar de cima, somente ficaria alguém sem aspiração político-eleitoral” (*O Globo*).

A atuação de Dilma como ministra durante os dois mandatos de Lula é, assim, destacada em diversas reportagens e serve como gancho para trazer à tona um assunto que perpassa as narrativas: o triunfo de Dilma, conforme aponta a *Folha*, como “uma vitória pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. *O Globo*, na manchete de capa do caderno especial, diz que ela “foi uma escolha do presidente Lula, imposta ao PT e aos aliados” e, segundo a *Folha*, a escolha de Dilma foi feita “à revelia de seu partido, o PT”. No *JN*, Dilma foi “a escolhida” para suceder Lula e era a “sua candidata”. “Ídolo” e “criador” (*O Globo*) são termos utilizados para nomear Lula nas reportagens; já Dilma é chamada de “ungida” (*Folha*) e de “criatura formatada” (*O Globo*), neste último caso em uma referência ao título da matéria: “Sobre como Lula fabricou sua candidata”.

Em 2007 - quando o ex-presidente chegou ao seu segundo mandato - Dilma, então ministra-chefe da Casa Civil, recebeu do presidente a “gerência” (*Folha*) do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e começou a “capitalizar politicamente” as descobertas de petróleo no pré-sal. Já naquele período, sua candidatura estava sendo

“construída” (*Istoé*) e Lula queria dar a Dilma “visibilidade” (*Folha*). Em 2008 então “surgiu a Dilma candidata” (*O Globo*): Lula decide que era ela quem concorreria à sua sucessão - “ele resolveu apostar tudo em Dilma, excelente administradora pública, mas que nunca disputara uma eleição” (*O Globo*). Especialmente este último trecho citado, do jornal *O Globo*, nos fornece elementos para uma discussão importante.

As referências à Lula nas reportagens deixam claro que a eleição de Dilma foi uma conquista muito mais de seu antecessor do que propriamente dela. Inclusive, o jornal *O Globo*, na capa da edição principal, diz “Lula elege Dilma”. Retomamos aqui, portanto, nossas discussões do terceiro capítulo, quando comentamos sobre a vinculação feita entre candidaturas femininas e uma figura masculina, e aí a expressão “mulher do Lula” - mencionada na capa da edição principal do jornal carioca analisado - deixa nítida a ideia de alguém que está à sombra de outra pessoa. É fato que as narrativas não apresentam Dilma como uma profissional incapaz: *O Globo*, por exemplo, fala em “excelente administradora pública”; outros veículos ressaltam o trabalho desenvolvido nos primeiros cargos no Rio Grande do Sul e o quanto ela era conhecedora das questões relativas ao Ministério de Minas e Energia quando chefiava a pasta. Já nas narrativas que se dedicam ao período da militância política é possível encontrar referências às suas qualidades profissionais: na *Istoé*, Apolo Heringer a descreve como “muito organizada, dedicada e discreta”, com *disciplina, capacidade de aprendizado e seriedade*. No *O Globo*, uma colega de militância afirma que Dilma era “extremamente inteligente, muito bem preparada”.

No entanto, a capacidade profissional de Dilma se apresenta como insuficiente (e, em certo momento, até incompatível) com o cargo ao qual ela se candidatou. A inexperiência política dela, desta forma, é uma das questões apresentadas pelas narrativas para justificar a “insuficiência” da capacidade profissional de Dilma, e aí o trecho “mas que nunca disputara uma eleição” evidencia isto. A *Folha*, aliás, comenta que o fato de nunca ter disputado “uma eleição na vida” e se eleger na primeira delas é um “feito que ocorreu só uma vez no Brasil, há 65 anos” quando Eurico Gaspar Dutra foi eleito em 1945.

O que as narrativas sugerem é que faltavam àquela mulher experiência e habilidades específicas para assumir o cargo político de maior relevo na organização administrativa do governo - o que surge como uma espécie de exigência para o sucesso de uma mulher política - e aí verbos como “fabricou” e “construção” são muito representativos, assim como a expressão *Projeto Dilma* presente na manchete da *Folha*,

porque evidenciam algo que foi criado, edificado, remetendo a uma força-tarefa para conceder a alguém algo que não lhe pertencia, de que ela não dispunha e precisou adquirir.

Além da falta de experiência política, as referências à insuficiência da capacidade profissional de Dilma para ocupar a Presidência se expressam, ainda, por meio da dicotomia perfil político *versus* perfil técnico que integra as narrativas analisadas (é aqui que faz sentido falarmos que a capacidade profissional era incompatível com o cargo político, de acordo com as narrativas): *O Globo* se refere à Dilma como “alguém mais técnico e menos político” (como é possível ver em “A trajetória de Dilma”). Na *Folha* é essa dicotomia que dá título a uma das matérias publicadas - “Eleita terá de mudar perfil de técnico a político” -, na qual o tecnicismo de Dilma está associado a sua *rispidez*, à ‘gerente durona’ como a reportagem a descreve. A *Istoé*, em “A construção da vitória” fala que Dilma “deixou de ser uma técnica do serviço público para transformar-se em uma figura política”. Em outra reportagem, a presidente é comparada aos “executivos do setor privado”.

Há, inclusive, em duas reportagens momentos em que Dilma é “excluída” da categoria dos *políticos profissionais*: a *Folha* diz que a “loquacidade” de Dilma “ainda está distante da de um político profissional”, mas que ela tem feito avanços ao controlar sua impaciência, por exemplo; e o *JN*, ao comentar sobre a saída de José Dirceu e a chegada de Dilma na Casa Civil, afirma que “saía um interlocutor político, entrava a gerente Dilma, com a missão de coordenar as ações do governo”. É interessante destacar que, se o perfil técnico de Dilma é apontado como inadequado quando a então ministra é cotada para ocupar o cargo de Presidente da República, esse mesmo perfil foi o que despertou a atenção de Lula para convidá-la a ocupar o cargo de ministra em seu governo (“Lula viu em Dilma competência técnica”, diz *O Globo* em “Sobre como Lula fabricou sua candidata”).

O fato de Dilma não ser considerada de fato como um “político” está, por sua vez, diretamente ligado - conforme as reportagens - ao seu temperamento e personalidade. *O Globo*, quando comenta sobre a atuação dela nos primeiros cargos no Rio Grande do Sul, destaca por que ela fez amigos, mas também inimigos no período em “ocupou cargos importantes na administração pública” de Porto Alegre e define o que caracteriza um político profissional: “culpa do estilo durão e pouco flexível, incapaz de recorrer ao famoso jeitinho brasileiro, cânone do universo político, para contornar crimes e acalmar

correligionários”. Nesse sentido, aqui vem à tona a concepção de que a política é um espaço marcado pela perspicácia e pelo jogo de cintura, características estas que não combinam o espírito probo e justo das mulheres.

Partimos aqui, portanto, para uma análise sobre a abordagem jornalística acerca do comportamento e da personalidade da presidente eleita, que para além de estar vinculado à capacidade de Dilma para assumir um cargo político, é um tema por si só amplamente focado nas reportagens. “Fama de mal-humorada de Dilma”, “Dilma leva seus subordinados ao ‘limite da exaustão’”, “ela queria saber o ‘detalhe do detalhe’ de tudo”, “impaciente”, “fama de durona” e “dona de opiniões fortes” estão entre as expressões encontradas em referência à presidente eleita nas reportagens que integram o *corpus* da pesquisa. *O Globo* diz que “são muitas as histórias de que ela bateu na mesa, gritou e xingou auxiliares”. A *Folha*, em uma delas, cita um episódio que exemplifica os momentos em que Dilma “chegava a destratar colegas de trabalho”: “O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, teria chorado depois de uma altercação com Dilma por telefone”.

O Globo e *JN* comentam que havia quem fosse reclamar com Lula sobre o comportamento de Dilma: “Lula achava graça - e já disse isso em público - da fama de mal-humorada de Dilma”; “Em março, quando deixou a Casa Civil para ser candidata, Dilma ouviu o próprio presidente Lula bem-humorado, dizer, que muitos saíam do gabinete dela para se queixar com ele”.

Na *Istoé*, em “O jeito de comandar”, Dilma é comparada aos “executivos do setor privado” em oposição aos “burocratas do poder público” e, embora não haja referências explícitas de que isso seja melhor ou pior, o uso do termo *burocratas* em contraposição a *executivos* lembra logo o sentido pejorativo do termo: excesso de formalidades, travamento da máquina pública. Ser um executivo, por sua vez, traz consigo sentidos como eficiência, eficácia, rapidez, agilidade. Se nos atentamos, assim, exclusivamente para os termos utilizados, diremos que comparar Dilma aos executivos do setor privado é um elogio.

No entanto, precisamos também observar a série de adjetivos usados para caracterizar Dilma como uma pessoa intransigente, que não aceita ser desrespeitada, que tem sempre a última palavra – como afirmou uma das fontes ouvidas na reportagem. Muitas vezes, a intransigência se transforma em brutalidade, desrespeito ao próximo: “se o trabalho não vem benfeito, a reprimenda, normalmente, é pública. Muitas vezes, inclusive, diante do testemunho de colegas”, afirma a matéria.

Não há na reportagem em questão, portanto, nenhuma referência positiva ao temperamento da presidente eleita: o uso de adjetivos como *obcecada*, *intransigente* e *ríspida* reforçam a percepção de que Dilma é uma pessoa que trabalha muito, mas é dura, exigente demais. A dedicação, o afinco, a responsabilidade – que são qualidades importantes a qualquer profissional e justificam a comparação com os “executivos” - aqui são colocadas como excesso, exagero: aquela que não vê limites para garantir o sucesso daquilo que se propõe a fazer.

Podemos, inclusive, dizer que os verbos, adjetivos e expressões usadas na reportagem conferem em certa medida masculinização ao comportamento e à personalidade da presidente no seu ambiente de trabalho – uma espécie de “Geisel de saias”, como certa vez afirmou o colunista da revista *Istoé* Leonardo Attuch⁷⁸ -, já que o comportamento assertivo e impositivo de Dilma não condiz com os padrões considerados tipicamente femininos, como a doçura no trato.

As referências à personalidade de Dilma se fazem presentes desde o momento em que as reportagens fazem referência aos primeiros cargos ocupados por ela no Sul do país: no *O Globo*, diz-se que Dilma sempre se encantou por “doutrinar pessoas com um aparato de livros e cartilhas”. Já no *JN*, “o estilo de comando da administradora Dilma Rousseff foi forjado nos primeiros cargos, que ela ocupou no Rio Grande Sul”. O telejornal, inclusive, traz uma entrevista com um homem que foi motorista da presidente nos anos em que ela trabalhou em Porto Alegre na qual ele narra um episódio em que Dilma “ficou brava” porque voltou de uma reunião e não o encontrou no carro, esperando por ela. Em seguida, um colega ministro confirma a construção narrativa sobre o temperamento da presidente dizendo que “a Dilma, de fato, às vezes é até dura, durona mesmo, pra fazer cobrança, pra ter respostas. Então, a equipe acaba se alinhando e procurando fazer as coisas que tem que fazer pra depois não ser cobrado”.

Definida a candidatura de Dilma, começam então as “mudanças”: as narrativas garantem destaque para a “imagem remodelada” (*Folha*), a “repaginada da campanha” (*O Globo*) e as transformações físicas (*JN*) da então candidata. Segundo a *Istoé*, a “transformação da persona pública” da presidente incluiu não só mudanças estéticas, mas

⁷⁸ Segundo o colunista, Dilma “lembra o general”, pois tem “mão de ferro”, “fama de durona, inspira medo nos subalternos e fala grosso, como se o tom de voz amplificasse sua autoridade”. A coluna de Leonardo Attuch foi publicada em 2008 sendo anterior, portanto, ao corpus de análise da presente pesquisa. Disponível em: <http://www.istoec.com.br/colunas-e-blogs/coluna/2469_GEISEL+DE+SAIAS>. Acesso em 20/1/2013.

também a substituição do “pulso firme” e da linguagem técnica por outra, mais maleável. Sorrir mais foi um dos conselhos dados pelo ex-presidente Lula à Dilma (*Istoé*). A *Folha* diz que “saíram os óculos e surgiu o topete à la Carolina Herrera”, em um trecho da reportagem “Projeto Dilma decolou com pré-sal e PAC”.

Em *O Globo*, “A trajetória de Dilma” conta com um conjunto de charges de Chico Caruso que retratam a aparência física da presidente e suas mudanças ao longo do tempo, de 2008 até 2012. Em uma das imagens, Dilma se olha em um espelho com as mãos sobre os cabelos, acima da testa, e o texto diz “É... É grave a crise”. Em outra charge, a presidente afirma “Nós entendemos serem necessárias medidas de apoio ao PAC. Então... tiramos os óculos e passamos um batonzinho”. Nos dois casos, a falta de vaidade da presidente ganha destaque.

Em outro momento, Lula olha para Dilma e afirma “Mas também não precisava exagerar...” e o título, acima da imagem, é “Ano novo, cara nova!”, citando assim a cirurgia plástica a que presidente se submeteu (também o *JN* comenta sobre esta cirurgia). Há ainda charges: de Dilma com o neto nos braços; de Dilma se olhando no espelho, o qual reflete a imagem do estilista Alexandre Herchcovitch; e, por fim, Dilma tirando os sapatos de salto e o seguinte título “E chegando em casa...”.

Em outra reportagem do *O Globo*, assuntos sobre a vida pessoal da presidente - preferências, hobby, seu estilo de se vestir, vaidade - são apresentados em tópicos. “De gosto trivial” e “nunca ligou para muita arrumação” são algumas das características apontadas, já que Dilma “foge das grifes da moda” - o fato de ter um relógio de uma marca internacional é apontado como uma “excentricidade” -; usa roupas feitas sob medida por uma costureira gaúcha; usa sapatos de “saltinho baixo” durante as atividades formais e “sapatênis” no dia a dia; “raramente tem conversa de mulherzinha”; as joias são sempre “delicadas” e a bolsa “não varia muito”. Uma foto que ilustra a reportagem mostra a presidente de vestido e na legenda consta: “Dilma no casamento da filha: de vestido”, corroborando com um trecho do texto da reportagem que diz “Ninguém se lembra de ter visto Dilma usando vestidos ou saias - a não ser no casamento da filha”. Um box localizado abaixo da reportagem principal tem como título “As faces de Dilma” e, segundo o texto, o visual e o estilo da presidente passaram de “sisudo e discreto” para outro, “mais leve”. Fala-se nas mudanças no corte de cabelo, no guarda-roupa e fotos mostram Dilma nos anos de 2002, 2003, 2009 e 2010, ilustrando assim o passo a passo das “mudanças”.

É interessante considerar que as referências à Dilma como uma pessoa que não se preocupa muito com a aparência integram as narrativas já no momento em que elas reconstróem o período em que a presidente vivia em Porto Alegre: “na faculdade, com os cabelos crespos sempre presos, calça jeans e vez por outra uma bata indiana, Dilma se preocupava em estudar e cumprir os créditos do curso”, diz um trecho de reportagem da *Istoé*. Também em *O Globo*, na reportagem sobre a militância de Dilma durante o regime militar e que cita as “dicas” dadas por Iara Iavelberg à presidente, fica evidente que entender de moda e beleza não é um ponto forte de Dilma desde a juventude.

Ainda durante a campanha, um acontecimento específico - destacado pelas reportagens - nos chama a atenção para outro aspecto da vida da presidente eleita que ganha relevo: o nascimento do neto Gabriel é um importante elemento da construção narrativa sobre as relações familiares e afetivas de Dilma, afinal, ele ilustra o seu momento “avó”. No *JN*, ela se definiu como “meio boba” depois da chegada de Gabriel; já na *Folha* e na *Istoé* a mesma foto de Dilma com o neto nos braços ilustra as reportagens. Aliás, no caso da revista, uma matéria intitulada “Laços de família” traz, como o título evidencia, aspectos das relações que ela mantém com o neto, mas também com a filha, com a mãe e com os dois ex-maridos, sendo este último caso o que mais nos chama a atenção.

A reportagem comenta que a mãe de Dilma estava hospedada, por ocasião dos dias que antecederam a eleição de 2010, na casa daquele que foi o segundo marido da presidente, Carlos Araújo. Sobre tal situação, a *Istoé* fala em “detalhe interessante” e “não deixa de ser revelador o fato de Araújo hospedar a ex-sogra”. De fato, a reportagem se constrói em torno da contraposição entre uma Dilma “com fama de durona na política” e outra, “muito diferente na vida privada” (ambas as expressões constam no subtítulo da matéria), e aí a proximidade e a amizade que ela mantém com os dois ex-maridos é uma espécie de “garantia” de que a presidente eleita é sim uma pessoa afetiva, amorosa.

Quanto ao primeiro marido, Cláudio Galeno, a reportagem menciona que, quando ele voltou do exílio junto com a atual esposa e duas filhas, ele se hospedou na casa em que Dilma e Araújo moravam. Ou seja: a presidente e o marido dela na época receberam aquele com quem ela já havia se casado. Outro trecho destaca que “Dilma também sempre se deu bem com os filhos (Leandro e Rodrigo) de outros relacionamentos de Araújo e tem uma ótima convivência com a arquiteta Ana Meira, atual namorada do ex-marido”. As imagens trazidas pela reportagem também merecem atenção, pois elas lembram muito um álbum de

família: fotos do casamento da filha, do batizado do neto, dos dois ex-maridos. Tudo isso para mostrar que Dilma “tem uma notável habilidade para preservar laços antigos”.

Especificamente quanto às relações afetivas de Dilma, duas reportagens de *O Globo* comentam que ela já foi casada: em “Filmes, família e feijão nas horas vagas”, uma frase atribuída ao ex-marido Carlos Araújo está presente (segundo ele, Dilma “sempre foi uma pessoa ‘atiradas nas cordas’”) e ele aparece como um dos “confidentes” da presidente. Em “A trajetória de Dilma” comenta-se que ela se casou em 1967 com o jornalista Cláudio Galeno e, em 1969, com o advogado Carlos Araújo.

Outras situações e acontecimentos que se deram durante a campanha eleitoral, para além das relações com Lula, da aparência física e da personalidade, são evidenciados nas reportagens: destacam-se “o esquema na Casa Civil” que “derrubou a sucessora e principal assessora de Dilma no governo, Erenice Guerra” (*Folha*); o “adversário inesperado” - o câncer no sistema linfático (*JN*), que também surge como um dos responsáveis pela mudança de visual da presidente; e as opiniões sobre o aborto quando, de acordo com a *Istoé*, Dilma “enfrentou uma campanha difamatória raras vezes vista na história política brasileira” com as divulgações de que ela era a favor de ‘matar criancinhas’.

É a eleição de Dilma, portanto, o “capítulo final” - como anunciou William Bonner durante a apresentação do *JN* naquele 1º de novembro⁷⁹ - das narrativas jornalísticas sobre a presidente eleita: no jogo de tabuleiro que ilustra a reportagem “A trajetória de Dilma”, em *O Globo*, o “percurso” se encerra em “o ano eleitoral”, depois de percorridas 32 “casas” do tabuleiro. As narrativas se encerram ali, mas não a estória: *O Globo* destaca no final de uma das reportagens que “resta saber se a criatura formatada será um Lula de saias ou uma Dilma meio mineira, meio gaúcha, mas com identidade própria”.

A partir das análises desenvolvidas a respeito da abordagem jornalística e da construção narrativa das reportagens sobre a atuação de uma mulher como ator político, fica evidente para nós que os elementos estruturantes das representações recorrentes sobre as mulheres políticas se fazem presentes, todos eles, no *corpus* da pesquisa. E é interessante observar como tais elementos se conjugam para construir uma espécie de “dignidade” das mulheres políticas, a qual funciona como pré-requisito para a atuação delas, retomando as palavras de Grossi e Miguel (2001):

⁷⁹ *Script* completo das reportagens veiculadas no *JN* disponíveis nos anexos.

hoje, as mulheres sabem que, para serem notadas, precisam não só de competência intelectual e profissional, mas ainda que sejam mais arrumadas e mais bonitas que o homem. As mulheres precisam estar sempre bem vestidas, têm de ser boas mães e boas esposas, enfim, cumprirem coisas que contam para ser consideradas dignas.

No caso das questões afetivas e familiares, por exemplo, esta dignidade se vincula especialmente às relações mantidas por Dilma com os ex-maridos: ao enfatizar que, mesmo divorciada, ela mantém “laços fortes” com os antigos companheiros e que isto é algo “revelador”, o destaque fica por conta da excepcionalidade daquela situação, tornando assim Dilma digna de admiração em razão do amor fraterno que ela demonstra. Ao dizer que a presidente eleita “faz de tudo para que a mãe, o irmão, a filha e o neto fiquem longe dos holofotes” (*Istoé*), também aqui a imagem de uma Dilma “família”, que demonstra cuidado com seus entes queridos, é construída.

No *JN*, quando a reportagem comenta que “ainda no primeiro turno, a chegada do neto Gabriel foi um presente”, a imagem de Dilma com o neto nos braços (a mesma que está presente em reportagens da *Istoé* e *Folha*) vem acompanhada de um background suave, doce, tranquilo. Em seguida, a reportagem recupera uma entrevista de Dilma dada na época do nascimento do neto em que, com a voz embargada, ela diz: “Mãe acha que vai quebrar, né. Vó sabe que não quebra”. Os recursos sonoros utilizados na reportagem e o trecho da fala de Dilma - nele se vê, pela voz, que ela está bastante emocionada - criam uma atmosfera comovente, ao mesmo tempo em que indicam a dimensão da importância que a vida familiar tem para a presidente.

No momento em que as narrativas falam em “recomeço” no Sul, também ali encontramos referências ao fato de Dilma ser uma pessoa que se dedica àqueles que ama: a *Istoé* comenta que ela se mudou para Porto Alegre e morou com os sogros para ficar perto do então companheiro, Carlos Araújo, que estava preso. “O sogro de Dilma estava sempre ao seu lado nos dias de visita à ilha⁸⁰, aos domingos, assim como sua mulher”, diz um trecho da reportagem.

Outro aspecto também deve ser destacado, na medida em que ele se vincula diretamente às questões afetivas e familiares: ao, durante a candidatura, dar à Dilma o título de “mãe do PAC” - já que, segundo Lula, no trecho de um pronunciamento dele

⁸⁰ Uma referência à Ilha do Presídio, como era chamada, para onde foram levados presos políticos em Porto Alegre.

reproduzido no *JN* “é ela que cuida, é ela que acompanha” - o ex-presidente a associa diretamente aos aspectos maternos que a figura feminina é capaz de despertar. Na *Istoé*, inclusive, uma socióloga é entrevistada e afirma: “esse discurso de que ‘ela cuida’ e que ‘ela é mãe’ aumentou a identificação entre Dilma e as mulheres”. Aqui, portanto, retomamos as nossas discussões do terceiro capítulo, em que comentamos sobre as representações recorrentes acerca da presença feminina nas esferas de poder político estar vinculada aos ideais de sensibilidade e de emotividade que tradicionalmente caracterizam a personalidade feminina. As questões afetivas e familiares, por sua vez, transbordam para outra esfera: a das questões comportamentais e atitudinais, sobre as quais falaremos a partir de agora.

Ao construir uma imagem de Dilma como aquela que trabalha bastante e que se dedica de verdade ao que se propõe a fazer (e aí as referências ao seu perfil técnico são exemplos disso), mas que também exige que aqueles que estão ao seu redor trabalhem tanto quanto ela, as reportagens apresentam a dedicação e o afinco da presidente eleita muito mais como “defeito” do que como uma qualidade, pois constroem a imagem de alguém muito rude. Por isso, as mudanças no temperamento e no comportamento da presidente - mostrar-se mais simpática, menos agressiva - se apresentam nas reportagens como um elemento essencial na “construção” da candidata Dilma, de forma que a “dignidade” dela também depende da sua personalidade.

O Globo, por exemplo, comenta que durante a campanha Dilma foi se tornando “mais brincalhona, tem curiosidade de saber o que o outro está lendo ou ouvindo e conta causos do passado mineiro”, o que, segundo a reportagem, foi resultado do convívio com Lula. Outro trecho da reportagem diz que

A mudança de humor dela é evidente, segundo um auxiliar de Lula. Nas reuniões de coordenação que passou a frequentar quando chegou à Casa Civil, Dilma limitava seus comentários à pauta sempre técnica, ao contrário dos demais - a grande maioria, homens - que, vez ou outra, falavam de futebol ou assuntos paralelos.

Ao mesmo tempo, também precisamos considerar que as mudanças no comportamento de Dilma se alinham diretamente às questões de feminilidade que integram as representações recorrentes sobre mulheres políticas, afinal, as narrativas remetem a um

estranhamento atribuído ao fato de as características temperamentais da presidente - impaciente, durona, ríspida - não estarem exatamente alinhadas com o que se convencionou como um comportamento típico feminino, ou seja, delicadeza, complacência, serenidade e resignação. Especialmente os adjetivos utilizados, como vimos no caso da reportagem “O jeito de comandar” da *Istoé*, são indicativos deste estranhamento. Nesse sentido, as mudanças dela reforçam a ideia de uma Dilma “mais mulher”, mais feminina.

Nas questões de feminilidade, portanto, se destaca a caracterização de Dilma como uma mulher que não dedica muito de seu tempo para cuidar do visual. No entanto, a candidatura à Presidência de certa forma a “obrigou” a pensar mais em como se vestir, se maquiar e se pentear. As transformações no visual de Dilma são apresentadas nas narrativas como parte fundamental da sua “construção” como candidata: de acordo com a *Folha*, Dilma “na campanha, foi disciplinada: mudou o vestuário, tirou os óculos, fez intervenções plásticas no rosto e na região do pescoço e aceitou a contratação de um ‘hair stylist’ para modernizar o seu corte de cabelo”. Da mesma forma como ela precisou mudar seu temperamento, mostrando-se mais amigável, ela também precisou melhorar a aparência física para que isso lhe rendesse sucesso. Daí acrescentamos aqui mais um elemento necessário à “dignidade” feminina na política: a imagem pública que aquela mulher divulga.

As mudanças no estilo de trabalho de Dilma, mostrando-se mais política e menos técnica, estão, por sua vez, intimamente vinculadas às questões profissionais que permeiam as representações sobre mulheres políticas: como comentamos, a capacidade técnica de Dilma não se mostra como suficiente para que ela possa alcançar a Presidência da República e a ela devem estar “alinhadas” outras habilidades, estas sim específicas do ambiente político. A *Folha* comenta, por exemplo, que no segundo turno Dilma “passou a aparecer mais ‘assertiva’, na expressão petista” e, em seguida, a reportagem utiliza termos com conotação mais violenta para relatar os acontecimentos daquele momento da eleição: “antes que fosse acuada pelo adversário”; “partiu para o ataque”, “confronto”. Ou seja: já naquele momento, ela expressava a interiorização das tais habilidades políticas, ou seja, capacidade de disputa, de brigar pelo cargo. A *Istoé* diz que “Dilma empenhou-se em absorver dos colegas com mais horas de palanque as dicas, o traquejo e a forma de ser uma

candidata”, evidenciando mais uma vez que para ser um político é preciso ter certas qualidades específicas.

Integra também as questões profissionais o fato de a eleição de Dilma ser apresentada como “uma vitória pessoal do presidente” Lula (*Folha*), de tal forma que a capacidade dela se alinha diretamente a de um político experiente e sugere que, mesmo com todo o trabalho de “construção” da candidata, talvez o sucesso de Dilma poderia não ter se dado se não houvesse, ao seu lado, alguém para lhe dar as mãos. Ao mesmo tempo em que a presença de Lula foi útil durante a campanha de Dilma, após a eleição essa mesma presença se apresenta, nas narrativas, como um desafio: na capa da edição principal de *O Globo* diz-se que a presidente terá que enfrentar a partir daquele momento “a sombra de seu padrinho político”, ou seja, desvincular-se da imagem dele e mostrar autonomia e capacidade política.

Observando, detidamente, as questões evidenciadas pelas narrativas jornalísticas - a partir dos elementos textuais, mas também sonoros e visuais dos quais elas se utilizam - vemos que há uma convergência de fato para o reforço das representações sociais já estabelecidas sobre as mulheres políticas. Nesse sentido, a eleição de uma mulher para a Presidência da República é tomada especialmente a partir da exceção que aquele fato representa e da inadequação das mulheres ao ambiente político. É por isso que falamos em “dignidade” conquistada pela presidente por meio das mudanças na aparência física, na personalidade, na atuação profissional, bem como o destaque dados às suas “qualidades” familiares, já que todas essas questões foram apresentadas nas reportagens como “etapas” do trabalho de construção da candidata Dilma.

Por outro lado, no entanto, é preciso considerar que também há elementos nas narrativas analisadas que, em certa medida, se desvinculam daqueles previstos por nós inicialmente como estruturantes das representações sobre a presença feminina nas esferas de poder político. O jornal *O Globo*, por exemplo, traz na reportagem “Filmes, família e feijão nas horas vagas” uma matéria correlata intitulada “Mulheres no poder” na qual são citados exemplos de mulheres que ocupam cargos políticos em países como Sri Lanka, Israel, Índia, Argentina, Inglaterra, Alemanha e Chile. Ao mesmo tempo em que podemos tomar a referência a estas outras mulheres políticas como exemplificativa, mais uma vez, da exceção que elas representam (afinal, elas ainda são minoria diante do percentual masculino ocupando o espaço político), podemos também tomá-la como uma estratégia

interessante da reportagem a fim de evidenciar que, cada vez mais, as conquistas femininas na política estão se difundindo pelo mundo todo e aí reside a desvinculação das representações recorrentes sobre a qual falamos.

Por outro lado, há um momento específico desta matéria correlata que nos chama a atenção: logo no início, o texto da reportagem diz que as mulheres citadas ali “conquistaram” o direito de ser eleitas, reforçando a ideia de que o mundo político, tradicionalmente, não lhes pertencia e que elas precisaram se “moldar” (novamente a ideia de *construção* das mulheres políticas está presente) àquele ambiente.

Também a ideia de não pertencimento das mulheres ao espaço político se faz presente em uma reportagem da *Istoé* que, inclusive, traz um elemento importante das nossas discussões iniciais, ainda no capítulo III, sobre a presença feminina em esferas de poder político: a falta de apoio recebido pelas mulheres dentro das próprias organizações partidárias. Em “A construção da vitória”, diz-se que o caminho de “transformação” da presidente eleita, “de uma técnica afeita à burocracia do poder público em uma personalidade do mundo político”, não foi “suave”. Em seguida, o texto da reportagem complementa: “ao longo dos últimos três anos, quando sua candidatura foi de fato construída, a agora presidente lidou com a desconfiança interna do seu próprio partido, a inexperiência eleitoral, a falta de traquejo político e até um tratamento de saúde”.

Aqui também consideramos que há desvinculação das representações recorrentes sobre as mulheres políticas na medida em que, ao falar em “desconfiança interna do seu próprio partido”, a reportagem explicita que os desafios ao protagonismo político das mulheres vão muito além daqueles impostos pela sociedade em geral, mas também estão arraigados nas instituições responsáveis por promover a igualdade e a justiça sociais e representar o povo. A mesma reportagem comenta ainda sobre a distância de Dilma com relação ao eleitorado feminino: segundo o marqueteiro da campanha, “a mulher é muito mais seletiva, mais crítica e espera mais tempo para agregar informações”. Por esta razão, foram desenvolvidas estratégias específicas para aproximar Dilma das mulheres brasileiras e, segundo a revista, apresentar Dilma como “mãe do PAC” - como Lula o fez - era parte de tais estratégias.

As conquistas femininas não restritas unicamente ao espaço político estão presentes, desta vez, em outra reportagem da *Istoé*: “De Isabel a Dilma” tem como tema central os avanços femininos nos mais diversos setores sociais, citando desde esportistas,

modelos, cartunistas, aviadoras, escritoras e, claro, mulheres políticas. A comparação entre as duas mulheres que ocuparam “o mais alto posto de poder no Brasil” - a princesa Isabel, filha de dom Pedro II, e Dilma Rousseff - dá início à matéria e segue ao longo do texto.

Questões como a luta pelo direito ao voto feminino, a permanência dos baixos índices de participação das mulheres nas esferas políticas do país, as mulheres que ganharam reconhecimento em razão de serem “mulheres ou amantes de homens ricos e influentes”, bem como aquelas que se destacaram por seu talento e trabalho, são abordadas pela reportagem. Durante a leitura, fica bastante clara a defesa feita em prol da “ascensão do poder feminino” uma vez que se considera que “as mulheres melhoram a sociedade”, como explicita a matéria. A capacidade feminina para atuar, no espaço político e para além dele, é bastante valorizada por meio de exemplos que mostram as conquistas alcançadas por brasileiras: a exemplo do primeiro recorde mundial feminino pela nadadora Maria Lenk e da primeira tenista a vencer os quatro torneios do Grand Slam, a brasileira Maria Esther Andion Bueno.

Expressões e verbos como “furar o bloqueio”, “despontar”, “brigavam”, “revolucionando” e “ousado” dão, ao tempo em que refletem os avanços femininos, a dimensão das dificuldades e lutas empreendidas pelas mulheres para conquistar tais avanços. Aqui, portanto, a matéria destaca os preconceitos e restrições impostos à participação feminina nos diversos espaços sociais.

Também no *JN*, as lutas empreendidas pelas mulheres políticas são reforçadas: de acordo com uma das reportagens, “de Ministra a presidente foi uma trajetória desbravando mundos masculinos”, de forma que o verbo utilizado sugere algo que era desconhecido e está sendo “explorado”. Em seguida, há uma espécie de reconhecimento ao sucesso da presidente: em *off*, a repórter diz que “a chegada de uma mulher ao poder desperta a admiração dos amigos” e o entrevistado, um cineasta, afirma: “Eu acho que vai ser, vai ser bom pro Brasil, sabe, a gente ter de repente essa mudança de sair tantos personagens masculinos e de repente entrar uma protagonista feminina”.

Assim, fica evidente que os elementos estruturantes das representações recorrentes sobre mulheres políticas vêm, em alguns momentos, acompanhados de outros que não necessariamente corroboram com tais representações. Porém, eles coexistem, ou seja, estes elementos não recorrentes ainda não são predominantes nas narrativas jornalísticas, aliás,

eles são de certa forma ínfimos se comparados com os que fazem referências às representações recorrentes.

Se observarmos, por exemplo, os personagens utilizados de forma geral nas narrativas que tem, como conflito central, a mulher como ator político, veremos que os homens são maioria, sendo que no caso da reportagem “O jeito de comandar” da *Istoé*, que aborda especialmente as questões comportamentais e atitudinais de Dilma, não há uma única mulher como entrevistada ou personagem. Desta forma, a construção narrativa sobre a personalidade de Dilma se dá a partir de vozes exclusivamente masculinas.

Há que se considerar, ainda, que embora notemos a presença de elementos outros que não aqueles estruturantes das representações sobre mulheres políticas, eles não trazem para o debate questões mais aprofundadas acerca da sub-representação feminina na política. Não há, por exemplo, discussões relativas a estratégias de empoderamento das mulheres em seus próprios partidos ou mesmo de política públicas a serem implementadas a fim de garantir maior protagonismo político feminino em diversos níveis, e não exclusivamente nas esferas de governo.

Por fim, portanto, vale ressaltar um momento interessante do *JN* na última reportagem veiculada durante a participação de Dilma na bancada do telejornal, naquele 1º de novembro de 2010: a matéria termina com imagens de Dilma detrás de um púlpito, em um pronunciamento feito no dia em que a candidatura dela foi anunciada oficialmente, dizendo: “Não é por acaso que depois desse grande homem o nosso Brasil possa ser governado por uma mulher. Por uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula, mas que fará um Brasil de Lula com alma e coração de mulher”. E nas palavras finais de Dilma, quando ela fala em “um Brasil de Lula”, um background se junta às suas palavras: é uma música ritmada, mas doce, que ali dá o tom, literalmente, do que significa “alma e coração de mulher”.

CONCLUSÕES

“O jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com as limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece” (ABREU, 2000, p. 260). As palavras de João Batista de Abreu são especialmente representativas neste nosso estudo, afinal, é justamente o horizonte de sentidos das notícias o ponto mais elementar das nossas discussões, considerando o seu entremear com outro horizonte: aquele que estabelece e determina o entendimento social acerca da atuação política de mulheres e da atuação militante de grupos de esquerda por ocasião do regime militar no Brasil.

As relações que se dão entre as narrativas jornalísticas e as representações sociais é o que, desde o início, nos motivou a realizar a presente pesquisa. Nossa premissa é a de que essas relações fluem constantemente, de modo que cada um dos polos abastece simbolicamente o outro. Sendo assim, nos centramos em um caso específico - a cobertura jornalística sobre a eleição de Dilma Rousseff como presidente do país -, mas que nos forneceu dois caminhos amplos e especialmente ricos para a pesquisa: a historicidade da vitória de uma candidata se juntou à historicidade da vitória de uma militante de esquerda nos anos ditatoriais.

Assim, até chegar ao estudo propriamente do *corpus* empírico da nossa pesquisa, percorremos um longo e laborioso percurso, mas que, ao final, se mostrou imensamente gratificante. Foi por meio dele, afinal, que pudemos construir o cenário que identificou os elementos estruturantes das representações recorrentes relativas aos dois conflitos centrais sobre os quais nos debruçamos. Nesse sentido, a presente pesquisa não consistiu na aplicação de categorias já existentes, aliadas às bases metodológicas definidas, mas buscou por si própria definir as questões, os padrões e os enfoques sobre os quais as representações simbólicas se constroem para, então, seguir rumo ao estudo das notícias.

A partir, portanto, da análise dos resultados e das discussões apresentadas no último capítulo, foi possível observar que as representações recorrentes sobre mulheres políticas e sobre a militância de esquerda durante o regime militar efetivamente emergem nas narrativas jornalísticas estudadas, algumas representações mais do que outras. No caso, por exemplo, do conflito mulher como ator político, os resultados evidenciam que as questões

afetivas e familiares, embora mereçam atenção das reportagens, não concentram tão fortemente a abordagem jornalística como acontece com as demais - questões comportamentais e atitudinais; de feminilidade; e profissionais. A *Istoé* foi o único veículo que dedicou uma reportagem exclusiva para falar sobre os “laços de família” da presidente eleita.

É interessante observar ainda que, embora as questões de feminilidade sejam muito significativas nas narrativas estudadas, elas as integram pontualmente, ou seja, ainda que alguns veículos dediquem mais atenção a elas do que outros (o jornal *O Globo*, por exemplo, trouxe charges e box complementando a matéria principal especialmente para falar sobre as transformações na aparência de Dilma), é fato que todas as referências feitas não constituem o cerne, o tema central da reportagem. Diferente das questões comportamentais e atitudinais, bem como das profissionais, que centralizam as pautas - e isso é evidenciado pelos próprios títulos das reportagens, como “O jeito de comandar” ou “Sobre como Lula fabricou sua candidata” -, as questões de feminilidade são muito mais um complemento dessas pautas.

No caso da militância, verificamos que - com relação à sua vertente política - as reportagens se vinculam a ambos os enfoques por nós definidos anteriormente, ou seja, o patriotismo é reforçado a partir das referências à luta intensa dos militantes em prol daquilo que defendiam, ao mesmo tempo em que a situação “fora da lei” vivida por eles traz à tona a face opositora dos grupos de resistência. Os atos de violência praticados por membros da esquerda armada também corroboram com a visão da militância sob a perspectiva da desordem - do *caldeirão em constante ebulição*, como afirma uma das reportagens.

Como vimos no capítulo IV, a distinção entre as palavras e termos utilizados para “nomear” os militantes durante a ditadura militar são, em diversos momentos, muito tênues, já que havia situações em que tanto o governo militar quanto os grupos militantes dividiam o mesmo vocabulário (a exemplo dos termos *guerrilheiro* e *terrorista*). Assim, os sentidos difundidos pelas reportagens em relação à militância se constroem ao longo de toda a narrativa, e não exclusivamente por meio de uma ou outra palavra.

Aqui, aliás, vale a pena fazer um adendo: em seu elucidativo trabalho intitulado “A imaginação social”, o polonês Bronislaw Baczko (1985, p. 296) utiliza o discurso contestatório de 1968 em Paris como exemplo do que ele intitula um “deslocamento” da

imaginação no campo discursivo: o termo, até então utilizado para designar uma “faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos”, passou a fazer parte de um “terreno reservado a coisas ‘sérias’ e ‘reais’”, ou seja, a política. Na França, os acontecimentos que marcaram o período conhecido como Maio de 1968 e que proclamavam ‘a imaginação no poder’ (ibidem, p. 296) foram, na verdade, apenas um dos acontecimentos que se espalhavam pelo mundo todo, a exemplo da Primavera de Praga - também na Europa - e o recrudescimento da ditadura militar no Brasil. Como afirmou Zuenir Ventura (2008), naquele ano “o Brasil e o mundo viveram um tempo apaixonado e apaixonante”.

É possível que 1968 não seja, como querem alguns de seus hagiólogos, o ano zero de uma nova modernidade, embora os estudantes franceses já tivessem avisado, na época, que era apenas o começo: “*Ce n'est q'un début*”, advertiam os muros de Paris. O sociólogo Edgar Morin, que acompanhou o maio francês e em seguida veio ver nossas passeatas, falou em “êxtase da História” (VENTURA, 2008, p. 17).

A referência de Baczko ao ano de 1968 chama-nos a atenção especialmente porque vincula os acontecimentos que marcaram a realidade política e social francesa - embora não tenham se restringido a ela, pois também a realidade brasileira registrou os seus próprios acontecimentos -, ao imaginário social. Já naquele momento, portanto, o autor ressaltava a vinculação dos movimentos de luta e resistência ao redor do mundo com o que há de mais intangível no entendimento social sobre a realidade.

Dando continuidade às nossas considerações sobre os resultados da pesquisa, a militância, diferente do conflito mulheres políticas, apresenta algumas especificidades, uma vez que não há, de certa forma, o “não estranhamento” com relação à ditadura. Vejamos: no caso das mulheres políticas, por exemplo, existem muitas iniciativas em prol do protagonismo feminino, da igualdade entre homens e mulheres e, com frequência, rotulamos algo como “machista” ou não. No entanto, ainda assim, o preconceito e as restrições impostas à atuação das mulheres na sociedade é algo muito arraigado e, ao mesmo tempo, muito velado, de forma que a exclusão feminina não é uma espécie de transgressão absurdamente condenável (inclusive nas notícias) e, por vezes, é motivo de piada. Por outro lado, o processo de construção das memórias sobre a ditadura militar, como inclusive já comentamos, tomou a tortura como seu ponto definidor, de forma que defender a ditadura ou mostrar-se favorável aos acontecimentos daquela época é um

posicionamento amplamente condenável e que sempre vai gerar certo estranhamento, de maneira geral, na sociedade.

Desta forma, obviamente também as narrativas jornalísticas não se põe a favor da ditadura: há, sim, referências a certo caráter desordeiro, excessivamente mobilizador dos grupos militantes, enfocando especialmente a clandestinidade, a violência, bem como uma dúvida quanto ao que significa de fato ter na Presidência da República uma “ex-guerrilheira”, como se referem à Dilma os dois jornais impressos analisados. Assim, talvez possamos falar que há momentos em que as narrativas se colocam contra a militância, mas sem que isso signifique estar a favor da ditadura.

Aliás, o caso do editorial do jornal *O Globo* veiculado no segundo semestre de 2013 é extremamente representativo nesta nossa discussão, sobre o não posicionar-se a favor da ditadura: naquela ocasião o jornal afirmou que o apoio ao golpe de 1964 “foi um erro”⁸¹. De acordo com um trecho da publicação, feita em 31 de agosto de 2013:

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. *O Globo*, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Aquele foi, portanto, uma espécie de pedido de desculpas público do jornal, ainda que tardio ou mesmo indesculpável. No livro em que remonta o seu passado militante, Jacob Gorender (1987) dá uma explicação interessante relacionada às razões de a ditadura ser enfocada sob esse aspecto negativo sobre o qual falamos agora:

No distanciamento histórico, os erros esmaecem e ganham relevo a luta e o heroísmo. Tiradentes seria a lembrança de imprudente conspirador falastrão, se a Coroa lusitana não fizesse dele o alvo da punição exemplar destinada a sufocar as aspirações brasileiras à Independência. Tiradentes foi maior do que o castigo. Esquecemos o tropeço do agitador e reverenciamos a firmeza serena do mártir. O mesmo processo de memorização coletiva certamente se dará com relação aos insurretos de 1935 e os combatentes de 1968-1974 (GORENDER, 1987, p. 250).

⁸¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz2uS8MWKkk>>. Acesso em 20/9/2013.

Aproveitando o episódio em que *O Globo* declara que errou ao apoiar o golpe de 1964 e cita outros jornais que, segundo ele, também fizeram o mesmo, trazemos agora uma questão que merece ser explicitada: o *corpus* da pesquisa inclui veículos diversos, de suportes diversos e que, indubitavelmente, possuem também convicções diversas. Há muito se discute sobre a impossibilidade de alcançar a objetividade e a neutralidade jornalísticas e, embora não seja nosso intuito nos deter nesta discussão, é fato que a própria estruturação do jornalismo a partir de um sistema empresarial, comercial e, por isso, lucrativo, resulta na existência de determinações institucionais que interferem sim na produção jornalística. Além disso, a própria premissa teórica utilizada por nós explicita que, ainda que não tenha a intenção, o jornalista projeta nas narrativas que constrói elementos subjetivos e simbólicos que golpeiam, literalmente, a objetividade. Desta forma, assim como existiram na década de 1960 os veículos que apoiaram o golpe militar⁸², em 2010 existiram os veículos que apoiaram um ou outro candidato presidencial e, independente do veículo selecionado, esta situação persistiria.

Em um estudo, portanto, que trabalha com análise de sentidos e imagens divulgadas por meio das narrativas jornalísticas, é fato que não há como desconsiderarmos que também os sentidos estão diretamente ligados às questões empresariais das organizações jornalísticas. Ou seja: apoiar um candidato interfere diretamente nos sentidos que as narrativas divulgam e daí pode resultar o uso de expressões, termos e abordagens específicas por parte dos veículos. No nosso caso, entretanto, não julgamos necessário explicitar quem apoiou quem, pois além de as narrativas terem sido construídas não durante a campanha, mas após o resultado final da eleição (o que de certa forma contribuiu para reduzir a influência do clima de disputa, já que a presidente estava eleita de fato), o nosso foco reside nas construções simbólicas sobre um grupo específico de indivíduos - mulheres políticas e militantes -, e não propriamente sobre a candidata em si.

Por fim, com relação à vertente de gênero da militância, ela não mereceu nenhum tipo de atenção específica dos veículos analisados: os momentos em que algum tópico relativo a esta discussão surgiu nas reportagens foram, em geral, a partir do trecho citado da fala de algum entrevistado. De toda forma, não há como desconsiderar que a própria citação das entrevistas feitas pelo jornalista é, em si, parte da construção discursiva daquela narrativa, considerando que, dada a integralidade da entrevista, são evidenciados no texto

⁸² Também Abreu (2000) corrobora com esta noção.

aqueles trechos que se ligam diretamente aos interesses e sentidos construídos pela reportagem. Assim, a atribuição de importância ao que é dito por um entrevistado não é exclusiva dele próprio, mas também do repórter que inseriu aquela entrevista, ou parte dela, ali.

Poderia ter sido interessante, por exemplo, se as narrativas abordassem as questões de gênero relativas à militância a partir das relações que elas estabelecem com aquelas relativas ao poder político, afinal, como comentamos, o ingresso de mulheres em organizações de resistência à ditadura é propriamente um primeiro passo de protagonismo político feminino. Nesse sentido, caberia muito bem uma aproximação entre as restrições impostas, por um lado, pelos grupos militantes e, por outro, pelas organizações partidárias com relação à presença de mulheres e, mais ainda, de mulheres em posições de liderança.

Não podemos deixar de considerar que a análise de cada um dos conflitos a partir das representações recorrentes estabelecidas guardam entre si algumas diferenças: no caso específico da vertente política da militância, a definição dos enfoques permitiu que abrigássemos sob a mesma categoria uma variedade muito maior de construções discursivas, ou seja, o reforço ou a negação da atuação militante pode se dar por um meio de um leque interminável de discursos. Já nos demais casos, a definição das questões e dos padrões estruturantes deu mais especificidade à análise das narrativas, já que eles apontam claramente um tema central (por exemplo: relações afetivas e familiares, comportamento, vaidade e beleza, etc.), embora mesmo aí também possa haver uma variedade ampla de discursos.

Consideramos que isto se deu em razão da própria dicotomia que a *política* - que dá nome à vertente - sugere: ou se é a favor ou contra o regime. E para apresentar os militantes como aqueles que são contra o regime, alegando por exemplo subversividade, a narrativa pode se valer da violência praticada pelos grupos da luta armada ou pelo fato de aquele conjunto de indivíduos estar organizado em uma agremiação partidária, o que no contexto da ditadura significava ir contra o regime. Nesse sentido, as reportagens se mostraram um rico espaço de pesquisa, já que evidenciaram discursos diferentes daqueles que inicialmente discutimos a respeito de cada um dos polos dessa dicotomia - o militante como uma patriota ou como um opositor.

Com relação à forma como as representações recorrentes e seus elementos estruturantes emergem e se instauram nas narrativas jornalísticas (afinal, este também é um

dos objetivos da pesquisa, para além de constatar se tais representações estavam presentes nas notícias), verificamos que as expressões do narrador, os substantivos e os verbos utilizados são os elementos textuais mais significativos para a nossa análise: ao contrário do que poderíamos supor inicialmente, os adjetivos, que remetem o leitor à subjetividade, não são amplamente utilizados nas narrativas na presente pesquisa (há algumas exceções, obviamente, como é o caso da reportagem “O jeito de comandar” da *Istoé*), de forma que os sentidos e as imagens sobre as mulheres políticas e os militantes foram construídos especialmente a partir das classes de palavras que poderíamos julgar mais “neutras” do que os adjetivos, ou seja, os verbos e os substantivos. Por sua vez, as expressões utilizadas pelo próprio narrador, ou seja, a forma como a voz do próprio jornalista emerge na materialidade do texto, também se mostraram importantes no sentido de contribuir com o nosso estudo do simbólico nas notícias.

Trazendo novamente a nossa referência às palavras de Juremir Machado da Silva, sobre o jornalismo como reservatório e motor das imagens e representações que permeiam o imaginário social, a pesquisa nos permite concluir que o jornalismo, no caso estudado, permanece muito mais como reservatório, do que como motor. Afinal, predominam as referências às representações recorrentes e seus elementos estruturantes, de forma que os sentidos não são (re)significados para permitir novas formas de compreensão do mundo social pelos indivíduos. Embora tenhamos identificado momentos em que as narrativas oferecem elementos simbólicos em certa medida desvinculados daqueles recorrentes, eles ainda são pouco significativos diante do predomínio dos demais elementos, estes sim recorrentes, assim como a desvinculação em si também é pouco significativa: como vimos no caso das mulheres políticas, mesmo a apresentação de exemplos de espaços em que o protagonismo feminino se faz presente se dá sob a perspectiva da exceção, do fugir à regra. Há ainda casos em que novos elementos são trazidos ao debate, como a referência às formas de exclusão das mulheres em seus próprios partidos, mas eles não se desenvolvem, ou seja, são apenas mencionados e não há uma ampliação daquele debate.

Se retomarmos aqui nossas premissas teóricas apresentadas no capítulo inicial do trabalho, em especial o conceito de mito, veremos então que, no caso da presente pesquisa, as notícias realmente representam um discurso persuasivo, que instaura uma realidade e que fixa modelos. Também sua função como elemento de coesão social dentro de um

determinado grupo se mantém, estabelecendo padrões, mas o mesmo não podemos dizer com relação à criação de conteúdos sociais de significativa carga simbólica e valorativa: embora as abordagens possam mudar, elas todas convergem para um mesmo sentido.

Prevalece, assim, a redundância de que fala Durand na medida em que, ao final, o imaginário dominante se mantém intocável. Não há, nas notícias, um convite à reflexão, à contestação, ao contraditório daquelas representações que determinam os papéis sociais e as imagens às quais os diferentes atores se vinculam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes consultadas

Fontes audiovisuais

Que bom te ver viva. 1989. Documentário protagonizado por Irene Ravache com roteiro e direção de Lucia Murat Maria Vasconcelos.

O Pasquim: a subversão do humor. Documentário produzido pela TV Câmara.

“Resistir é Preciso...” - Instituto Vladimir Herzog.

Fontes escritas

“Resistir é Preciso...” - Instituto Vladimir Herzog (www.resistirepreciso.org.br)

Biblioteca Nacional (www.bndigital.bn.br)

Biblioteca do Senado Federal

Arquivo Público do Estado de São Paulo (www.arquivoestado.sp.gov.br)

Memória Política e Resistência - Arquivo Público do Estado de São Paulo (www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica)

Fundação Getúlio Vargas - CPDOC (www.fgv.br/cpdoc)

Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (www.an.gov.br/mr)

Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (www.ccmj.org.br)

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (www.cfemea.org.br)

Acervo Geral da cidade do Rio de Janeiro (www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral)

Grupo de Estudos sobre a Ditadura - Universidade Federal do Rio de Janeiro (www.gedm.ifcs.ufrj.br)

Banco de Conteúdos Culturais - Cinemateca Brasileira (www.bcc.org.br)

Jornais e revistas

Carta Maior. A semântica do golpe, por Flávio Aguiar. Em 30/3/2004.

Jornal da Unicamp. Quatro visões do golpe. Edição 246, março/abril 2004.

Revista de História da Biblioteca Nacional (www.revistadehistoria.com.br).

Jornal *Mulherio*. Fundação Carlos Chagas (www.fcc.org.br/conteudos especiais).

Dicionários

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Fapesp, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Referências

ABREU, João Batista de. As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. O aparato repressivo militar e a construção da imagem da militante: práticas repressivas das décadas de 60 e 70. Anais do XVII Encontro Regional de História - O lugar da história, ANPUH/SP- Unicamp. Campinas, setembro 2004.

AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em *Movimento*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

AMARAL, Ricardo Batista. A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos *et al* (org.) Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

_____. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 6, nº 1, 1998.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 a 1970. In: FICO, Carlos *et al* (org.) Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Sobre gorilas e subversivos: memórias de um Brasil em conflito. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, nº 2, p. 369-380, jul/dez. 2011.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de Lima. Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Danyelle Nilin. “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; JORDÃO, Fátima; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Comunicação e imaginário - uma proposta metodológica. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 33, n.2, p. 125-143, jul./dez. 2010.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (1935). In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.); Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Mídia, representação e democracia. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOHN, Simone R. Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro 2008.

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRAGA, José Luiz. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. Revista Brasileira de História - Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.
- CARNEIRO, Sueli. Identidade feminina. In: MUÑOZ-VARGAS, Monica; SAFFIOTI, Heleieth I.B. (orgs.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- CARVALHO, João Eduardo Coin de; FINAMORE, Claudia Maria. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2), 2006.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Globo, 1998.
- _____. As armas e os varões: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. Revista Piauí, edição 31, abril 2009.
- CASO, Antonio. A esquerda armada no Brasil 1967/1971. Portugal: Moraes Editores, 1976.
- CASSIRER, Ernst. Linguagem e mito. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. O mito do Estado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos *et al* (org.) Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHILLÓN, Albert. La urdimbre mitopoética de la cultura mediática. Análise 24, Barcelona, 2000.
- CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2004.
- COLLING, Ana Maria. As relações de gênero na ditadura militar brasileira. Logos (Canoas), v. 11, nº 1, Nesp, 1999.

_____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, set. 2004.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964: a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

D´ARAÚJO, Maria Celina *et al.* João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia - depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DURAND, Gilbert. A renovação do encantamento. Revista Fac. Educ., São Paulo, 15(1): 49-60, jan./jun. 1989.

_____. Campos do imaginário. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

_____. O retorno do mito: introdução à mitodologia. Mitos e sociedades. Revista Famecos, Porto Alegre, n.23, abril 2004.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

ELIADE, Mircea. Função dos mitos. In: CAMPBELL, Joseph. O poder do mito. São Paulo: Palas Athena, 1990.

ESTEVES, Flávio Cópico; SOIHET, Rachel. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; JORDÃO, Fátima; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

FERNANDES, Francisco Assis M. Manipulação da opinião pública no regime militar. Revista Ciências Humanas (Taubaté), v.3, n°2, p. 15-18, jul/dez 1997.

FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FICO, Carlos *et al* (org.) Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FILHO, Daniel Aarão Reis; SÁ, Jair Ferreira de. Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

FILHO, Daniel Aarão Reis. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FILHO, João Roberto Martins. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. XXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Dallas, 2003.

_____. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 2007.

_____. (org.). Introdução à linguística - volume I. São Paulo: Contexto, 2008.

GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, 1998.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidí Araujo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. Revista Interamericana de Psicologia, 41(2), 2007.

_____. Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes de esquerda. Revista Estudos Feministas, v. 1, n. 2, 1997.

_____. Leila Diniz (1945-1972). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GROSSI, Miriam; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista de Estudos Feministas; vol. 9; n° 1; Florianópolis, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

JACOBINA, Eloá; KUHNER, Maria Helena (orgs.). Feminino/masculino no imaginário de diferentes épocas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (org.). Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma. Projeto História, São Paulo, n° 35, p. 27-38, dez. 2007.

_____. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher: brasileira e guerrilheira. Diálogos, DHI/UEM, vol. 4, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Revista Famecos, Porto Alegre, n° 15, agosto 2001.

MAIA, Maurício. Censura, um processo de ação e reação. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. Comunicare, v. 4, n° 2, p. 125-133, 2004.

MELO, Jacira Vieira de; SANEMATSU, Marisa. Cobertura sobre mulheres na política nas eleições de 2010: uma oportunidade perdida de aprofundar o debate. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; JORDÃO, Fátima; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. Perspectivas sociais e a dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.

MLODINOW, Leonard. Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORAES, Dênis de. O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais – investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTA, Célia Maria Ladeira. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias. ADGHIRNI, Zélia Leal; MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea. IX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Porto Alegre (RS), 2000.

_____. Para uma antropologia da notícia. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. XXV, nº 2, julho/dezembro, 2002a.

_____. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sócio-cultural latino-americana. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. IV, nº 3, 2002b.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (orgs.). São Paulo: Vozes, 2007.

_____. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 30, nº 1, p. 17-27, 2010.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2006, vol. 9, nº 2.

NOVAES, Adauto. *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. Em Aberto, Brasília, ano 14, nº 61, jan/mar. 1994.

PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PALMEIRA, Vladimir. Os estudantes. In: CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil 1967/1971*. Portugal: Moraes Editores, 1976.

PATAI, Raphael. *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultix, 1974.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed Unicamp, 1988.

PERROT, Michelle. Entrevista a Hermetes Reis de Araújo. In: *Projeto História*, São Paulo (10), dez. 1993.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 1/2001.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: MUÑOZ-VARGAS, Monica; SAFFIOTI, Heleieth I.B. (orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. As eleições presidenciais de 2010: candidatas mulheres ou mulheres candidatas? In: ALVES, José Eustáquio Diniz; JORDÃO, Fátima; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

PUPPIM, Andréa. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

REIS, Carlos. Narratologia(s) e teoria da personagem. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 2, nº 1, p. 26-36, jan/jun 2006.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social; Rev. Sociol., USP, São Paulo 2(2): 113-128, 2º sem. 1990.

_____. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. *Communicare*, v. 4, nº 2, p. 116-124, 2004.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. As palavras na TV: um exercício autoritário? In: NOVAES, Adauto (org.). Rede imaginária: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF) - Artigos/ disponibilizado em 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto 2004.

SILVA, Gislene. Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 244-252, setembro/dezembro 2010.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “Nós, que amávamos tanto a revolução”: ditadura militar, luta armada, prisão e clandestinidade no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XII, 2003, Recife.

SODRÉ, Muniz Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOIHET, Raquel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.pdf>>. Acesso em 27/8/2013.

SOUZA, Nelson Rosário de. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e o revide local. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 12, jun. 1999, p. 131-146.

TABAK, Fanny. Mulher e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: PUC - Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1987.

_____. Mulheres públicas: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, nº 19, p. 27-48, 2004.

TOSCANO, Moema. A mulher na política. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TUCHMAN, Gaye. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (org.); *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.

VAN DIJK, Teun A. *News analysis: case studies of international and national news in the press*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1988.

_____. *Ideología – una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

_____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

YOUNG, Iris Marion. *Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy and policy*. EUA: Princeton Academic Press, 1997.

ANEXOS

Anexo I

Scripts JN: decupagem das reportagens que compõem o corpus da pesquisa

JN 1º/11/2010 Matéria 1 - Delis Ortiz	
<p>Estúdio Bonner - VIVO -</p>	<p>Agora nós vamos para a segunda reportagem, essa sim especialmente preparada para hoje, em que nós vamos rever o que foi um pouquinho da sua infância. A reportagem dessa vez é da Delis Ortiz. Vamos ver.</p>
<p>VT - Fotos de Dilma, ainda criança, vão se sobrepondo na tela. Foto de Dilma no colo do pai, ao lado da mãe e do irmão</p>	<p>SOBE BG - música em tom sombrio, com marcações fortes OFF - A história começa no dia 14 de dezembro de 1947, quando Dilma Vana Rousseff nasceu, em Belo Horizonte. O pai, um imigrante búlgaro, veio para o Brasil fugindo dos efeitos da guerra. Aqui, tornou-se empresário em Minas. A mãe, nascida no estado do Rio, de quem Dilma herdou o nome.</p>
<p>Imagens da fachada de um colégio, seguida de um foto de Dilma na juventude</p>	<p>Estudou nas melhores escolas da capital mineira e ainda era adolescente quando iniciou a militância política.</p>
<p>Entrevista: APOLO HERINGER LISBOA amigo de Dilma (o entrevistado está sentado, ao lado de livros e documentos)</p>	<p>SOBE SOM - “Nós nos conhecemos em função da organização da luta de resistência à ditadura”.</p>
<p>Imagens, em preto e branco, mostram documentos escritos “Brasil, país ocupado”, pessoas correndo pelas ruas, tanques de guerra, soldados.</p>	<p>SOBE BG - nova música em tom sombrio OFF - O inimigo era o governo militar instalado no golpe de 64. O ideal era a implantação de um modelo socialista no Brasil.</p>
<p>Foto de Dilma, em preto em branco, provavelmente retirada de um documento policial</p>	<p>Quem foi e como atuou a jovem subversiva, como eram chamados na ditadura todos os que se opunham ao regime?</p>
<p>Imagens passam rapidamente na tela, ilustram papéis e documentos</p>	<p>SOBE SOM - o volume da música em tom sombrio aumenta</p>

<p>Imagens da entrevista com Carlos Araújo</p> <p style="text-align: center;">Entrevista: CARLOS ARAÚJO ex-marido (Close nele, seguido de imagem em plano médio)</p> <p>Imagens, em preto e branco, de uma multidão reunida, de faixas de protesto, de tanques de guerra, soldados correndo</p> <p style="text-align: center;">Imagens da entrevista com Gilberto Vasconcelos</p> <p style="text-align: center;">Entrevista: GILBERTO VASCONCELOS advogado</p> <p>Imagem de um mapa do Brasil com a foto de Dilma sobre o estado de Minas e setas indicando percurso em direção ao RJ e SP Imagem da rua Augusta, SP, com carros passando</p> <p style="text-align: center;">Passagem DELIS ORTIZ São Paulo A repórter caminha pelo Memorial da Resistência</p> <p>A repórter abre a porta de uma cela. Close no chão, nos colchões e na parede</p> <p>Imagens mostram a cela do lado de fora.</p>	<p>OFF - O verdadeiro nome nem o segundo marido, companheiro de militância, sabia.</p> <p>SOBE SOM - “Quando ela foi presa, que os jornais publicaram a prisão dela, é que eu soube o verdadeiro nome dela. A Dilma, como todos nós, tivemos vários nomes. O mais marcante dela foi Vanda”.</p> <p>SOBE SOM - Música em tom de suspense OFF- Sabe-se que Dilma atuou em grupos que pegaram em armas para combater a ditadura e lutar por um Brasil socialista.</p> <p>Gilberto Vasconcelos, companheiro de militância de Dilma Rousseff, conta que Dilma tinha apenas tarefas de organização nos grupos.</p> <p>SOBE SOM - “Ela nunca, absolutamente, teve nenhum momento em que ela tenha praticado uma ação violenta. Nenhuma. Absolutamente nenhuma”.</p> <p>SOBE SOM - música de suspense OFF - Dilma caiu na clandestinidade. Peregrinou de Minas para o Rio, do Rio para São Paulo e acabou presa na maior cidade brasileira, na Rua Augusta, em 16 de janeiro de 1970.</p> <p>Parte deste prédio, que hoje é o Memorial da Resistência, guarda um rico pedaço da história sombria do Brasil. Aqui foi o quartel general da repressão, onde funcionava o Dops, o temido Departamento de Ordem Política e Social.</p> <p>E Dilma Rousseff passou por aqui. Ocupou uma cela como essa. Neste lugar, ela também foi torturada.</p> <p>SOBE BG - música em tom sombrio</p>
--	--

<p>Imagens de Dilma durante pronunciamento no Senado. Plano geral mostra plenário</p> <p style="text-align: center;">DILMA ROUSSEFF (reprodução de fala de Dilma, durante pronunciamento no Senado)</p> <p>Imagem mostra o mapa do Brasil. Close no estado do RS, com foto de Dilma sobreposta. Imagem de Dilma, de pé, em reunião; foto com a filha nos braços; imagem de Dilma em entrevistada, sentada.</p>	<p>OFF - Ficou presa por dois anos e quatro meses. Uma das raras vezes em que Dilma falou sobre a história foi como ministra, no Senado, em resposta a um político da oposição.</p> <p>SOBE SOM - “Eu fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores, compromete a vida dos seus iguais. Entrega pessoas para serem mortas”.</p> <p>SOBE SOM - Música de suspense</p> <p>OFF - Ao deixar a cadeia, Dilma foi reconstruir a vida no Rio Grande do Sul. Foi onde se formou em economia, onde teve a única filha, Paula, e onde deu início à carreira na Administração Pública.</p>
---	--

JN 1º/11/2010 Matéria 2 - Cláudia Bomtempo	
Estúdio Bonner - VIVO -	Vamos seguir vendo as reportagens que nós temos para mostrar aqui. Agora a gente vai ver o próximo capítulo...
Estúdio Dilma, na bancada, interrompe - VIVO -	O próximo capítulo...
Estúdio Bonner - VIVO -	O próximo capítulo é com a repórter...
Estúdio Dilma - VIVO -	É uma novela?
Estúdio Bonner - VIVO - Imagens do entrevistado, dentro do carro, dirigindo. Imagens de Dilma sentada em uma mesa de reunião conversando com outras pessoas (alternância entre plano médio e close)	Não, é quase isso. Bom poderia ser uma novela de grande sucesso. No seu caso, eleita presidente da República (risos). Vamos lá. A reportagem é da Cláudia Bomtempo.
Entrevista - JOEL FONTOURA PAZ Motorista Imagens do entrevistado, dentro de um carro	OFF - O motorista Joel se lembra bem do jeito firme da antiga chefe. A presidente da Fundação de Estatística do Rio Grande do Sul não gostava de perder tempo.
	SOBE SOM - “Só uma vez aconteceu um caso, em Santa Cruz, ela foi numa palestra lá. Ela gostava sempre dos horários né, e eu achei que fosse demorar. E eu precisava cortar o cabelo. E ela chegou no carro e eu não estava”.
	SOBE BG repórter perguntando: “ela ficou brava?” “Ficou brava”.
Imagens de Dilma, alternadas entre plano médio e close, conversando, dando entrevista, durante reuniões, discursando atrás de um púlpito	OFF - O estilo de comando da administradora Dilma Rousseff foi forjado nos primeiros cargos, que ela ocupou no Rio Grande Sul. Ela militou no PDT até 2000 e, em 2001, entrou para o PT. Foi secretária de Fazenda em Porto Alegre, secretária Estadual de Minas e Energia. Em 2003 levou o seu estilo para Brasília, quando o então presidente Lula lhe entregou o cargo de ministra.
Passagem - CLÁUDIA BOMTEMPO Brasília A repórter está dentro de uma sala que identifica um gabinete ministerial de trabalho,	Dilma Rousseff comandou o ministério de Minas e Energia por dois anos e meio. Daqui foi chamada para um novo e urgente desafio.

<p>com a foto de Lula na parede ao fundo, vai caminhando e a imagem é cortada.</p> <p>A repórter reparece andando, imagem com close nos pés e em seguida abre para plano americano. Ela está em frente ao Palácio do Planalto</p> <p>DILMA ROUSSEFF - Trecho de arquivo com entrevista dela</p> <p>Imagens de Dilma discursando e em um evento do PAC</p> <p>LULA - Trecho de arquivo de discurso do ex-presidente durante evento do PAC</p> <p>Imagens de eventos do Minha Casa, Minha Vida; de petróleo e de embarcação no mar</p> <p>Imagem de Lula, em close, abrindo em seguida para plano geral. A imagem mostra uma reunião</p> <p>Entrevista PAULO BERNARDO Ministro do Planejamento</p>	<p>Em junho de 2005 o governo Lula atravessava uma crise política com a queda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Dilma foi escolhida pelo presidente Lula para ocupar o lugar de Dirceu aqui, no Palácio do Planalto. Saía um interlocutor político, entrava a gerente Dilma, com a missão de coordenar as ações do governo.</p> <p>SOBE SOM - “A gente reconhece que o problema existe e toma as medidas capazes de solucioná-lo”.</p> <p>OFF - Na Casa Civil, Dilma comandou o principal programa do governo, o PAC, de aceleração do crescimento.</p> <p>SOBE SOM - “A Dilma é uma espécie de mãe do PAC. É ela que cuida, é ela que acompanha”.</p> <p>OFF - Foi responsável ainda pelo programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; toda a preparação para a exploração do petróleo do pré-sal.</p> <p>E era encarregada de coordenar o trabalho dos colegas. Nessa tarefa ganhou fama de durona. Em março, quando deixou a Casa Civil para ser candidata, Dilma ouviu o próprio presidente Lula bem-humorado, dizer, que muitos saíam do gabinete dela para se queixar com ele.</p> <p>SOBE SOM - “A Dilma, de fato, às vezes é até dura, durona mesmo, pra fazer cobrança, pra ter respostas. Então, a equipe acaba se alinhando e procurando fazer as coisas que tem que fazer pra depois não ser cobrado”.</p>
--	---

JN 1º/11/2010 Matéria 3 - Cristina Serra	
<p>Estúdio Bonner - VIVO -</p> <p>VT -</p> <p>Imagens de Dilma em reuniões, cercada de homens na mesa, ao seu redor; imagem do dia em que foi feita a foto de todos os ministros do governo Lula.</p> <p>Imagem de Dilma, com close nela, dando entrevista. A imagem é congelada e, de colorida, passa a preto e branco</p> <p>Imagem de Dilma ao lado de Lula, sentados, e depois se abraçando. Em seguida, duas imagens de Dilma dividem a mesma tela, lado a lado</p> <p>Imagem de Dilma e de médicos durante entrevista coletiva no Hospital Sírio Libanês. Em seguida, imagens de Dilma em diferentes momentos, com diferentes visuais, passam rapidamente na tela</p> <p>DILMA ROUSSEFF Reproduz-se parte de pronunciamento da candidata, em campanha</p> <p>Foto de Dilma com o neto nos braços (começa com o plano geral e segue, aproximando, com um close)</p> <p>DILMA ROUSSEFF (trecho de entrevista da candidata durante</p>	<p>Bom, vamos prosseguir? Agora acho que seria o capítulo final das reportagens preparadas. A gente vai ver o que é que tem de histórico na sua eleição, como nós dissemos desde o início dessa edição do Jornal Nacional. É a reportagem da Cristina Serra que a gente vê agora.</p> <p>OFF -</p> <p>De Ministra a presidente foi uma trajetória desbravando mundos masculinos. Na foto oficial, do início do governo Lula, era uma das poucas mulheres.</p> <p>Mas Dilma Rousseff se tornou a ocupante mais poderosa da Esplanada.</p> <p>Quando o presidente Lula emitiu os primeiros sinais de que ela seria a escolhida para sucedê-lo, (SOBE BG - a música é uma espécie de dedilhado no violão) Dilma passou pela primeira transformação física: uma cirurgia plástica.</p> <p>Mas um adversário inesperado surgiu em seguida. O câncer no sistema linfático provocou um susto e novas transformações na aparência da ministra.</p> <p>SOBE BG - nova música, em tom mais animado</p> <p>OFF -</p> <p>Recuperada, Dilma, de novo visual, percorreu o país em campanha.</p> <p>SOBE SOM -</p> <p>“E vou ser, com a graça de Deus e o voto de vocês, a primeira mulher presidente da República”.</p> <p>SOBE BG -</p> <p>OFF -</p> <p>Ainda no primeiro turno, a chegada do neto Gabriel foi um presente.</p> <p>SOBE SOM -</p> <p>“Mãe acha que vai quebrar, né. Vó sabe que</p>

<p>evento)</p> <p>Foto de Erenice Guerra, em preto e branco, seguida de imagens dela, dando entrevistas e com o microfone em mãos. Imagens de Dilma durante votação</p> <p>Imagem de Lula, caminhando, ao lado de diversos aliados</p> <p>LULA (trecho de fala do então presidente ao lado dos aliados)</p> <p>Imagens de Lula ao lado de Dilma nas ações da campanha e no programa do partido na TV</p> <p>LULA (trecho de pronunciamento de Lula, ao lado de Dilma, em campanha)</p> <p>Imagens de Lula discursando</p> <p>Passagem CRISTINA SERRA Brasília (a repórter está em frente ao Palácio do Planalto. Atrás dela, membros do Batalhão da Guarda Presidencial descem a rampa)</p> <p>Imagens de Dilma, sorridente, com os braços levantados, em comemoração</p> <p>Entrevista - HELVÉCIO RATTON Cineasta</p>	<p>não quebra. Eu tô hoje meio boba”.</p> <p>SOBE BG - música em tom sombrio OFF - As denúncias contra a sucessora dela na Casa Civil, Erenice Guerra, foram um transtorno inesperado. Para muitos analistas, este foi o principal motivo do segundo turno e a vitória nas urnas foi adiada em um mês.</p> <p>Já no primeiro dia da nova fase da disputa, Lula reuniu aliados eleitos e convocou todos para se dedicar à vitória de sua candidata.</p> <p>SOBE SOM - “Vamo trabalhar gente, vamo trabalhar”</p> <p>OFF - O próprio presidente intensificou sua participação no programa político e nos palanques estaduais. Carreatas, passeatas, comícios. Lula estava ao lado de Dilma em todo o país.</p> <p>SOBE SOM - “Essa companheira pelo caráter, pela coragem, pela firmeza ideológica, pelos compromissos de vida dela, não vai permitir que o Brasil volte ao passado, que o Brasil volte a ser dependente”.</p> <p>OFF - Em alguns momentos, ele chegou a ir sozinho a eventos de campanha.</p> <p>Aos 62 anos, Dilma Rousseff é a primeira mulher a chegar ao posto mais alto da República, a presidente de 190 milhões de brasileiros. Ao subir a rampa do Palácio do Planalto e receber a faixa presidencial ela vai fazer história.</p> <p>OFF - A chegada de uma mulher ao poder (SOBE BG - multidão aplaude e canta “Olê, olê, olá”) desperta a admiração dos amigos.</p> <p>SOBE SOM - “Eu acho que vai ser, vai ser bom pro Brasil, sabe, a gente ter de repente essa mudança de sair tantos personagens masculinos e de repente entrar uma protagonista feminina”.</p>
--	--

<p>Imagens de comícios, campanhas, de Dilma e Lula se cumprimentando</p> <p>DILMA ROUSSEFF (trecho de fala dela, detrás de um púlpito. Ao fundo, banner com os símbolos de sua campanha)</p>	<p>OFF - No dia em que a candidatura tornou-se oficial, a ministra que Lula quis transformar em presidente fez um discurso de reconhecimento a ele e também antecipou a ideia que a maioria dos eleitores brasileiros aprovaria, nas urnas, em 31 de outubro.</p> <p>SOBE SOM - “Não é por acaso que depois desse grande homem o nosso Brasil possa ser governado por uma mulher. Por uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula, mas que fará um Brasil (SOBE BG, música em tom animado, doce) de Lula com alma e coração de mulher”.</p>
---	---

Anexo II

Revista Istoé: corpus empírico da pesquisa



O jeito de comandar

Perfeccionista, exigente e obcecada por resultados, ex-ministra adotou estilo de chefia mais próximo ao de executivos do setor privado do que de burocratas do poder público

Sérgio Pardellas e Yan Boechat



DECISÃO

Em todas as discussões que comanda, Dilma sempre tem a última palavra

Quando assumir o mais alto posto de comando do País, na manhã do dia 1º de janeiro, Dilma Rousseff estará entrando em um ambiente que lhe é familiar. E isso não se deve ao fato de ela ter passado os últimos anos trabalhando a poucos metros do gabinete que vai ocupar agora. Mais do que um “animal político”, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gosta de descrevê-la, Dilma é uma executiva nata, exigente e obcecada por resultados. A presidente eleita gosta de mandar.

Foi esse estilo que conquistou Lula. O estilo direto e eficaz, tão raro no serviço público, que permitiu à então ministra formar as bases do marco regulatório do setor elétrico de sua gestão, a catapultou para a Casa Civil após a saída de José Dirceu. Com a missão de fazer o governo andar, Dilma, mais do que nunca, adotou a postura de uma executiva ávida por resultados e que nunca aceita um não como resposta. “A sensação que tínhamos ao conversar com ela era de que não estávamos tratando com alguém do governo, mas sim com alguém da iniciativa privada”, afirma o presidente de uma das maiores empresas de construção civil do País, que participou de mais de uma dezena de reuniões com a presidente na época em que eram definidos os detalhes do programa Minha Casa Minha Vida. “Ela define objetivos e prazos, e não aceita que eles não sejam cumpridos.”

O ambiente na Casa Civil, nos tempos da ex-ministra e na campanha de Dilma à Presidência, era de permanente pressão. Intransigente com erros, Dilma cobra diuturnamente de secretários, assessores e quem estiver sob seu comando. Durante o período que coordenou a Casa Civil, nem mesmo os ministros, que na teoria são subordinados apenas ao presidente, escapavam de suas cobranças. Antes de se desincompatibilizar da Casa Civil, se um cronograma não era cumprido pelos demais ministros, Dilma, a pedido do presidente, entrava em cena para saber o que dera errado. Em reunião, no ano passado, com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e integrantes do Ibama, Dilma ordenou, de forma ríspida, que era proibido entregar estudo ambiental incompleto. “Isso é o mesmo que zero”, explicou.

Dilma é o que se convencionou chamar de workaholic. Mesmo durante a recuperação de um câncer linfático, no ano passado, alterou muito pouco sua carga de trabalho diária. Trabalhava 13 horas por dia. Reduziu em apenas três. No auge da disputa eleitoral, Dilma chegou a dormir de

três a quatro horas por noite. Não raro, a presidente eleita exige a mesma dedicação de seus subordinados, que precisam adequar suas agendas à dela. Se o trabalho não vem benfeito, a reprimenda, normalmente, é pública. Muitas vezes, inclusive, diante do testemunho de colegas.

O estilo, incomum no setor público, pode desagradar a subordinados, mas, de acordo com ministros do governo, costuma dar certo. “O presidente Lula sempre elogiou essa maneira de Dilma conseguir resultados. Ela faz as coisas acontecerem”, diz Franklin Martins, ministro da Comunicação Social. Ela própria admite: é extremamente rigorosa. Em entrevista à ISTOÉ, ainda em 2009, quando comandava o Ministério da Casa Civil, Dilma revelou como gosta de trabalhar. “Faço o advogado do diabo. Questiono até o limite. Isso gera estresse, mas acho que todos aprendem”, disse. “Sei que tenho que lidar com situações conflitantes. Faz parte do meu trabalho.”

Pressionados, os interlocutores fazem cara feia. Muitos falam mal dela pelas costas. Dilma não se importa. Desde que o resultado final seja satisfatório. “Tenho mesmo essa capacidade de gerenciar. Mas eu trabalho junto”, costuma repetir. Em toda campanha, Dilma ouviu mais do que o usual. Entre seus principais interlocutores estavam, além do presidente Lula, o deputado José Eduardo Cardozo, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, e o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. Mas, embora estivesse sempre bem acompanhada de políticos experientes, não perdeu o seu estilo. Acatou conselhos, só que nunca deixou de dar a palavra final. Foi assim durante a definição da agenda da campanha, autorização para entrevistas e até na hora de articular os palanques e alianças regionais. “Ela é quem manda. Eu recebo ordens”, repete Palocci toda vez que especulam sobre sua grande influência na campanha.



COMANDO

A presidente eleita não aceita adiamentos sem justificativa em prazos combinados

De Isabel a Dilma

*Uma trajetória de lutas garantiu mais espaço para que as mulheres conseguissem chegar à
Presidência da República*

Eliane Lobato



UMA VIAGEM

Da princesa Isabel (à esq.) a Dilma (à dir.), as mulheres melhoram a sociedade brasileira

A primeira mulher a exercer o mais alto posto de poder no Brasil carregava várias mulheres no nome: Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon. Ou, simplesmente, princesa Isabel. Filha herdeira de dom Pedro II, ela substituiu o imperador nos seus longos períodos de viagem pelo Exterior. Mais de um século depois, pôde surgir a segunda: Dilma Rousseff. Entre a princesa e a mulher eleita pelo voto, há uma vitória coletiva a ser contada. Para fazer esta viagem, as brasileiras escreveram uma história de luta que, aos poucos, tornou o Brasil um país melhor. Em 13 de maio de 1888, Isabel foi a soberana humanista que assinou a Lei Áurea, acabando com a vergonha da escravidão. Agora, Dilma chega à Presidência da República embalada num programa em que os avanços sociais estão entre as principais promessas.

A plebeia Dilma é, de certa forma, fruto da árvore plantada pela nobre Isabel. A Abolição que imortalizou a princesa escancarou as portas do País para os imigrantes europeus, que vieram em levadas ocupar, como trabalhadores pagos, espaços deixados no campo pela emancipação dos escravos. Dilma é filha de um imigrante búlgaro, que, décadas depois do fim do Império, enxergou no Brasil uma terra de oportunidades. Tal qual a atual soberana, a princesa do século XIX tinha sangue europeu – uma miscigenação de etnias brancas do Velho Continente. Nas veias da presidente eleita corre também sangue brasileiro, herdado da mãe mineira. Quando moças, ambas tiveram o melhor que a educação de suas épocas e seus “reinos” poderia oferecer. Isabel, criada em palácios, não foi à escola – os mestres iam a ela e levavam-lhe uma formação humanista, sintonizada com a realidade europeia, onde o mundo fervilhava em discussões que não chegavam ao arcaico Brasil Império. Os Rousseff, por sua vez, encaminharam seus filhos aos melhores colégios de Belo Horizonte, os encheram de livros e os aproximaram das artes e das pessoas que respiravam os ventos revolucionários que a juventude europeia e americana fazia soprar nos anos 1960. Ambas são políglotas e, curiosa semelhança, são filhas de um Pedro. A vocação abolicionista de Isabel ajudou a encurtar o reinado do pai, dom Pedro II, mas esse talvez seja o menor dos seus efeitos transformadores para o Brasil. A eleição de Dilma não vai gerar mudanças no sistema político vigente, mas espera-se dela a consolidação da abolição da pobreza no País como a base para um longo período de avanços.

Dilma, como presidente, passará a despontar como uma das mulheres mais poderosas do mundo. O seu Brasil é uma potência global, não o gigante periférico que Isabel governou nas

ausências do imperador. Mais desenvolvido, menos desigual, mas ainda não totalmente justo com a condição feminina. A princesa foi uma reluzente exceção, de caráter hereditário, ao fazer sua voz ser ouvida num universo esmagadoramente masculino. Dilma foi consagrada nas urnas por homens e mulheres. Se não pode mais ser considerada exceção, também não é regra, principalmente na política. São do sexo feminino 51,8% dos eleitores brasileiros, mas elas não têm, como nunca tiveram, proporcional representação. Na atual legislatura, as mulheres ocupam menos de 10% das cadeiras no Congresso. Nem mesmo uma lei que cria cotas de 30% por partido para as candidatas é cumprida. Nesta eleição, apenas cerca de 20% dos concorrentes eram mulheres. Aí, sim, a importante exceção era a disputa presidencial: entre os três mais votados no primeiro turno, além de Dilma, estava Marina Silva, do PV. Já não é uma única andorinha a tentar fazer um verão que custa a chegar para elas.

As mulheres brigaram muito pelo direito de votar e serem votadas. Berta Lutz, bióloga paulista que havia estudado na Sorbonne, em Paris, fundou em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que deu origem ao movimento sufragista feminino no Brasil. As primeiras brasileiras a obterem títulos de eleitor, no entanto, foram duas professoras potiguanas, em 1927: Celina Guimarães Viana e Júlia Alves Barbosa comandavam a luta pelo direito de voto das mulheres no Rio Grande do Norte. Um ano antes de o Brasil se convencer da justiça da mudança, Celina e Júlia conseguiram aprovar uma lei estadual nesse sentido e requereram seus títulos. No ano seguinte, houve outro marco histórico: Alzira Soriano se tornava a primeira prefeita eleita do Brasil, em Lajes, também no avançado Rio Grande do Norte de então – foi, porém, cassada por Getúlio Vargas logo após assumir. Depois das vitórias das precursoras, o avanço das mulheres na área política ocorreu de forma lenta. Foram necessários 58 anos para que o Brasil tivesse uma governadora: Iolanda Lima Fleming, que assumiu o governo do Acre em 15 de maio de 1986.

Antes do direito de voto, a proximidade das mulheres com o poder no Brasil era fortuita. Na história, saltam os nomes de três poderosas de fama: a marquesa de Santos, Chica da Silva e Anita Garibaldi. Mas o poder de todas elas derivava do fato de terem se tornado mulheres ou amantes de homens ricos e influentes. Domitila de Castro (1797-1867), a marquesa de Santos, foi amante de dom Pedro I. Poucas pessoas sem mandato tiveram tanta influência política quanto ela em sua época. A segunda famosa, Chica da Silva, uma ex-escrava, cresceu à margem de leis protetoras. Seu nome era Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796). Ela conseguiu ser alforriada e, muito rica, dedicou-se a furar o bloqueio em instituições exclusivas de brancos. Por fim, Anita Garibaldi (1821-1849), que entrou para a história acompanhando o libertário Giuseppe Garibaldi nas lutas republicanas do Sul do Brasil.



	Educação	Educação
	Estudou no melhor colégio de Minas Gerais, o Sion, onde as alunas falavam francês e latim. Adorava matemática	Não frequentou escolas, mas teve mestres particulares. Aprendeu línguas e tornou-se especialista em
	Formação	Formação
	Preferia os livros, desde a mais tenra idade. Adolescente, leu obras completas de Jorge Amado e Émile Zola	Gostava muito de teatro. Era comum interpretar os principais papéis nas peças dos amigos de seus pais
	Política	Política
	O despertar para a política foi aos 14 anos, quando teve contato com grupos de esquerda. Mais tarde, virou	A causa abolicionista entrou em sua vida ainda jovem. Ela comprava alforria de negros e chegou



POLÍTICA

Carlota Pereira foi a primeira deputada eleita para a Assembleia Constituinte, em 1933

Mulheres inteligentes, mulheres talentosas, mulheres bonitas. Seja a designação que for, há, cravadas na memória popular, representantes de todas as áreas responsáveis por conquistas que permitiram a ascensão do poder feminino. Exemplo disso pode ser comprovado pelo papel das mulheres no desenvolvimento cultural do País em qualquer tempo. A princesa Isabel, por exemplo, teve contemporâneas de alta estirpe, como a compositora e pianista Francisca Edwiges Neves Gonzaga, mais conhecida como Chiquinha Gonzaga (1847-1935). Filha de uma mulata com um militar, a artista também lutou em defesa da abolição. Chiquinha enfrentou muitos preconceitos tanto na vida pessoal quanto na artística. No primeiro caso, por ter ousado separar-se de dois maridos e, aos 52 anos, iniciar uma relação amorosa com um jovem de 16 anos. Na arte, escandalizou ao botar seu piano a serviço da polca e de outros ritmos menos nobres, revolucionando a identidade musical do País. Chiquinha era amiga de Nair de Teffé von Hoonholtz (1886-1981), a primeira caricaturista do mundo. Casada com o presidente da República Hermes da Fonseca, Nair abriu o Palácio do Catete, no Rio, para saraus ao som de maxixes, tangos, lundus, quadrilhas, mazurcas, choros. A primeira-dama provocou indignação da elite, mas agradou ao povo.



A DAMA DO PIANO E DO CHORO

A compositora Chiquinha Gonzaga escandalizou a sociedade brasileira

As mudanças de costumes são as que provocam mais resistência em qualquer sociedade, e por aqui não foi diferente. Para ser sacudido, o Brasil precisou de personagens polêmicos como a dançarina Luz del Fuego (1917-1967), nome artístico de Dora Vivacqua. Ela trouxe da Europa, onde estudou, a filosofia de vida natural e vegetariana, sem drogas e bebidas alcoólicas. Queria popularizar o naturismo, mas o que mais chamava a atenção eram os shows que fazia seminua e enrolada em cobras jiboias. A dançarina acabou tachada de louca e internada em hospícios para tratamentos com choques elétricos. A atriz Leila Diniz (1945-1972) foi outro ícone no avanço de costumes para a mulher brasileira. Era irreverente, inteligente e

provocadora, sem nenhum apego a tradições. Ao morrer de acidente aéreo com apenas 27 anos, Leila já tinha conquistado o País, debochando do conservadorismo em pleno regime militar.

Também não faltam na trajetória do feminismo no Brasil histórias de obstinação como a da psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999), que passou a vida trabalhando para acabar com os tratamentos agressivos e desumanos com que a medicina tratava doentes psiquiátricos. Chamada de comunista, chegou a ser presa em 1936. Viveu na clandestinidade, mas nunca parou de contribuir para aprimorar o País. Muitos dos direitos que as mulheres têm hoje, em especial no campo de trabalho, resultam das lutas dessas várias gerações de feministas. Cada uma por seu lado permitiu que a sociedade se aprimorasse. Ainda há muito que caminhar nessa estrada, mas a certeza de que é possível construir um país com direitos abrangentes para gêneros e classes diferentes é maior agora. O motivo é bastante simples: brasileiros e brasileiras elegeram uma mulher presidente. E isso não foi um episódio isolado.

À FRENTE DE SEU TEMPO
Em diferentes épocas e em diversas áreas, as mulheres brasileiras romperam paradigmas e abriram caminho para as novas gerações

1913



Nair de Teffé
Esposa de Hermes da Fonseca, foi a primeira cartunista brasileira. Sob o pseudônimo de Rian, ganhou fama pela crítica aos políticos e à elite nacional

1922



Anésia Pinheiro Machado
Pioneira no setor de aviação no Brasil, tirou o brevê internacional em 1922 e entrou para a história como a primeira mulher

1932



Maria Lenk
Ela foi a primeira nadadora brasileira a participar de uma Olimpíada e a primeira mulher a estabelecer um recorde mundial

1950



Vera Valdès
Nascida Vera Barreto Leite, foi a primeira modelo brasileira a fazer sucesso no Exterior tanto pela beleza quanto pela inteligência. Desfilou para nomes como Coco Chanel

1960



Maria Esther Andion Bueno
Grande tenista brasileira, ela foi a primeira mulher a vencer os quatro torneios do Grand Slam. Conquistou, no total, 589 títulos em sua carreira

1977



Rachel de Queiroz
Escritora, ela foi a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras. Na votação, venceu o jurista Francisco

2007



Taís Araújo
A ex-modelo e hoje consagrada atriz foi a primeira atriz negra a protagonizar uma novela em horário nobre na Rede Globo

1968, o ano que enfim terminou

A geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura militar brasileira chega ao poder

Delmo Moreira



Se Dilma Rousseff tivesse escapado daquele arrastão policial, seu destino provavelmente seria outro. Eram tempos estranhos. Dilma foi presa numa operação que mandou para os porões da repressão uma leva de militantes da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR), grupo político que ela integrava. Durante 22 dias, foi moída a pancadas e choques elétricos por torturadores do Exército. Ficou quase três anos na prisão. É possível imaginar que, se não tivesse sido capturada pelas três equipes de agentes que a cercaram no centro de São Paulo no dia 16 de janeiro de 1970, Dilma teria seguido sua militância na VAR. Dois anos depois, então, ela poderia ser uma das pessoas escondidas na casa de número 8.695 da avenida Suburbana, no bairro de Quintino, no Rio de Janeiro. Tratava-se de um “aparelho” da VAR, como se chamavam os endereços clandestinos. Dilma talvez estivesse ali no lugar de Lígia Maria Salgado Nóbrega.

Lígia nasceu em 1947, como Dilma. Levava uma típica vida de classe média em São Paulo, semelhante a que Dilma tinha em Belo Horizonte. Em 1964, Lígia iniciou o curso de normalista no Colégio Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, enquanto Dilma entrava no Colégio Central, na



A DILMA QUE MORREU
As vidas de Lúcia Nóbrega (foto) e
Dilma se cruzaram.
Mas a ditadura determinou um
destino diferente para as duas

capital mineira. Ambas começaram a se interessar por política nessa época. Em 1967, Lúcia ingressou na Faculdade de Pedagogia, da USP. Dilma, na Faculdade de Economia, da UFMG. A exemplo de Dilma, Lúcia era frequentadora assídua do centro acadêmico. Míope, pendurava no rosto miúdo óculos grossos, parecidos com os que Dilma usava. Ela era baixinha, tinha os cabelos castanhos curtos, repartidos ao meio. Antigos colegas se lembram de sua voz firme nas assembleias, quase uma surpresa para o jeito quieto que cultivava. No final de 1969, Lúcia se vinculou a uma célula da VAR em São Paulo. Dilma fez o mesmo em Minas. No ano seguinte, as duas já eram militantes perseguidas pela polícia. Ao contrário de Dilma, Lúcia conseguiu safar-se das quedas sofridas pela VAR em 1970 e se escondeu no Rio. Manteve-se na clandestinidade até aquele 29 de março de 1972, quando policiais do Dops varejaram o aparelho de Quintino. Houve tiroteio no local e um militante conseguiu fugir. Os outros

três que estavam na casa foram presos: Lúcia com um tiro no braço, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo com um tiro na perna e Antônio Marcos Pinto de Oliveira sem ferimentos aparentes. No dia seguinte, o corpo de Lúcia deu entrada no IML, vindo do Dops carioca. Tinha escoriações e manchas escuras pelas costas e a marca inequívoca da execução: um

tiro na cabeça. Lúcia ia fazer 25 anos e estava grávida de dois meses. A família do carioca Antônio Marcos recebeu seu corpo num caixão fechado. Ex-seminarista e poeta, ele havia morrido, segundo a autópsia, por “feridas transfixantes de tórax e abdome”, que lhe perfuraram vários órgãos internos. O corpo de Maria Regina, 34 anos, filha de um pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, formada em filosofia, também chegou ao IML no dia 30. Assim como Lúcia, ela levara um tiro na cabeça. Hoje, Lúcia Salgado Nóbrega é o nome de uma praça comunitária em Cidade Ademar, no subúrbio paulistano.

A vida sempre andou por um triz para os jovens da geração de 68 que enfrentaram o regime militar. A diferença da sorte de Dilma e Lúcia é que, entre a prisão de uma e o assassinato da outra, a ditadura tinha mudado. Em 1968, o Exército havia aprendido a torturar, sempre justificando a ignomínia com o combate ao perigo terrorista. No ano seguinte, com a prática da tortura já disseminada, passaram a ser registradas algumas mortes em dependências oficiais. A maioria era de vítimas dos tenebrosos “acidentes de trabalho” dos torturadores. Em 1971, apenas um ano após a prisão de Dilma, passou a ser raro sair vivo dos porões da ditadura. A máquina da repressão tinha sido orientada para o extermínio, a eliminação total dos adversários. Os militares, então, operavam centrais como a Casa da Morte, em Petrópolis, no Rio, de onde ninguém escapou com vida. Em 1971 a repressão matou 50 pessoas, superando os 29 assassinatos do ano anterior. Entre dezembro de 1972 e outubro de 1973, houve 43 mortes.

Para uma parcela dos jovens da época, portanto, não é exagero falar em sobreviventes. Em 1988, quando se comemoravam os 20 anos de 68, Vladimir Palmeira, um dos ícones das manifestações estudantis que deram cara ao período, se lastimava: “A minha geração é a um só tempo gloriosa e angustiada: fomos presos, torturados, mortos, exilados e não conseguimos chegar a lugar nenhum.” Palmeira estava, então, participando da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, que, apesar da idade, era um típico produto da geração de 1977, a que apressou o fim de ditadura militar. “Veja só, hoje apoio um sujeito da minha idade, mas que em 1968 era um reacionário”, constatava.

A CARA DO ANO

Os acontecimentos mais marcantes de 1968 por todo o mundo

Ofensiva vietcongue muda opinião pública nos EUA. Aumentam protestos contra a guerra



JANEIRO

ALN explode bomba no consulado dos EUA em São Paulo

O estudante **Edson Luís de Lima Souto** é morto na manifestação no restaurante Calabouço. Estudantes protestam e param o Rio



MARÇO

O musical "Hair!" estreia na Broadway

Greve de trabalhadores em Contagem, Minas

Manifestações estudantis em Roma, Milão, Londres, Madri, Varsóvia e Nanterre

Assassinado nos EUA o líder negro **Martin Luther King**



ABRIL

Greve de operários em São Bernardo do Campo e Osasco

Em Paris estudantes ocupam a Sorbonne. **Choques** pelas ruas deixam 365 feridos



MAIO

A VPR explode bomba no QG do II Exército, matando um soldado

Assassinado Robert Kennedy nos EUA

Passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro



JUNHO

A ALN assalta vagão pagador da Santos-Jundiaí

A União Soviética invade a Tchecoslováquia. É a Primavera de Praga

Colina mata no Rio o major alemão Edward von Westernhagen

O Comando de **Caça aos Comunistas** depreda teatro em que era encenada "Roda Viva"



JULHO

O Congresso Nacional começa a denunciar torturadores do Exército

No Festival Internacional da Canção, no Maracanzinho, no Rio, Geraldo Vandré levanta a plateia com "Pra Não Dizer que Não Falei de Flores"

No Festival de Música Brasileira, no Tuca, em SP, **Caetano Veloso** é validado com "É Proibido Proibir"



SETEMBRO

A VPR mata o capitão americano Charles Chandler

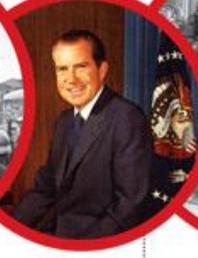
Congresso estudantil em Ibiúna acaba com 920 presos



OUTUBRO

Richard Nixon é eleito presidente dos EUA

Beatles lançam o "Álbem Branco"



NOVEMBRO

O PIB do ano fecha com crescimento de 9,8%. Começa o "Milagre Brasileiro"

A ditadura baixa o **AI-5**, a imprensa é censurada e centenas são presos

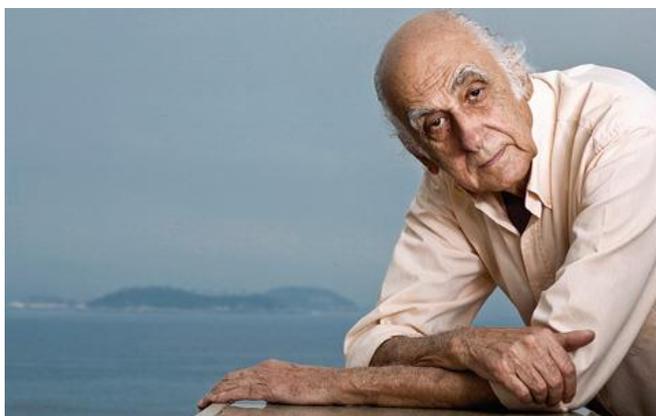


DEZEMBRO

O destino perdedor que afligia Palmeira estará superado quando Dilma subir a rampa do Palácio do Planalto para sua posse, no dia 1º de janeiro: 1968, enfim, terá terminado. "A minha geração é vencedora", comemora agora o ex-ministro José Dirceu. "Chegou ao lugar que merece", disse ele à ISTOÉ. Ainda um influente dirigente do PT, José Dirceu segue sem condições políticas de assumir cargos públicos. Outras figuras centrais de 68, no entanto, chegam ao poder ao lado de Dilma cotadas até para ocupar ministérios. O ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, amigo íntimo da presidente eleita, é um deles. Pimentel foi um ativo militante da VAR, o mesmo grupo de Dilma e Lúcia. Também pertenceram às organizações armadas o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8), o assessor da presidência Marco Aurélio Garcia (Partido Operário Comunista, POC), o ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc (VAR) e mais uma penca de secretários e assessores do atual governo. Todos são entusiastas dos velhos tempos. Marco Aurélio Garcia, que era conhecido como

Mag nos grupos clandestinos, já disse que os anos 60 foram “um momento luminoso do século passado.” No livro “1968, O Ano que Não Terminou”, do jornalista Zuenir Ventura, Franklin Martins recordou: “Não nos preocupava tanto se íamos ou não vencer. Estávamos preocupados em lutar.” Martins comandava colunas de estudantes nas passeatas de 68 e, no ano seguinte, participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Hoje ele se considera mais reformista, embora diga que ainda guarda um tanto do espírito da época: “A justiça social continua sendo o que me movimenta na política”.

Especialista em 68, Zuenir Ventura defende que a turma que pegou em armas para combater a ditadura representa apenas uma parcela daquele ano cheio de sonhos e mudanças. “E não foi com um discurso revolucionário que este pessoal venceu eleição”, disse ele à ISTOÉ. As facções da luta armada eram uma retumbante minoria. Em 1971, num informe ao Senado americano, o diretor da CIA, Richard Helms, afirmou que “o número de pessoas metidas com terrorismo no Brasil nunca passou de mil.” Os militares brasileiros, interessados em superestimar o perigo vermelho, foram mais pródigos nas estimativas. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante em São Paulo do Destacamento de Operações Internas do Exército, o famigerado DOI, contou 1.650 militantes nas diferentes organizações armadas, entre 1968 e 1974 (veja quadro na página seguinte). Grupos temidos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, não tiveram mais do que 250 membros ao longo desses anos. A VAR, de Dilma, Pimentel e Minc, outros 200. O POC, de Marco Aurélio Garcia, juntava apenas 30 pessoas, segundo Ustra. Quando se fala em geração, contudo, sempre se está referindo ao que houve de emblemático num determinado tempo. O lado escolhido como representativo não precisa ser majoritário. A revolução sexual, por exemplo, não significou mais que desejos torturantes para a grande e maioria das pessoas da época, jovens ou velhos. Da mesma forma, foram poucos os que embalados pelas drogas partiram para viagens psicodélicas ou tiveram epifanias coloridas a bordo de um submarino amarelo.

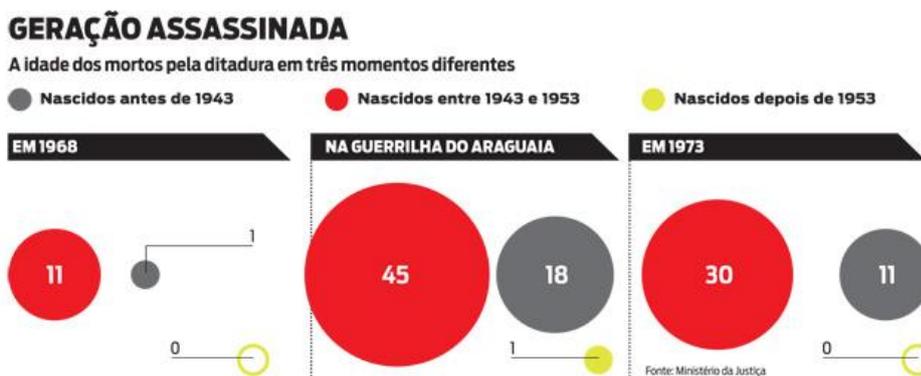


PARA TODOS OS GOSTOS
1968 juntou sonhos e mudanças. Zuenir
Ventura (foto) mostra que a luta armada foi
apenas seu emblema

Houve 68 para todos os gostos. “Era o êxtase da história”, definiu o sociólogo francês Edgar Morin. Por todos os cantos, a juventude parecia iniciar uma revolução planetária. Na Europa os estudantes gritavam que a transformação do mundo estava ao alcance das mãos. Da Bolívia até o Sudeste Asiático, o Terceiro Mundo vivia em convulsão. O bloco soviético esmagava primaveras dissidentes. Os Estados Unidos, abalados por assassinatos de grandes figuras públicas e conflitos raciais, chafurdavam numa guerra inglória no Vietnã. “Muitas vezes, porém, momentos de grande relevância cultural só são valorizados em retrospecto”, anotou o historiador inglês Tony Judt no seu monumental “Pós-Guerra – a História da Europa desde 1945”. Judt sustenta que os anos 60 são

superestimados. Segundo ele, a geração que viveu aqueles anos tratou de atribuir a seu próprio tempo – e a si mesma – uma transcendental importância. “Nem tudo que parecia relevante deixou sua marca na história”, diz ele. Para Judt, a distorção de perspectiva reside numa peculiaridade da época: o estilo era substituto direto do conteúdo.

Ao contrário de outros países onde 68 acabou definido por liberdade sexual e rompimento com costumes da geração anterior, no Brasil a marca da geração é a política. E o marxismo, sua religião secular. Jovens como Dilma, Lígia e seus companheiros tiveram a adolescência cortada pelo golpe militar e se encontravam à margem da representação parlamentar. Eles estavam convencidos de que tinham perdido em 1964 porque os trabalhadores não reagiram. A política, então, ganhou as ruas e a luta armada começou a parecer a única saída. Neste sentido, a geração de 68 é quase um acidente demográfico. Quem já havia deixado a faculdade em 1968 ou ingressou nela depois de 1971 dificilmente pegou em armas. Os grupos clandestinos militarizados foram, em sua maioria, formados por gente que tinha no máximo 25 anos em 1968 e 18 anos em 1971, nascidos, portanto, entre 1943 e 1953. A predominância dessa faixa etária pode ser comprovada por uma estatística macabra: a dos mortos e desaparecidos. Um levantamento nos arquivos do Ministério da Justiça mostra que 11 dos 12 mortos nas manifestações de rua de 1968 tinham nascido neste intervalo de dez anos. Na Guerrilha do Araguaia, 70% eram desta geração. Em 1972, 73% (veja quadro).



Dilma jamais deixou de prestar homenagens a essas vítimas da ditadura. Na cerimônia em que o PT a indicou como candidata, em fevereiro, teve o cuidado de carregar a lembrança de “três companheiros que se foram na flor da idade” para a campanha eleitoral: “Beto, você ia adorar estar aqui conosco. Iara, que falta fazem guerreiras como você. Dodora, você está aqui no meu coração”, disse Dilma ao final do discurso. Beto era Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno da VAR, amigo de Dilma desde os tempos da militância estudantil em Belo Horizonte. Preso numa pensão no Rio de Janeiro, em 1971, ele acabou levado para a Casa da Morte. Seu corpo nunca foi encontrado. A segunda citada era Iara Yavelberg, a guerrilheira loira, linda, namorada de Carlos Lamarca, que em plena clandestinidade ainda tinha espírito para levar Dilma para “aparar aquela juba” no Jambert, o cabeleireiro de Ipanema que servia champanhe a suas clientes. Iara foi executada no DOI de Salvador. Por fim, a trágica Dodora. Seu nome era Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Brutalmente torturada num quartel da Polícia do Exército, ela foi obrigada a presenciar o massacre de um companheiro, que terminou assassinado a pontapés. Banida, esteve exilada no Chile e depois na Alemanha. Dodora nunca conseguiu se recuperar. Em 1º de junho de 1976 atirou-se debaixo de um trem, na estação Charlottenburg, em Berlim. Eram tempos estranhos.

COM ARMAS NAS MÃOS

Contingente de militantes das organizações dedicadas à luta armada



Fonte: Levantamento do coronel Carlos Alberto Brihante Ustra, comandante do DOI paulista

Laços de família

Com fama de durona na política, Dilma é muito diferente na vida privada: mantém laços afetivos com os dois ex-maridos e faz de tudo para que a mãe, o irmão, a filha e o neto fiquem longe dos holofotes

Amauri Segalla, de Belo Horizonte, e Luiza Villaméa, de Porto Alegre



PRESTÍGIO

Casamento de Paula e Rafael: presidente Lula no altar

Aos 86 anos, Dilma Jane Silva Rousseff, mãe da nova presidente, escolheu um lugar emblemático para enfrentar a ansiedade das semanas anteriores à eleição. Ela se hospedou às margens do rio Guaíba, em Porto Alegre, na ampla residência do advogado Carlos Franklin Paixão Araújo, 72 anos. Detalhe interessante: Araújo é ex-marido de Dilma Rousseff, de quem se separou no final dos anos 90 depois de um casamento de quase três décadas. Dilma e Araújo viveram no imóvel durante mais de 20 anos, período suficiente para despertar na família um rosário de lembranças. Em 1973, era dali que Dilma partia para levar livros e comidas ao marido, preso político que cumpria pena no cárcere da ilha, pertinho do imóvel. Foi nessa casa que Paula Rousseff Araújo, única filha do casal, passou a infância.



PRIMEIRO NETO

Gabriel, com Dilma, no dia do nascimento (acima) e no batismo (abaixo) no colo da mãe, Paula. Ao lado da presidente, a bisavó do bebê, Dilma Jane



Na sala retangular, eram realizadas as reuniões com militantes de esquerda, só interrompidas quando Paula chamava pela mãe (que, para fazê-la dormir, entoava cantigas de ninar). Não deixa de ser revelador o fato de Araújo hospedar a ex-sogra. O núcleo íntimo da família de Dilma (formado pela mãe, Dilma Jane, pelo irmão, Igor, pelo ex-marido Araújo e pela filha, Paula) é tão unido quanto fechado – é quase impossível conversar com qualquer um deles sem a autorização da presidente eleita. Em recente tarde chuvosa, numa sala com enormes janelas de vidro com vista para o Guaíba, Araújo recebeu com exclusividade a reportagem de ISTOÉ. “Eu e Dilma tivemos uma ótima vida amorosa, afetiva, rica para os dois”, diz Araújo. “A gente sempre se ajudou muito. Hoje, considero a Dilma uma irmã.” Enquanto Araújo concedia a entrevista, dona Dilma observava a conversa a distância, sem fazer um comentário sequer.

Araújo ainda hoje é um interlocutor frequente da presidente. Além de discutir assuntos familiares, Dilma costuma ouvi-lo a respeito de questões políticas (o ex-marido exerceu três mandatos de deputado estadual pelo PDT de Porto Alegre). Com a filha, hoje advogada que atua como procuradora do Trabalho, ela mantém um forte vínculo afetivo, mas as duas pouco conversam a respeito de temas ligados à vida profissional da mãe. Embora demonstre preocupação com o meio ambiente (segundo uma amiga da família, ela é do tipo que envia correntes por e-mail quando se depara com algo que considera nocivo à natureza), Paula, 34 anos, nunca participou diretamente das atividades políticas dos pais. Mas está sempre por perto. Quando necessário, faz valer a sua opinião. Com o aval do médico de Araújo, convenceu o pai a desistir de ir ao último comício de Dilma em Porto Alegre, na sexta-feira 24 de setembro. Debilitado por um enfisema pulmonar, Araújo precisa recorrer de tempos em tempos aos tubos de oxigênio que mantém em casa e no escritório. Apesar da restrição, procura estar sempre em atividade. Acorda às três horas da madrugada, faz esteira, toma café e às cinco horas se dirige ao escritório, no centro da capital gaúcha. Em casa, como companhias constantes, tem dois cães batizados por Dilma de Negrão e Amarelo, filhotes de uma cadela que um dia ela recolheu da rua.

Paula mora perto da casa de Araújo, com o filho Gabriel (que nasceu no dia 9 de setembro, em Porto Alegre) e o marido, Rafael Covolo, 29 anos, um discreto administrador de empresas que fica muito incomodado toda vez que lhe perguntam a respeito da sogra famosa. O casamento, oficializado há dois anos, comprovou o prestígio da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Um sorridente presidente Lula aparece em todas as fotos publicadas pelos jornais (ele estava no altar, ao lado de Paula e Rafael). Paula tem verdadeiro pavor de conceder entrevistas a jornalistas. Na campanha, ela se manteve anônima – nem sequer está ao lado da mãe, Dilma, no retrato “oficial” da presidente com o neto recém-nascido. Nos últimos dias, Paula tem aproveitado a licença-maternidade para passar mais tempo ao lado da avó, dona Dilma Jane. A matriarca do clã Rousseff se divide entre um apartamento em Belo Horizonte e outro no Rio de Janeiro, ambos

deixados de herança pelo marido, Pedro. A eleição, de certa forma, foi um pretexto para unir ainda mais a família.

Em Belo Horizonte, também vive Igor Rousseff, irmão mais velho da presidente (Zana, a irmã caçula, morreu em 1976). Igor é advogado e tentou engrenar na carreira política. Em 2003, ocupou o cargo de secretário de Cultura de Ouro Preto. Depois, se tornou assessor especial da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Prefeitura de Belo Horizonte, durante a gestão de Fernando Pimentel, amigo de adolescência de Dilma e parceiro de militância no PT. A Igor foi atribuída pela família a responsabilidade de administrar os 15 imóveis deixados de herança pelo pai, a maioria deles em Belo Horizonte. Segundo uma amiga, Igor, que também tinha ambições políticas, inicialmente sentiu um típico ciúme fraternal do sucesso da irmã, mas depois resignou-se. Hoje, os dois podem ser chamados de amigos. Dilma costuma avisá-lo com antecedência a respeito de cada passo que dará, para que ele não seja surpreendido pela imprensa.

Embora para o público em geral Dilma seja conhecida pelo estilo linha dura, até certo ponto emburrada e econômica nos sorrisos, na vida particular ela tem uma notável habilidade para preservar laços antigos. Antes de Araújo, foi casada com o jornalista e militante de esquerda Cláudio Galeno Linhares. Apesar de a união ter sido desfeita há 40 anos (eles ficaram juntos menos de dois anos, entre 1967 a 1969), a amizade com Galeno sobreviveu. Quando voltou do exílio com a nova mulher, a nicaraguense Maira, e as filhas Iara e Ana, o primeiro ex-marido desembarcou justamente na casa de Dilma e Araújo. Só depois de trabalhar quase cinco anos em uma pequena gráfica em Porto Alegre é que Galeno deixou a cidade, para assessorar Leonel Brizola no Rio de Janeiro. A distância aumentou, mas Galeno e Dilma continuaram a conversar com alguma regularidade, hábito que se mantém até hoje.



LAÇOS FORTES

Acima, Carlos Araújo, o segundo marido de Dilma. Abaixo, Cláudio Galeno, o primeiro

Dilma também sempre se deu bem com os filhos (Leandro e Rodrigo) de outros relacionamentos de Araújo e tem ótima convivência com a arquiteta Ana Meira, atual namorada do ex-marido. A família ampliada costuma se reunir para jantar durante as atualmente fugazes passagens da presidente eleita por Porto Alegre. Ao contrário da filha, Paula, Araújo sempre se envolveu com política. Ainda promove pequenas reuniões em casa. A política nacional, porém, o advogado acompanha a distância, em uma das duas tevês de 46 polegadas sempre ligadas na sala com janelas para o Guaíba – o outro aparelho exibe invariavelmente programas esportivos. “A única coisa que lastimo é não estar na retaguarda, como seria minha obrigação, pelas minhas condições de saúde”, confidencia Araújo. “Tudo o que eu fizer pela Dilma será pouco.”



A descoberta da política no Colégio Central

Como o ambiente escolar e a conjuntura nacional influenciaram a jovem a se tornar, aos 16 anos, militante de esquerda

Solange Azevedo



SEM MUROS

O Central (acima) foi um espaço de liberdade. Jornal do colégio (abaixo) registra trajetória da ex-aluna famosa

Ex- aluna do Estadual Central na Casa Civil

A Atual Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff é ex-aluna da Escola Estadual Governador Milton Campos (Estadual Central).

Dilma Rousseff, ex-ministra de Minas e Energia ocupa o lugar de José Dirceu na Casa Civil. Primeira mulher a ocupar o cargo, ela terá uma função mais técnica do que política, com a incumbência de coordenar as ações dos ministérios em projetos de infra-estrutura, que hoje estão paralisados.

Cursou, em nossa Escola, o Curso Clássico, de 1964 a 1966, tendo, na 3ª série, optado pela Área de Ciências Sociais.



1966 - Foto da Ministra quando era aluna do Estadual Central



2005 - Foto atual de Dilma Rousseff

"Castelo Branco vai sair, mas o próximo presidente da República será muito pior." Dilma Rousseff tinha 16 anos quando alertou colegas de classe sobre o provável recrudescimento da ditadura no Brasil. "Ela era a nossa analista. Sempre nos mantinha informados sobre o andamento da política nacional", lembra o empresário Lindolfo Paoliello. Era 1964. João Goulart fora deposto pelos militares e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco alçado ao poder. O Colégio Estadual Central, onde Dilma e Paoliello eram representantes de turma e debatiam sobre a conjuntura do País, era considerado o melhor ensino secundário de Belo Horizonte e uma espécie de ícone urbano da capital mineira. Projetado pelo arquiteto comunista Oscar Niemeyer com a proposta de ser um espaço público e democrático, não tinha muros. Abrigava uma porção de tribos e correntes ideológicas. Era um caldeirão social, político e cultural em constante ebulição.

“O movimento estudantil secundarista de Belo Horizonte nasceu no Estadual Central”, afirma a educadora Aleluia Teixeira, autora de uma tese de doutorado sobre o colégio. “Os alunos de lá eram irreverentes e críticos porque tinham abertura para isso. O diferencial do Estadual era que a liberdade era consentida e o autogoverno estimulado.” Aleluia conta que, quando a direção tentou implantar o ensino religioso, os estudantes se mobilizaram alegando ter crenças diferentes. A variedade apontada por eles foi tão grande que inviabilizou a nova disciplina. O colégio se tornou um dos principais focos de resistência da juventude mineira porque era heterogêneo e plural. Diversas organizações de esquerda presentes ali – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (Polop) – estavam vinculadas, também, aos estudantes universitários.



POR POUCO

A paixão pela música livrou Márcio Borges (ao lado) da clandestinidade

Dilma ingressou na Polop recém-chegada ao Estadual Central. Sempre manteve uma postura discreta. Não costumava subir em caixotes para fazer discursos, mas era considerada uma competente articuladora. “Dilma era do comitê político da Polop e uma das supervisoras dos secundaristas”, relata o psicólogo Ageu Heringer Lisboa. “Logo que entrei para o grupo, me reportava a ela. Dilma não era sisuda, nos valorizava e nos tratava de igual para igual. O nosso compromisso de lutar por um mundo mais justo era visceral.” Os horrores da Guerra do Vietnã e a glorificação da Revolução Cubana funcionaram como grandes aglutinadores da juventude. A moçada da Polop vivia promovendo sessões de cinema alternativo, passeatas e comícios-relâmpago para escancarar os problemas do mundo.

No período em que Dilma estudou no Estadual Central, de 1964 a 1966, a ditadura militar ainda não tinha se radicalizado e tolerava algumas manifestações de protesto. Apesar disso, o momento político exigia que as organizações de esquerda agissem de maneira cada vez mais reservada. Tanto que uma das melhores amigas de Dilma diz que, naquela época, não sabia da ligação dela com a Polop. “Conversávamos sobre política, mas ela não deixava transparecer que pertencia ao grupo e nem como a Polop se

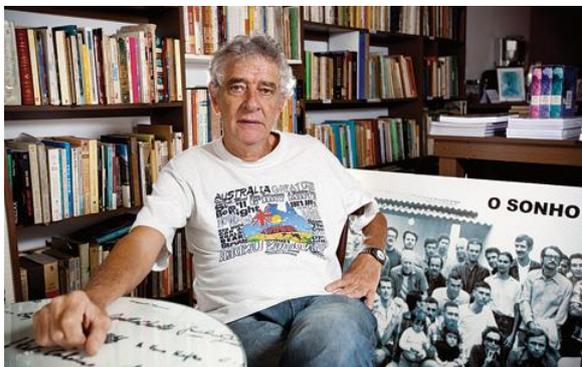
organizava”, afirma Sônia Lacerda Macedo.



UNIÃO

Amiga desde a infância, Sônia Lacerda (acima) esteve ao lado de Dilma em grupos de esquerda

Sônia e Dilma se conheceram na infância. Estudaram juntas no Colégio Nossa Senhora de Sion e no Santa Doroteia – ambos católicos, exclusivos para meninas – e durante o primeiro ano do Estadual Central. Depois, se reencontraram na universidade e se tornaram companheiras no Comando de Libertação Nacional (Colina) e na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Sônia acompanhou de perto a ascensão da amiga. Trabalhou na Casa Civil, o



APOIO

Marco Antônio Meyer, ex-líder da Polop, acha Dilma preparada para a Presidência

ministério comandando por Dilma, até julho de 2010. “Quando entramos no Estadual Central, havia apenas quatro mulheres na sala. Nos separamos quando fui para o turno da tarde e ela permaneceu no da manhã”, lembra Sônia. Mas a relação extraclasse continuou. Não havia uma divisão muito clara entre os jovens vinculados a grupos de esquerda e os “simpatizantes”. “Era difícil traçar fronteiras porque também nos expressávamos através da música, da literatura, do teatro”, argumenta Sônia. “Íamos a locais frequentados por pessoas de tendência mais progressista, que eram contra a ditadura, mas não estavam necessariamente ligadas a alguma organização.”

O compositor Márcio Borges, integrante do Clube da Esquina, era um dos habitués do Bar do Lucas – um dos pontos de encontro dos belo-horizontinos engajados – e se tornou amigo de Dilma. “Tínhamos em comum um grande amor pelas causas sociais. Não fui para a clandestinidade porque a música me segurou”, diz Borges. Ele lembra que Dilma chegou a levá-lo a um bar conhecido como Bucheco, um dos primeiros da capital mineira a ser frequentado por moças, onde o pessoal da Polop se reunia. Era um ambiente existencialista, na penumbra, com cadeiras despojadas e caixotes no lugar dos bancos, tomado pela fumaça que saía dos cigarros. “O lugar era maneiro, ficava malocado em cima de uma sauna”, diverte-se Borges. “A gente não era de balada, mas de sentar e ficar discutindo política, literatura e filosofia.” De vez em quando, a turma filava boia na pensão da Odete, jogava buraco e assaltava a geladeira da mãe de Dilma para incrementar o cardápio das festas. Dilma era “Dilminha”. O cinéfilo Borges era “Marcinho Godard”. Havia também o “Carlinhos Flexível”, um rapaz que conseguia dar saltos incríveis para chutar as placas de sinalização dos ônibus.



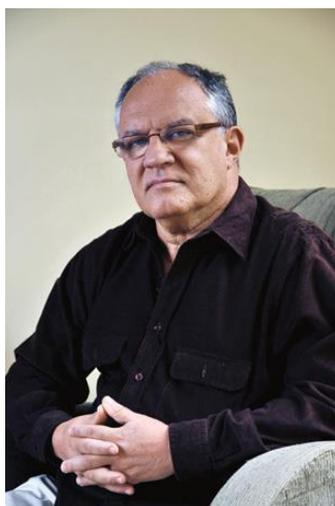
CRÍTICA

Antigo colega, Luiz Bernardes diz que candidatos abandonaram a esquerda

Uma das modestas fontes de renda da Polop era uma pequena livraria instalada no lendário Edifício Maletta, um prédio alto no centro de Belo Horizonte, com dois andares cheios de bares com mesas na calçada, restaurantes baratos e lojas. “Aproveitávamos para importar obras de esquerda que os grandes livreiros não podiam encomendar”, afirma José Aníbal, atualmente deputado federal pelo PSDB. Dilma e Aníbal eram amigos. Embora ele não fosse aluno do Estadual Central, a Polop os unia. Os dois varavam madrugadas falando sobre política ou estudando para o vestibular. Como Aníbal não era muito bom em matemática, tomava aulas com a amiga. “Dilma era ligadíssima em cinema, intelectualizada, fazia citações de Simone de Beauvoir”, diz o petista Nilmário Miranda, colega de Polop e ex-secretário nacional de Direitos Humanos. “Aquele era um mundo totalmente novo para mim. Eu morava no interior de Minas. Fui para Belo Horizonte me preparar para o vestibular e, também, porque queria participar da resistência à ditadura.”

Assim como Miranda, muitos jovens se sentiam impelidos a combater os militares. O historiador Amílcar Martins Filho aderiu ao PCB. “Apesar de termos divergências, a ditadura nos aproximava da Polop”, relata. O irmão dele, o economista Roberto Martins, foi colega de classe de Dilma. Também militante do PCB, Roberto lembra que a petista mantinha uma postura reservada. “Mas não era tímida, de ficar escondida”, diz. Tanto Amílcar quanto Roberto continuam na política até hoje. Não disputam eleições, mas são figuras importantes no PSDB de Minas. Embora o colégio fervilhasse e o momento fosse de exceção, nem todos os alunos se interessavam por política. Durante o recreio ou nos intervalos das aulas, a classe de Dilma se dispersava. “Havia um canto no pátio onde ficávamos falando de história, filosofia, sociologia, festas e, às vezes, até de política. Ali, ninguém era de esquerda ou de direita”, afirma o publicitário Marcelo Diniz. “Às vezes, a Dilma chegava, se inteirava do assunto e começava a discutir, sempre intransigente, sempre exaltada.”

Dilma não é unanimidade entre os antigos colegas do Estadual Central. Como em todo o País, tem apoiadores e críticos. “Acredito que ela esteja gabaritada para ser presidente”, diz o comerciante Marco Antônio Meyer, um dos mais aguerridos militantes da Polop. Meyer participou do roubo do cofre do governador Ademar de Barros e foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em 1970. “Dilma tinha uma espécie de auréola de pessoa combativa. Era respeitada e apontada como extremamente capaz”, afirma o economista Luiz Bernardes, ex-integrante da AP. “Mas, infelizmente, tanto ela quanto o Serra renegam esse passado. Embora os dois tenham surgido em movimentos de resistência à ditadura, hoje, eles não representam mais a antiga luta da esquerda.”



OUTRO LADO

Marcelo Diniz era um dos alunos do Central que não se interessavam por política

O homem que fez a cabeça de Dilma

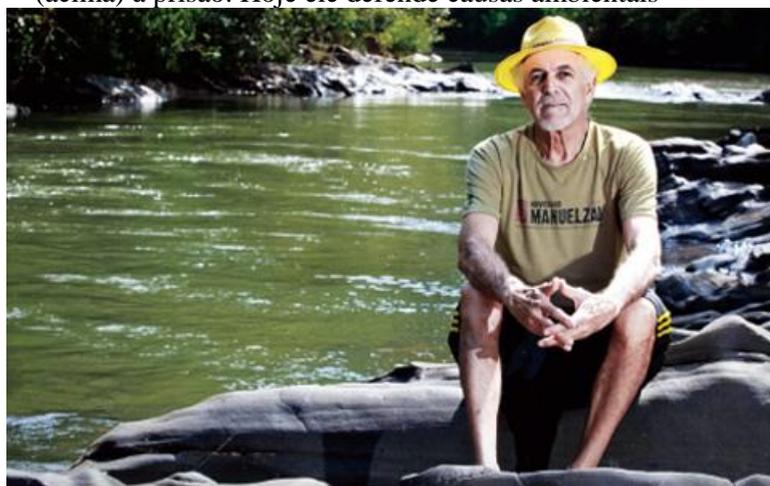
A presidente eleita chamava Apolo Heringer Lisboa, seu antigo professor de marxismo, de guru. Ele manteve por ela um amor platônico. Depois de quase 50 anos, ambos revisaram seus conceitos

Solange Azevedo



O GURU

Lisboa (abaixo) preconizou as ideias que levaram Dilma (acima) à prisão. Hoje ele defende causas ambientais



No fim da década de 1980, o médico Apolo Heringer Lisboa despertou assustado no meio da noite. “Sonhei que estava na frente de um altar. Havia velas acesas e, lá no alto, uma imagem de Marx. Ao lado dele, Lenin, Mao Tsé-tung, Fidel Castro e Che Guevara. Peguei um pedaço de pau e puuuuu. Bati naqueles ‘santos’”, lembra. “Aquele pesadelo revelou minha luta inconsciente. Precisava me libertar daquela dominação.” Ex-guerrilheiro, preso político e exilado no Exterior, Lisboa cursava medicina na Universidade Federal de Minas Gerais quando foi chamado de “guru” pela secundarista Dilma Rousseff. Na época, ele tinha 21 anos e ela 16. Dilma estava no primeiro

ano do ensino médio, no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte. Ambos militavam na Polop (Política Operária), grupo esquerdista que combatia a ditadura militar. Uma das missões de Lisboa na organização era incentivar os mais jovens e transmitir-lhes alguns fundamentos teóricos. Ele se reunia com pequenos grupos formados por cinco ou seis estudantes com alguma regularidade. Dilma chamou a atenção do mestre pela disciplina, capacidade de aprendizado e, sobretudo, pela seriedade. “Ela era muito dedicada, organizada e discreta”, lembra Lisboa. “Tinha consciência do momento histórico e não trocava suas tarefas por nenhuma festinha.”

Além das questões racionais, a aplicada garota de 16 anos encantou o universitário revolucionário por razões emocionais. “Dilma tinha um brilho especial. Nunca foi fútil”, afirma o médico, ao admitir que nutriu uma paixão secreta pela pupila. “Ela era atraente pela maneira de conversar e tinha uma certa elegância que vinha da discrição”, completa. Em 2010, aos 67 anos, Lisboa fala da paixão platônica com tranquilidade. Mas recorda-se de que na época optou por manter seus sentimentos em silêncio. “Ela não soube do meu interesse. Nossa relação era de amizade e respeito muito grandes. Dilma não percebeu nada”, diz o médico, hoje vivenciando um segundo casamento. Numa das últimas conversas entre Lisboa e Dilma, no primeiro semestre de 2005, quando ela estava à frente do Ministério de Minas e Energia, os dois apresentaram posições antagônicas. Por telefone, falaram sobre um dos projetos mais importantes do governo Lula e claramente defendido por Dilma: a transposição das águas do rio São Francisco. “Eu disse que ela deveria falar para o Lula que a transposição do São Francisco é uma roubada”, afirma Lisboa.

O médico voltou a procurar Dilma quando soube que a então ministra da Casa Civil estava sofrendo com um câncer. Ele próprio, que também fora vítima da doença, encaminhou um e-mail se solidarizando. Lembra que não recebeu nenhuma resposta. Já durante a campanha eleitoral, em agosto, Lisboa tentou um novo contato. Desta vez, o médico buscou uma reaproximação através de Fernando Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte e um dos mais íntimos amigos da presidente eleita. “A ideia era que ela fizesse alguma declaração e acenasse que nos ajudaria na questão do São Francisco”, disse Lisboa. “É loucura pensar em desenvolvimento ou meio ambiente como se fossem excludentes. Dilma precisa se reciclar.”

Lisboa só obteve o retorno da equipe petista durante a campanha para o segundo turno. Encontrou-se com Dilma duas vezes, rapidamente, numa sala reservada do Aeroporto da Pampulha, na capital mineira. No primeiro deles, o presidente Lula também estava presente. “Gosto de conversar com ele. Lula é inteligente e criativo. Parecia uma onça amiga, preparada para saltar de uma árvore sobre objetivos estratégicos e vencer a eleição”, afirma o médico. “As condições não eram propícias para uma conversa com enredo, início, meio e fim. Mas eu disse para a Dilma que a questão ambiental no País é complexa. Sugeri que lideranças ambientais se reunissem em Brasília para propor uma agenda que fosse relevante para o Brasil. Ela respondeu que pensaria nisso depois da posse.”

Apesar da distância física, o mestre acompanha os passos de sua antiga aluna e discorda quando ouve comentários de que a presidente eleita é uma pessoa de relacionamento difícil, que é uma chefe autoritária e, até mesmo, grossa. Segundo Lisboa, desde que Dilma era uma estudante secundarista, “carregava um sentimento de urgência e de perfeição” em tudo que se propunha a fazer. O médico explica que uma pessoa com essas características deve ficar profundamente incomodada quando precisa comandar uma estrutura burocrática por natureza. “A Dilma tem uma enorme capacidade de trabalho, de organização e de articulação, mas sinto que sempre teve a necessidade de ter ao lado dela uma pessoa mais carismática, que falasse diretamente com o povo”, afirma.

Lisboa foi um dos expoentes da resistência à ditadura em Belo Horizonte e um dos fundadores do PT em Minas Gerais. Deixou o partido em 1988 porque acreditava que seus companheiros estavam desvirtuando a proposta coletiva de mudar radicalmente o País. “Mas faço uma autocrítica”, pondera. “Eu é que estava errado. Não posso querer levar minha moral individual, familiar e religiosa para a estrutura de Estado. É muito purismo querer fazer política seguindo certas condutas morais e éticas num Estado bandido.”

Na década de 1960, durante cerca de cinco anos, o então líder universitário pregava e ensinava valores como Estado forte e controlador, sociedade de classes, mais-valia e outros

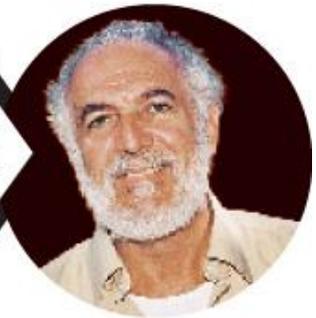
preceitos marxistas. Hoje, ele pensa diferente. Muitos de seus conceitos foram revistos e a pauta ambiental ganhou espaço em sua agenda. Lisboa acompanha a política brasileira de perto e tem a convicção de que Dilma também mudou.

De fato, não há mais no vocabulário da presidente eleita temas como revolução do proletariado, estatização da terra e dos meios de produção. Também não se percebe em Dilma uma articuladora excludente. Pelo contrário, a secundarista militante da Polop se tornou uma presidente escorada no mais amplo leque de alianças que o PT conseguiu construir ao longo de sua história.

OS DEZ MANDAMENTOS DO MESTRE

Lisboa acredita que Dilma pode melhorar o Brasil se:

- 1 Governar ouvindo mais a sociedade, e menos os companheiros e os partidos. A internet poderia ser usada para o debate
- 2 Aperfeiçoar a política externa de Lula. Defender o desarmamento nuclear como primeiro passo para o desarmamento
- 3 Eliminar monopólios – mas sem estatizá-los, partidará-los ou sindicalizá-los
- 4 Subordinar os licenciamentos ambientais à conservação do solo e das bacias hidrográficas, da biodiversidade e dos
- 5 Incentivar o turismo ecológico e acadêmico como política casada com a defesa do meio ambiente e de distribuição de renda
- 6 Reestruturar o SUS seguindo a abordagem ecossistêmica – metodologia que aponta como a saúde é influenciada pelo
- 7 Priorizar a educação. Artes plásticas, letras, teatro, dança e música são fundamentais para transformar a mentalidade
- 8 Manter os programas sociais, mas vinculando-os, em todos os níveis familiares,
- 9 Rever a forma de combate à criminalidade, diferenciando o crime organizado daqueles com características sociais
- 10 Priorizar o transporte coletivo, as energias eólica, solar e outras. Exigir o consumo sustentável nas edificações e empresas



A construção da vitória

Em oito anos, ela deixou de ser uma técnica do serviço público para transformar-se em uma figura política que se mostrou capaz de vencer nas urnas

Hugo Marques

O caminho de Dilma Rousseff até o Palácio do Planalto pode ser considerado curto. Em pouco mais de oito anos ela saiu da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul para se tornar a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil. Mas a rapidez com que se transformou de uma técnica afeita à burocracia do poder público em uma personalidade do mundo político não significa que esse trajeto tenha sido suave – mesmo contando com o apoio de um presidente com alto nível de aprovação popular como Lula. Além da quase sanguinária campanha eleitoral em que enfrentou José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), Dilma também teve que superar obstáculos internos e pessoais para conquistar o direito de dirigir o País. Ao longo dos últimos três anos, quando sua candidatura foi de fato construída, a agora presidente eleita lidou com a desconfiança interna do seu próprio partido, a inexperiência eleitoral, a falta de traquejo político e até um tratamento de saúde.

Para conquistar a larga maioria dos 134 milhões de eleitores brasileiros, Dilma passou por uma transformação da sua persona pública. Além dos retoques no visual, precisou mudar a maneira pela qual ela seria vista pelo eleitor. Ainda na pré-campanha, o primeiro objetivo foi substituir a imagem de gerente “pulso firme” pela de estadista maleável e política, apta a abordar temas importantes para o País. O discurso excessivamente técnico de Dilma no lançamento de sua pré-candidatura, no dia 13 de junho, no Centro de Convenções de Brasília, porém, acendeu uma luz amarela no QG petista.

Foi o próprio presidente Lula quem deu os primeiros conselhos à já candidata oficial do PT. “Dilma, agora você esqueça os PowerPoints e faça discursos sobre a geração de empregos, o Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. Também é importante que você sorria mais”, sugeriu o presidente. Um assessor da campanha conseguiu, com certa dificuldade, convencer Dilma a fazer exercícios a partir das lições de alguns teatrólogos: “A senhora pode sorrir ao falar até sobre temas espinhosos, como um hipotético aumento da inflação”, foi a lição.



MAIORIA

Dilma conseguiu conquistar eleitores de todas as classes sociais



EXECUTIVA

Os investimentos no pré-sal e a administração das obras do PAC foram utilizados na campanha para reforçar a imagem de administradora da candidata

Além dos ajustes sobre o discurso e o comportamento, pesquisas de intenção de voto auxiliaram a candidata a tratar de afinar a campanha conforme interesses específicos do eleitorado. Os assessores de Dilma se dedicavam a aspectos que podem parecer meros detalhes. Foi assim, por exemplo, quando as primeiras sondagens eleitorais apontaram a dificuldade da candidatura em conseguir o apoio do eleitorado feminino. Numa reunião no QG de Dilma no Lago Sul, em Brasília, o marqueteiro João Santana ponderou: “A mulher é muito mais seletiva, mais crítica e espera mais tempo para agregar informações.” Apesar disso, alertou ele, era preciso fazer algo para aproximar Dilma desse segmento da população. Ficou definido, então, que a candidata participaria de encontros com socialites do eixo Rio-São Paulo. O primeiro deles, em junho, foi organizado pelo casal Abílio e Geysa Diniz. No mês seguinte foi a vez de Dilma ser recebida por Lily Marinho, viúva de Roberto Marinho. Nos comícios, Dilma também passou a se voltar mais para esse público. “Esse discurso de que ‘ela cuida’ e que ‘ela é mãe’ aumentou a identificação entre Dilma e as mulheres”, atestou a socióloga Fátima Pacheco Jordão.

Realçando as obras do PAC e os investimentos do pré-sal, a ex-ministra reforçava, em paralelo, a fama de executiva, com duas décadas de vida pública. Dilma empenhou-se em absorver dos colegas com mais horas de palanque as dicas, o traquejo e a forma de ser uma candidata. A estratégia deu resultados. No dia 23 de junho o Ibope já confirmava a ultrapassagem sobre Serra nas pesquisas de intenção de voto: 40% a 35%. Com a candidatura ganhando capilaridade em todas as classes sociais, Dilma passou a ampliar a abordagem sobre alguns temas. Em outros, como no caso do aborto, enfrentou uma campanha difamatória raras vezes vista na história política brasileira. Além de panfletos financiados por segmentos obscuros da sociedade brasileira, até mesmo a mulher do candidato tucano, Mônica Serra, adotou a tática de disseminação do medo ao afirmar que Dilma era a favor de “matar criancinhas”.



O GRANDE TESTE

Encarar pela primeira vez o embate nas ruas e convencer a militância do partido foi um desafio superado em pouco tempo

A presidente eleita acabou colecionando votos nas mais diversas classes sociais. Entre seus eleitores, as explicações para o apoio são variadas. Para a classe D, a maior vantagem identificada era a manutenção das políticas sociais do governo Lula. “Gostei das propostas dela, de gerar mais empregos e ampliar o Bolsa Família”, explica o sapateiro brasileiro Edmilson Félix dos Santos, que votou na candidata do PT. Afirmou-se ainda como a representante das mulheres: “A Dilma demonstrou ser uma guerreira e trabalhadora”, afirma a salgadeira paraibana Gildecleide Dias Dantas. Filho de funcionário público, o estudante Iago Araújo de Oliveira também se sentiu contemplado pelo discurso da candidata do PT. Com 17 anos de idade, o estudante votou pela primeira vez na vida. “A Dilma conseguiu me convencer sobre os projetos que ela apresenta, por isso votei nela.”

Dilma também foi, aos poucos, garantindo mais confiança no meio empresarial, como atesta o presidente da Riachuelo, Flavio Rocha, que, no primeiro turno, votou na candidata do PT na embaixada brasileira em Paris. Ele se disse atraído pelos compromissos da candidata petista com a cartilha econômica adotada pelo ex-ministro Antônio Palocci, para quem o empresário promoveu um jantar no dia 10 de setembro nos Jardins, em São Paulo. “A Dilma fez uma boa campanha, ao prometer a preservação das virtudes dos dois governos do presidente Lula, garantindo a

continuidade na economia”, diz Rocha. O empresário entende que a transformação que o Brasil sofreu em menos de uma década alimentou de cima a baixo no País o desejo de continuidade. “Superamos contrastes abissais e transformamos uma classe C quase em extinção em classe majoritária”, aponta Rocha.



Ao conseguir atingir os mais distintos segmentos do eleitorado, já em agosto Dilma se consolidou em primeiro lugar e abriu dez pontos sobre José Serra. Nos debates, em vez de uma adversária frágil, dona de um temperamento explosivo, suscetível a provocações, a oposição se viu diante de uma candidata preparada e firme. Esta performance foi decisiva para fazer sumir velhas restrições partidárias. “Temos um milhão e 300 mil filiados e o que posso dizer é que a campanha de Dilma empolgou a militância do PT”, afirmou o coordenador da campanha José Eduardo Cardozo. O resultado desses cuidados na corrida eleitoral se concretizou na diferença confortável que Dilma obteve sobre o candidato tucano José Serra.

A TRAJETÓRIA DA ESCOLHIDA

Em pouco mais de oito anos Dilma deixou uma secretária de Estado no Rio Grande do Sul para se tornar a 40ª presidente do Brasil



O lado gaúcho da mineira

Nas quase três décadas em que viveu em Porto Alegre, ela construiu sua carreira na economia e na política

Luiza Villaméa, de Porto Alegre

"Aquela é a Dilma." Essa era a frase que ecoava pelos corredores da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à passagem da nova estudante. Hoje professor universitário, Victor Hugo Santana ainda se lembra da noite de 1974 em que foi alertado sobre a identidade da colega. Mineira de Belo Horizonte, Dilma passara quase três anos presa em São Paulo e escolhera Porto Alegre para reconstruir a vida. O general Ernesto Geisel tinha assumido a Presidência da República, mas ainda não se falava em distensão do regime. "Eu nunca me meti com política, mas o clima era terrível", recorda outro contemporâneo da presidente eleita, o consultor Nelson Correia Karan. Na praça Argentina, ao lado da faculdade, os confrontos entre estudantes e militares eram constantes. Dilma passava ao largo dos embates. Começara em outro patamar a fase gaúcha de sua trajetória. E foram 29 anos intensos.



TEMPOS DO PDT

O ex-governador Collares cumprimenta Dilma em encontro de mulheres do partido

Na faculdade, com os cabelos crespos sempre presos, calça jeans e vez por outra uma bata indiana, Dilma se preocupava em estudar e cumprir os créditos do curso. Não conseguiu aproveitar nenhuma matéria feita na Federal de Minas Gerais, de onde fora jubilada por participar de movimento de esquerda. Em Porto Alegre, a situação mudou. "Ela era uma referência para nós", recorda Pedro Cezar Fonseca, que chegou a vice-reitor da universidade gaúcha. Em julho de 1977, um ano e quatro meses após o nascimento da filha, Paula, Dilma concluiu o curso. Como paraninfa, os formandos escolheram a atual governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), professora de moedas e bancos. Dilma não participou da missa nem da cerimônia de formatura. Como outros três colegas, colou grau no gabinete da direção da faculdade.

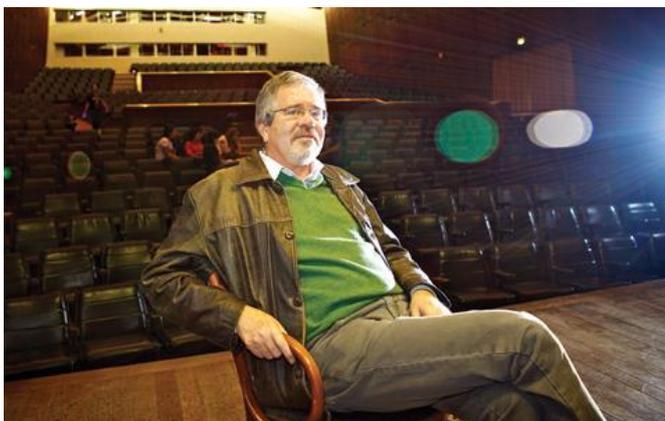
Fora do mundo acadêmico, Dilma desenvolvia múltiplas atividades desde que desembarcara em Porto Alegre, em meados de 1973, para morar com os sogros, Marieta e Afrânio Araújo. Da casa à beira do rio Guaíba avistava a ilha cujo presídio abrigava presos políticos, entre eles seu namorado, o advogado Carlos Franklin Paixão Araújo, que havia sido transferido de São Paulo. Cumprindo pena na ilha também estava o hoje deputado estadual gaúcho Raul Pont (PT): "Dilma nos abastecia com os jornais diários, enviados pela barca da polícia, cujo ancoradouro fica próximo à casa do Afrânio." Advogado trabalhista e comunista respeitado, o sogro de Dilma estava sempre ao seu lado nos dias de visita à ilha, aos domingos, assim como sua mulher.

Na casa da família, onde Araújo mora até hoje, Dilma se reunia por horas a fio com dois outros ex-presos políticos, Carlos Alberto De Re e Calino Pacheco Filho. Juntos, se prepararam para o vestibular. "A Dilma era disciplinadíssima, tinha base e método", diz De Re, hoje diretor do teatro Dante Barrone, em Porto Alegre. "Se não fosse a política, ela seria uma grande teórica." Quando Araújo foi transferido para o Presídio Central, também na capital gaúcha, Dilma deu aulas aos presos comuns, no curso supletivo da cadeia. Já estava na faculdade quando Afrânio morreu e a

presença do filho algemado no velório indignou o meio jurídico gaúcho, que se mobilizou para agilizar o julgamento da liminar que garantiu a libertação de Araújo.

Ao mesmo tempo que fazia a faculdade, Dilma começou a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), instituição vinculada ao governo estadual. De Re e Pacheco Filho também entraram para a FEE. Os três trabalhavam sem problemas até que, na campanha para o Senado de 1974, o oposicionista Paulo Brossard citou em debate dados sobre a mortalidade infantil no Estado. Questionado pelo adversário, aliado do regime militar, Brossard argumentou que os dados citados eram da instituição estatal. No dia seguinte, os órgãos de segurança passaram a vasculhar a ficha dos funcionários da FEE. “Como eu tinha participado de ação armada, fui logo demitido”, diz De Re. Dilma e Pacheco Filho permaneceram, mas a sobrevida foi curta. Perderam o emprego em 1977, quando o general Sylvio Frota, ministro do Exército, incluiu seus nomes numa lista de “subversivos infiltrados na administração pública” do País.

Catorze anos depois, Dilma assumiu a presidência da FEE, nomeada pelo então governador Alceu Collares (PDT). Como diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Fonseca, um dos antigos contemporâneos da universidade, participava uma vez por mês da reunião do conselho da FEE. “Fiquei impressionado com sua competência”, afirma Fonseca. Mais surpreso ele ficou quando Dilma, durante uma crise política do governo Collares, foi nomeada secretária de Minas e Energia. Isso porque, no dia seguinte, durante uma entrevista ao vivo, ela discorreu sobre redes de transmissão de energia como se estivesse há muito na área.



ACADEMIA

O ex-presos político Carlos Alberto De Re: “Se ela não fosse política, seria uma grande teórica”

Antes de assumir o cargo mais alto da fundação da qual fora demitida por obra do general, ela atuou nos bastidores da política gaúcha. Em torno do Iepes, instituto vinculado ao antigo MDB, ajudou a promover debates que levaram a Porto Alegre intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Dilma também colaborava com o jornal alternativo “Em Tempo”, ao lado da jornalista Jandira Maria Cesar. “Ela chegou a escrever, mas se destacava pelo senso de organização”, diz Jandira. Na virada dos anos 1980, Dilma passou a dedicar-se à criação do PDT de Leonel Brizola, que voltara do exílio. Em seguida, começa um período de quase cinco anos como assessora da bancada do partido – ao qual se filiou – na Assembleia Legislativa. Atuava ainda na AMP, a associação das mulheres do PDT.

Donos de um escritório de arquitetura, Helena Meneghello e Alfeu Viçosa se aproximaram dela durante as campanhas do PDT, partido pelo qual o ex-marido de Dilma foi deputado estadual três vezes. “Brizola ligava para ela o tempo todo”, recorda Alfeu. Em 1985, o candidato do PDT, Alceu Collares, ganhou a eleição para a prefeitura da capital e convidou Dilma para seu primeiro cargo de destaque: a Secretaria da Fazenda. Mais tarde, no Palácio do Piratini, Collares a fez secretária de Minas e Energia, cargo que Dilma voltou a ocupar, na cota do PDT, no governo do petista Olívio Dutra (1999-2002). Dona de opiniões fortes, decidiu continuar no posto quando, por divergências internas, seu partido ordenara o contrário. Na ocasião, Collares ficou furioso. “Passou no dia seguinte”, garante hoje Collares. “O importante é a nossa identificação no campo das ideias.”



VÍNCULO

Jandira e Dilma ficaram amigas na imprensa alternativa

Olívio, que conhecia Dilma de palestras no sindicato dos bancários, falava com frequência para Lula sobre a secretária eficiente. “Ela tinha tudo em seu laptop”, diz. Assim que Lula ganhou as eleições em 2002, Olívio avisou a Dilma: “Tu tens tarefas importantes pela frente.” Semanas depois, preparando a transição, em Brasília, Dilma recebeu um telefonema de Lula no celular. “Eu vou ser a ministra”, contou primeiro a Maria Regina Barnarques, que conhecera na Assembleia Legislativa gaúcha e levava de Porto Alegre. A assessora não conseguiu sequer abraçá-la, pois Dilma não poderia se antecipar ao anúncio oficial e a sala estava repleta de técnicos em infraestrutura. Parte deles participou mais tarde de um jantar, no qual Dilma, Maria Regina e um grupo reduzido de assessores brindavam o tempo todo: “Feliz Natal e feliz Ano-Novo.” Comemoravam, de fato, o fruto de quase de três décadas de trabalho da mineira em território gaúcho.

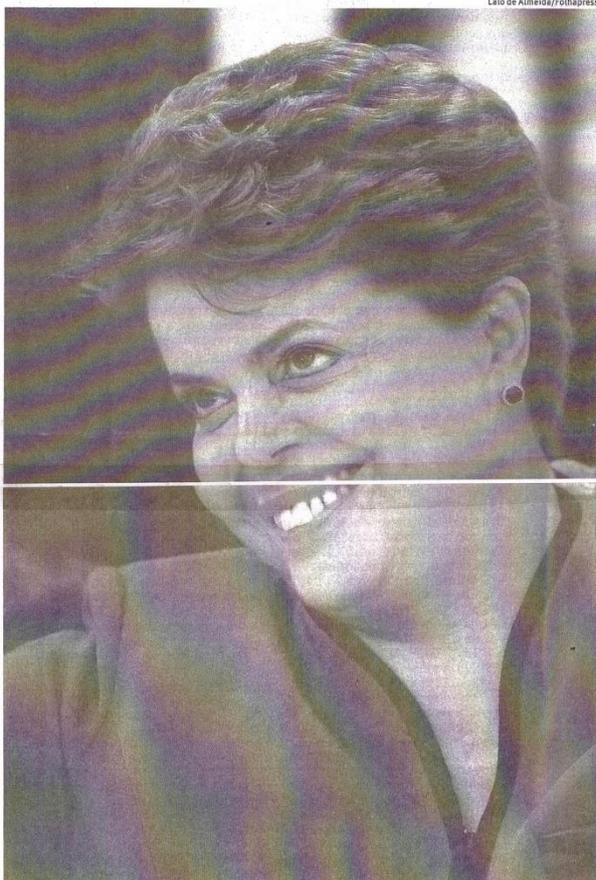
Anexo III

Jornal *Folha de São Paulo*: corpus empírico da pesquisa

DILMA É A ELEITA

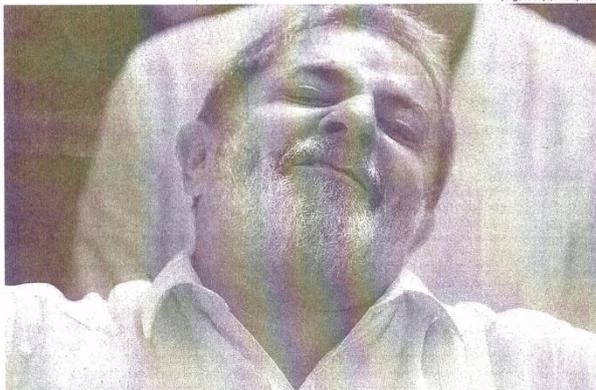
Primeira mulher a ocupar o cargo, petista teve 56% dos votos e será o 40º presidente

Lailo de Almeida/Folhapress



Dilma sorri após votar em escola de Porto Alegre, onde começou carreira no setor público

Jorge Araujo/Folhapress



» CRIATURA E CRIADOR Lula após votar no ABC, quando disse que Dilma dará 'a cara dela' ao novo governo e criticou Serra, que, para ele, 'sai menor' da campanha Pág. 4

Dilma Vana Rousseff, 62, foi eleita ontem a 40ª pessoa a assumir a Presidência do Brasil. Primeira mulher e primeira ex-guerrilheira a ocupar o cargo, a petista nunca disputara eleição e era praticamente desconhecida dos eleitores quando foi escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A posse é em 1º de janeiro.

Com 99,9% dos votos apurados, Dilma tinha 56%, menos que o recorde do mentor (em 2002, Lula venceu com 61%). Seu rival, o tucano José Serra, teve 44%; a abstenção, de 21,5%, foi semelhante à dos pleitos anteriores. Serra dissera a aliados que, se não vencesse, esta seria sua última candidatura a cargo executivo.

Casada duas vezes, hoje divorciada, com uma filha e um neto, Dilma é economista de formação e socialista por definição. Filha de um búlgaro naturalizado e uma professora do RJ, nasceu em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947. Militou em organizações marxistas desde os 16; em 1970, aos 22, foi presa e torturada. Libertada em 1972, após cumprir pena, mudou-se para Porto Alegre, onde fez carreira como burocrata.

Com Lula, foi ministra de Minas e Energia e, depois, da Casa Civil, quando o presidente pôs o Programa de Aceleração do Crescimento sob sua gestão. Sua campanha enfrentou denúncias de quebra de sigilo de tucanos, montagem de dossiê e tráfico de influência atribuído ao ex-brasão direito Erenice Guerra.

No ano passado, descobriu um câncer no sistema linfático. Submetida a radioterapia e quimioterapia, foi dada como recuperada. Seu vice é o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), 70. Eleições 2010

Lula aconselha a manter Mantega e Meirelles e colocar Palocci

Pág. 3

Com 10 governos, opositoristas vão gerir quase 53% do eleitorado

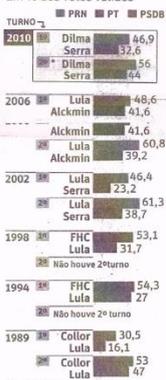
Pág. 16

INEDITISMOS

- ▶ 1ª mulher eleita
- ▶ 1ª ex-guerrilheira
- ▶ Divorciada duas vezes
- ▶ 1ª vez em 65 anos que um presidente faz o sucessor pelo voto direto
- ▶ Eleita com o apoio do maior número de partidos (10) pós-ditadura militar
- ▶ Eleição abriu discussão sobre a nomenclatura do cargo, se presidente ou presidenta. Como ambos são corretos, a Folha adotou a forma mais usada, que é presidente

Últimas eleições diretas

Em % dos votos válidos



ELIANE CANTANHÊDE

Líder do PMDB, Temer será vice mais forte que os anteriores Pág. 13

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Futura Presidência é fonte de mais dúvidas que expectativas Pág. A2

FERNANDO CANZIAN

Discurso da vencedora ficou à esquerda do de padrinho eleitoral Pág. 4

VLADIMIR SAFATLE

Nível de acirramento torna difícil reflexão isenta da era Lula Pág. 4

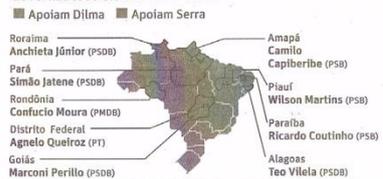
EDITORIAIS

Leia "Dilma presidente", sobre o resultado do segundo turno; e "O campo da oposição", acerca das perspectivas políticas para os próximos quatro anos.

VOTO PARA PRESIDENTE



Governadores eleitos no 2º turno



LEIA MAIS ELEIÇÕES 2010

Serra se prepara para 'exílio' pós-eleição; Aécio deve assumir a chefia do PSDB Pág. 14

Dilma herdará economia pior que a que Lula recebeu de si mesmo há 4 anos Pág. 12

PMDB já quer 8 ministérios, assento no núcleo político e presidir o Senado Pág. 13

Eleições 2010

PRESIDENTE 40

Marlene Bergamo/Folhapress



PRESIDENTE
DILMA

A presidente eleita do Brasil, Dilma Rousseff (PT), é recebida sob chuvas de pétalas de rosas ao chegar para votar ontem, em Porto Alegre; à noite, fez o discurso da vitória em Brasília

Primeira mulher eleita tem 56% dos votos

★ ELEITA PROMETE ZELAR POR LIBERDADE DE IMPRENSA E DE CULTO ★ OPOSIÇÃO VAI GOVERNAR 53% DOS ELEITORES DO PAÍS ★ LULA PEDE PALOCCI NA CASA CIVIL E QUE MANTEGA E MEIRELLES FIQUEM

VERA MAGALHÃES
EDITORIA DE PODER

Dilma Vana Rousseff, 62, foi eleita ontem a primeira mulher presidente da República do Brasil. Com 56% dos votos apurados, ela tinha 56% dos votos válidos.

Seu triunfo é uma vitória pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que escolheu uma técnica neófito

em eleições para sucedê-lo, à revelia de seu partido, o PT.

Dilma teve uma escalada de 8% de intenções de votos no fim de 2008, segundo o Datafolha, para a vitória num acirrado segundo turno.

José Serra (PSDB), 68, que disputou o cargo pela segunda vez, tinha 44% até o fechamento desta edição.

Dilma teve 10 milhões de votos a mais que Serra no

Nordeste. Também venceu no Sudeste, graças a votações maciças no Rio e em Minas —Estado de Aécio Neves, que emerge das urnas como principal líder da oposição.

Se por um lado Lula conseguiu transferir parte de sua aprovação recorde de 83% para sua candidata, por outro a oposição obteve lastro para se contrapor ao poder central: PSDB e DEM gover-

nao por pelo menos 52,5% dos eleitores brasileiros.

Dilma será a 40ª pessoa a ocupar a Presidência. Sua vitória tem outras características inéditas: será a primeira vez em 84 anos em que haverá um ciclo de três presidentes eleitos diretamente.

Eleita por uma coalizão de dez partidos, Dilma terá o desafio de exercitar o diálogo, em contraposição ao perfil

técnico que sempre teve.

Ao chegar ao poder sem nunca ter disputado eleições, terá de esclarecer aspectos ainda nebulosos de sua vida, como sua participação na resistência à ditadura militar (1964-1985). Também não está claro que programa de governo vai implementar.

No discurso da vitória, Dilma citou Barack Obama ao dizer: "Sim, a mulher pode".

Prometeu zelar pela democracia e pela "mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa" e religiosa.

Lula, que tem dito que não vai influenciar no governo, já pediu à aliada para manter Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles no comando do Banco Central. Também trabalha para fazer de Antonio Palocci o novo titular da Casa Civil.

OPOSIÇÃO

PSDB ganha em 8 Estados e governará 47,5% do eleitorado Pág. 16

FINANÇAS

Mesmo sem crise, economia exigirá que petista faça ajustes em 2011 Pág. 15

FERNANDO CANZIAN

Vitória foi conduzida com grande perícia pelo regente Lula Pág. 4



Dilma diante de fotógrafos, depois de votar ontem, em Porto Alegre

Lula defende manter Mantega e Meirelles

Presidente aconselha Dilma a alojar Palocci na Casa Civil, mas alas do PT resistem e querem ex-ministro na Saúde

Apesar de dizer que não interferirá no futuro governo, presidente já conversou sobre nova equipe com a sucessora

KENNEDY ALENCAR DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aconselhou a sucessora, Dilma Rousseff, a manter Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles no comando do Banco Central.

Apesar de Lula dizer publicamente que não interferirá no governo Dilma, a Folha apurou que ele já teve algumas conversas com ela sobre a formação do ministério.

Lula disse a Dilma que acha que deu certo a "dobradinha" entre Mantega, tido como mais desenvolvimentista, e Meirelles, mais conservador, na crise econômica internacional de 2008/2009.

Para Lula, a manutenção dos sinalizaria uma continuidade que acalmaria o mercado financeiro numa hora de preocupação valorização do real em relação ao dólar e de possibilidade de guerra cambial entre os países.

Meirelles seria um indicador da permanência do conservadorismo light adotado por Lula na política econômica. Já Mantega atrairia aos que pedem continuidade aos defensores de maior ortodoxia fiscal e monetária.

Além disso, há a avaliação de que a eventual manutenção de apenas um deles acabaria por chancelar um lado da disputa. Apesar do acerto na crise, há histórico anterior de embates entre os dois.

O petista também deu conselho a Dilma sobre o destino de Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda e coordenador da campanha dela.

Lula gostaria que Palocci cheiasse a Casa Civil e que fosse o chefe da transição da parte do novo governo — função que já cumpriu em 2002.

Palocci, que caiu no episódio da quebra de sigilo do caseiro Francenildo, é muito

identificado com Lula. Há setores no PT, que bombardeiam a ida de Palocci para

cargo tão poderoso, sob o argumento de que ele seria uma sombra para Dilma. Essas alas petistas defendem Palocci na Saúde, mas ele não gosta da ideia.

Se Palocci não for para a Casa Civil, crescem, nessa ordem, as chances de Paulo Bernardo (Planejamento) e de Alexandre Padilha (Relações Institucionais) de ocupar o posto. Bernardo está alguns pontos à frente. Dilma gosta de Padilha, também cotado para ser o novo chefe de gabinete da Presidência.

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, deve ocupar a pasta dos Direitos Humanos ou outro cargo no Palácio do Planalto, como a Secretaria-Geral.

Um auxiliar direto de Lula avalia que é significativa a possibilidade de Dilma seguir os conselhos do atual presidente. Mas afirma que os dois deverão, publicamente, evitar tratar do ministério porque já ocorrem pressões de petistas e aliados por cargos no novo governo. Ela já disse a auxiliares que não pretende anunciar logo nomes do primeiro escalão.

Numa estratégia de ocupação de espaço, Meirelles prefere ir para um ministério e indicar o sucessor no BC.

O atual presidente do BC defende Alexandre Tombini, diretor de Normas da instituição. A cúpula do PMDB já recebeu pedido de Meirelles para indicá-lo para a Fazenda, mas Dilma resiste. E mais provável que ela peça para Meirelles ficar onde está.

Apesar da sugestão de Lula a favor de Mantega, Dilma também pensa em Luciano Coutinho — atual presidente do BNDES — para a Fazenda.

O deputado federal José Eduardo Martins Cardozo (PT-SP), coordenador jurídico da campanha, é cotado para o Ministério da Justiça ou para a vaga em aberto no STF (Supremo Tribunal Federal). Na Petrobras, é dada como certa a manutenção de Sérgio Gabrielli.

MINISTERIÁVEIS Prováveis escolhas de Dilma

NOMEAÇÕES ACONSELHADAS POR LULA

CASA CIVIL



Antonio Palocci Filho
> Ex-ministro da Fazenda e coordenador da campanha de Dilma

BANCO CENTRAL



Henrique Meirelles
> Atual presidente do BC, pode permanecer no cargo

MIN. DA FAZENDA



Guido Mantega
> Atual Ministro da Fazenda, deve permanecer no cargo

MIN. DO PLANEJAMENTO



Paulo Bernardo
> Atual Ministro do Planejamento, pode permanecer



Nelson Barbosa
> Secretário de Política Econômica da Fazenda é citado para Fazenda além do Planejamento

PRESIDENTE DA PETROBRAS



José Sérgio Gabrielli
> Atual ocupante do cargo, deve permanecer

CHEFIA DE GABINETE



Alexandre Padilha
> Atual ministro das Relações Institucionais; Giles Azevedo, secretário da campanha, também é cotado

DIR. HUMANOS/ SEC.-GERAL



Gilberto Carvalho
> Atual chefe de gabinete do presidente Lula

BNDES



Luciano Coutinho
> Atual presidente do BNDES, pode ficar no cargo, mas também é cotado para a Fazenda

MIN. DA JUSTIÇA



José Eduardo Cardozo
> Ex-prefeito federal e membro da campanha

OUTROS NOMES



José Eduardo Dutra
> Presidente do PT e coordenador da campanha > Mesmo cotado, pode ficar à frente do PT



Moreira Franco
> Representante do PMDB na campanha > Citado para Cidades ou presidência da Caixa

OUTROS NOMES



Fernando Pimentel
> Ex-prefeito de BH e amigo de Dilma > Está no governo, mas com posto indefinido



Maria das Graças Foster
> Diretora da Petrobras > Pode assumir um ministério ou a presidência da Petrobras



Alessandro Teixeira
> Presidente da Apex > Citado para futuro Ministério das Micro e Pequenas Empresas

OUTROS NOMES



Ciro Gomes
> Deputado federal > Citado para Saúde ou Integração Nacional



Alexandre Tombini
> Atual diretor de Normas do Banco Central > Cotado para a presidência do BC



Abílio Dintz
> Dono do grupo Pão de Açúcar > Citado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Eleita terá de mudar perfil de técnico a político

DE SÃO PAULO DE BRASÍLIA DO RIO

Na Presidência, Dilma Rousseff terá ser menos técnica e mais política e ouvir os interlocutores na tomada de decisões. Esse, segundo aliados, será um desses grandes desafios.

Em outras palavras, ela terá de deixar de ser a "gerente dura" da Casa Civil, que chegava a destituir colegas de trabalho, para assumir um papel de líder política do governo.

Um assessor do Planalto diz que ela sabe que terá de escolher alguém com perfil próximo ao seu para ser o "coabrador implacável" que teve com Lula.

Membros de sua equipe dizem que ela já começou a mudar na campanha.

A presidente eleita gosta de agir com rapidez. Demonstra impaciência com a lentidão do governo.

Assessores dizem que, na busca de dados, Dilma leva seus subordinados "ao limite da exaustão".

Ela quer saber o "detalhe do detalhe" de tudo.

Muitas vezes perdia a paciência e tratava assessores, diretores de estatais e ministros com rispidez, em tom desrespeitoso.

Integrantes do Conselho de Administração da Petrobras, que foi presidido por Dilma até abril passado, relatam que ela lia antecipadamente os relatórios e já ia às reuniões com posição fechada.

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, teria chorado depois de uma alteração com Dilma por telefone. Os dois negam, mas a Folha ouviu a história de várias pessoas.

(ANA FLOR, VALDO CRUZ, KENNEDY ALENCAR E PLÍNIO FRAGA)

PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL

Votos válidos, em %

Ano	Presidente	Votos válidos (%)	Diferença em pontos	Diferença em votos
2010	Dilma Rousseff (PT)	56,0	12	11.908.148
2006	Lula (PT)	60,8	21,6	20.751.864
2002	Lula (PT)	61,3	22,6	19.415.615
1998	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	53,1	21,4	17.242.834
1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	54,3	27,3	14.461.322
1989	Fernando Collor de Mello (PRN)	53	6	4.013.634
1960	Jânio Quadros (UDN)	48,3	15,4	1.789.798
1955	Juscelino Kubitschek (PSD)	35,7	5,4	1.506.656
1950	Getúlio Vargas (PTB)	48,7	19	1.212.165
1945	Eurico Dutra (PSD)	55,3	20,5	687.412

Dilma não bate recorde de votos de Lula

Eleição da primeira mulher será também a primeira sucessão de 3 presidentes eleitos diretamente em 84 anos

DILMA VANA ROUSSEFF

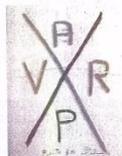
Nasce em Belo Horizonte



Torna-se simpatizante na Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, conhecida como Polop

Adere ao Colina (Comando de Libertação Nacional), a favor de ações armadas

Colina e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) se unem. Formam a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Passa a viver na clandestinidade e faz treinamento militar, no Uruguai



Preso em SP, é condenada a 6 anos e 1 mês de prisão e a cassação por dez anos dos direitos políticos. Em 72, obtém redução de pena e deixa a prisão



Muda-se para Porto Alegre



Eleita será a segunda a chegar ao Planalto sem ter disputado eleição anterior e terá a maior coalizão, de 10 partidos

FERNANDO RODRIGUES DE BRASÍLIA

Apontada candidata por Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, 62, a primeira mulher eleita presidente do Brasil, não superou a votação do mentor. Lula continua o presidente com a maior votação da história — teve 61,3% dos votos válidos no segundo turno de 2002.

Além da questão de gênero, há vários outros fatores históricos inéditos na escolha de Dilma para ser o 40º presidente do país.

Quando receber a faixa presidencial de Lula, Dilma protagonizará um ato que não acontecia no país havia 84 anos, desde 1926, quando Arthur Bernardes entregou o cargo a Washington Luís.

Como registrou em um artigo em setembro o jornalista Elio Gaspari, assim como Washington Luís, a presidente eleita conquistou o cargo pelo voto direto e recebeu o país das mãos de outro cidadão escolhido da mesma forma — e que, por sua vez, também chegou ao Planalto sucedendo outro governante, Fernando Henrique Cardoso, escolhido nas urnas.

Mas há uma peculiaridade extra. Washington Luís havia sido senador por São Paulo antes de ser presidente. Já Dilma nunca disputou uma eleição na vida antes dessa.

Esse feito ocorreu só uma vez no Brasil, há 65 anos: o marechal Eurico Gaspar Dutra foi eleito por meio do voto direto, em 1945, sem experiência anterior nas urnas.

CONTINUIDADE

Lula ter conseguido eleger sua sucessora também é algo raro na política brasileira.

O próprio presidente costuma se vangloriar que mesmo governantes populares, como Juscelino Kubitschek, não conseguiram transferir seu prestígio aos candidatos que apoiaram à sucessão.

O caso mais recente em que houve continuidade foi também atípico: Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 com o apoio de Ita-

mar Franco, que o indicara ministro da Fazenda para implementar o Plano Real.

Mas Itamar assumira a Presidência após o impeachment de Fernando Collor, para um mandato de dois anos.

Antes disso, o último presidente a apoiar a eleição pelo voto direto de seu sucessor foi justamente Vargas em 1945, dando suporte ao marechal marechal Dutra.

Dilma chegará ao Palácio do Planalto com o lastro da mais ampla aliança partidária montada em torno de um candidato vitorioso até hoje.

A presidente eleita contou com o apoio oficial recorde de dez partidos que integraram a coligação "Para o Brasil seguir mudando": PT, PMDB, PC do B, PDT, PR, PSB, PSC, PTC, PTN e PRB.

Serra, o segundo colocado, concorreu pela chapa "O Brasil pode mais": PT, PMDB, DEM, PTB, PPS, PMN e PT do B.

O PMDB comandou o processo de redemocratização do Brasil, no início da década de 80, mas esta é também a primeira vez que participa de uma chapa vitoriosa numa eleição presidencial direta.

PERFIL

Casada duas vezes, hoje divorciada, mãe de uma filha e com um neto nascido em setembro, Dilma é economista de formação e socialista por definição ideológica.

Leitora contumaz, cultivava também hobbies pouco conhecidos, como ouvir música em um iPod e mergulhar no mar ou em rios com o auxílio de cilindro de oxigênio.

Num país que enfrentou duas décadas de estagnação

e momentos de inflação descontrolada, ela é a segunda pessoa formada em economia eleita presidente da República. O outro foi Collor.

Filha de um búlgaro naturalizado brasileiro, Pêtar Russév (depois Pedro Rousseff), e de uma professora, Dilma Jane Silva, natural de Friburgo (RJ), Dilma nasceu em Belo Horizonte (MG), em 14 de dezembro de 1947.

Quando tomar posse, será a oitava mineira a ocupar o cargo de presidente. Minas Gerais lidera esse ranking, que tem o Rio Grande do Sul no segundo lugar, com seis.

GUERRILHA

Dilma será também a primeira ex-guerrilheira a comandar o Palácio do Planalto. Militou em organizações de esquerda desde os 16 anos, em Belo Horizonte.

Em 1968, passou a viver na clandestinidade. Usava documentos e nomes falsos como Estela, Luísa, Marina, Patrícia e Wanda. Atuava, sobretudo, no Rio e em São Paulo. Em um dos documentos torçados, declarava ter nascido no em São João da Boa Vista, no interior de SP.

Em janeiro de 1970, aos 22 anos, foi presa em São Paulo. Torturada nas primeiras semanas, cumpriu pena acusada de subversão. Ao sair da prisão no final de 1972, mudou-se para Porto Alegre (RS), onde morava e ainda vive seu segundo marido.

Dilma nega ter participado de ações armadas enquanto esteve na clandestinidade. Admite apenas ter participado de treinamento militar clandestino no Uruguai.

Ex-ministra das Minas

Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010), Dilma construiu sólida carreira como burocrata de vários governos no Rio Grande do Sul. Nos anos 70, aproximou-se do MDB, o partido de oposição consentida à ditadura.

Só teve uma incursão frustrada na iniciativa privada. Abriu uma loja de bugigangas na década de 90, em Porto Alegre. A Pão & Circo vendia itens de pequeno valor, como brinquedos inspirados no desenho animado japonês "Cavaleiros do Zodiaco".

Abandonou a atividade comercial depois de um ano e cinco meses, em julho de 1996. Essa experiência como empresária não aparece em sua biografia oficial.

Com a abertura política, ajudou a fundar o PDT. Seguidora de Leonel Brizola (1922-2004), rompeu com o brizolismo em 2000 para permanecer na administração do petista Olívio Dutra na Prefeitura do Porto Alegre. Filiou-se ao PT em 2001.

SAÚDE

No ano passado, descobriu um câncer no sistema linfático. Submetida a radioterapia e quimioterapia, a petista foi dada como recuperada no final de 2009. Faz exames regulares para monitorar a saúde. Durante a campanha, não divulgou boletins médicos detalhados.

Na campanha, foi disciplinada: mudou o vestuário, tirou os óculos, fez intervenções plásticas no rosto e na região do pescoço e aceitou a contratação de um "hair stylist" para modernizar seu corte de cabelo.

Sua loquacidade ainda está distante da de um político profissional. Mas quem compara a Dilma de hoje com a de um ano atrás nota enorme diferença. Controlou parcialmente sua impaciência. Parou de chamar repórteres de "santinha" ou "santinho", em tom de reprimenda.

A partir de hoje terá de começar a pensar na nomeação de 37 ministros e cerca de 20 mil funcionários em cargos comissionados. É uma incógnita como acomodará todos os partidos aliados e como se relacionará com Lula.

Terá de conciliar essas decisões políticas com sua maior meta anunciada, a de erradicar a pobreza extrema do Brasil até 2014.

2010 É nomeada oficialmente pré-candidata à Presidência no 4º Congresso Nacional do PT



2009 Anuncia ter câncer no sistema linfático e que iniciará um tratamento. Cerca de 3 meses depois, médicos dizem que ela está curada

2008 Folha revela que a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, assessora de Dilma, coordenou a confissão de dossiê sobre o governo FHC. Dilma nega

2007 Lula toma posse do seu 2º mandato e lança o PAC. A Casa Civil coordena as ações e Lula passa a chamar Dilma de "mãe do PAC"



2005 Com o mensalão, José Dirceu deixa a Casa Civil. Dilma é nomeada para o cargo

2003 Assume o Ministério de Minas e Energia

2002 Participa da formulação do plano de governo da campanha de Lula à Presidência

2001 O PDT se desentende com o PT no Rio Grande do Sul. Dilma opta por deixar o partido e filiar-se ao PT



Lula Marques/Folhapress

1977 Forma-se em economia na Universidade Federal do RS (UFRGS)

1980 Ingressa na Assembleia do RS, onde trabalha até 1985 como Assessora do PDT

1986 É nomeada secretária da Fazenda de Porto Alegre

1990 Assume a diretoria-geral da Câmara de Porto Alegre

1991 Torna-se presidente da Fundação de Economia e Estatística

1993 Assume como secretária de Minas, Energia e Comunicações do RS

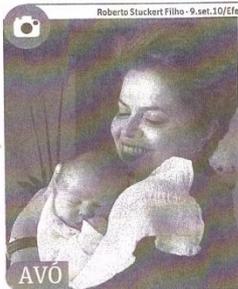
1998 Matrícula-se em doutorado na Unicamp em ciências sociais aplicadas. Cursa o doutorado até dez.99, mas não defende tese



1930 Jólio Prestes (PRP) 59,5 Getúlio Vargas (PRR) 40,5 19 549.497	1926 Washington Luís (PRP) 99 Assis Brasil 1 484.325	1922 Artur Bernardes (PRM) 59,5 Nilo Peçanha (PRF) 40,5 19 466.949	1919 Epitácio Pessoa (PRM) 71,1 Rui Barbosa 28,9 42,2 385.209	1918 Rodrigues Alves (PRP) 99 Nilo Peçanha (PRF) 0,3 98,7 381.357	1914 Venceslau Brás (PRM) 91,7 Rui Barbosa (PRL) 8,2 83,5 348.915	1910 Hermes da Fonseca (PRC) 64,5 Rui Barbosa (PRP) 35,6 28,9 283.420	1906 Afonso Pena (PRM) 98 Lauro Sodré (PRF) 2 252.592	1902 Rodrigues Alves (PRP) 93,3 Quintino Bocaiuva (PRC) 6,7 96 181.045	1898 Campos Sales (PRP) 90,9 Lauro Sodré (PRF) 8,4 82,5 169.959	1894 Prudente de Morais (PRP) 83,6 Afonso Pena (PRM) 11,6 72 149.163
---	---	--	---	---	---	---	--	--	---	--

Projeto Dilma decolou com pré-sal e PAC

Marco zero da candidatura foi no dia 8 de novembro de 2007, quando Lula delegou a ela anúncio sobre petróleo



AVÓ
Dilma e seu neto Gabriel, que nasceu e foi batizado durante a campanha eleitoral da petista



BRAÇO DIREITO
Erenice Guerra, sucessora de Dilma na Casa Civil, deixou a pasta após escândalos de lobbies

“Sempre que puder conversarei com o presidente. Terei uma relação muito íntima e muito forte. Não há ninguém neste país que vai me separar do presidente Lula”

30.out
Vou governar com a minha coligação, mas para todos... Vou me relacionar com governadores e prefeitos, mesmo de outros partidos, de forma republicana

17.out
As pessoas erram. Erenice errou. Considero a situação da Erenice com muita indignação, porque não concordo com a contratação de parentes e amigos

13.out
O Estado brasileiro é laico, e essa legislação eu não enviaria ao Congresso, tanto a alteração da lei do aborto quanto todas as outras [relativas a tabus para religiosos]

10.out
Eu não tenho o menor interesse em virar conservadora



PADRINHO
Sombra de Lula sobre cartaz de Dilma Rousseff durante discurso do presidente no lançamento de candidatura da petista, escolhida por ele para ser a sua sucessora

Apuração de escândalos seguirá na transição

DE BRASÍLIA

Eleita ontem, Dilma Rousseff (PT) terá que dividir a montagem da sua equipe de governo com explicações sobre dois escândalos que marcaram sua campanha — o caso Erenice Guerra e a quebra de sigilo fiscal de tucanos e pessoas próximas a José Serra (PSDB).
O desfecho dos dois casos, empurrados para depois da eleição, deve culminar com o período de transição do governo, entre novembro e dezembro. A posse é no dia primeiro de janeiro.
Na próxima semana, encerra o prazo dado pela Justiça para que a Polícia Federal conclua as investigações das denúncias de tráfico de influência na Casa Civil.
O escândalo envolve a sub de Dilma na Casa Civil, Erenice Guerra, que pode ser indicada após ter confirmado se-

mana passada em depoimento à PF que recebeu empre-sários que negociavam com a empresa de lobby dos filhos dela.
Dilma tem afirmado que não sabia de nada e criticado a conduta da sua braço direito no governo. Erenice teve de deixar o governo após a Folha revelar que um dos encontros ocorreu no prédio do governo com empresários de Campinas.
Também está em curso apuração sobre como os Correios, em especial a área de transporte de carga, foram afetados pelo lobby.
A PF deve sinalizar nos próximos dias se irá aprofundar a investigação sobre a quebra do sigilo de familiares de Serra e de tucanos.
Nos dois casos, a oposição não descarta propor CPIs caso a investigação da PF não seja conclusiva.
A sindicância do governo

instalada para apurar a participação de servidores no esquema de lobby na Casa Civil também pode ser concluída no próximo dia 18, fim do novo prazo dado para o encerramento dos trabalhos.
A Folha revelou que a sindicância detectou que o esquema de lobby não se restringia à Casa Civil, mas contava com a participação de dois outros órgãos vinculados à Presidência da República — GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e SAE (Secretaria e Assuntos Estratégicos).
Os computadores de Erenice e outros dois assessores da Casa Civil estão sendo pericliados pela PF e pela sindicância interna.
A PF não confirma, por exemplo, se pediu quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário dos envolvidos, que podem atrasar a conclusão do inquérito.

Petista saiu prostrada do 1º turno, quando vitória que parecia certa escapou; estratégia então repetiu a de 2006

ANA FLOR DE SÃO PAULO PLÍNIO FRAGA DO RIO

Dilma Rousseff tornou-se na prática a candidata do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sua sucessão no dia 8 de novembro de 2007, relatam seus assessores.
O presidente, então com 11 meses de seu segundo mandato, detidido que caberia a Dilma, ministra da Casa Civil, anunciar e capitalizar politicamente a confirmação da descoberta do campo de Tupi — até então o maior do chamado pré-sal, capaz de colocar o Brasil entre os quatro maiores produtores de petróleo do mundo.

“A descoberta de grande reserva de petróleo e gás na bacia de Santos eleva o Brasil para a elite mundial dos produtores”, disse Dilma no auditório da Petrobras, sem Lula. Antes, ela conversara com o marqueteiro João Santana.
A ideia parecia desastrosa. Um mês depois, pesquisa Datafolha mostrava Serra com 37% e Dilma com 2%. O nome governista mais bem posicionado era Ciro Gomes (PSB), com 19%.
Reservadamente, Lula dizia que Dilma tinha futuro político. Colocou sob sua gestão o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para que tivesse visibilidade.
Em 7 de março de 2008, o presidente apresentou sua unção como “mãe do PAC” em cerimônia de início das obras no Complexo do Alemão, na zona norte do Rio, epíteto que ecoaria durante toda a campanha.
No final daquele ano, o Datafolha mostrava Serra com 41%, Ciro com 15% e Heloisa Helena (PSOL) com 14%. Dilma pontuava apenas 8%.

ALOPRADOS
Aos poucos, Dilma teve sua imagem remodelada.
Houve mudanças estéticas (saíram os óculos e surgiu o topete à la Carolina Herrera) e, principalmente, o reforço ao discurso de que os programas gerenciados pela petista

tinham tido impacto social.
A organização da campanha de Dilma começara mal. Em abril a formação de uma “equipe especial de investigações” resultou na eclosão do escândalo da quebra de sigilos fiscais e bancários de familiares e aliados de Serra.
Mais adiante, acusações de corrupção nos Correios e na Casa Civil deixaram a candidata na defensiva, provocando perda de eleitores nos setores bem informados.
A duas semanas da eleição, uma reportagem da Folha sobre o esquema na Casa Civil derrubou a sucessora e principal assessora de Dilma no governo, Erenice Guerra.
No dia 3 de outubro, a sangria provocada pelos escândalos — aliada a uma ofensiva que propagava a mudança de posição de Dilma em relação ao aborto e espalhava boatos sobre sua religiosidade — levou a disputa ao segundo turno.

ABATIMENTO
Dilma saiu prostrada do primeiro turno, apesar dos 47 milhões de votos. Além do cansaço físico, o inesperado confronto parecia duro e de resultado imprevisível.
A estratégia para o segundo turno foi tentar mostrar que a petista não era um produto do marketing. O uso da imagem de Lula, que sumira na reta final para não “ofuscar” a candidata, ganhou corpo, mas de forma dosada.
Dilma também passou a aparecer mais “assertiva”, na expressão petista, no limite da agressividade.
O comando de campanha foi buscar na fórmula de 2006 a alavanca para Dilma: colocar a pecha de privatista no candidato do PSDB.
Antes que fosse acuada pelas obras no adversário, partiu para o ataque com críticas a Serra, abrindo o confronto antes que tivesse de respondê-lo.
Intensificou as carretadas e caminhadas. Ministros e assessores próximos de Lula tiraram férias para reforçar a campanha, que priorizou o Sudeste, onde a disputa com Serra estava mais acirrada.

Em duas semanas, a estratégia pareceu dar resultado, e a liderança nas pesquisas tranquilizou os petistas. A partir daí, era não errar e administrar a vantagem.

Colaborou KENNEDY ALENCAR, de Brasília

Folha adotará ‘presidente’ para se referir a Dilma

DE SÃO PAULO

A Folha usará “presidente”, e não “presidenta”, para se referir à petista Dilma Rousseff, eleita ontem.
Durante a disputa, a coordenação da campanha da petista ensaiou o uso do termo feminino, mas pesquisas internas mostraram que a mudança não tinha

um impacto significativo a favor da candidata.
“A campanha decidiu usar “presidente” em comícios, enquanto “presidenta” foi reservado para a TV e para discursos para um público mais tradicional.
Em português, as duas formas estão corretas, “mas a feminina é pouco usada”, diz Thaís Nicoletti, consultora de língua portuguesa do Grupo Folha-UOL.
Para Pasquale Cipro Neto, o uso da forma “presidenta” é desnecessário e causa estranheza.

Anexo IV

Jornal *O Globo*: corpus empírico da pesquisa

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 2010 • ANO LXXXVI • Nº 28.210

ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Eleições 2010

PARA COBRAR DE DILMA (As principais promessas da presidente eleita. Veja a íntegra nas páginas 18 e 19)

CONTAS PÚBLICAS Não fazer ajuste fiscal	PROGRAMAS SOCIAIS E INCLUSÃO Erradicar a miséria e conduzir todos os brasileiros ao padrão da classe média	TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA Ampliar o Aeroporto Galeão/Tom Jobim, com a conclusão do terminal 2 e melhorias no terminal 1 Fazer novos aeroportos em Goiânia, Goiabá e Porto Seguro (BA) Ampliar os aeroportos Alonzo Pena (Curitiba) e Guarulhos Fazer o trem de alta velocidade (entre Rio e São Paulo) Expandir e construir metrô nas principais aglomerações urbanas Fazer 51 grandes obras viárias, como novos corredores de transporte, mais metrô e veículos leves sobre trilhos	SAÚDE Construir 8.600 unidades básicas de saúde (UBSs) em todo o país Implantar o cartão do SUS, com o registro do histórico dos atendimentos Acabar com as filas para exames e atendimentos especializados	INDÚSTRIA Defender a abertura do capital da Infraero, mantendo controle estatal	ESPORTE E LAZER Construir seis mil quadras poliesportivas em escolas públicas com mais de 500 alunos Construir 800 complexos esportivos, culturais e de lazer, em todos os lugares do país
ADMINISTRAÇÃO Não promover a reforma da Previdência	EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO Aumentar para 7% do PIB os investimentos públicos em educação Erradicar o analfabetismo Construir seis mil creches e pré-escolas Possibilitar que os professores tenham, ao menos, curso universitário Manter um piso salarial nacional para professores Criar o ProMédio, programa de bolsa de estudo em instituições de ensino médio técnico, nos moldes do Universidade para Todos (ProUni)	URBANIZAÇÃO Universalizar o saneamento Investir R\$ 34 bilhões em obras de abastecimento de água e saneamento básico	HABITAÇÃO Contratar a construção de mais dois milhões de moradias no programa Minha Casa, Minha Vida Incluir eletrodomésticos e móveis na segunda fase do Minha Casa, Minha Vida	MEIO AMBIENTE Antecipar o cumprimento da meta de reduzir as emissões dos gases do efeito estufa em 36% a 39% até 2020	PETRÓLEO Defender tratamento diferenciado aos estados produtores na distribuição de royalties de petróleo Com os recursos do pré-sal, tornar o Brasil a quinta maior economia do mundo
MÍDIA E LIVRE EXPRESSÃO Não censurar conteúdo e rejeitar qualquer tentativa de controlar a mídia Dar garantia irrestrita da liberdade de imprensa, de expressão e de religião	IMPOSTOS Reduzir a zero os tributos sobre investimentos para aumentar a taxa de crescimento do país Reduzir os impostos sobre empresas de saneamento para impulsionar mais obras de água e esgoto Reduzir os tributos sobre energia elétrica Reduzir os impostos sobre a folha de pagamento das empresas para estimular a geração de mais empregos	EMPREGO E RENDA Continuar reajustando o salário mínimo acima da inflação	REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA Reduzir as injustiças no campo	CIÊNCIA E TECNOLOGIA Expandir recursos para pesquisas e ampliar as bolsas Capes e CNPq	CULTURA Ampliar os pontos de cultura e outros equipamentos Implantar o Vale Cultura

Lula elege Dilma e aliados já articulam sua volta em 2014

Com 55 milhões de votos, petista se torna a primeira mulher eleita presidente do Brasil

Jorge Saenz / AP

Caderno Especial: De Silva para Rousseff

• Nesta edição, um caderno especial de 12 páginas relata a trajetória da filha de uma tradicional família mineira que, após ser presa e torturada como guerrilheira, começou sua vida pública no Sul, virou ministra de Lula e acaba de se eleger para o posto máximo do país. Fã de ópera e batata frita, apelidada na campanha de "a mulher do Lula", ela enfrentará agora a dupla pressão de PT e PMDB por cargos, os problemas gigantescos que ainda perduram na infraestrutura do país e, sobretudo, a sombra de seu padrinho político.

Como Lula construiu sua candidatura

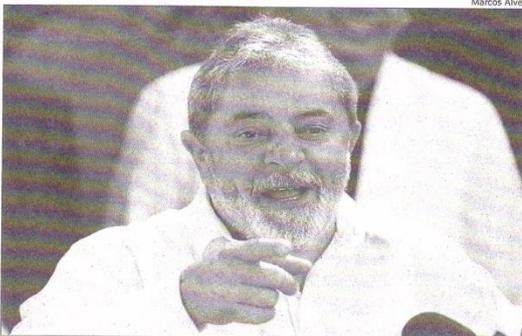
O risco do duplo comando



— Ai meu Deus... e agora?



DILMA, já como presidente eleita: promessa de valorizar mulheres e dialogar com a oposição



LULA após votar em São Bernardo: presidente sai vitorioso de campanha iniciada em 2007

• Com dez milhões de votos a menos que os obtidos em 2006 em sua reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu ontem mais um passo no seu projeto de poder: transformou a ex-ministra Dilma Rousseff, que até então não havia disputado nenhuma eleição, na primeira mulher eleita para presidente do Brasil. A volta do presidente em 2014, próximo passo do lulismo, embora sempre negada, já é articulada por aliados no Congresso e auxiliares diretos do Palácio do Planalto. Na campanha presidencial mais longa — iniciada em 2007 por Lula — e mais radical, no discurso e no uso da máquina pública, Dilma venceu com 55 mi-

lhões de votos (56%), contra 43,4 milhões de votos (43,9%) dados ao candidato opositorista, José Serra, do PSDB. A candidata de Lula venceu no DF e em 15 estados — inclusive em Minas Gerais, seu estado natal. Em seu primeiro pronunciamento após a vitória, ao lado do vice eleito, o peemedebista Michel Temer, e do ex-ministro Antonio Palocci, Dilma, resistindo à emoção, incentivou as mulheres a se mirarem em seu exemplo, prometeu zelar pela ampla e irrestrita liberdade de imprensa e elogiou a "genialidade" do presidente Lula. Aos adversários, lançou palavras cordiais: "Estendo a mão aos partidos de oposição." Páginas 3 e 4

MÍRIAM LEITÃO

Sem Palocci por perto, o pensamento de Dilma sobre economia é uma total incógnita. **Página 21**

RICARDO NOBLAT

O paralelo de Dilma será o presidente Dutra, que esquentou a cadeira para a volta de Getúlio. **Página 2**

PSDB governará mais e maiores estados

• Derrotado pela terceira vez consecutiva na disputa presidencial, o PSDB saiu vitorioso nas eleições regionais: comandará oito estados, inclusive São Paulo e Minas, maiores colégios eleitorais. O PSB tam-

bém sai fortalecido, dobrando de três para seis os estados sob sua administração. O PT mantém cinco governadores. O PMDB perdeu força: de seus oito governadores, ficará com cinco. **Página 33**

No 2º turno, Serra só virou o resultado em 3 estados: GO, ES e RS **Página 27**

Abstenção de 21,5% iguala recorde de 1998 **Página 28**

De Silva para *Rousseff*

A futura presidente do Brasil não só foi uma escolha do presidente Lula, imposta ao PT e aos aliados, como também deve a ele sua eleição. Primeira mulher presidente do Brasil, Dilma assume em janeiro com a missão de enfrentar problemas gigantescos ainda em saneamento, saúde, educação e infraestrutura. E também de sair da sombra de Lula, que certamente deverá querer voltar em 2014.



Dilma Rousseff, 6/2010

De Silva para Rousseff

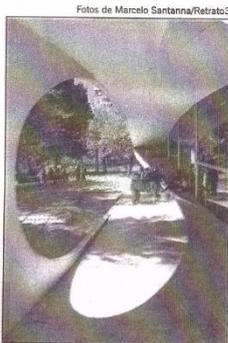
A escola que despertou o espírito de rebeldia

Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente

Chico Otavio

Filhas da tradicional família mineira, as meninas da escola Nossa Senhora de Sion devem ter estranhado o que viram ao pisar pela primeira vez no Colégio Estadual Central. Sem cerimônia com a arquitetura de Oscar Niemeyer, uma pichação cintilava na parede pelas quais ninguém morre por elas. De saia cinza, bem mais curta do que as freiras permitiriam, camisa branca e gravatinha verde, Dilma Vana Rousseff, de 16 anos, estava entre novatas, transferidas para o colégio público depois da venda do Sion. Para todas, foi como sair de uma missa rezada em latim diretamente para uma inflamada assembleia estudantil. E a mudança aconteceu na contramão da História. Dilma e suas colegas chegaram ao Estadual Central em 1964, quando o país se fechava e as liberdades democráticas saíam de cena. Ponta de lança do ensino público mineiro, o Estadual Central era o epicentro da agitação estudantil do período. O ambiente, todo aberto e gramado, transpirava liberdade. Os alunos eram vistos como barbudos e alternativos. Foram apenas dois anos passados ali, mas suficientes para operar uma revolução na cabeça da jovem que, pouco antes, estudava latim, aprendia trabalhos manuais, como bordado e tricô, e frequentava balés de debutantes na capital mineira. No Estadual Central, Dilma encontrou a causa pela qual arriscaria a própria vida. E foi nesse tempo que entrou em contato com a Política Operária (Polop).

— Nós éramos aqui bastante rebeldes — recordou-se a presidente eleita, ao visitar recentemente o antigo colégio.



Fotos de Marcelo Santana/Retrato3



O ANTIGO Colégio Estadual Central, rebatizado de Escola Milton Campos, foi projetado por Oscar Niemeyer e era o epicentro da agitação estudantil mineira nos anos 60

A rebeldia começava pelos traços do arquiteto. Inaugurado em 1956, o colégio refletiu a revolução estética iniciada nos anos 1940 pelo conjunto da Pampulha. Para traçar o auditório, Niemeyer inspirou-se num mata-borrão. O prédio das salas de aula seria uma régua; a caixa d'água, um giz; e a cantina, um caderno. Como não havia muros e as salas eram sustentadas por pilotis, parecendo que o prédio todo flutuava, da área interna dava para ver o Centro da cidade.

O Estadual Central não tinha diretor, mas reitor. Seus professores não lecionavam matérias, mas cátedras, reforçando a ideia de um colégio-universidade. Foi assim que as meninas do Sion, sem outra opção de ensino mais tradicional, encontraram o colégio na primeira metade dos anos 1960. Entre as novatas, duas filhas do governador Magalhães Pinto, Virgínia e Ana Lúcia.

Mesmo herdeiras da elite mineira, as meninas não escaparam da Ironia das veteranas:

— Como éramos tachadas de tomates, passamos a chamar as meninas do Sion de caquis. Tomates como nós, mas educadas em colégio chique — recorda-se Beatriz de Almeida Magalhães, ex-aluna, que entrou com 11 anos e saiu com 18.

Embora os freis dominicanos fizessem pregações no colégio, de forte teor político, o Estadual Central prezava a formação laica. Por isso, suas salas de aula abrigavam uma grande quantidade de alunos judeus, que não eram aceitos ou não queriam ir para colégios católicos.

O Estadual Central era uma ilha de liberdade numa capital que ainda padecia de certo provincialismo. Os meninos da juventude transviada entravam no colégio de lambreta.

José Vicente de Paula, 61 anos, o mais antigo funcionário do colégio hoje, lembra que, tempos depois, testemunhou um aluno subindo a rampa das salas de aula montado num cavalo branco. Dilma, que cursou o segundo e o terceiro anos do Clássico entre 1964 e 1965 — época em que ingressou na Política Operária (Polop) com o colega de escola e namorado Cláudio Galeno.

O compositor Márcio Borges, um dos pais do Clube da Esquina, conheceu Dilma no Estadual Central. Eram da mesma turma de amigos que frequentava o Centro de Estudos Cinematográficos e os bares do Edifício Moleira.

— Nosso grupo se encontrava todo santo dia e ainda era pouco. A gente mal dormia, esperando o dia seguinte chegar para se encontrar de novo — diz Márcio.

Além do colégio, Márcio se encontrava com Dilma e Cláudio Galeno para jogar cartas na pensão da Dona Odete, mãe de um outro amigo, Carlinhos Flex:

— Quando voltei para casa, de-

pois de enfrentar uma doença internada, Dilma vinha me visitar quase todo dia, de uniforme, junto com uma amiga, a Mariza, depois das aulas.

Na melhor fase do colégio, até o início dos anos 1970, tudo era motivo para mobilizações. A própria rampa galegada pelo cavalo branco foi motivo de conflito. Antônio Carlos Liparini, professor de Biologia que até hoje, aos 63 anos, leciona no colégio, liderou na época um protesto contra a tentativa de gradear o acesso, sob o pretexto de evitar acidentes:

— Certa vez, quando chegava, eu me incomodei ao encontrar o serralheiro soldando as grades. Logo em seguida, no Dia da Primavera (21 de setembro), distribuí flores às alunas com os seguintes dizeres: "Primavera de Praga? Justo aqui."

O protesto deu certo. Naquele ano, a instalação da grade foi adiada. Liparini passou a entregar rosas todo ano às alunas. Mas, quatro anos depois, à medida que as restrições do regime militar invadiam o colégio, as grades seriam finalmente instaladas. Diogo Magalhães, o Pico, designer gráfico de 53 anos, que estudou no colégio de 1970 a 1972, lembra-se das mudanças:

— Elas começaram com as aulas de Educação Moral e Cívica. Depois, uma intervenção impôs o maior linha-dura Ronaldo Leite Castro na direção do colégio anexo (no quartelão ao lado). Tocava o sinal, ele fechava o portão. Cabelo grande, nem pensar. Fumar era crime.

Foi no regime militar que a estátua "Mulher reclinada", obra de Alfredo Ceschiatti que decorava a entrada do auditório, mas escondalava pela nudez da imagem, foi retirada de lá e rompida em dois lugares.

Hoje, o Estadual Central, rebatizado de Escola Milton Campos, tem 3.700 alunos e ocupa uma área de 20 mil metros quadrados ambonizados pela especulação imobiliária. Maria José Duarte, diretora há três anos, diz que o

aluno atual não tem a ver com o espírito dos anos 60.

— A escola é aberta, arrojada, e tem aluno que não dá conta disso. Assusta-se com a falta de muros. Gosta mesmo é do celular.

A diretora admite que a rebeldia não desapareceu por completo, mas de forma menos engajada:

— Alguns alunos boicotam, tomam atitudes terroristas. Eles se organizam para soltar bomba, arrebentar o banheiro.

As estudantes Jéssica dos Santos e Larissa Hott, de 17 anos, eleitas no ano passado para o Centro Cívico Escolar Manuel de Abreu, pela chapa A Luta Não Para, devolvem a queixa.

— Como a diretoria barra muita coisa, somos obrigados a fazer atividades paralelas, como uma gincana clandestina.

Entrevista | Tariq Ali

‘Dilma continuará a política para a América Latina’

Fernando Duarte

Correspondente • LONDRES

O GLOBO: Agora que o ex-metáforico se vê substituído pela tecnocrata, é possível esperar se o PT entra numa nova era?

TARIQ ALI: Não acredito que a ascensão de Lula será uma exceção na política brasileira, e vejo sua diferença para Dilma como apenas de gênero, não de ideologia. A popularidade atingida por Lula depois de dois mandatos, claro que isso pode ser explicado por ações como o Bolsa Família, continua sendo impressionante.

O que esperar de Dilma?
ALI: Não a conheço tão bem para fazer muitos julgamentos, mas Dilma poderá surpreender muita gente de forma positiva, e seria tolo alguém imediatamente descartar a possibilidade de uma boa presidência de sua parte. Vencer uma eleição presidencial pode transformar uma pessoa para melhor. Ou pior também, mas é preciso lembrar que atualmente há a ausência de alterna-

Um dos mais celebrados intelectuais de esquerda, o escritor e historiador britânico de origem paquistanesa Tariq Ali tem a política na América Latina como um de seus principais interesses. As análises de Ali, um provocador de polêmicas, sobre o presidente Hugo Chávez ajudaram Oliver Stone a construir o documentário "South of the border", que exibe uma visão simpática à realidade política e social da Venezuela de hoje. De crítico contumaz de Lula — já o classificou de deslumbrado pelo poder —, Ali passou a ver o presidente com melhores olhos diante de sua atuação no fortalecimento dos laços regionais. Algo que o historiador não vê mudar com Dilma Rousseff na Presidência, como conta em entrevista ao GLOBO

tivas coerentes de oposição ao PT na política brasileira.

Muita gente acredita que Lula poderia ter eleito qualquer pessoa contra Dilma?

ALI: Lula é uma força fundamental no PT e no Brasil, e acredito que Dilma certamente vá

contar com ele para conselhos, o que é normal. Eu espero que ela vá além, porém: que implemente reformas estruturais. A saúde e a educação no Brasil são uma desgraça, e mudanças cruciais precisam ser feitas. E isso não pode ser desconectado de outras prioridades como o combate ao crime.

O que dizer da alegação de que Lula continuará dando as cartas?

ALI: Acredito que ele continuará exercendo uma influência considerável sobre Dilma. Mas Lula também precisará se dedicar a projetos maiores. Meu conselho é que se preocupe com a reconstrução do PT, de baixo para cima. Que viaje pelo país para renovar os vínculos com o povo. E que exerça sua influência para contribuir para as tais reformas estruturais.

A saída de Lula da Presidência não tira um pouco do carisma político brasileiro?

ALI: Não, pois Lula ainda terá um papel tanto em termos nacionais quanto regionais. Ele foi muito importante para a América Latina ao se recusar a ser manipulado contra os movimentos de esquerda em países como a Venezuela e a Bolívia. Dilma continuará com essa política. O único erro foi enviar tropas para o Haiti depois de os EUA e a França terem derrubado o governo de Jean-Bertrand Aristide. Isso jamais deveria ser repetido.

O GLOBO

ELEIÇÕES 2010 / DE SILVA A ROUSSEFF

• Editora responsável: Silvia Fonseca

• Edição: Maria Fernanda Delmas

• Arte: Léo Tavephansky (edição); Fernando Alvariz e Renato Carvalho (infografia)

• Projeto gráfico: Marcio Coutinho

• Diagramação: Claudio V. Rocha e Marcio Coutinho

• Pesquisa: Souza Lima

• Colaboradores: Fernanda da Escóssia, Cristina Azevedo e José Figueiredo

De Silva para Rousseff

O legado da Dilma militante

Nas organizações de esquerda, ela já mostrava perfil dirigente. Ali, discutiu teorias econômicas revolucionárias e o dilema entre guerrilha e mobilização das massas



UM PORTAL tombado pelo Patrimônio Histórico foi o que restou do Presídio Tiradentes, em São Paulo. Dilma e as outras mulheres ficavam na Torre das Donzelas

Chico Otavio

Entre um cigarro e outro, a socióloga Maria do Carmo Brito, de 68 anos, deixa escapar uma ironia sobre a Política Operária (Polop), a primeira das organizações de esquerda nas quais militou nos anos 60. Um congresso da entidade — recorda-se, repetindo as críticas dos adversários do passado — caberia dentro de um fusquinha. Mas a ex-militante emenda:

— E agora, quem diria, do ex-governador no fusquinha, a Polop chegou ao poder.

Ícone da presença feminina na luta armada e apontada como uma das responsáveis pelo assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, de onde teriam sido extraídos US\$ 2,4 milhões, Lia, codinome dos tempos de guerrilha que Maria do Carmo conserva até hoje no e-mail, refere-se ao poder recém-conquistado por Dilma Rousseff, que debutou na militância política na incubadora mineira da Polop.

— O "fusca" citado por ela saiu da garagem em 1961, quando um grupo de universitários criou uma alternativa à ampla influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no cenário das esquerdas do país. Assim nasceu a organização Polop, reunindo gente do PSB (Rio e São Paulo), da Juventude Trabalhista de Minas e dos luxemburguistas da Liga Operária (SP). Na época, uma esquerda marxista fora do PCB era algo inovador.

Dados levantados pelo sociólogo Marcelo Ridenti, da Unicamp, sobre o número de militantes da luta armada processados entre 1960 e 1970, estimam que a Polop reuniu em torno de 80 membros. Dilma era um deles. Entrou para a organização quando era secundarista e a seção mineira da Polop gravitava em torno da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Mas o que teria restado daquela Dilma militante e guerrilheira, que depois da Polop passaria por mais duas organizações perseguidas pelo regime, antes de ser torturada e recolhida ao Presídio Tiradentes, em São Paulo?

Dilma manteve as amizades daqueles tempos e ainda se emociona ao citar companheiros que tombaram nas lutas, como Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dodora. Porém, examinando apenas a linha de ação adotada hoje pela ex-guerrilheira, Ridenti, especialista em organizações armadas da esquerda brasileira, sustenta que Dilma faz, no poder, exatamente aquilo que a Polop contestou e combateu no passado.

(VPR), Maria do Carmo busca recordações menos teóricas para lembrar a militante que conheceu em 1969, no Rio, depois da prisão de um grupo importante dos Colina em Minas. Embora pareça paradoxal, foi na clandestinidade que Dilma começou, lentamente, a abandonar a aparência de nerd dos anos 1960.

— Como Dilma tinha cabelos anelados, era muito esguia e usava óculos pesados, Lara Lavelberg (legendária companheira do capitão Carlos Lamarca) sugeriu cabelos curtos, para realçar os olhos, e outra armação. E assim ela o fez — lembra-se.

Na VAR-Palmares, que durou três meses, Maria do Carmo comandou Dilma, a Stela, "sempre articulada e influente". De acordo com Lia, o objetivo da VAR era "incendiar o país" não por meio de focos, mas de metas de combate, ações-surpresa variadas:

— Eu fazia levantamentos, disfarçada, para comprar terras. Percorri, elegantíssima, o Rio Pa-

raná fazendo fotos.

Ex-Colina, o médico Jorge Nahas, atual secretário de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte, faz outra revelação curiosa sobre a trajetória de Dilma na luta contra a ditadura:

— Dilma sempre trabalhou na infraestrutura, com divulgação, formação e política. Desde cedo, mostrou perfil de dirigente e sofreu com um ranço machista das organizações de esquerda.

O talento para apelar pessoas, apesar das circunstâncias dramáticas do período, foi outra característica que Dilma mantém viva até hoje. Márcio Borges, um dos inventores do Clube da Esquina, amigo de Dilma que não quis aderir à Polop, preferindo a música, conta que, recentemente, ambos se reencontraram para um café temperado por recordações na Savassi, em Belo Horizonte:

— Ela se lembrou de um apelido que pôs em mim: "Marcinho Godard", porque eu adorava os filmes do diretor francês. Linda Goulart, militante da Polop e dos Colina que conheceu Dilma em reuniões na casa do sociólogo mineiro Guido Rocha, também ganhou seu apelido. Para ela, a figura pública da presidente eleita não é a mesma Dilma que conheceu, sonhadora, engraçada e brincalhona.

— Como Belo Horizonte era muito pequena, acabávamos circulando pelos mesmos ambientes. Ela era extremamente inteligente, muito bem preparada. Me pôs um apelido, que lembra até hoje: Chinês do Arrozal, porque eu tinha olhos um tanto puxados e cortei os cabelos bem curtos. Quando eu estava clandestina no Sul, Dilma fazia a conexão com a minha família, pois eu estava lá há sete anos e tinha perdido os vínculos.

Hoje professor emérito da UFF, Theotônio dos Santos, de 72 anos, elogia a Dilma da atualidade pela fidelidade histórica que sobrevive aos tempos:

— Dilma não rejeitou as lutas que realizou na ditadura. Numa situação ditatorial, elas se justificavam. Isso revela uma postura combativa, muito democrática. Sobreviver à tortura e viver na clandestinidade, isso é uma vitória pessoal muito grande.

Ela 'jamais esmoreceu'

Tatiana Farah

• CAMPINAS E SÃO PAULO. Luisa, Wanda, Stela, Marina, Maria Lúcia. Os militares abandonaram os codinomes de Dilma Vana Rousseff Linhares, em 1970, para chamá-la de Joana D'Arc ou Papisa da Subversão. "A figura feminina de expressão tristemente notável", que "ingressou nas atividades subversivas em 1967" e "jamais esmoreceu", dizem os autos do processo 366/70, guardados em um cofre do Superior Tribunal Militar (STM) durante as eleições, com acesso negado até a Dilma, para, segundo os militares, não tumultuar o processo eleitoral.

Para encontrar documentos e partes dos processos, O GLOBO percorreu arquivos do Brasil Nunca Mais, guardados na Unicamp, e o Arquivo Público do Estado, onde repousam documentos do Dops, a polícia política.

Diz o texto de indiciamento de Dilma no Dops: "Manipulava grandes quantias da VAR-Palmares. (...) Verificasse ser uma das molas-mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários. Trata-se de uma pessoa de dotação intelectual bastante apreciável". O interrogatório citado pelos policiais foi extraído sob tortura. Dilma foi presa em São Paulo, aos 22 anos, pela Operação Bandeirantes, em 16 de janeiro de 1970, com documentos falsos. Não consta porte de arma. Já presa, numa ocasião foi levada à casa de João Ruaro Filho e, segundo depoimento dele, assumiu a responsabilidade pelo material de esquerda encontrado.

Quando "estourou" a casa de Dilma em Santos, a polícia encontrou, além de material de esquerda, um bilhete amoroso, em que ela é chamada de "Nega querida". Os militares atribuem a carta ao primeiro marido, Claudio Galeno. Mas Dilma vivia outro amor com o gaúcho Carlos Araújo, o Max, da VAR-Palmares. Nem os "companheiros de armas", como citou José Dirceu, suspeitavam do romance com o homem com quem ela viveria por 30 anos. No Presídio Tiradentes, os dois trocavam bilhetes por "teresas". Retrocavam bilhetes por "teresas", cordas de lençóis e restos de panos.

Ao senador Agripino Maia (DEM/RN), Dilma chegou a responder, no ano passado, que "mentir, na tortura, não é fácil".

— Não é possível supor que se dialogue com o pai-de-arara, o choque elétrico e a morte.

Poucas vezes Dilma falou da tortura, mas, na carta em que pede indenização pelo tempo da ditadura, conta que foi submetida à "cadeira do dragão", onde o preso era amarrado para receber choques elétricos nas orelhas, na língua e nos órgãos genitais. Dilma foi condenada em dois processos pelo mesmo crime. Recebeu pena de quatro anos em um e 13 meses no outro. Seus advogados conseguiram baixar a pena para os 13 meses. Mas ela já tinha cumprido quase dois anos e meio na Torre das Donzelas, nome dado à ala das presas políticas do Tiradentes. Segundo o SNI, foi encontrado um documento que mostra planos da VAR-Palmares para tirá-la da cadeia. Uma autoridade seria sequestrada para troca por presos políticos, como Dilma.

Pelos depoimentos da época, Dilma ingressou na resistência em 1967, quando era noiva de Galeno, um dos líderes da Polop, em Belo Horizonte. Dilma saiu do movimento de estudantes e entrou nas alas operárias. A estudante de economia partiu para o estado da Guanabara, unindo-se ao Colina, no fim de 1968. Em 1969, mudou-se para São Paulo e participou das tratativas para fundir o Colina e a VPR (de Carlos Lamarca) na VAR-Palmares. Já era casada com Araújo.

O grupo de Lamarca achava o Colina muito estudantil, e a turma de Dilma temia que o movimento se militarizasse. Antonio Espinosa disse à revista "Brasileiros", em 2009, que Dilma só teria integrado o comando nacional da VAR-Palmares depois do racha e nunca participou do assalto ao cofre de Ademar de Barros. Na ocasião do racha, segundo denuncias de depoimentos encontrados pelo GLOBO, Dilma distribuía dinheiro aos integrantes e formava os quadros de militância. Para a polícia e o juiz auditor José Paulo Paiva, Dilma "chefiou greves e assessorou assaltos a bancos" — ela nega, e não há acusação dos militares sobre ações armadas.

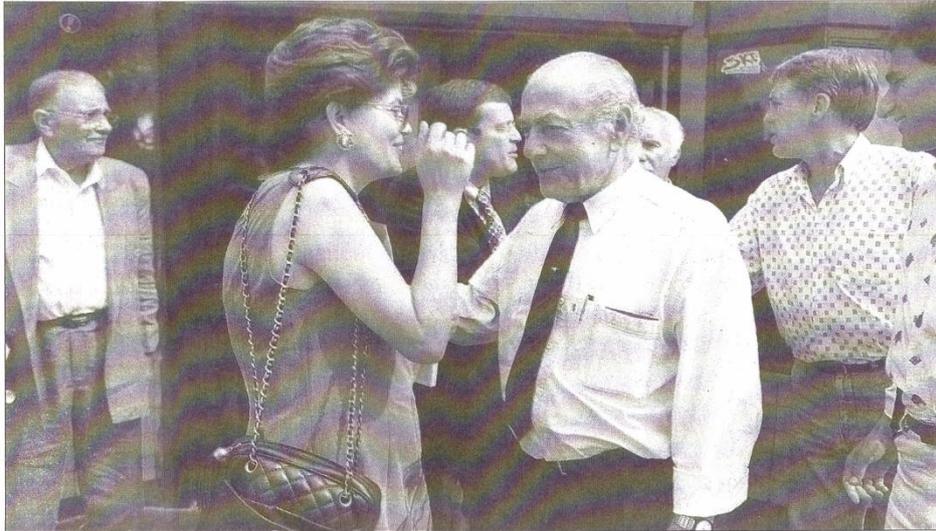
O depoimento de Dilma no Dops tem 19 páginas. No fim, quando a polícia pergunta se ela se arrepende, diz que não se arrepende de nada.

“

Dilma sempre trabalhou na infraestrutura, com divulgação, formação e política. Desde cedo, mostrou perfil de dirigente e sofreu com um ranço machista das organizações de esquerda

Jorge Nahas, ex-membro do Colina

De Silva para Rousseff



Agência RBS/18.9.1986

Fernando Gomes/Zero Hora/723.3.1998



DILMA COM Brizola (ao lado), antes do rompimento. Acima, na época em que era secretária de Finanças do prefeito Alceu Collares, de Porto Alegre

A vida no Sul foi um *recomeço* entre aulas e gestão pública

Antônio Pacheco/Zero Hora/26.6.1992



PRESIDENTE DA Fundação de Economia e Estatística (FEE), em um painel



COM O então governador Olívio Dutra, de quem foi secretária de Energia

Em quase três décadas em terras gaúchas, onde o marido esteve preso, Dilma lecionou, teve sua única filha, ajudou Brizola a fundar o PDT e ocupou cargos municipais e estaduais

Chico Otavio

Dilma Rousseff atravessou quase três décadas de atividades políticas em Porto Alegre, para onde se mudou depois de sair da prisão, em 1972, ocupando cargos da burocracia partidária ou da máquina pública. Daqueles que conviveram com ela, talvez só o Bom Baiano, apelido do então diretor do Presídio Central, Waldomiro Jesuino da Silva, tenha acreditado que a mulher do trabalhista Carlos Araújo, este, sim, um ícone do PDT gaúcho, pudesse dar voos mais altos. Consultado na época se autorizava uma série de projetos elaborados pelos presos políticos para a cadeia da capital, incluindo aulas para presidiários comuns ministradas por Dilma, ele teria respondido: "Claro, os presos políticos de hoje podem ser os dirigentes do país amanhã."

O episódio é contado por Carlos Alberto Tejero de Ré, o Minhoça, ex-militante, como Dilma, da organização VAR-Palmares na luta contra a ditadura e que ficou detido com Araújo no Presídio Central. Com o aval do Bom Baiano, Dilma pôde retomar algo que sempre a encantou: doutrinar pessoas com um aparato de livros e cartilhas. Já fazia isso desde os tempos do curso de Economia na UFMG, onde imperava a organização Política Operária (Polop), e quando ela era encarregada da formação teórica de seus quadros.

Depois que o marido foi solto, Dilma manteve as aulas particulares, dessa vez para um pequeno núcleo que pretendia reerguer o PTB no Rio Grande do Sul, mas acabaria fundando o PDT, sob a batuta de Leonel Brizola.

Foi nessas aulas que Dilma desenvolveu o estilo professoral e determinado que nunca mais a abandonaria. Se, em quase três décadas de Rio Grande, ela construiu uma família, ocupou cargos importantes na administração pública (uma vez secretária municipal de Finanças de Alceu Collares e duas vezes secretária estadual de Energia e Comunicação), fez grandes amigos e aliados fiéis, também deixou um saldo de brigas e inimizades. Culpa do estilo duro e pouco flexível, incapaz de recorrer ao famoso jettinho brasileiro, cânone do universo político, para contornar crises ou acalmar correligionários.

Dilma rompeu com o PDT em 2000, quando Brizola retirou o apoio de seu partido ao governo do petista Olívio Dutra, mas os

pedetistas que ocupavam cargos estratégicos decidiram continuar. Dilma, que era secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações, chegou a recorrer à Justiça para se desfilhar.

O deputado federal Vieira da Cunha (PDT-RS), que foi candidato a vice-governador de Alceu Collares em 1992, quando Dilma era coordenadora dos programas de governo e de TV, disse que o afastamento foi traumático.

— Ainda há um foco de resistência no partido (PDT). Nas reuniões partidárias, tenho dito que mágoa e ressentimento fazem mal à saúde — conta ele.

Havia, na época do rompimento (2000), uma disputa interna forte para decidir quem concorreria à sucessão municipal pelo PDT: Collares ou Vieira da Cunha. Collares tinha uma postura radicalmente antipetista. Esse episódio, com a vitória de Collares, foi considerado um rompimento com o PT.

Serenio Chaise, dez anos na presidência regional do PDT, disse que Dilma e Brizola não se davam muito porque ambos tinham gênios fortes.

— Principal aliado de Brizola, o então prefeito Collares não quis que Araújo (marido de Dilma) ganhasse as eleições municipais de 1988. Não queria dividir o poder com Araújo. Forçou a greve da limpeza pública, que foi mortal para a campanha.

Mas a advogada trabalhista Gisa Nara Machado da Silva, de 60 anos, que conhece Dilma desde 1979, revela que ela já teve de Brizola um forte apoio para enfrentar adversários no Sul.

— Durante um congresso de mulheres em Porto Alegre, no início dos anos 1980, para discutir a fundação de uma federação de classe, o PDT resistia a criar a entidade naquele momento, mas o MR-8 tinha maioria e iria vencer. Foi quando Dilma e outras pedetistas tiveram a ideia de levar Brizola e distribuir lenços vermelhos para as participantes. Foi um sucesso e virou a votação a favor das pedetistas.

Entrevista | Riordan Roett

'Espera-se que Dilma concentre o foco mais nos temas internos'

Fernando Eichenberg

Correspondente • WASHINGTON

O GLOBO: Qual é sua análise, de um ponto de vista mais geral, desta eleição?

RIORDAN ROETT: A coisa mais importante é que é uma eleição aberta, competitiva e democrática. Contrasta o Brasil com países como Argentina, Venezuela ou Equador. É um sinal positivo ao desenvolvimento político do Brasil.

• **O que o senhor espera do governo de Dilma Rousseff?**

ROETT: É esperado que Dilma concentre seu foco muito mais nos temas internos, se comparado ao último mandato de Lula, que foi centrado mais em questões internacionais.

• **Mudará a relação entre o Brasil e os Estados Unidos?**

ROETT: Haverá complicações e acomodações. Quando o Brasil assumir um caminho próprio, haverá confronto. No caso do Irã, Washington teve uma percepção negativa do acordo que Brasil e Turquia tentaram fazer. Mas no Terceiro Mundo e no mercado emergente, os sinais foram positivos. Os Estados Unidos terão de se adaptar a um Brasil mais agressivo. O Brasil, como membro do Bric, terá um papel crescente, e Washington ainda não está totalmente

Para o diretor do programa de Estudos de América Latina da Universidade Johns Hopkins (EUA), Riordan Roett, o governo de Dilma Rousseff estará mais voltado para as questões domésticas, diferentemente do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, focado, segundo ele, na agenda internacional. Roett não acredita que a relação entre os EUA e o Brasil sofra alterações importantes, mas alerta que Washington terá de se ajustar a um Brasil cada vez mais agressivo. Roett vê ainda a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 como dois grandes desafios, tanto pela grandiosidade como pelo alto potencial de corrupção.

pronto para aceitar isso.

• **Qual será a diferença na postura internacional de Dilma?**

ROETT: O Itamaraty terá um papel mais central. Se Marco Aurélio Garcia (assessor de Lula para Assuntos Internacionais) for o chanceler, o cenário será um. Se for Antonio Patriota, ex-embaixador em Washington que representou muito bem o Brasil, será outro. Marco Aurélio é mais ideológico, e provavelmente o Brasil não precisará disso nos próximos quatro anos, quando o presidente terá de lidar com a Copa de 2014, as Olimpíadas de 2016, o pré-sal, o G-20. São questões políticas complicadas, e talvez seja melhor ser menos agressivo em política externa.

• **Dilma terá uma política externa mais moderada?**

ROETT: Acredito que ela correrá menos riscos. Não tem muita experiência em política externa, e a agenda doméstica, que ela conhece bem, será bastante complicada. Dilma estará presente nos encontros internacionais, mas no dia a dia delegará a responsabilidade ao Itamaraty.

• **Qual é o futuro das relações econômicas dos EUA com o governo Dilma?**

ROETT: Os Estados Unidos são o segundo parceiro econômico do Brasil. Haverá muitos investimentos estrangeiros no Brasil, dos EUA e de outros países. Em questões mais amplas, como meio ambiente, há uma

posição mais ou menos complementar. No comércio há ainda o que ajustar para que o Brasil possa exportar. O Brasil e a China têm forçado mudanças no FMI, que deverão ocorrer. A Casa Branca está apoiando esses movimentos. Dependendo do tema, a política americana será de mais ou menos apoio. Mas os EUA terão de entender que o Brasil é um país mais complicado do que China, Índia ou Rússia.

• **Na política interna, Dilma promoverá mudanças significativas?**

ROETT: Espera-se que o papel do Estado seja pequeno no Brasil, caso de Chile, Uruguai e em menor grau, Peru e Colômbia. A perspectiva é de mais parcerias público-privadas, e que o Estado aumente seus recursos para educação, ciência e tecnologia. Dilma terá um desafio grande com 2014 e 2016. Terá de colocar muito rapidamente muito dinheiro público na infraestrutura e lidar com os perigos da corrupção.

• **É a abordagem com a América Latina?**

ROETT: Certamente haverá muitos cuidados nas relações com Bolívia, Paraguai, Uruguai. Para os Estados Unidos, ficou clara a política brasileira em relação à Venezuela: não exclusivos em relação à Venezuela: não exclusivos em relação aos Estados Unidos é que o governo brasileiro entende que Hugo Chávez não ficará lá para sempre.

De Silva para Rousseff

Sobre como Lula fabricou sua candidata

Dilma se aproximou do presidente ainda na transição, ocupou um ministério importante e ganhou mais força após a queda de José Dirceu da Casa Civil

Chico de Góis e Luiza Damé • BRASÍLIA

A mulher que até hoje se refere a Luiz Inácio Lula da Silva com admiração, mesmo longe dos holofotes e da imprensa, era apenas um nome técnico para seu ídolo no fim de 2002, logo após o primeiro operário se tornar presidente na História do Brasil. Lula já tinha ouvido falar de Dilma Rousseff antes de vencer aquela eleição. Mas apenas isso. Embora sem participação ativa no PT, no qual era neófito, Dilma chegou a Lula por meio de Olívio Dutra, de quem fora secretária de Minas e Energia no governo gaúcho. Como o racionamento de energia de 2001 ainda anuviava os sonhos de desenvolvimento brasileiro, a técnica, mesmo antes de receber um ministério, ganhou importância no futuro governo, na equipe de transição. Lula não se cansa de repetir que se decidiu por Dilma como ministra de uma área propensa a curto-circuito — Minas e Energia — ao presenciar a participação dela numa reunião temática, na transição. Olívio lembra que, antes que ele pudesse conversar com Dilma, como planejava, Lula a convidou para compor a equipe.

— O convite se deu naturalmente. Dilma tinha grande experiência na área, tinha propostas, era estudiosa do setor e se cacifou para ser ministra. Antes de convidá-la, o companheiro Lula falou comigo, mas eu nem cheguei a conversar com ela. Ele fez o convite antes — lembra Olívio, ex-ministro de Lula. Dilma passou a frequentar a seleta reunião de coordenação do governo, em que tinham assento cardeais da estola de José Dirceu, Luiz Gushiken e Antonio Palocci. Nessas reuniões, chamada a analisar o setor elétrico, foi conquistando a confiança de Lula, que se impressionava, segundo um ministro, com o rigor técnico de sua auxiliar.

De acordo com esse ministro, Lula viu em Dilma competência técnica, rigor com dados — Lula adora números, e Dilma não conclui uma frase sem citar algarismos —, capacidade de gestão e direção, além do trabalho em equipe. Olívio corrobora essa visão: — O que chamou a atenção de Lula foi a capacidade de Dilma de trabalhar em equipe, assumir tarefas sem perder o fio da meada. Ela conseguia relacionar a área dela com as demais e tinha informações sobre as áreas que se relacionavam com a dela.

Lula só não gostava dos famosos *powerpoints*, que marcavam a prestação de contas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e uma vez, tiraram a ministra do sério, por causa da lentidão (para ela) com que o operador do computador passava as páginas. Vez ou outra, à guisa de piada, Lula dizia a ela que fizesse uma apresentação mais reduzida e falasse de improviso.

Aliás, essa é uma característica do presidente, dizem colaboradores: quanto mais ele gosta de alguém, mais se sente à vontade para fazer piadas e mostrar carinho. Foi assim com Dilma. A mulher fechada em planilhas foi ganhando, aqui e acolá, um alago do presidente, que a pegava pelo braço e apoiava sua mão na dela, como faz com alguns ministros e amigos mais próximos.

Um ministro lembra que, com Dirceu, embora o respeitasse politicamente, Lula nunca foi tão próximo nem se permitiu um gracejo ou ato mais voluntarioso.

Depois que Dilma se assentou na Casa Civil, no lugar do antes todo-poderoso Dirceu, a proximidade aumentou. Lula achava graça — e já disse isso em público — da fama de mal-humorada de Dilma. São muitas as histórias de que ela bateu na mesa — gritou e xingou auxiliares. Quando alguém vinha reclamar com Lula, ele se divertia, porque, no fundo, via nela características suas. Quando está irritado, Lula não se contém e, vez ou outra, solta um palavrão, fecha a cara, fala alto.

Dilma substituiu Dirceu num momento muito ruim para o governo. Corria 2005, e a denúncia de que o Palácio do Planalto, sob as gravatas importadas de Dirceu, pagava mensalidade a deputados da base quase trouxe de 1992 o fantasma do impeachment de um presidente eleito. Lula viu que o cardeal instalado num gabinete um andar acima do seu — onde até hoje é a Casa Civil — poderia colocar pedras no caminho que ele sonhava: reeleição e aprovação popular recorde.

Depois que Dirceu atendeu à voz profética de Roberto Jefferson — o delator que o mandou sair da cadeia antes que o trono de Lula caísse —, o presidente decidiu que, no andar acima, somente ficaria alguém sem aspiração político-eleitoral.

— A chegada da companheira Dilma à Casa Civil não foi um tapa-buraco — defende Olívio. — Ela tem uma capacidade de articular os ministros que o Zé Dirceu não tinha. Tem mais objetividade, não forma blocos e tem uma relação mais franca com os companheiros.

Ainda antes das eleições municipais de 2008, Lula começou a tocar, em rodas maiores, no talco sucesso. Na campanha, Dilma ensaiou os primeiros passos nos palanques do PT gaúcho. Já com bons índices de aprovação, Lula queria papel decisivo na escolha. Pesquisas do PT descartaram nomes que pareciam fortes. Assim, caíram Palocci, Ciro Gomes, Tarso Genro. Palocci, um dos favoritos, deixara o governo em 2006, no escândalo da quebra do sigilo bancário do caseiro Francineide Costa, que acusara o então ministro da Fazenda (já incoerente no STF) de se encontrar com lobistas numa casa em Brasília.

Não havia no Olimpo petista algum deus à altura da cadeira de Lula. Foi quando ele resolveu apostar tudo em Dilma, experiente administradora pública, mas que nunca disputara uma eleição. Lula chegou a classificar a escolha como a novidade eleitoral, mas frisando a capacidade de dar continuidade a seus projetos. Surgiu a Dilma candidata.

A medida que o convívio foi aumentando, a criatura foi adquirindo outros traços do criador. Dilma está mais brincalhona, tem curiosidade de saber o que o outro está lendo ou ouvindo e conta causos do passado mineiro. A mudança de humor dela é evidente, segundo um auxiliar de Lula. Nas reuniões de coordenação que passou a frequentar quando chegou à Casa Civil, Dilma limitava seus comentários à pauta sempre técnica, ao contrário dos demais —, que, vez ou outra, falavam de futebol ou assuntos paralelos.

Agora, na Presidência, resta saber se a criatura formatada será um Lula de saias ou uma Dilma meio mineira, meio gaúcha, mas com identidade própria.



AFP/20.12.2002



Alton de Freitas/1.1.2003

A PARTIR do alto: Lula, antes de tomar posse, apresenta alguns de seus futuros ministros; o presidente empossa Dilma no cargo de ministra de Minas e Energia; Dilma assume a Casa Civil e beija seu antecessor, José Dirceu; Lula e Dilma conversam em solenidade do PAC; e, bem antes de ser sacramentada candidata, Dilma pesca com Lula na emblemática visita às obras da transposição do Rio São Francisco



Alton de Freitas/21.6.2005



Gustavo Miranda/5.6.2008



Ricardo Stuckert/Presidência/1.4.10.2009

“

O convite (para ser ministra de Minas e Energia) se deu naturalmente. Dilma tinha grande experiência na área, tinha propostas e se cacifou para ser ministra

“

A chegada da companheira Dilma à Casa Civil não foi um tapa-buraco. Ela tem uma capacidade de articular os ministros que o Zé Dirceu não tinha

Olívio Dutra

De Silva para Rousseff

Filmes, família e feijão nas horas vagas

Cinéfila, fã de ópera e batata frita, ela não troca a costureira e adorou a China

Maria Lima

Mesmo após a repaginada da campanha, Dilma foge das grifes da moda para se vestir ou se calçar. Tem uma pequena coleção de joias delicadas — e uma excentricidade é um relógio esportivo Guess. Também é erudita: gosta de música clássica e de ópera e frequenta museus — na visita de Lula com sua megacomitiva à China, em 2004, a então ministra arrumou uma brecha na agenda para conhecer um museu em Xangai. Como o ex-marido Carlos Araújo classifica, sempre foi uma pessoa "atirada nas cordas", ou seja, nunca ligou para muita arrumação. Até no quesito gastronomia, Dilma é de gosto tri-
vial: arroz, feijão, bife com ovo e batata frita.

• **LIVRO QUE ESTÁ LENDO:** "Empire of liberty", de Robert W. Tucker e David C. Hendrickson, uma biografia de Thomas Jefferson, o terceiro presidente dos Estados Unidos. Em inglês.

• **VIAGEM DOS SONHOS:** Uma que fez à China. Adora Buenos Aires e Bariloche.

• **HOBBY:** É cinéfila. Gosta de ficar em casa assistindo a filmes. Os preferidos: "Mimi, o metalúrgico" (da diretora italiana Lina Wertmüller) e "2001 — Uma odisseia no espaço" (de Stanley Kubrick). Quer assistir a "Tropa de elite 2" (de José Padilha), mas ainda não conseguiu.

• **MÚSICA:** Aprendeu a gostar de música clássica e ópera na infância, com os pais. Gosta especialmente de "Tristão e Isolda". É fã de cantoras mulheres, de Maria Rita a Ana Carolina e Alcione. Sabe de cor músicas da Jovem Guarda, de Roberto Carlos a Jerry Adriani.

• **PERFUME:** Não gosta de perfumes fortes. Não tem uma marca preferida.

• **ROUPA:** Manda fazer peças sob medida no ateliê da costureira Tânia, localizado no bairro Molino dos Ventos, em Porto Alegre. Na campanha, chegou a usar algumas peças de Alexandre Herchovitch. Mas é fiel à antiga costureira, que lhe manda malas com peças de sua preferência: terninhos e blazers que compõe geralmente com calças pretas. Ninguém se lembra de ter visto Dilma usando vestido ou saia — a não ser no casamento da filha.

• **SAPATOS:** No dia a dia, gosta de sapatênis de várias marcas, como GX (que adquiriu em Nova York) e Nike. Em eventos mais formais, usa sapatos fechados de saltinho baixo.

• **ACESSÓRIOS:** Joias delicadas de pérola e brilhante. Não tira do pulso uma pulseira com um pingente de olho turco, para espantar mau agouro, que ganhou de presente de Fátima, mulher do governador Jaques Wagner (BA).

• **BOLSA:** Não varia muito. Repete, há algum tempo, uma bolsa preta média, sem marca conhecida.

• **PRATO:** Um bom prato de arroz com feijão, bife de filé a cavalo e batatas fritas. Come gulizado de carne feito pelo ex-marido Carlos Araújo quando vai a Porto Alegre.

• **TIMES DE FUTEBOL:** Atlético-MG, Inter e Flamengo.

• **CONFIDENTES:** Raramente tem conversa de mulherzinha, mas para todos os momentos os confidentes são o ex-marido Carlos Araújo, a filha, Paula, e o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, amigo desde a juventude.

• **MELHOR AMIGA:** Maria das Graças Foster (diretora da Petrobras) e amigas antigas de Porto Alegre.

• **FAMÍLIA:** Filha do búlgaro Pedro Rousseff com a fluminense de Nova Friburgo Dilma Jane Silva, teve três irmãos: o búlgaro Lúben Rousseff por parte de pai, Igor Rousseff e Zana Lucia. Apenas Igor, que mora em Juiz de Fora, é vivo. Os dois têm pouco contato por causa da rara convivência desde sua prisão. Zana, a caçula, morreu de problemas cardíacos em Porto Alegre logo depois que Dilma saiu da cadeia.

• **MOMENTO DILMA:** Quando vai para Porto Alegre e fica com sua família.



Cavalcante



DILMA no casamento da filha: de vestido

Mulheres no poder

- No século passado, as mulheres não conquistaram só o direito de votar, mas também o de ser eleitas. Aqui estão algumas governantes:
- **SIRIMAVO BANDARANAIKE:** Em 1960, tornou-se uma das primeiras mulheres a ocupar o cargo de premier no mundo, após o assassinato do marido, Solomon, no Ceilão (atual Sri Lanka). Governou o país três vezes, num total de 18 anos.
- **GOLDA MEIR:** Tinha 70 anos quando foi escolhida para o cargo, em 1969: o premier israelense, Levi Eshkol, morreu. A Velha Senhora voltou para um mandato temporário que se estendeu por cinco anos.
- **INDIRA GANDHI:** Filha do fundador da União dos Estados Indianos, Jawaharlal Nehru, dirigiu a Índia por 15 anos. A primeira-ministra foi morta por seus guardacostas sírios em 1984.
- **ISABELITA PERÓN:** Maria Estela Martínez de Perón, terceira mulher de Perón e sua vice-presidente, assumiu a Presidência argentina em 1974, quando o marido morreu. Foi a primeira no continente. Fraca, foi deposta pelos militares em 1976.
- **MARGARET THATCHER:** A Dama de Ferro foi premier britânica de 1979 a 1990. Líder conservadora, travou um duro confronto com os sindicatos, que culminou na greve dos mineiros em 1984, e esteve à frente do governo na Guerra das Malvinas.
- **BENZIR BUTTHO:** Filha de um governante paquistanês destituído por um golpe militar, viu o pai morrer na prisão. Mais tarde, tornou-se a primeira mulher a governar um país muçulmano, em 1987. Derrubada em 1989, voltou do exílio em 2007, mas foi assassinada na campanha eleitoral.
- **ANGELA MERKEL:** Em 2005, a alemã se tornou a primeira mulher a assumir o cargo de chanceler federal — e a primeira a vir da antiga Alemanha Oriental. Enfrentou em seu governo a crise econômica e permaneceu no cargo.
- **MICHELLE BACHELET:** A primeira mulher a governar o Chile deixou o cargo este ano, após quatro anos, com quase 80% de aprovação. Filha de um general, foi presa e torturada pela ditadura.
- **CRISTINA KIRCHNER:** Foi eleita em 2007, sucedendo ao marido, Néstor (morto em outubro último), na Presidência argentina. O Casal K teve embates com grupos de comunicação, Judiciário e vice-presidente.

AS FACES DE DILMA

• Dilma atravessou os primeiros anos do governo Lula num estilo mais sisudo e discreto de se vestir e pentear. Uma mudança de blusinha antiga para terninho, um corte de cabelos sutilmente diferente, mas sem muitos sobressaltos. Quando começou a ser citada como possível candidata à Presidência, mudou. Em 2008, cirurgia plástica para suavizar a expressão facial e substituição dos óculos por lentes de contato. As roupas ficaram mais leves. Mas uma das maiores mudanças

não foi por vaidade: a peruca usada na época da quimioterapia. Já de plástica nova, em junho deste ano impressionou artistas, num jantar, com o visual assinado pelo cabeleireiro Celso Kamura. Rejuvenescera. Criticada pelo excesso de babados e braços à mostra, em agosto Dilma recorreu à assessoria do estilista Alexandre Herchovitch, que, na época, usou a expressão "clássico" para definir o visual da cliente. Mas os dois não se entenderam, e ela voltou a seu estilo.



Anunciada na equipe de transição de Lula, usa os cabelos em estilo despojado



Como ministra de Minas e Energia, óculos e corte tradicional de cabelos



Na Couromoda (SP), Dilma exhibe os sinais de uma cirurgia plástica no rosto



Durante a quimioterapia para curar um câncer, Dilma passa a usar uma peruca



Terminado o tratamento, seus cabelos voltam a crescer, e ela assume o estilo curtinho



A nova face da candidata: cabelos com topete e mais modernos — e plástica

Anexo V

Charge do jornal *Mulherio*, 1982, edição nº 7, p. 13



Anexo VI

Arquivo Público do Estado de São Paulo



Anexo VIII

Edição de 20 de julho de 1966 do jornal Última Hora- Editorial

OPINIÃO DE "UH"

Ato de Violência

Os mineiros sempre foram criaturas tementes a Deus e às decisões de seus representantes na terra. Do lado para que pendessem os sacerdotes católicos, ali se encontrava a força da autoridade terrena, em toda Minas Gerais, para prestigiar a orientação cristã.

Pois bem. Agora, no episódio da UNE, o Governo de Minas Gerais coloca-se contra os padres dominicanos. Estes defendem o direito de reunião dos estudantes, e, conseqüentemente, a realização do XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes, marcado para Belo Horizonte. O Governo, lançando mão da força, a isto se opõe: ocupou a sede da União Estadual dos Estudantes e apreendeu todo o material de propaganda do referido Congresso.

Motivo alegado para o ato de violência: os estudantes são o extremistas. Os mesmos estudantes, há menos de um ano, não eram, todavia, extremistas para coope-

rar na campanha pró-eleição do atual Governador, cuja vitória, eleitoral deve, em parte, a esses perigosos elementos de **perturbação social**.

A nota distribuída pelos padres dominicanos, a esse respeito, é nítida: eles não compreendem como universitários "já em idade de votar e, portanto, de decidir quanto aos destinos do País, sejam impedidos de refletir, coletivamente, sobre problemas brasileiros que interessam a todos os cidadãos, agora e para o futuro".

Ninguém pode pôr em dúvida a exatidão desse conceito dos padres dominicanos sobre o direito dos estudantes em idade de votar: o direito de se reunirem, em Congresso da classe, para debater seus problemas específicos e, até, os problemas de sua Pátria. Esse direito, de resto, encontra amparo na Constituição, ou no que resta de Constituição brasileira ainda em vi-

gor. De forma que os estudantes e os padres dominicanos estão cobertos pela Constituição, ao passo que o Governo de Minas Gerais exorbitou contra a Constituição, que lhe cobia — e para isto foi eleito pelo voto popular direto — defender.

A Polícia investe contra estudantes, que todos nós nos recusamos a considerar extremistas... e que os padres dominicanos — à luz do Evangelho — proclamam: "ao contrário, são eles criadores esforçados e incansáveis de uma sociedade justa e humana". Estudantes democratas. Verdadeiramente, Minas Gerais está em perigo, não em face da **ameaça** da realização do Congresso dos Estudantes, mas diante do arbítrio anticonstitucional e anticristão empregado contra conquistas humanas, pelas quais, através de mais de um século, mineiros históricos lutaram com o mesmo ardente civismo dos universitários de hoje.

Anexo IX

Jornal do Brasil, em 5 de abril de 1968 (Acervo JB)

A POLÍCIA QUE ESPANCA



Espadas e cassetetes agredem o fotógrafo Alberto Jacob

RÁDIO JB é silenciada por divulgar agressão

Funcionários do CONTEL lacraram às 17h19m de ontem os transmissores da RÁDIO JORNAL DO BRASIL, em Vicente de Carvalho, e retiraram os cristais da emissora, tirando-a do ar, porque no noticiário das 14h30m ela divulgou as agressões que a Cavalaria da PM praticava contra pessoas na Candelária e o espancamento de um repórter fotográfico do JB.

Em Brasília, o Líder do MDB, Sr. Mário Covas, manifestou a "repulsa total da Oposição a mais este ato de arbitrio e violência do Governo", mas o Líder da ARENA, Sr. Ernâni Sátiro, declarou que a emissora "estava irradiando textos contra o regime, e entrevistando estudantes nas ruas, os quais concitavam a população a se rebelar contra o Governo".

O Ministro da Justiça acha que nem no Rio nem no resto do País foi criada uma situação capaz de justificar a decretação de estado de sítio. Em Bagé, o Presidente Costa e Silva declarou que "prefere sucumbir e morrer a deixar de cumprir seu dever de manter o País em ordem e tranqüilidade para que possa continuar no caminho do desenvolvimento". (Páginas 4 e 7)

Noticiário nas páginas 2, 3, 4, 5, 7, 14, 15, 17 e 20, *Coluna do Castello*, página 4, Editorial e *Coisas da Política*, pág. 6, e *Caderno B*.

Anexo X

Charge do jornal O Pasquim



Anexo XI

*Análise narratológica e textual-narrativa: estratégias comunicativas e personagens -
Fichas de análise*

Ficha de análise

Veículo: *Folha de São Paulo*

Conflito central: Mulher como ator político

Título: “Projeto Dilma decolou com pré-sal e PAC”

Subtítulo: “Marco zero da candidatura foi no dia 8 de novembro de 2007, quando Lula delegou a ela anuncio sobre petróleo”

Matéria assinada por: (x) Mulher (x) Homem

1) Análise narratológica e textual-narrativa

- **Personagens/Fontes:** Datafolha.

- **Estratégias de objetivacão:**

Expressões: “Lula dizia que Dilma tinha futuro político”; “o presidente apresentou sua unguida”; “saíram os óculos e surgio o topete à la Carolina Herrera”; “a petista não era um produto de marketing”.

Expressões de tempo e lugar: “no dia 8 de novembro de 2007”; “no auditório da Petrobrás”; “um mês depois”; “em 7 de março de 2008”; “no final daquele ano”; “em abril”; “a duas semanas da eleição”; “no dia 3 de outubro”; “em duas semanas”.

- **Estratégias de subjetivacão**

Adjetivos: “imagem remodelada”; “mudanças estéticas”; “setores bem informados”; “principal assessora”; “inesperado confronto”; “resultado imprevisível”; “de forma dosada”.

Verbos: “tornou-se”; “anunciar”; “capitalizar”; “colocou”; “ecoaria”; “gerenciados”; “derrubou”; “propagava”; “tentar mostrar”; “foi buscar”; “fosse acuada”; “intensificou”; “reforçar”; “priorizou”; “tranquilizou”.

Substantivos: “gerência”; “visibilidade”; “epíteto”; “sucessora”; “escolhida”; “aloprados”; “discursos”; “programas”; “campanha”; “organização”; “escândalo”; “acusações”; “corrupção”; “esquema”; “ofensiva”; “mudança”; “aborto”; “boatos”; “religiosidade”; “confronto”; “estratégia”; “agressividade”; “o comando”; “fórmula”; “alavanca”; “pecha”; “ataque”; “confronto”; “estratégia”; “liderança”.

Ficha de análise

Veículo: JN - *Matéria 1- Delis Ortiz*

Conflito central: Militância

Reportagem apresentada por: (x) Mulher () Homem

2) Análise narratológica e textual-narrativa

- **Personagens/Fontes:** Apolo Heringer Lisboa (amigo de Dilma); Carlos Araújo (ex-marido); Gilberto Vasconcelos (advogado).
- **Estratégias de objetivação:**

Citações: “Nós nos conhecemos em função da organização da luta de resistência à ditadura” (Apolo Heringer); “Quando ela foi presa, que os jornais publicaram a prisão dela, é que eu soube o verdadeiro nome dela” (Carlos Araújo); “Ela nunca, absolutamente, teve nenhum momento em que ela tenha praticado uma ação violenta. Nenhuma. Absolutamente nenhuma” (Gilberto Vasconcelos); “Eu fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores, compromete a vida dos seus iguais. Entrega pessoas para serem mortas” (Dilma Rousseff, durante pronunciamento no Senado).

Expressões: “fugindo dos efeitos da guerra”; “o inimigo era o governo militar”; “o ideal era a implantação de um modelo socialista”; “companheiro de militância”; “grupos que pegaram em armas para combater a ditadura”; “Dilma tinha apenas tarefas de organização”; “Dilma caiu na clandestinidade”.

Expressões de tempo e lugar: “ainda era adolescente quando iniciou”; “no golpe de 64”; “em 16 de janeiro de 1970”; “por dois anos e quatro meses”.

- **Estratégias de subjetivação**

Adjetivos: “melhores escolas”; “jovem subversiva”; “verdadeiro nome”; “Brasil socialista”; “rico pedaço”; “história sombria”.

Verbos: “estudou”; “iniciou”; “se opunham”; “sabe-se”; “atuou”; “peregrinou”; “passou”; “ocupou”; “foi torturada”; “ficou presa”; “deixar”; “reconstruir”; “formou”.

Substantivos: “história”; “inimigo”; “imigrante”; “militância”; “regime”; “o ideal”; “companheiro”; “carreira”; “administração”.

Ficha de análise

Veículo: *O Globo*

Conflito central: Militância

Título: “A escola que despertou o espírito de rebeldia”

Subtítulo: “Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente”

Matéria assinada por: () Mulher (x) Homem

1) Análise narratológica e textual-narrativa

- **Personagens/Fontes:** Beatriz de Almeida Magalhães (ex-aluna), José Vicente de Paula (à época da matéria, funcionário do Colégio Estadual Central), Márcio Borges (compositor e colega de Dilma no Colégio), Diogo Magalhães (designer gráfico, ex-aluno do colégio), Maria José Duarte (diretora do Colégio na época da matéria), Jéssica dos Santos e Larissa Hott (alunas do Colégio à época da matéria), Antônio Carlos Liparini (professor do Colégio à época da matéria, bem como nos anos 1970).
- **Estratégias de objetivacão:**

Citações: “nós éramos aqui bastante rebeldes” (Dilma Rousseff, fala atribuída a ela); “nosso grupo se encontrava todo santo dia e ainda era pouco” (Márcio Borges); “cabelo grande nem pensar. Fumar era crime” (Diogo Magalhães); “a escola é aberta, arejada, e tem aluno que não dá conta disso” (Maria José Duarte); “alguns alunos boicotam, tomam atitudes terroristas. Eles se organizam para soltar bomba, arrebentar o banheiro” (Maria José Duarte); “somos obrigados a fazer atividades paralelas, como uma gincana clandestina” (Jéssica dos Santos e Larissa Hott).

Expressões: “de saia cinza, bem mais curta do que as freiras permitiram”; “foi como sair de uma missa rezada em latim diretamente para uma inflamada assembleia estudantil”; “ponta de lança do ensino público mineiro”; “jovem que, pouco antes, estudava latim, aprendia trabalhos manuais, como bordado e tricô, e frequentava bailes de debutantes na capital mineira”; “a causa pela qual arriscaria a própria vida”; “não havia muros”; “parecendo que o prédio todo flutuava”; “pregações no colégio, de forte teor político”; “O Estadual Central era uma ilha de liberdade numa capital que ainda padecia de um certo provincianismo”; “juventude transviada”; “tudo era motivo para mobilizações”; “à medida que as restrições do regime militar invadiam o colégio”; “o aluno atual não tem a ver com o espírito dos anos 60”; “a rebeldia não desapareceu por completo, mas de forma menos engajada”.

Expressões de tempo e lugar: “no Colégio Estadual Central”; “depois da venda do Sion”; “em 1964”; “quando o país se fechava”; “foram apenas dois anos passados ali”; “e foi nesse tempo”; “Inaugurado em 1956”; “na primeira metade dos anos 1960”; “entre

1964 e 1965”; “o Centro de Estudos Cinematográficos e os bares do Edifício Maleta”; “na pensão da Dona Odete”; “até o início dos anos 1970”; “quatro anos depois”; “foi no regime militar”.

- **Estratégias de subjetivação**

Adjetivos: “tradicional família”; “prédios modernistas”; “assembleia estudantil”; “ambiente todo aberto e gramado”; “alunos barbudos e alternativos”; “revolução estética”; “capital mineira”; “forte teor político”; “formação laica”; “grande quantidade”.

Verbos: “devem ter estranhado”; “viram”; “cintilava”; “transferidas”; “saíam de cena”; “transpirava”; “operar”; “arriscaria”; “entrou em contato”; “refletiu”; “traçar”; “inspirou-se”; “reforçando”; “escaparam”; “abrigavam”; “testemunhou”; “ingressou”; “cursou”; “liderou”; “foi adiada”; “escandalizava”; “foi retirada”; “devolvem”.

Substantivos: “meninas”; “escola”; “pichação”; “novatas”; “mudança”; “contramão”; “epicentro”; “agitação”; “alunos”; “revolução”; “causa”; “rebeldia”; “traços”; “revolução”; “mata-borrão”; “reitor”; “cátedras”; “colégio-universidade”; “herdeiras”; “elite”; “ironia”; “veteranas”; “judeus”; “lambreta”; “namorado”; “fase”; “conflito”; “protesto”; “estátua”; “queixa”.

Ficha de análise

Veículo: *Istoé*

Conflito central: Mulher como ator político

Título: “A construção da vitória”

Subtítulo: “Em oito anos, ela deixou de ser uma técnica do serviço público para transformar-se em uma figura política que se mostrou capaz de vencer nas urnas”

Matéria assinada por: () Mulher (x) Homem

2) Análise narratológica e textual-narrativa

- **Personagens/Fontes:** Lula (falas atribuídas ao ex-presidente são citadas na matéria, embora não tenha havido entrevista propriamente para a reportagem em questão); João Santana (marqueteiro; também são citadas falas atribuídas a ele); Fátima Pacheco Jordão (socióloga); Edmilson Félix (sapateiro, declarou que votou em Dilma); Gildecleide Dias (salgadeira, declarou ter votado em Dilma); Iago Araújo de Oliveira (estudante); Flávio Rocha (presidente da Riachuelo); José Eduardo Cardoso (coordenador da campanha de Dilma).

- **Estratégias de objetivação:**

Citações: “Dilma, agora você esqueça os PowerPoints” (Lula); “Também é importante que você sorria mais” (Lula); “a mulher é muito mais seletiva, mais crítica e espera mais tempo para agregar informações” (João Santana); “esse discurso de que ‘ela cuida’ e que ‘ela é mãe’ aumentou a identificação entre Dilma e as mulheres” (Fátima Pacheco); “gostei das propostas dela, de gerar mais empregos e ampliar o Bolsa Família” (Edmilson Félix); “a Dilma demonstrou ser uma guerreira e trabalhadora” (Gildecleide Dias); “A Dilma fez uma boa campanha” (Flávio Rocha); “a campanha de Dilma empolgou a militância do PT” (José Eduardo Cardoso).

Expressões: “técnica afeita à burocracia do poder público”; “não significa que esse trajeto tenha sido suave”; “o direito de dirigir o país”; “lidou com a desconfiança interna do seu próprio partido”; “falta de traquejo político”; “persona pública”; “mudar a maneira pela qual ela seria vista pelo eleitor”; “substituir a imagem de gerente ‘pulso firme’ pela de estadista maleável e política”; “a forma de ser uma candidata”; “segmentos obscuros da sociedade”; “afirmou-se ainda como a candidata das mulheres”.

Expressões de tempo e lugar: “em pouco mais de oito anos”; “ao longo dos últimos três anos”; “ainda na pré-campanha”; “no lançamento de sua pré-candidatura”; “quando as primeiras sondagens eleitorais”; “o primeiro deles, em junho”; “no mês seguinte”; “no dia 23 de junho”; “já em agosto”.

- **Estratégias de subjetivação**

Adjetivos: “sanguinária”; “excessivamente técnico”; “de executiva”; “difamatória”; “meio empresarial”; “adversária frágil”; “temperamento explosivo”; “preparada”; “firme”; “diferença confortável”.

Verbos: “se tornar”; “se transformou”; “enfrentou”; “superar”; “conquistar”; “construída”; “lidou”; “passou”; “reforçar”; “auxiliaram”; “afinar”; “dedicavam”; “apontaram”; “alertou”; “aproximar”; “ficou definido”; “reforçava”; “empenhou-se”; “financiados”; “encarar”; “convencer”; “garantindo”; “fazer sumir”.

Substantivos: “rapidez”; “personalidade”; “trajeto”; “obstáculos”; “inexperiência”; “transformação”; “retoques”; “visual”; “objetivo”; “imagem”; “executiva”; “administração”; “conselhos”; “discursos”; “comportamento”; “interesses”; “eleitorado”; “aspectos”; “detalhes”; “apoio”; “socialites”; “comícios”; “público”; “ex-ministra”; “fama”; “traquejo”; “estratégia”; “ultrapassagem”; “capilaridade”; “aborto”; “panfletos”; “embate”; “confiança”; “transformação”; “segmentos”; “se consolidou”; “oposição”; “performance”.